

AS LINGUAGENS DO PRESENTE

COMUNICAÇÃO E FORMAÇÕES
SOCIOCULTURAIS

MAURINI
SOUZA
(ORG.)



SYNTAGMA

Capa > Jéssica Reis

Diagramação > Jéssica Reis

Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos

Revisão > Ms. Josemara Stefaniczen

Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)

Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)

Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)

Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)

Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)

Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)

Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)

Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)

Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)

Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)

Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)

Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L755 As linguagens do presente: comunicação e formações socioculturais. / Organizado por Maurini de Souza. — Londrina : Syntagma Editores, 2019.
294 p.

ISBN: 978-85-62592-54-6

1. Linguagens. 2. Comunicação. 3. Sociocultural. 4. Cultura. I. Título. II. Souza, Maurini de.

CDD: 301
CDU - 316.7



SYNTAGMA

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

AUTORES 282

1

**A EDIFICAÇÃO DO RACISMO E SEUS
EFEITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Andrea Maila Voss Kominek
Ana Crhistina Vanali

13

2

**A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: REFLEXÕES
SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Cláudia Talochinski Cordeiro

37

3

**CORPOCIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE
MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA NA
PERFORMANCE *MERCÚRIO LÍQUIDO***

Juliana Maria Greca
Ana Paula Tasso Candido de Lima

57

4

CULTURA ESLAVA NO INTERIOR DO PARANÁ

Luciane Trennephol da Costa
Sônia Eliane Niewiadomski
Rhuan Targino Zaleski Trindade

81

5

VARIAÇÃO ESTILÍSTICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Josenildo Barbosa Freire

107

6

CRITIQUEMOS AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E DEIXEMOS A LÍNGUA EM PAZ: A COLOQUIALIDADE NO INGLÊS DE DONALD TRUMP NO *TWITTER*

Emildo Pereira Coutinho

133

7

TEATRO COMO ESTRUTURA DE PLAUSIBILIDADE: BRASIL DE 1970 NAS REVISTAS *MANCHETE* E *DER SPIEGEL*

Maurini de Souza

147

8

O BINÔMIO TELENÓVELA E CONSUMO: UMA RELAÇÃO NA VITRINE DA CONTEMPORANEIDADE

Rondinele Aparecido Ribeiro
Larissa Ribeirete Cavazzana Pimentel

167

9

**SEXUALIDADE À FLOR DA PELE:
VOYEURISMO E EXIBICIONISMO NAS
CAMPANHAS DA AGENT PROVOCATEUR**

Mariana da Silva Valente
Everly Pegoraro

189

10

**O USO DO NEUROMARKETING COMO
FERRAMENTA CONTEMPORÂNEA NA
CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS
DE BRANDING**

Felipe Augusto Nasser Costa
Leticia Salem Herrmann Lima

211

11

**CRISE DA BP EM 2005 E 2010 E
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL**

Zama Caixeta Nascentes

237

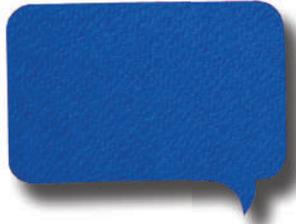
12

**ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA
UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA:
UM ESTUDO DE CASO NO CENÁRIO ATUAL**

Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho

261

PREFÁCIO



UMA FACETA SINGULAR DE NOSSA UNIVERSALIDADE

Em 1985, eu entrava na Universidade Federal do Paraná para o curso de Jornalismo. Dezesete anos (completaria 18 cinco dias depois), uma adolescente *nerd* que lia tudo, falava inglês, francês e alemão e, naquela idade, claro que tinha certeza de que mudaria o mundo. Eu descobri, naquele ano, naquele lugar, que tinha passado toda minha vida sob uma ditadura – o que vários de nós, da turma, não sabíamos. Sério que a gente, um dia, VOTOU pra Presidente? Uma ignorância que machucava os ossos presunçosos.

Dentre tantos falares, a professora Alcina Maria de Lara Cardoso nos introduziu no mundo da pesquisa e nos levou à seção de registros históricos da Biblioteca Pública do Paraná – cangaceiros, ligas camponesas, movimentos deste país que não se encontravam em livros didáticos, nos quais, até exageradamente, aprendíamos que o “Exército, com honra e vigor...”. Como a Biblioteca era minha amiga de boa parte da vida, passei meio que morar lá naquele ano, pois decidi descobrir como um regime desses poderia ter passado tão despercebido pela menina curiosa. Descobri os espaços em branco dos jornais, entendendo seus porquês; matérias de vários assuntos,

mas nada que mostrasse o repentino silenciamento das vozes dissonantes da década de 1960 à população comum.

O tempo passou e, uns 15 anos depois, por conta de uma radionovela que escreveria, sobre o tempo da Ditadura, voltei à seção de História da Biblioteca. Mexendo e encontrando livros, um livrinho velho, amarelado, chamou minha atenção. Não sei o título, o autor e nem o número de páginas. Falava sobre a Guerrilha do Araguaia. Já havia ouvido falar dessa questão, mas sob a ótica de que o PC do B foi pra lá e formou combatentes, como que por sorte ou lábia. Naquele livrinho, estava a história que antecedeu a guerrilha na região: a questão agrária, com tomadas de terras, grilagem; o Exército, buscando “povoar” uma região povoada, dava posse de terra e condições para que os novos proprietários expulsassem violentamente a população que habitava o local. Passei o dia lendo aquele livrinho escrito nos anos 70 – em plena Ditadura – e pensava que ele havia sobrevivido. Ali estava um documento fruto de esperança e marca de resistência de um tempo de opressão.

Por isso organizar livros. Para Hegel, o Espírito do Tempo (*Zeitgeist*) apaga toda a dialética; Marx reinterpreta essa afirmação em *A ideologia alemã*, mostrando que não é Espírito, mas luta de classes e que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, também, sua força espiritual dominante”. A ideia, para esta publicação, é mostrar Aos que virão depois de nós¹ que, nos nossos tempos, as ciências humanas e sociais produziram conhecimento díspar, diversificado, incoerente com a lógica destes tempos e fruto de esperança de que os tempos de retrocesso percam fôlego para aqueles que incansavelmente continuam, por toda a História, a acreditar que podemos viver de forma menos injusta neste planeta do Sistema Solar.

Nesta chamada ampla, reunimos pessoas e seus diferentes saberes.

Cláudia Cordeiro trata sobre Educação do Campo e Marcos Schiefler Filho traz os elementos de estrutura e funcionamento de um campus universitário; dos estudos linguísticos, Josenildo Barbosa Freire

1 Título de poema de Bertolt Brecht.

apresenta a variação estilística. Rondinele Aparecido Ribeiro e Larissa Ribeirete Cavazzana Pimentel discutem a relação entre telenovela e consumo; Mariana da Silva Valente e Everly Pegoraro apresentam os corpos femininos na publicidade; Letícia Herrmann e Felipe Nasser, Neuromarketing e branding; Zama Caixeta Nascentes fala da Crise na British Petroleum. O inglês usado pelo presidente norte-americano Donald Trump no Twitter é o tema trazido por Emildo Coutinho; as relações entre corpo e cidade são tratadas por Ana Paula Tasso Candido de Lima e Juliana Maria Greca; a Identidade social do negro é o que move o capítulo de Andrea Maila Voss Kominek e Ana Crhistina Vanali. Luciane Trennephol da Costa, Sônia Eliane Niewiadomski e Rhuan Targino Zaleski Trindade escrevem sobre a cultura eslava no interior do Paraná.

Eu trato de censura, pautada na discussão que veio à tona em 31 de março deste ano sobre a Ditadura Militar, trazendo a reportagem da revista alemã Der Spiegel, de 1970, sobre o sequestro do embaixador alemão no Brasil.

O que todos temos em comum? Trazemos uma faceta de nosso presente – a dos estudos, da vivência, que apoia o investimento na Educação como forma de tornar o mundo melhor e que se dedica a desenvolver a Ciência com vistas à Humanidade na terra. Nem sempre otimistas, mas filhos da esperança.

Desejo a todos uma boa leitura.

Maurini de Souza

Lang ist nicht ewig (b.brecht)



1

A EDIFICAÇÃO DO RACISMO E SEUS EFEITOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Andrea Maila Voss Kominek¹

Ana Crhistina Vanali²

Quais foram as bases metodológicas e epistemológicas da edificação do racismo no Brasil? Como entender as bases teóricas da construção e permanência do racismo?

Discute-se aqui a função da ontologia do negro na construção do racismo brasileiro como uma forma de compreensão da realidade nacional que contribuiu decisivamente para o estabelecimento dos parâmetros modeladores da cultura nacional. O ser social do negro é pensado como resultado dos processos de submissão, violência e exploração impostos aos africanos e africanas sequestrados em suas terras e condicionados ao regime da escravidão na colônia e reino brasileiros.

Assim, procura compreender e explicar as origens da percepção do povo negro como humanidade negada, como ser incompleto,

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca – Espanha. (USAL) Pós-doutora pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Professora do Departamento de Estudos Sociais da UTFPR. *E-mail: amvkominek@gmail.com*

2 Doutora em Sociologia e Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Faculdades da Indústria/Sistema FIEP. *E-mail: anacvanali@yahoo.com.br*

imperfeito. A partir desta compreensão, denuncia-se, através de dados estatísticos e exemplos reais, algumas das consequências do racismo “estrutural e institucional”³, edificados desde o Brasil colônia.

O texto se constrói em dois momentos: o epistemológico e o metodológico. O primeiro, diz respeito ao conhecimento estratégico acumulado pelos portugueses, durante o esforço para reconquistar territórios perdidos para os mouros que ocuparam a Península Ibérica por séculos. Tais saberes foram cristalizados na forma de instrumentos legislativos, como as Ordenações Filipinas e legislações complementares do reino português. Junto às leis, organizou-se a doutrina cristã, disseminada pela Igreja Católica no período do Brasil colonial.

O segundo momento apresenta a explicação metodológica, através da violência física e moral contra os africanos escravizados. A violência moral, para além da forma explícita da violência física, que maltratava o corpo, era destinada a caluniar, difamar e injuriar a honra ou a reputação de uma pessoa, desqualificando suas dimensões histórico-culturais e suas origens.

As legislações e a doutrina católica, como instrumentos superestruturais, reuniam recursos ideológicos que atuaram no âmbito da cultura como formadores das identidades e das mentes das pessoas. Os mesmos fatores superestruturais, que operaram como codificadores sociais, impregnaram as instituições, criando seus pressupostos de dominação e, conseqüentemente, o que entende-se atualmente por “racismo estrutural”. O reflexo contemporâneo de tal movimento de “deculturação”, que desafricanizava os negros e, simultaneamente, de “aculturação” que os europeizava, ajuda a compreender as relações sociais no Brasil de hoje que, 131 anos após a abolição, ainda trata o negro como cidadão de segunda classe. São estes os pressupostos que tornam o povo negro alvo de olhares de

3 Racismo estrutural - é inerente à ordem social, às suas estruturas e mecanismos jurídicos, em todos os âmbitos das sociedades. Resulta em práticas discriminatórias. Podem existir sem qualquer iniciativa ou envolvimento direto das autoridades públicas. Ocorrem normalmente de forma subliminar; “naturalizada” pela prática social. Para uns, confere e sustenta privilégios, para outros, gera discriminação e exclusão social. (KOMINEK; VANALI, 2018, p. 89)

Racismo institucional - é quando normas ou práticas estatais, aparentemente neutras, têm efeitos injustificáveis e desproporcionais para grupos racialmente vulneráveis da sociedade, seja no âmbito público, estatal ou privado. Normas e práticas neutras em propósito, mas com efeitos prejudiciais e excludentes a grupos específicos. (KOMINEK; VANALI, 2018, p. 89)

suspeita, de violência em todos os níveis e de sua transformação em uma coletividade socialmente e economicamente excluída.

A construção da identidade “negada”

A identidade social dos sujeitos é uma construção processual, um movimento contínuo de negociação, pois, como propõe Taylor (1994, p. 52), “as pessoas não aprendem sozinhas as linguagens necessárias à autodefinição. Pelo contrário, elas são-nos dadas a conhecer através da interrelação com os outros. Assim, o olhar do outro, a concessão de seu conhecimento é importante componente na construção do que chamamos ‘identidade’”.

Parece evidente a relação existente entre identidade e reconhecimento, pois, como apontou Taylor, a identidade de qualquer sujeito é formada também, pelo reconhecimento que este recebe socialmente, pelo olhar do outro.

[...] identidade se define sempre em diálogo sobre, e, por vezes, contra, as coisas que os nossos outros-importantes querem ver assumidas em nós. Mesmo depois de deixarmos para trás alguns desses outros-importantes – os nossos pais, por exemplo – e de eles desaparecerem das nossas vidas, o diálogo com eles continua para o resto de nossas vidas (TAYLOR, 1994, p. 53).

Ora, no caso do ser social do negro, este reconhecimento externo não ocorre. Assim, a “negação” institucional de seu reconhecimento inviabiliza sua existência plena, uma vez que a estrutura social vigente (branca, autocentrada, eurocêntrica e racista) impede a construção e identificação do sujeito negro por ele mesmo. O sujeito europeu, ao não conferir reconhecimento a qualquer sujeito que possua características diferentes das suas próprias, negando-lhe a humanidade, impede a formação da identidade positiva do negro por si mesmo.

Ou seja, o que a sociedade costuma designar por “negro” é, na verdade, uma construção alheia ao próprio sujeito, uma imposição de fora, a partir de um olhar “estrangeiro”. Deste processo decorre a negação do reconhecimento do ser negro como propriamente

humano, impondo-lhe um lugar de “quase humano” ou de um “humano incompleto, inacabado e imperfeito”, um sujeito de segunda classe. Assim, o “negro” é compreendido como “não branco”, através de uma identidade negada, negatizada.

Tal negação ocorreu, primeiramente, através da ação do branco europeu, do colonizador, ao não reconhecer as características essenciais e específicas do sujeito negro como características humanas. Depois, por força das superestruturas ideológicas impostas pelas instituições oficiais, em todas as suas instâncias, tendo como consequência o impedimento do autorreconhecimento e autovalorização do negro por ele mesmo. Uma situação que em parte explica, comentários recorrentes no senso comum, tais como: “tem negro que é mais racista que muito branco!” ou “o próprio negro não se valoriza!”.

[...] a sociedade branca projetou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adoptar. Nessa perspectiva, a sua auto-depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão (TAYLOR, 1994, p. 46).

O negro, ao assimilar o discurso ideológico oficial torna-se então, alienado de si mesmo. Aprendeu a não se reconhecer como sujeito de direito, digno. O efeito histórico deste processo, para a gente negra, resultou na busca pela europeização e pelo embranquecimento, na utilização, enfim, das “Máscaras Brancas”, denunciadas por Fanon (1983).

Assim como os negros, a gente branca também foi contaminada por aqueles condicionamentos históricos. Um dos efeitos negativos deste racismo ideológico, estrutural e estruturante sobre os sujeitos brancos, vem sendo estudado por meio da teoria da “branquitude”, entendida como “uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.” (SCHUCMAN, 2012, p. 7).

Assim, estudar, compreender e dar-se conta do racismo e do fenômeno da “branquitude” em nossa sociedade constitui um passo fundamental para a superação do racismo estrutural, uma vez que, como aponta Bento (2003, p. 25-26), ao refletir sobre a sociedade racista, o fenômeno do branqueamento foi:

[...] um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. [...] Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil.

Tendo entendido que o processo de construção da identidade do negro e seu reconhecimento social ocorrem de forma negativa, externa, imposta, caberia perguntar para que fazer uma ontologia do negro? Qual seria sua função? Foucault responderia:

Uma ontologia crítica do presente de nós mesmos deve ser considerada não como uma teoria, doutrina ou corpo permanente de saber que se acumula; deve ser concebida como uma atitude, um ethos, uma via filosófica onde a crítica daquilo que somos – seja ao mesmo tempo – uma análise histórica dos limites nos quais estamos situados e a prova de sua ultrapassagem possível (FOUCAULT, 1994, p. 578).

A resposta foucaultiana aponta para uma ontologia como problematização do presente, com a missão de diagnosticar faltas, omissões e questões incompletas. Tal ontologia crítica permitiria-nos perguntar: O que somos no presente? O que fazemos do que somos? Quais são as origens das concepções históricas que temos de nós e dos outros? Quais foram e quais são as intenções subterrâneas que construíram estas percepções históricas, que precisam ser explicitadas?

Ora, para efeito de argumentação sobre a ontologia negativa do ser social do negro, faz-se necessário considerar o outro lado, o que

seria a construção de uma ontologia positiva. Se considerarmos a tradição marxista, a compreensão de ser social se refere a um fenômeno dinâmico, marcado pela mobilidade do humano como o único capaz de projetar e estabelecer finalidade para seus próprios atos. Ou seja, o ser humano se constrói através de suas relações.

O ser social interage com seres de diferentes esferas ontológicas, articulando oportunidades para atender às suas próprias necessidades, especialmente sua necessidade mais fundamental: a reprodução de si mesmo. Neste contexto, o trabalho assumiria papel fundamental. Trabalho como parte da própria natureza do sujeito, uma vez que lhe permite, por um lado, o contato com outros sujeitos e o reconhecimento mútuo. Por outro, permite a produção e construção de produtos, conhecimentos e materiais que se convertem em uma extensão do próprio sujeito. Assim, pois, sem o trabalho, como instrumento de construção de si mesmo e como parte de sua própria identidade, não haveria o ser social.

Na situação específica da população negra, investigada neste artigo, no entanto, o “trabalho” assume outros contornos. Para a população negra, o trabalho teve papel preponderante na garantia de sua própria sobrevivência física, mas não na construção de sua identidade. Para os negros, apesar de terem trabalhado forte e duramente, por todo o território nacional, utilizando inclusive conhecimentos técnicos, tecnológicos e culturais de suas origens, o trabalho não significou sua própria promoção humana. Ao contrário, significou violenta regressão. No caso do ser social do negro, o trabalho como instrumento identitário lhe foi negado.

O fato de planejar, projetar, alterar a natureza, gerar soluções tecnológicas e apresentar os resultados esperados não lhes garantiu o reconhecimento social. Houve o que se poderia designar como “trabalho com teleologia invertida”. Os negros escravizados produziram riquezas com seu trabalho, mas isto não lhes permitiu, nem uma reprodução de si mesmos, nem a construção de sua própria identidade. Ao contrário, fizeram a riqueza de outros e edificaram um Brasil do qual foram excluídos. Daí propormos aqui uma “ontologia negativa”. A ontologia negativa do ser social do negro foi

estabelecida a partir do desenvolvimento da escravidão, da expropriação de seu trabalho, da apropriação cultural e cognitiva de seus saberes e, enfim, da negação de sua própria identidade. Uma herança ainda muito viva no presente.

Colonialismo, resistência negra e racismo

Vimos que a gênese da ontologia negativa do ser social do negro ocorreu a partir do contexto da colonização. A legislação portuguesa e a ação do clero católico foram instrumentos de importância capital na geração da referida ontologia.

A presença africana no Brasil foi consequência da expansão mercantil do capitalismo europeu, pois para levar a cabo os projetos de acumulação do capital, a burguesia europeia ancorou naus e caravelas no litoral brasileiro. Os colonizadores estabeleceram a meta de ocupar e explorar a terra para dela auferir riquezas. Neste contexto, imaginaram que os povos negros africanos seriam úteis àqueles propósitos, uma vez que detinham o conhecimento tecnológico e a força de trabalho para se alcançar estas metas. Assim, configurou-se um mecanismo de acumulação primitiva de capital, articulado na forma do comércio triangular que consistia em embarcações saídas do litoral brasileiro com produtos tropicais para os portos de Portugal, Holanda e Inglaterra. Em seguida, o navio deslocava-se para o litoral africano levando manufaturas que utilizavam para barganhar por gente escravizada. Tais prisioneiros abarrotavam os porões dos navios (tumbeiros) e eram transportados para o Brasil, onde eram leiloados junto aos proprietários de terras (NOVAIS, 1989).

Ao implantar o sistema escravista, a empresa colonial atacava um dos princípios mais profundos da existência humana, a liberdade. Ao usurpá-la aos africanos, convertendo-os em mercadoria, os colonizadores europeus os comercializaram para serem escravizados. Contudo, os povos negros africanos cultivavam valores e desenvolviam sistemas culturais que lhes permitiam dar sentido à existência e ao enfrentamento das necessidades da vida. Por isso, as visões de mundo e os modos de ser dos negros africanos encon-

traram violenta oposição no Brasil. Deu-se então um duro embate entre a opressão escravista e a resistência negra ou, como afirmou Clóvis Moura (2014), uma “dialética radical do negro”.

A resistência negra foi forte e exigiu do dominador severas medidas de controle. Muito suor, lágrimas e sangue da gente negra foram derramados no processo de construção do Brasil. Enquanto isso, milhões de toneladas de produtos tropicais, produzidos por mãos negras escravizadas, eram encaminhados à Europa, enriquecendo a burguesia europeia.

As tensões e os confrontos entre brancos escravistas e negros - estes, em processo contínuo de busca pela libertação - produziram as condições de possibilidade da cultura da exploração da colonial-modernidade. À medida que crescia a resistência, por meio das fugas, boicotes e outros estratagemas, os colonizadores lançaram mão de vasto repertório de repressão e controle.

Sem renunciar aos interesses do lucro e do poder, o sistema colonial fez sentir sua fúria, enquanto os negros escravizados, por seu lado, reforçavam seus processos de resistência. Em meio à disputa entre escravistas e escravizados, o sistema de dominação foi tecendo o racismo, uma ideologia a serviço da exploração do povo negro. A tarefa de tal imaginário era justificar a dominação. Com o tempo, o racismo tornou-se “a pedra angular” de toda a racionalidade da colonial-modernidade, enquanto agência naturalizadora da violência racial.

Os colonizadores atuaram de modo a sufocar os fundamentos identitários dos povos negros escravizados, tendo em vista adaptá-los aos interesses do capital e da lógica da acumulação. Assim, o Estado, por meio das Leis e a Igreja, por meio da catequese, operaram como instrumentos de repressão e da edificação da ontologia negativa do ser social do negro.

O Estado e a racionalização da violência física e simbólica

As leis, ao operarem no campo da superestrutura, atuam no território das mentes, da cultura, das representações espirituais de indivíduos e coletividades. No caso histórico do Brasil colônia, Por-

tugal administrou esta superestrutura jurídica em seus territórios de além-mar, tendo como base os códigos legais, denominados Ordenações: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

As Ordenações dispunham, por exemplo, sobre a escravização e determinavam, entre outras normas, o batizado compulsório dos negros capturados no continente africano. Estabeleciam ainda a parceria entre a Igreja Católica e o Estado Português, o chamado “Padroado”.

Ao escrever sobre a relação entre Igreja e Estado durante a colonização, Darcy Ribeiro (1983, p. 34), classificou o colonialismo português e espanhol como Impérios Mercantis Salvacionistas, marcados “pela restauração da economia mercantil e, no caso dos povos ibéricos, pela restauração do colonialismo e do escravismo do tipo greco-romano, bem como pela criação do primeiro sistema mercantil de âmbito mundial”.

Desta forma, as Ordenações criavam na colônia um sistema sociocultural destinado à submissão e exploração da população negra pela burguesia e monarquia brancas. Eram determinações de caráter coercitivo, estabelecendo de cima para baixo, o que deveria ser feito e as punições em caso de crimes. O foco do interesse dos colonos era fazer os negros escravizados atuarem naquele sistema, disponibilizando os conhecimentos de que fossem portadores e edificando a riqueza daquela sociedade por meio do trabalho. Trabalho alienado, para proveito alheio. Exploração. Expropriação.

As Ordenações Filipinas continham punições cujo teor as aproximam da análise do livro *Vigiar e Punir*, de Foucault (1987), no sentido em que os castigos corporais tinham o papel de intimidar e controlar os corpos dos sujeitos que estivessem no entorno do condenado, como prevenção e fator educativo. Assim, a punição portuguesa, sob forma de lei continha, também, cunho pedagógico

O escravo, ora seja cristão, ora o não seja, que matar seu senhor ou filho de seu senhor, seja atezado e lhe sejam decepadas as mãos, e morra morte natural na forca para sempre⁴; e se ferir seu senhor sem o matar, morra morte natural. E se arrancar alguma

4 O significado desta expressão, de acordo com as definições jurídicas são: “a) *morte natural* - era o típico enforcamento; b) *morte natural para sempre* - o Réu era enforcado e ficava pendente até cair podre sobre o solo do patíbulo, mas não era sepultado. [...]” (LOPES, 2013, *on line*).

arma contra seu senhor, posto que o não fira, seja açoitado publicamente com baraço e pregão pela vila, e seja-lhe decepada uma mão. [...]. (LARA, s.l.; s.d., p. 111).

Habitualmente, o padrão de correção e convencimento da gente negra eram a violência física e moral. Desde os primórdios, o Brasil desenvolveu uma tecnologia da dor, que foi praticada por séculos. Esta chegou até às vésperas da abolição, conforme se pode observar das informações trazidas por Queiroz (1977, p. 107-108) a propósito da escravidão negra em São Paulo:

Ocasionalmente chegava ao domínio público a notícia da morte violenta de escravos: O Padre Antônio Soares da Silva César, de Jabuticabal, em 1852, ‘por um castigo rigoroso numa sua escrava de nome Bárbara, crioula de idade 12 anos mais ou menos e de cujo castigo faleceu..., teve de se evadir.’ A prática continuaria mesmo no período abolicionista, em que se fazia mais presente a pressão da opinião pública. No distrito de São José do Rio Pardo, a 23 de fevereiro de 1883 era morto o escravo Lourenço, pertencente a Francisco Ferreira, em consequência de castigos infligidos por este. A *Província de São Paulo* de 18 de dezembro de 1880 narrava o martírio de um escravo em Limeira, acontecido em 1878 e motivado pelas suas constantes fugas. O fazendeiro matou-o a chibatadas ante a muda assistência dos demais escravos e depois ateou-lhe fogo ao corpo. As mortes por castigos deveriam ser muito mais numerosas do que as registradas pela documentação. É sabido que os grandes senhores brasileiros possuíam cemitérios particulares, ‘muitas vezes em seus quintais, onde, sem conhecimento das autoridades mandam fazer enterramentos.’ [...] ‘... se acaso o paciente sucumbia à gangrena das feridas, era sepultado no cemitério da fazenda, sem verificação do óbito nem intervenção alguma de autoridade. O cemitério da fazenda era destinado somente aos escravos; os mortos da família iam para os da freguesia.

Evidencia-se que as Ordenações Filipinas e demais instrumentos legais das monarquias portuguesa e brasileira serviram para impor, por força de lei e do braço punitivo do Estado, os fundamentos e ações que passavam a definir o que e quem era o negro no Brasil, além de como deveriam ser tratados. Assim, é possível afirmar que as leis e as práticas sociais delas decorrentes estão na origem e na base da ontologia negativa do ser social do negro no Brasil.

A religião como instrumento de naturalização e justificação moral da escravidão

A simbiose entre Igreja e Estado Português na manutenção e justificação da escravidão operava como base fundante da negação da condição humana da população negra. Com o passar do tempo, o aparato opressor e a prática da violência, apoiadas nas diretrizes legais e religiosas, levavam as pessoas, senhores e escravizados, brancos e negros, ao crescente sentimento e convencimento de que se tratavam de situações naturais. O poder humano representado pelo rei, e o poder divino, pelo papa, afirmavam a escravidão como norma, como natural e puniam quem criticasse o sistema, como se pode observar do comentário de Lara:

[...] não podemos negar que a escravidão em terras americanas encontrava-se estabelecida no interior do campo da justiça e da humanidade cristãs: era uma prática legítima diante da lei dos homens e da igreja. As autoridades portuguesas eram bastante ciosas em relação a esta questão e chegaram até mesmo a expulsar do Brasil alguns padres que afirmavam que o cativo dos africanos era injusto e condenável diante das leis de Deus (LARA, s.l.; s.d., p. 28).

Para além da violência física, a religião assumia igualmente forte caráter coercitivo, uma vez que ameaçava a pessoa negra com a condenação por toda a eternidade. Durante o período colonial a igreja católica foi um braço do Estado, atuando para implementar o reino dos céus nas terras conquistadas. O teólogo Eduardo Hoornaert, por exemplo, classifica a atividade dos missionários católicos como o “Messianismo Guerreiro dos Portugueses Colonizadores” e informa que:

Quem pesquisa documentos brasileiros do período português fica impressionado pela segurança que neles transparece a respeito da empresa colonial: ela é uma empresa sagrada. Escreve Dom João III ‘rei de Portugal’ ao primeiro governador-geral do Brasil Tomé de Sousa: ‘A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse a nossa santa fé católica’ (HOORNAERT, 1978, p. 32).

Hoornaert pondera que tal discurso estaria fora de cogitação, por exemplo, no caso dos reis ingleses da época, pois, comparados ao rei português, tinham outra mentalidade. Acrescenta ainda que:

Os reis portugueses, contudo, encaram as navegações para a América como ‘cruzadas’, os índios como ‘gentios’ a serem convertidos, a guerra contra os índios como ‘guerra santa’, tudo na melhor tradição ibérica da conquista e reconquista após o domínio árabe: a mentalidade das cruzadas os marcou definitivamente (HOORNAERT, 1978, p. 32).

Neste cenário, o padre jesuíta Antônio Vieira, grande nome da literatura mundial, e eloquente pregador, difundiu em seus sermões, justificativas ideológicas para a escravidão negra. Vieira teceu habilmente ideias e ideais, incluindo citações em latim e passagens da Bíblia para justificar o programa colonizador e os desejos dos colonos. Os sermões dele, muitas vezes dirigidos aos próprios negros escravizados, em síntese, ressaltavam que:

A escravidão negra é um meio de salvação, uma entrada no reino de Deus. Há uma escravidão maior do que a do corpo: a da alma. A salvação está na cruz, no rosário da mãe de Deus, na fé em Jesus. Servindo ao seu senhor aqui na terra, o cativo receberá o prêmio no céu. Estas afirmações são confirmadas por textos bíblicos: [...]. ‘Já me persuado sem dúvida que o cativo da primeira transmigração (da África para o Brasil) é ordenado por sua misericórdia para a liberdade da segunda (no céu)’ [...] (HOORNAERT, 1978, p. 35).

Importante personagem político de sua época, Vieira usava o altar para defender e propor posições políticas e ideológicas. É de conhecimento histórico, por exemplo, que defendeu os portugueses das ameaças holandesas, combateu a corrupção administrativa na colônia, incentivou a tolerância religiosa frente aos judeus, condenou a escravidão dos índios, mostrando-se um pensador aberto e à frente de seu tempo. Quanto à escravidão negra, porém, não via problemas. Ao contrário, a justificava, em suas pregações, como “natural”.

No Sermão XIV, do ano de 1633, proferido na Bahia, no dia de São João Evangelista e tendo como público a irmandade de pretos

de um engenho local, Vieira (2003) incentiva os negros a verem “o lado bom” da escravidão, comparando sua situação de escravizados ao calvário de Cristo e apontando o cativo como um “grande milagre divino” para resgate dos gentios. “Sois companheiros de Cristo nos mistérios dolorosos de sua Cruz; assim o sereis nos gloriosos de sua Ressurreição e Ascensão” (VIEIRA, 2003, p. 289).

Para Vieira, os negros escravizados, se tivessem permanecido no continente africano, ainda que fossem fisicamente livres, estariam, presos ao mal, pois desconhecariam a “palavra de Cristo”. Ele pregava que o sofrimento do desterro, das violências físicas e do trabalho pesado compulsório, seriam o caminho que os aproximaria de Deus, pois estariam, desta forma, espiando suas culpas, diferente de seus parentes que permaneceram na África pois aqueles se mantinham “gentios”.

Oh! Se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? (VIEIRA, 2003, p. 302)

A escravidão é justificada e naturalizada como processo de libertação e salvação na vida eterna. O negro não deveria se revoltar contra sua situação de escravizado nem se rebelar contra seu senhor. Não deveria ter-lhe raiva ou inveja, pois seu senhor seria o próprio intermediário para sua salvação, uma vez que sua condição natural “própria” não lhe garantiria status de humano completo.

Mais inveja devem ter vossos senhores às vossas penas do que vós aos seus gostos, a que servis com tanto trabalho. Imitai, pois, ao Filho e à Mãe de Deus, e acompanhai-os com São João nos seus mistérios dolorosos, como próprios da vossa condição e da vossa fortuna, baixa e penosa nesta vida, mas alta e gloriosa na outra. No céu cantareis os mistérios gozosos e gloriosos com os anjos, e lá vos gloriareis de ter suprido com grande merecimento o que eles não podem, no contínuo exercício dos dolorosos (VIEIRA, 2003, p. 317).

Assim, a violência, através da força física, da lei e da autoridade da religião, impôs a visão europeia em detrimento dos valores ancestrais dos africanos escravizados. Com isso, configurou-se a Ontologia Negativa do Ser Social do Negro, edificando as estruturas do racismo que persistem até os dias de hoje no Brasil.

Um passado tão presente

As diretrizes legais, representadas pelas Ordenações Filipinas, e as diretrizes religiosas, representadas pela ação eclesial, constituíram-se como superestrutura e, como tal, configuraram as bases ideológicas e estruturais do racismo na sociedade brasileira enquanto falácia da dominação.

Um dos efeitos sociais da construção político-cultural-ideológica do racismo pode ser notada, por exemplo, através da alienação do próprio povo negro, materializada e perpetuada na pobreza, desprezo, perseguições sociais e, conseqüentemente, na vergonha de si mesmo. Outro efeito da disseminação deste racismo estrutural e institucional, que contaminou todas as instâncias e sujeitos brasileiros, torna-se perceptível através dos mais variados mecanismos de opressão e exclusão no presente.

Muitos são os efeitos perceptíveis nos tempos atuais destes terríveis mecanismos. Pode-se inferir que a mesma lógica daquele tempo ainda vigora, em 2019, 131 anos depois da lei que extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil. O cotidiano da sociedade brasileira permanece marcado pela violência física e moral contra a população negra. Se assim não o fosse, como se explicaria o tratamento dados aos negros nas mais diversas instâncias?

O negro segue sendo um ser sub-humano, um ser “espancável” e “matável” a qualquer momento. Temos uma quantidade imensa de casos reais de expressões e ações institucionais (ou não) de cunho racista produzidas diariamente no país. Como exemplo citaremos o caso de Rafael Braga, que por ser negro, pobre e de periferia não “choca o Brasil”. Seu maior, crime na verdade, é ser a “carne mais

barata do mercado, a carne negra” como declara uma canção que ficou famosa na interpretação de Elza Soares⁵.

A escravidão é a instituição brasileira mais duradoura: durou mais de 350 anos. Mais duradoura que a Monarquia, que durou 66 anos. Mais duradoura que a República, que tem apenas 130 anos. Neste contexto, a sociedade que via os cativos negros como “classe perigosa” deixou sua marca. A sociedade escravocrata deixou o legado do racismo para a atual sociedade brasileira e suas instituições, como a polícia e o judiciário, que frequentemente agem como se estivéssemos ainda em pleno regime escravista.

Estes fatos explicam, por exemplo, o mencionado caso do jovem Rafael Braga que, apesar da nítida ausência de qualquer conduta criminosa e mesmo sem ser participante do protesto ou ser militante de alguma bandeira, foi levado para delegacia da cidade, após protesto político. Nesse mesmo ano de 2013, em protestos semelhantes, vários manifestantes foram presos – em regra, brancos e de classe média – e foram soltos rapidamente, na maioria dos casos no mesmo dia. No entanto, Rafael Braga, que sequer participava do ato, não teve o mesmo “privilégio”. Ficou preso durante 5 meses até o julgamento, quando então foi condenado a 5 anos de prisão, apesar de contar com o laudo favorável do Esquadrão Antibomba da Polícia Civil atestando de que os produtos de limpeza que carregava na mochila não poderiam jamais ser considerados como explosivos (JUSTIFICANDO, 2017).

O Ministério Público do Rio de Janeiro é o responsável por todas as acusações contra Rafael Braga, que quando ouvido, não só negou as acusações como apontou tortura e intimidação por parte dos policiais. Mas, a justiça o condenou somente baseada na palavra dos policiais cuja conduta foi contestada e que, ainda que não tivesse sido, não seria tecnicamente suficiente para sustentar uma condenação. O caso se torna emblemático, pois é um exemplo de criminalização de sujeitos negros que ocorrem diariamente na sociedade brasileira. Oracismo institucional é o que fez com que acontecesse essa suces-

⁵ A Carne, composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto, interpretada por Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lkph6yK6rb4>. Acesso em: 18 abr. 2019.

são de arbitrariedades e que, inclusive, faz com que as pessoas não se mobilizem tanto em defesa de Rafael (GOUVEIA, 2018).

Um outro caso emblemático de racismo institucional a ser analisado é o exemplo de Renato Freitas. Militante da juventude negra, advogado e mestrando em Direito na Universidade Federal do Paraná, foi candidato a vereador em Curitiba nas eleições de 2016. Mas nem sua carteirinha da OAB o impediu de sofrer injúrias por parte da guarda municipal de Curitiba no dia 25 de agosto de 2016 quando Renato ouvia um RAP na região central da cidade. Estava vestido de maneira simples (camiseta, bermuda e chinelos) e foi tratado por agentes da guarda municipal como tantos o são nas periferias deste país, um jovem negro.

A Guarda Municipal de Curitiba diz ter recebido uma denúncia de que Renato estava com o som alto, porém ele foi levado à delegacia por não aceitar os abusos de quem acredita estar acima da lei por ser executor. Renato ouviu do policial que “pisar em você ou pisar em uma merda, para mim é a mesma coisa”⁶. Foi agredido na abordagem, revistaram seu carro, duvidaram de sua identidade da OAB, devido a sua aparência e por estar ouvindo RAP. Ele, como muitos brasileiros negros, foi chamado de neguinho, o enquadrando em um estereótipo vil. Na delegacia as coisas não foram diferentes: ele foi deixado nu em uma cela, foi despidido em frente de uma policial mulher e só teve suas roupas devolvidas por seus advogados (RESENDE, 2016).

Não foi a primeira vez que Renato sofreu por sua cor, por sua música. Na universidade, foi seguido por um segurança. No cursinho pré-vestibular, foi acusado de roubar coisas nos intervalos das aulas. Tudo isso porque a sociedade brasileira não tolera o sucesso, a ‘desobediência’, o atrevimento de um jovem negro em querer frequentar espaços que historicamente lhe foram negados. O jovem advogado e mestrando tinha vários advogados amigos, algumas equipes de comunicação cobrindo sua história e mesmo assim foi pisoteado, agredido, humilhado, sofreu injúria. Imagine o que

6 Solidariedade ao camarada Renato: a juventude negra tem voz. Disponível em <https://outrosoutubrosvirao.wordpress.com/2016/08/30/solidariedade-ao-camarada-renato-a-juventude-negra-tem-a-voz-ativa/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

acontece todo dia nos mais de 5 mil municípios deste país de maioria de população negra com os jovens negros! (ANIBAL, 2016).

No mesmo sentido, comprova-se a violência do Estado contra o povo negro ao observar-se, no mapa da violência, o assombroso número de jovens negros brasileiros assassinados. Um verdadeiro genocídio da jovem população negra. De acordo com o Atlas da Violência de 2017, a população negra, jovem e de baixa escolaridade continua aparecendo como a maior parte das vítimas de homicídios no país. Ainda segundo o Atlas, a população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação aos demais grupos de brasileiros, já descontados os efeitos da idade, escolaridade, gênero, estado civil e bairro de residência (IPEA, 2017).

Outro dado do Atlas revela a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil: enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22% (IPEA, 2017).

Ainda no mesmo viés de violência, exclusão e segregação, apontam os números do sistema carcerário brasileiro. Qual é o perfil típico dos sujeitos que superlotam as prisões brasileiras atualmente? O Mapa do Encarceramento do Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN) lançado em 3 de junho de 2015 aponta que a maioria da população carcerária é negra. Os jovens representam 54,8% da população carcerária brasileira⁷. Em relação aos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado (2005 a 2012), existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra (INFOPEN, 2015). Consta-

7 O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo com 622.202 detentos (em dezembro de 2014) dos quais 61,6% são negros. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file. Acesso em: 18 abr. 2019.

ta-se, assim, que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados.

No mercado de trabalho e no sistema corporativo, a situação do negro é inversamente proporcional. Se no sistema carcerário eles estão sobre representados, no mercado e cargos de prestígio, a falta de diversidade étnica e de representatividade ainda é um problema sério a ser enfrentado. De acordo com a última estimativa do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE) a população negra (composta por pretos e pardos) é de 113 milhões de pessoas, ou seja, 55,4% da população brasileira. No entanto, nas empresas apenas 4,7% dos cargos executivos são ocupados por negros, 6,3% atingem o nível de gerência e 35,7% da folha funcional⁸, o que demonstra, no mínimo, que o negro não possui igualdade de oportunidade nas organizações corporativas do país.

Já quando o assunto é desemprego a questão se inverte: 63,7% dos brasileiros sem emprego são negros⁹. Mesmo quando está empregado, o negro muitas vezes aceita cargos inferiores às suas capacidades e à sua formação acadêmica, recebendo salários inferiores aos brancos, uma vez que não tem como atender ao eufemismo da “boa aparência” que mascara o racismo presente nos anúncios de vagas de emprego.

Segundo os dados da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE a taxa de desemprego é consideravelmente maior entre negros e pardos do que entre brancos. Na desagregação por cor ou raça, a taxa de desocupação das pessoas que se declararam de cor preta ficou em 14,4% no segundo quarto de 2016, enquanto a taxa entre a população parda foi de 14,1%. Os resultados são maiores que o da média nacional, de 12,0%, e bem mais elevados do que o registrado pela

8 Segundo levantamento do Instituto Ethos realizado em 2016 sobre o perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

9 Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 23 mar. 2019.

população declarada como branca, que teve taxa de desemprego de 9,5% no quarto trimestre de 2016¹⁰.

No quarto trimestre de 2016, o total de desocupados no país era de 12,3 milhões de pessoas, sendo 52,7% deles pardos; 35,6%, brancos; e 11,0% declarados pretos. Entre os trabalhadores ocupados, 90,3 milhões de pessoas, 41,7 milhões que se declararam de cor branca (46,2%), 39,6 milhões de cor parda (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta (8,9%)¹¹.

Esses números demonstram a necessidade de políticas diferenciadas de inserção do negro no mercado de trabalho, pois além de terem dificuldade de acessar nesse mercado, quando se inserem, possuem uma condição mais precária. A baixa escolaridade ainda é apontada como a principal dificuldade enfrentada por negros e pardos no mercado de trabalho. Porém, Coelho Junior (2011) aponta outros problemas estruturais que barram o acesso de negros e pardos ao mercado de trabalho como o preconceito e a discriminação racial.

Considerações finais

A empresa colonial e os processos políticos que a ela se sucederam, produziram a ontologia da ausência, do silêncio e da negação. O silenciamento como estratégia de dominação e controle da população negra escravizada visava garantir a exploração de sua força de trabalho e seus saberes. Assim, o “ser negro” constitui uma criação histórica e ideológica, imposta aos sujeitos africanos por meio de mecanismos opressores como a violência física e moral. O resultado daquela construção histórica edificou-se, desde aquela época até os dias atuais. Fortaleceu-se de tal forma na cultura nacional que hoje o senso comum facilmente aceita “piadinhas” racistas e entende as coletividades negras como sinônimo de tudo o que não presta (“lista negra”,

10 No primeiro trimestre de 2012, quando começou a série histórica da PNAD Contínua, a taxa de desemprego nacional foi estimada em 7,9%. A taxa entre a população que se declarava de cor preta era de 9,7%; entre os pardos, de 9,1%; e a dos brancos era 6,6%. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/. Acesso em: 18 abr. 2019.

11 Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149. Acesso em: 18 abr. 2019.

“ovelha negra”, “a coisa ficou preta”)! Assim, a ontologia negativa do ser social do negro construiu uma cultura que condena o negro a ser um “ninguém”! Um corpo “espancável”, “matável”, “risível”.

Certamente a população negra é a principal vítima do racismo e da exclusão social a que está condenada cotidianamente. Sofre de uma forma que os não negros jamais serão capazes de compreender plenamente! Não é possível para um branco, mesmo que solidário à causa, vislumbrar na totalidade o que é ser negro em uma sociedade branca e racista, o que é ser avaliado, medido e julgado, 24 horas por dia, tendo que reiteradamente provar sua capacidade “apesar” de sua condição!

A população negra sofre e perde de forma dramática. Mas é preciso entender que além da população negra, a sociedade brasileira como um todo perde com o racismo! É preciso entender que o racismo tem efeitos econômicos, culturais e sociais que afeta a todos! A sociedade perde por sua juventude que não é bem formada nas periferias. Perde pelo genocídio de seus jovens, majoritariamente negros. Perde por desaproveitar a sabedoria tradicional e ancestral da população negra, preservada na memória e nas falas de seus anciões. Perde por encarcerar, em insalubres e desumanos presídios (verdadeiros navios negreiros contemporâneos), uma jovem população negra excluída, à margem da sociedade, por falta de “oportunidade”! Perde por não aprender a respeitar, preservar e reverenciar a natureza como ensinaram os povos originários e ancestrais. Perde, enfim, por um futuro desperdiçado! Perdemos o Nosso Futuro! Perdemos todos!

Como lidar com esta perda? Como deixar de perder? Como passar a valorizar e aprender a beneficiar-nos da nossa diversidade étnica nacional? Muitas são as questões e muitos podem ser os caminhos para as respostas!

O povo negro, durante e após o período da escravidão agiu e tem agido na contramão da exclusão, combatendo a violência racial decorrente daquela ontologia negativa. Algo se avançou em direção a superar estes abismos sociais: a implementação de políticas de ações afirmativas, seja através de cotas na universidade ou na política; formas de apoio acadêmico e social; bolsas de incentivo à pesquisa;

programas de capacitação para a população negra; ações governamentais. Políticas públicas e privadas que têm permitido avanços, mesmo que muito precise ainda ser feito e conquistado. É preciso assumir que racismo não é um problema de negros. O racismo é um problema de todos!

REFERÊNCIAS

- ANIBAL, Felipe. Advogado negro é preso por desacato e denuncia agressões e injúria racial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/advogado-negro-e-preso-por-desacato-e-denuncia-agressoes-e-injuria-racial-7ndm4zrwkkuixwa4ee6mua4ns/>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 25-58.
- CAPOZZOLI, Ulisses. **Darwin no Brasil: Encanto com a natureza e choque com a escravidão**. 2016. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/darwin_no_brasil_-_encanto_com_a_natureza_e_choque_com_a_escravidao.html. Acesso em: 25 ago. 2017.
- COELHO JUNIOR, Pedro Jaime. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial. Uma abordagem sócio antropológica**. 2011. 553f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011.
- CONRADO, Hysabella. Emblemático, caso Rafael Braga não choca o Brasil. **Justificando**- mentes inquietas pensam direito. 26 abr. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/04/26/emblematico-caso-rafael-braga-nao-choca-o-brasil/>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra. Máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1994.
- FRAGOSO, H. **Também sou teu povo, Senhor: Jubileu 2000 – 500 anos evangelizando o Brasil**. Paulo Afonso: CNBB - Regional NE 3, 2000. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado3.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

- GOUVEIA, Homero Chiaraba. **Sociologia do crime**. Salvador: UFBA, 2018.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800**: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- INFOPEN. **Mapa do Encarceramento de 2015**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- IPEA. **Atlas da Violência 2017**, lançado dia 5 de maio de 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina. **Roteiros temáticos da diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre: Editora FI, 2018.
- LARA Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa**. [S.L.: s.d.]. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203. Acesso em: 15 abr. 2019.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- LOPES, Beatricee Karla. **O livro do terror em a lei do morra por Ello**. 27 fev. 2013. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=10134. Acesso em: 15 abr. 2019.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil negro**. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- QUEIROZ, Suely Robles Reys de. **Escravidão negra em São Paulo**: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. RJ: J. Olympio; Brasília: INL, 1977.
- RESENDE, Narley. Advogado detido por ouvir música alta acusa guarda de abuso e agressão. In: **Portal Paraná**, Curitiba, 25 ago. 2016. Disponível em <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/curitiba-rmc-litoral/advogado-detido-por-ouvir-musica-alta-acusa-guardas-de-abuso-e-agressao/>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros**: Livro I – Teoria do Brasil. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, Abel Ribeiro dos. Fanon e o novo humanismo em “Os condenados da terra”: entre Sartre e a ancestralidade africana. *In: Filosofia y Pensamiento: Anais do 56º Congresso ICA – Universidad de Salamanca*, 2018, p. 281-291.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”**. 2012. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: Examinando a política do reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

VELASCO, Ignácio M. Podeva. O direito nacional português: as Ordenações do reino. **Revista Faculdade de Direito da USP**. São Paulo, 1984. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=900370/>. Acesso em: 18 set. 2017.

VIEIRA, Antônio, Padre. Décimo quarto sermão do Rosário. *In: HANSEN, João Adolfo (Org.). Cartas do Brasil (1626-1697)*. São Paulo: Hedra, 2003, p. 285-321.

2

2

A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Cláudia Talochinski Cordeiro¹

O presente texto pretende socializar o estudo sobre práticas pedagógicas da Educação do Campo localizado no Assentamento Contestado MST no Município da cidade da Lapa PR. Observou-se a necessidade da pesquisa nessa área, pois a Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de Políticas Públicas, sendo tratada como política compensatória, onde suas demandas e sua especificidade raramente tem sido objeto de pesquisa (SOUZA; REIS, 2009).

A Educação do Campo nas práticas pedagógicas visa oportunizar os alunos para a formação escolar e a formação para a vida na comunidade, bem como promover o desenvolvimento rural dos sujeitos que vivem no campo. A relevância desse estudo que desenvolve a temática da Educação do Campo teve origem do conhecimento

¹ Estudante de Mestrado em Estudos da Linguagem (PPGEL-UTFPR). E-mail: direclaudi@hotmail.com

da luta do povo do campo e das escolas que funcionam em meio à precariedade de condições e mesmo com toda a dificuldade lutam por um ambiente educativo que desenvolva integralmente educandos, educandas, educadores e educadoras caminhando em direção a construção do conhecimento como sujeitos sociais e históricos, compreendendo, interpretando e intervindo nesse processo.

A prática pedagógica, entendida como uma dimensão da prática social, é gerada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos dos processos de formação inicial dos profissionais da educação e dos conhecimentos adquiridos no conjunto de ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação (SOUZA; REIS, 2009). Durante muitos anos a escola afastou-se dos estudantes, resultando assim na banalização dos conteúdos, tornando-os cada vez mais deslocados da realidade e dos interesses, fazendo com que estes não percebessem os significados daquilo que estava sendo ensinado. Uma prática pedagógica muitas vezes arcaica, excludente e sem um real norteamento de suas ações. É preciso, nesse sentido, que os educadores relativizem uma das premissas mais presentes nas atuais propostas curriculares; a de que os conteúdos escolares precisam estar diretamente ligados aos interesses e necessidades de nossos alunos (FORQUIN, 1993).

O Estudo específico no Assentamento Contestado, nas várias modalidades de ensino (da Ciranda ao Ensino Superior) tem uma proposta pedagógica que pensa no mundo, deseja de forma global, discutir alternativas que contribuam para a formação humana integral, sendo esta mais justa e mais fraterna para todos e todas com propostas de projetos integrando todas as disciplinas curriculares com temáticas fundamentais para o desenvolvimento dos saberes, da cidadania e da gestão democrática envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar interna e externa.

Por essa razão, torna-se de extrema importância tais reflexões acerca das práticas pedagógicas do campo, pois a educação do campo assume sua particularidade, que é o vínculo como sujeitos sociais concretos mas sem se desligar da universalidade antes, durante e

depois de tudo, pois ela é educação e formação de seres humanos (CALDART, 2005).

A Educação do Campo nas vivências e práticas pedagógicas em todas as modalidades de ensino é base para reflexões sobre e para além do Campo. Das vivências dos povos, à organização do trabalho coletivo e socialmente necessário. Da escola formal e do conhecimento valorizado e o não valorizado pela escola. Tendo em vista que o sistema educacional brasileiro é uma herança do modelo colonial, é que se pretende olhar para o movimento da educação emancipatória, em que a finalidade educacional seja a emancipação, libertação e humanização dos sujeitos que estão às margens. Do ponto de vista metodológico, o texto tem um caráter ensaístico e bibliográfico relatando a experiência e observação da práxis pedagógica na educação do Campo. O objetivo não foi apenas olhar para uma modalidade de ensino, mas trazer a contribuição dessas práticas na sua organização e luta para pensar trabalho futuros e novas possibilidades nessa perspectiva e para além dela, abrindo para uma dimensão empírica em estudos posteriores.

A Educação do Campo

A Educação do Campo é uma conquista dos Movimentos Sociais a partir de lutas e pressões sobre o Estado, por entenderem que o modelo de Educação estabelecido nos moldes elitizados não corresponde às necessidades e realidades dos camponeses. O Movimento Social questiona nesse sentido o paradigma da Educação Rural e propõe a Educação do Campo enquanto fundamento histórico buscando recriar o conceito de camponês, utilizando, portanto a categoria “campo” como sinal significativo de tal recriação.

O MST- Movimento dos trabalhadores rurais, iniciou sua reflexão sobre Educação, buscando conquistar e construir escolas que ajudassem a trabalhar com esse objetivo central vinculados à vida concreta das famílias Sem Terra. E foi através da teoria e prática que se construiu concepção de educação que vai muito além da escola, uma formação humana com conteúdos significativos relacionados

à vida dos sujeitos que ali estão relacionando-se também com o entorno e para além dele.

Paulo Freire, na *Pedagogia do Oprimido*, traz dois conceitos que são fundamentais para pedagogia de luta do MST: conscientização e libertação, de acordo com Pires em: *Paulo Freire e o MST: a pedagogia do oprimido no contexto da luta pela terra*:

[...] A conscientização é a possibilidade do ser humano de desvelar a realidade e inserir-se no processo histórico como sujeito. A libertação é a “vocação ontológica” da humanidade, enraizamento na opção de transformação da situação real e opressora em que vivem: práxis da busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (PIRES, 2012, p. 84).

Muitas são as contribuições de Paulo Freire para a “práxis” da pedagogia do movimento, ou seja, é na luta que homens e mulheres discutindo questões de opressão pela falta de moradia, da terra, da escola compreendem essas situações, de opressão e desigualdade.

As palavras amorosas de Paulo Freire fazem parte do cotidiano da luta dos povos Sem Terra. É no Movimento que se educam entre si. Na cooperação, na organização do próprio movimento, que é extremamente pedagógico, basta observar o trabalho coletivo, democrático, por condições dignas, a solidariedade e a valorização da vida e do estudo nos assentamentos e acampamentos bem como em atividades do próprio movimento.

O Assentamento Contestado

O Assentamento Contestado, local de análise e reflexão, fica situado no Município da Lapa, Estado do Paraná. Em fevereiro de 1999, um grupo de 80 (oitenta) famílias Sem Terra conquistou a Fazenda Santa Am lia, histórico latifúndio onde o trabalho se fazia na condição de escravidão de pessoas trazidas da África. Está localizado no município da Lapa, a 70 km de Curitiba, capital do Estado. Seu antigo proprietário foi o Barão dos Campos Gerais durante a visita que o Imperador Dom Pedro II realizou a Província do Paraná em 1880, chegou a pernoitar na sede da fazenda.

Em 1985 a Fazenda foi adquirida por uma empresa de cerâmica, a INCEPA, que utilizou a área para o reflorestamento com espécies exóticas (*Pinus* e Eucalipto) para produção de carvão. O MST soube que a empresa possuía uma grande dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e sabendo da existência da área, realizou uma denúncia ao INCRA, solicitando sua destinação para reforma agrária. Foi instaurado um processo de desapropriação, feito extremamente moroso. Somente no ano de 1999, com a ocupação da área, o processo seguiu seu trâmite de forma mais rápida. E o decreto foi assinado em outubro do mesmo ano, sendo que a posse ocorreu no ano 2000. Por estar próxima a região onde aconteceu a Guerra do Contestado os assentados decidiram pelo nome de Assentamento Contestado. O Assentamento Contestado é hoje um exemplo, entre tantos no Brasil, da organização coletiva e comunitária da vida no campo.

Uma das bases do movimento é a organização. As famílias se organizaram em grupos de base com 10 a 15 famílias em cada grupo, esses grupos são instâncias bases do MST sendo o modelo de ligação entre as bases do movimento cooperando entre si. Esses grupos são criados pela proximidade. De cada grupo são escolhidos um homem e uma mulher para ser o Coordenador do Grupo para desenvolverem atividades no seu núcleo e ainda participar da Coordenação do Assentamento. Dessa forma, desde o início o Assentamento se desenvolveu na organização e coletividade dos Grupos e famílias. Todas as decisões são discutidas coletivamente.

Em sentido amplo da atividade humana criadora, construtora do mundo e do próprio ser humano, o trabalho significa a própria vida como princípio educativo Não se está dizendo aqui do trabalho assalariado e explorado da sociedade capitalista e sim do trabalho coletivo, convertendo sujeitos em trabalhadores conscientes, superando as formas de alienação do trabalho. Trabalho que produz cultura e produz também sujeitos conscientes emancipados, organizados, superando condições alienantes, sujeitos datados em sua historicidade. As pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade. Essas

são as bases formadoras fundamentais do ser humano na concepção defendida pelo Movimento MST: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história.

Nessa concepção, a educação é pensada no plano de formação humana não apenas como instrução ou produção cultural. Educação é um processo intencional que precisa ser planejado e organizado. Partindo dessa compreensão, o MST formulou o conceito de ambiente educativo, que se refere a condições objetivas considerando os vários detalhes que compõem a totalidade do processo educativo. O educador passa a ser visto, não como detentor do conhecimento, mas como participante do ambiente educativo, pois a educação se dá nas diversas esferas da atividade humana. O educador não ensina para o educando, mas aprende com ele.

Os objetivos formativos e a concepção de educação do MST, entendem como desafiador trabalhar para que as escolas realizem um projeto educativo em consonância com as lutas de classe. A dimensão educativa está no próprio movimento, pois através da vivência e historicidade, o ser humano se transforma e transforma a sua realidade, nesse sentido a luta por escola no Assentamento Contestado começou logo no início da ocupação.

A Prefeitura Municipal da Lapa de início demorou a implantar uma escola no local e, além disso, não providenciou transporte escolar para as crianças. Houve mobilização das famílias. As crianças foram matriculadas em escolas do município devido à pressão e a obrigatoriedade do poder público em oferecer educação, só assim a prefeitura providenciou transporte escolar para as crianças. Os estudantes eram levados para estudar na sede do município, mas as condições de estrada eram muito precárias com constantes atrasos e até impossibilidades do ônibus trafegar em épocas de forte chuva, não garantindo o acesso à escola e o cumprimento dos 200 dias letivos. Pela distância e pelas dificuldades de transporte escolar, bem como as condições da estrada e o tempo de deslocamento, as crianças chegavam cansadas na escola quando iam.

Com essas dificuldades o assentamento propôs a utilização de uma casa existente no local, na qual morava o antigo administrador

da fazenda, e foi instalada neste local a Escola de Ensino Fundamental até a 4ª série de forma multisseriada que amenizou a situação, embora com muitas dificuldades.

Em classes multisseriadas, estudantes de níveis diferentes, estudavam em uma mesma sala de aula com o professor atendendo várias séries simultaneamente. Importante reforçar que mesmo com a escola instalada provisoriamente, continuou na pauta a construção de um espaço específico para a educação formal no assentamento. Somente no ano de 2012 foi inaugurada a Escola Municipal e Estadual Contestado, para alegria das famílias e principalmente das crianças.

A existência destas escolas no Assentamento possibilita que todas as crianças e adolescentes que lá residem não precisem se locomover e estejam estudando, o que é significativo na área rural do Brasil, visto que é alto o índice de evasão. Além do Ensino Fundamental e Médio foram ofertadas também turmas especiais de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, os adultos voltaram a estudar para completar sua formação acadêmica básica. Hoje, a escola funciona nos períodos da manhã, tarde e noite.

No referido Assentamento funciona a ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) formando alunos em Tecnólogo em Agroecologia. Fruto de uma iniciativa da Via Campesina e com apoio do Governo do Estado do Paraná, do Governo do Estado Bolivariano da Venezuela, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Universidade Federal do Paraná. Essa parceria foi formalizada em 2005, durante o V Fórum Social Mundial. A ELAA oferece o curso de Tecnólogo em Agroecologia, em parceria, atualmente, com o Instituto Federal do Paraná, trabalhando na formação de militantes técnicos pedagogos em Agroecologia, que sejam capazes de compreender e intervir na realidade concreta das comunidades camponesas, a partir do desenvolvimento de uma ciência e de tecnologias adequadas aos interesses e necessidades do campesinato. Além da ELAA, já ocorreram formação em Licenciatura em Educação do Campo, formando educadores e educadoras para o trabalho nas escolas do campo. O curso ocorreu na mesma

pedagogia da alternância pela UFPR-Litoral (Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral).

Para tanto, o método pedagógico é a alternância (tempo escola e tempo comunidade) e em seus diversos tempos educativos e processos de autogestão busca qualificar os educandos em sua visão crítica da realidade, a formação política e o preparo técnico. Este espaço de formação em agroecologia atende educandos e educandas dos Movimentos Sociais do Campo articulados na Via Campesina da América Latina.

Pautada pelo desenvolvimento de valores humanistas e pela práxis transformadora, a ELAA promove a formação de jovens de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina. É a primeira escola de Agroecologia de nível universitário do país. Rompe com o elitismo das instituições acadêmicas e a prática antidialógica dos profissionais técnicos concretizando-se como uma universidade popular que propõe a prática do diálogo de saberes na convivência entre técnicos e camponeses.

O objetivo principal da ELAA é desenvolver ações a fim de promover a soberania alimentar dos povos, bem como, assegurar as sementes e a biodiversidade como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, e da agroecologia como ciência orientadora da reconstrução ecológica da agricultura. Também visa à divulgação deste conhecimento, e a criação de cursos universitários de agroecologia.

A certificação e legalização do curso coube inicialmente à Universidade Federal do Paraná, através de sua Escola Técnica. A partir de 2009, este papel cabe ao Instituto Federal do Paraná (IFPR). O curso de Tecnologia em Agroecologia foi constituído com base em diversas experiências já acumuladas pelos movimentos sociais participantes da Via Campesina, destacando o MST.

Segundo dados da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente por Nei Orzekovski, outro objetivo da ELAA é qualificar os conhecimentos dos jovens camponeses, para uma atuação junto às famílias dos assentamentos de reforma agrária e comunidades camponesas para a promoção da agroecolo-

gia, da cooperação e ação militante para a transformação da sociedade. Desta forma, os educandos são indicados pelas organizações e comunidades camponesas às quais estão vinculados. Uma das características dos cursos formais organizados pelos Movimentos Sociais do Campo é a utilização da pedagogia da alternância. O curso é realizado em módulos que duram aproximadamente 75 dias, o Tempo Escola (TE), com espaços de aproximadamente 90 dias entre eles, momento no qual se desenvolve o Tempo Comunidade (TC).

Durante o TE, além do Tempo Aula, são desenvolvidos diversos tempos educativos, como o Tempo Leitura, Tempo Trabalho, Tempo Unidade Camponesa de Agroecologia, Tempo Socialização de Experiências e Tempos Educativos voltados ao lúdico e à subjetividade, como o Tempo Esporte, Círculo de Cultura e Noite Cultural, entre outros. Os tempos educativos possuem uma intencionalidade pedagógica, com a função de contribuir para a qualificação do conhecimento não só da agroecologia, mas também dos processos organizativos dos movimentos sociais e o desenvolvimento humano em geral.

Durante o tempo escola, são desenvolvidas, além das aulas, diversas atividades como atividades de autogestão da escola, leituras, seminários e trabalhos que pode estar relacionado à construção ou manutenção do espaço e atividades de produção agroecológica da escola. No tempo comunidade, os educandos desenvolvem atividades relacionadas ao curso, como trabalhos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. Como parte da formação, experiências práticas em agroecologia, inserção em atividades do movimento social, contribuem com as atividades produtivas de seu assentamento ou de sua família e com ações dos movimentos sociais nos quais participam.

O objetivo deste curso não está voltado exclusivamente a atender mercado de trabalho e que após sua formatura, os estudantes vão procurar emprego em empresas ou outra forma de organização. O objetivo dos Movimentos Sociais é que estes estudantes voltem a atuar em suas comunidades contribuindo, ou seja, colocando em prática o que aprenderam ou a possibilidade de através do Movimento (MST), buscar alguma forma de remuneração pelo trabalho, que se concreti-

zam principalmente, através da contratação em convênios, assessoria a projetos, bolsas de estudo ou outra forma de remuneração.

Não existe um levantamento dos dados, mas há informações que a maioria dos estudantes formados estão desenvolvendo alguma atividade junto aos movimentos sociais ou estão atuando junto às famílias no campo. Existem informações que a maioria foi contratada pelos convênios de assistência técnica, atuam em projetos apresentados a agências de financiamento, estão fazendo curso de pós-graduação, atuando nas cooperativas ou associações ou mesmo na militância no movimento social. Encontram-se poucos casos com informações de estudantes que se afastaram de atividades relacionadas com os movimentos sociais.

Outros espaços educativos de organização e aprendizado no assentamento: as noites culturais de integração latino-americana

De acordo com o assentado e atual coordenador da ELAA-Escola Latina – Nei Orzekovski - o Assentamento Contestado se diferencia dos outros, pois é palco de um processo de educação formal que é completo, construído desde o Ensino Infantil até o curso de Graduação em Agroecologia.

A Escola Latina Americana de agroecologia – ELAA é reconhecida por ser uma escola inovadora em seus métodos de pesquisa, por essa razão, o assentamento faz parte da Escola, é onde os educandos pesquisam e aprendem com as famílias, a desenvolver o “diálogo dos saberes” espaço criado para aproximar o assentamento da escola e a escola do assentamento. Os educandos e educandas estão o tempo todo integrados às famílias assentadas.

Outro fator relevante, são as noites culturais realizadas em conjunto com as famílias do assentamento, pois possibilitam oportunidades em conhecer outras culturas, alimentos, músicas e danças de outros países, além do intercâmbio entre os educandos e as famílias. Esses fatores elevam o conhecimento dos sujeitos que trabalham e vivem nesse território, ampliam sua visão de organização e de

mundo com conhecimentos tão privilegiados. Portanto, as noites culturais são momentos de encontro, de festas e de conversas que possibilitam a integração latino-americana, segundo o Coordenador Nei Orzekovski.

Fazer com que a comunidade seja um espaço coletivo e ser protagonista na construção desse espaço é uma tarefa que exige esforços de todos os envolvidos. O desafio é proporcionar às famílias um convívio nessa perspectiva. Para a coordenação da ELAA, o objetivo das atividades desenvolvidas no assentamento é a de questionar a lógica do capital e construir valores com outra lógica da participação e consciência coletiva; portanto, ele aponta como o maior desafio do Assentamento Contestado.

A escola e a luta pela Educação

Após a conquista do espaço, iniciou-se com o coletivo da escola (educadores e familiares) o estudo dos complexos escolares, para garantir a coerência com a concepção de educação do Movimento, formando lutadores e construtores do futuro para que assumam a tarefa de tornar realidade novas formas de organização social mais justa e democrática. A forma clássica de educação não interessa aos assentados. Não basta unir teoria e prática, a escola é uma relação e essa relação é construída de forma coletiva e com a participação de todos, formando a juventude para construir o futuro da sociedade.

Pensando nisso, a escola almejada necessita de formação teórica que se desenvolva com a interação entre a vida social e o trabalho socialmente necessário. Para que se efetive essas ações, a escola buscou a aproximação com a vida encontrando significados para o aprendizado.

As escolas localizadas no referido assentamento possuem uma organização diferenciada, baseadas na auto-organização. A vida cotidiana com suas várias dimensões contemplam o trabalho material, as formas de organização, as lutas e anseios da comunidade, as fontes educativas disponíveis dentro e fora da escola. E nessa perspectiva, a escola é vista como um centro cultural de pesquisa, assim

como todo o assentamento, pois permite o estudo, a compreensão e a transformação da vida cotidiana. A escola então, não é apenas uma preparação para a vida, ela é a própria vida.

Enquanto a ELAA possui sua pedagogia da alternância, as Escolas Municipal e Estadual funcionam em período normal, não conquistando espaço para uma formação em Tempo Integral, talvez esse seja um dos maiores problemas que dificultam a Prática Pedagógica almejada pelo Movimento MST.

Ambas as instituições seguem os parâmetros Educacionais regulamentados pelos órgãos Estaduais e Municipais, com propostas pedagógicas próprias da realidade local construída pelo coletivo das instituições.

O direito à pluralidade de concepções pedagógicas está contemplado na Constituição Federal. Esse mesmo princípio está assegurado no art. 3º da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Portanto, há amparo na legislação vigente para a construção de proposições curriculares e pedagógicas.

a) Ainda nesta LDB encontramos que: Art. 12º “[...] Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

b) Desse modo, entende-se que a restrição às propostas pedagógicas oficiais indicadas pelo Estado existe porque, muitas vezes, não se tem outra proposta. A Proposta Curricular por Complexos de Estudo, nasce de um Movimento Social e não do Estado. A iniciativa do MST em propor um currículo e práticas pedagógicas para suas escolas mostra que é possível e é direito produzir/propor um currículo para além das estruturas oficiais, considerando a realidade dos educandos e educandas em suas vivências.

Portanto, as práticas pedagógicas em todas as modalidades de ensino são contextualizadas e baseadas na realidade da vida dos educandos e educandas, para que consigam entender a realidade local sem se desligar da realidade da cidade, do Brasil e do mundo. O trabalho coletivo nas escolas do Assentamento ocorre em forma de proposições acerca de temas e o trabalho socialmente necessário como parte dessa

prática. Para Marx, não pode haver formação de consciência fora da vivência, das relações sociais e elas são históricas, como são todos os objetivos formativos e todos os processos educativos.

O grupo de profissionais, denominado coletivo pedagógico, procura definir práticas e objetivos de ensino a partir da realidade dos estudantes, bem como da realidade local e do entorno da escola, através de conexões entre os conteúdos e a vivência destes. Embora muitos educadores não tenham formação específica para atuar no campo, esforçam-se para desenvolver um bom trabalho. Pois, o próprio Movimento, com apoio de algumas universidades faz a capacitação para esses profissionais. As práticas pedagógicas atendem a natureza interdisciplinar com conteúdo relevante criando relação entre teoria e prática.

As Escolas ainda buscam e lutam por uma forma escolar que permita a formação integral dos educandos e educandas, em todas as dimensões (cognitiva, afetiva, criativa, corporal e social) e para isso a escola deveria funcionar em tempo integral, definindo melhor os tempos escolares. Nesse projeto incluir tempo, para manter a raiz e a memória do movimento, através de atividades artísticas, usando as diversas formas de linguagem. As atividades são desenvolvidas através de grupos de produção e expressão artística na escola com a participação de todo o coletivo pedagógico, quer seja nas atividades do Movimento ou atividades da escola. Atividades que resgatam a historicidade, pois foi através de memórias que o próprio MST construiu tal qual é: aprendendo dos lutadores que vieram antes, cultivando a memória da trajetória.

Para Freire (1987), o ser humano pode captar os dados da realidade em que vive, adquirindo a cultura sistematizada da experiência humana e, daí, passar a produzir cultura como consequência de sua ação no mundo. Entretanto, não só basta à captação destes dados, este homem tem que compreender essa realidade de forma crítica, analisar a razão de ser desta realidade e descobrir que ela pode ser transformada através de uma intervenção sua.

Os educandos participam de atividades do MST trabalhando a sua mística, simbologia e traços da identidade Sem Terra. Nas prá-

ticas pedagógicas desenvolvem-se valores, posturas, hábitos de convivência coletiva, desenvolvendo a afetividade e a criatividade.

Como então educar sem considerar a realidade local, o peso formador da cultura que estão inseridos os estudantes?

É a vivência da historicidade e a busca de superar condições da realidade e participando dessa transformação, trabalhando a consciência histórica que se forma e transforma o ser humano. Educandos e educandas participam coletivamente das decisões e das lutas. Participam tanto na escola, como no próprio assentamento e no movimento, de atividades onde reforçam a luta e a crítica à cultura hegemônica (indústria cultural) na sociedade capitalista, reafirmando sua cultura através da validação identitária de trabalhadores e trabalhadoras.

Na escola, as atividades escolares iniciam com o canto do Hino Nacional. Após isso, são entoados gritos de ordem, que reforçam a identidade e a luta dos assentados através da leitura de acontecimentos datados e fatos ocorridos como massacres, mortes e memória do Movimento de modo geral, para que o coletivo mantenha viva a memória do povo Sem Terra.

Além das atividades cotidianas da escola, são organizadas noites culturais temáticas, para promover o debate e reflexão bem como resgatar a memória. Além dessas atividades locais, os educandos e educandas participam de cursos de formação dos jovens, jornadas de agroecologia, atividades aos sem terrinhas etc.

Se a educação do campo, precisa dos mesmos conhecimentos da educação urbana, a implementação prática será diferenciada. A especificidade do campo, mesmo com toda a precariedade, tem um espaço privilegiado para repensar as práticas, metodologias e organização escolar.

Portanto, a organização das escolas no assentamento, segue padrões ainda rígidos em relação aos dias letivos, horas de aula e o rigoroso cumprimento do calendário escolar. Mas na sua especificidade, são organizados espaços para desenvolver a autonomia dos educandos e educandas através de Núcleos Setoriais: Núcleo da Saúde e bem estar, Núcleo de apoio ao ensino, Núcleo de comunicação

cultural, Núcleo de infraestrutura e finanças, Núcleo de embelezamento, Núcleo de produção agrícola, Núcleo de registro e memória.

Esses Núcleos Setoriais são responsáveis por desenvolver na escola, de forma colaborativa, algumas atividades como: criação e cuidado com a horta escolar para ampliar a pesquisa e estudo, como por exemplo, plantio e cuidado das plantas medicinais, muito usadas na comunidade, registro através de inventário em livro ata, situações ocorridas como registro da memória do presente, embelezamento da escola com plantio de flores, trabalhos de jardinagem, apoio ao ensino, com cuidado ao material, acervo e uso da biblioteca. Organização de noites culturais, com atividades artísticas nas diferentes formas de expressão, planejamento para angariar fundos para investimento na escola como vendas de comidas e lanches em noites culturais e eventos do Movimento.

Essa organização de forma alguma ignora o ensino formal, a aula clássica, mas não é ela a centralidade na formação dos educandos e educandas. Não se exclui o livro, nem os materiais didáticos, mas entendem como teoria e colocando em prática nas diversas formas de atividade coletiva. É na participação em Movimentos Sociais que a maioria dos militantes (re)conhece princípios básicos para que o cidadão tenha uma vida digna, considerando os conhecimentos não formais.

Infelizmente o campo ainda tem sido desprezado nas políticas públicas e nas discussões e estudos. Há poucos materiais produzidos e pouco conhecimento no assunto, o que fica evidente pelas formas como a mídia veicula informações sobre o MST, sempre no intuito de denegrir os Movimentos Sociais com exposição negativa e escandalosa, geralmente impedindo a compreensão da população. É preciso se colocar às margens nos entrelugares, pois só nas margens pode haver pesquisa e inovação (MOITA LOPES, 2006).

Vivemos numa tendência forte de um apagamento das minorias e precisamos discutir questões de lutas nas Universidades e fora delas, no autor coletivo, e esse contexto tem que estar trabalhados nas lutas sociais. Há uma necessidade coletiva de resistência.

Boaventura de Souza Santos questiona a necessidade de conviver e reivindicar os conhecimentos dos que estão na luta, pois muitos conhecimentos estão vencidos e, portanto não válidos nas Universidades. É preciso uma Universidade que acolha os conhecimentos, comprometidos com Movimentos Sociais. Precisa ser prática, pensar a Universidade popular e pensar em outros saberes que devem ser valorizados sem desprezar os conhecimentos científicos, mas entender que existem outros conhecimentos que precisam ser compreendidos.

A ciência necessita dialogar com outros saberes. É preciso que vejamos o poder e a resistência de outra forma, a partir das desigualdades sociais. Precisamos validar conhecimento popular, que não tem autores, eles são os autores. Precisamos dar vozes às outras pessoas e é dialógico, compreender o mundo, lutar por uma vida digna. Precisamos de autorreflexão, estudar com e não sobre, fora das Universidades, na organização dos autores coletivos considerados despolitizados, estar junto aos que estão na frente das lutas sociais. A Universidade é local privilegiado na construção de narrativas do nosso tempo.

Considerações finais

Para fechar essa reflexão em torno da Educação em Movimento (MST) e suas práticas pedagógicas nas escolas do campo do assentamento Contestado, é importante salientar a grande importância do tema para compreender a realidade da educação no movimento Sem Terra. O texto foi reverberando para os embates políticos, não só da conquista da terra, mas de todos os embates que vieram depois, seja pela conquista e garantia da educação ou pelas formas de organização do território.

O tema escolhido e abordado de forma intencional, teve como objetivo abrir espaços aos diálogos possíveis sobre várias temáticas aqui expostas. Seja a luta dos movimentos sociais, a educação do campo, as práticas, o trabalho coletivo, a organização, enfim, todas as reflexões aqui discutidas são exercícios de esperança em tempos sombrios, para que novos olhares e reflexões surjam a partir dessa narrativa do nosso

tempo. Aqueles que foram postos à margem, precisam lutar para que suas vozes sejam ouvidas. Cabe a nós então compreendermos essas formas de construir conhecimento e de organização da vida social que estão sendo construídas e vivenciadas por pessoas com conhecimentos entendidos como senso comum, pois ainda não há aceitação de conhecimento empírico dos homens, como um saber válido. Para o saber dominante, outro saber, de forma mais prática e intuitiva tem menor valor na sociedade hegemônica. Não podemos ignorar essas práticas pedagógicas. É preciso avançar para além de conhecer, compreender a luta da educação em movimento.

Destaco a importância em dar visibilidade à luta dos assentados, frente a tanto discurso depreciativo, apresentado pela mídia. Não é apenas dar voz aos sujeitos coletivos, é entender os seus dizeres, afazeres, suas práticas. Evidencio ainda, que o assentamento hoje compreende um grande laboratório de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento. As Universidades procuram contribuir levando alunos para aulas abertas, a fim de compreender e refletir a realidade do Movimento e da luta.

Embora a concepção de educação do campo tenha se fortalecido nos últimos anos, a questão pedagógica e de infraestrutura das escolas ainda é muito precária. Muitos professores não têm a formação para o trabalho pedagógico, mas se esforçam e buscam articular os conteúdos e práticas pedagógicas à vivência dos educandos e educandas.

Nesse sentido, o presente artigo teve o objetivo de salientar em alguns aspectos a importância do pensamento de Paulo Freire e suas contribuições para a educação brasileira, aos povos oprimidos e marginalizados. Freire tenciona também acerca da educação para a autonomia e libertação dos homens das teias da dominação da educação formal elitizada.

Pode-se assim dizer, que as práticas pedagógicas no Assentamento Contestado são emancipatórias, humanísticas e principalmente inclusivas. É preciso então, lutar para deixar às novas gerações, algo de melhor do que tivemos para nós, não porque apenas acreditamos que o mundo se tornará mais justo e mais feliz, mas simplesmente porque o mundo continua.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de Educação do campo.** Caderno de Subsídios, Brasília, DF, 2003.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- GOHN, Maria Da Gloria. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez Editora, 1992. 128 p.
- LEITE, Sergio Celani. **Escola rural - urbanização e políticas educacionais:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 120 p.
- LOPES, Luis Paulo Da Moita. **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2006. 280 p.
- MINAYO, Maria Cecília De Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999. 408 p.
- NASCIMENTO, Claudemir G. **A Educação do Campo e a teoria crítica em Gramsci.** Universidade Federal do Tocantins (UFT). 2009. Disponível em:

http://universidadetuiuti.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq8/6_educacao_campo_cp8.pdf. Acesso em: 03 fev. 2014.

ORZEKOVSKI, Nei. **Relações de trabalho no assentamento contestado (PR):** contradições de classe e desafios analíticos. 105f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/116028/000803575.pdf?jsessionid=581ee0c086e5df90e7c65b64f3bf6134?sequence=1>. Acesso em: 15 maio. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: Seed/PR,2008.

PIRES, Cristine Lima. Paulo freire e o MST: a pedagogia do oprimido no contexto da luta pela terra. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, n. 135, p. 80-87, ago. 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu Da. MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu Da. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SANTOS, Boaventura De Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, Nov 2014. 721 p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos históricos - ontológicos da relação trabalho e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. 136 p.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do Campo e Prática Pedagógica**. 57f. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia e História) - Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Umuarama, 2009.



3

CORPOCIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA NA PERFORMANCE *MERCÚRIO LÍQUIDO*

Juliana Maria Greca¹

Ana Paula Tasso Candido de Lima²

Nos fluxos diários da vida urbana, os espaços configuram-se a partir das apropriações, ocupações, usos e outros movimentos realizados pelos habitantes e transeuntes. A experiência urbana vivida pelos corpos perpassa por forças que dominam e formatam a cidade, palco onde a vida acontece, lugar de movimentos sociais resultantes do enfrentamento às lógicas sociais configuradas pelo capitalismo. A constituição da cidade, assim como a urbanização, está atrelada à expansão do capital, por conseguinte, os espaços urbanos são con-

1 Mestre em Artes pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, docente do mestrado superior na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, coordenadora do Links - Núcleo de Dança UTFPR e do Laboratório de Poéticas do Corpo/LAPOC-UTFPR. E-mail: jugreca@gmail.com

2 Pós-graduada no curso de Especialização em Artes Híbridas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. E-mail: paulatasso@hotmail.com

cebidos como negócio, mercadoria e se estruturam em torno da valorização imobiliária, o que produz a segregação socioespacial.

As reverberações dessa cidade-mercado manifestam-se no corpo. Corpo esse que lê a cidade voltada ao mercado e corresponde a ela, culminando na sua submissão às estratégias de marketing e publicidade. Esse contexto aponta a existência de uma problemática para os corpos que vivem o ambiente urbano (urbs) na atualidade, os quais se adaptam aos simulacros consensuais, assim, tem-se o empobrecimento da experiência corporal cotidiana.

Diante do exposto, indaga-se: precisamos de mudanças nas configurações dos ambientes urbanos? O que deve mudar nas cidades? A mudança deve acontecer na configuração do ambiente urbano contemporâneo, nas formas como os corpos vivenciam esses ambientes, ou ambas as situações?

Problematizar o panorama apresentado se torna algo relevante ao se considerar que a paisagem urbana, construída prioritariamente a serviço da sociedade capitalista, negligencia modos de vida que não atendem às expectativas do mercado e do consumo, e ainda, que mesmo as pessoas que possuem essa possibilidade como consumidores ativos, também estão sendo negligenciadas em suas demais experiências de vida. Vivemos em uma sociedade anestesiada³, na qual o conhecimento é centrado na razão, desconsiderando os sentidos e sentimentos humanos (DUARTE JUNIOR, 2000). Confrontando essa anestesia, como produzir estesia? Será a arte quem poderá denunciar tal questão e anunciar novos caminhos mais estéticos e mais democráticos?

Sendo assim, essa pesquisa se propõe a discutir o corpo na urbs e problematizar alguns aspectos que emergem das relações entre corpo e cidade. Para tanto, a performance *Mercúrio Líquido* da artista Letícia Nabuco será analisada com a intenção de trazer à tona o potencial político das artes.

³ João Francisco Duarte Jr, professor no Instituto de Artes da Unicamp, usa o termo anestesia para denunciar e refletir sobre a crise dos nossos sentidos. Em seu livro *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*, o autor discute a modernidade como viés dessa anestesia, ou seja, como produtora e propositora do embotamento de nossos sentidos, sensibilidades e emoções.

A partir das reflexões teóricas de David Harvey, Paola Berenstain Jacques, Denise Sant'Anna e Elaine Nascimento, irá se problematizar o modelo de urbanização e a relação da corporeidade com os espaços públicos, visando elucidar como as configurações urbanas se tornaram cada vez mais politizadas e socialmente excludentes. Por outro lado, as relações entre arte e política, apresentadas por Jacques Rancière, Chantal Mouffe e André Lepecki, auxiliam para a compreensão da arte como estratégia política crítica, como também, ressaltam onde reside na arte, através do exemplo da performance *Mercúrio Líquido*, as potencialidades transformadoras das relações entre corpo e cidade.

Além disso, partindo da noção de performance como arte que atravessa outras linguagens, segundo Renato Cohen (2002, p. 30), coloca-se “no limite das artes plásticas e das artes cênicas, sendo uma linguagem híbrida que guarda características da primeira enquanto origem e da segunda enquanto finalidade”, já, conforme Eleonora Fabião (2008, p. 239), “escapa à qualquer formatação”, sua matéria é a vida, seja dos artistas, dos espectadores ou de ambos, serão abordadas noções de presença nas relações corpo/ambiente, como também noções sobre corporeidade, a partir de Flávio Rabelo, Renato Ferracini, Bruna Reis, Milene Lopes Duenha, Sandra Meyer Nunes e Suely Rolnik, explicitando a arte que se faz nos encontros e na mutabilidade da vida.

Cidade sem alma: acerca do espaço

“Vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar” (HARVEY, 2014, p. 27). A partir dessa afirmação de David Harvey, inicia-se a ideia da constituição do urbano relacionada com o capitalismo. O autor defende que, desde o surgimento, as cidades desenvolvem-se em torno dos excedentes de produção, os quais “são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos”, desvelando a urbaniza-

ção como “algum tipo de fenômeno de classe” (HARVEY, 2014, p. 30). O capitalismo visa o lucro e para obtê-lo, necessita da produção de excedentes. Essa produção, que não tem fim, é absorvida pela urbanização. Por conseguinte, conforme Harvey (2014), pode-se relacionar o desenvolvimento do capitalismo com o da urbanização.

Harvey (2014) traz a associação do capitalismo com o urbanismo, através de três exemplos históricos, relacionados com os problemas econômicos (absorção de excedentes) e com os sociais (desemprego). Primeiramente, o autor elucida que, na crise de 1848, nas cidades da Europa Oriental e Central, os movimentos revolucionários, ao reivindicarem soluções para os problemas econômicos e sociais, sofreram violentas repressões. Para sanar a falta de absorção do capital, o imperador Napoleão III implantou um programa de investimentos na infraestrutura, o que resultou em uma das maiores reformas urbanas até o período.

No segundo exemplo, Harvey (2014) refere-se aos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Robert Moses propôs as transformações infraestruturais, a suburbanização e a reformulação não apenas da cidade, como também de toda a região metropolitana. Na sequência, Harvey (2014, p. 40) relata sobre o que ocorreu até 2008 nos Estados Unidos: “o mercado imobiliário absorvia diretamente uma parte significativa do excedente de capital, que era canalizado para novas construções.” O boom do mercado imobiliário, que acometeu a maioria das cidades do mundo, trouxe o aumento populacional das cidades, grandes e espetaculares projetos urbanísticos, criando cidades fragmentadas, onde os que têm menor poder econômico e político sofrem com o processo de segregação socioespacial. Diante disso, conforme diz Harley (2014, p. 46),

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para o que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...] A tendência pós moderna a estimular a formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano, quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve

a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio da florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias (cuja escalada é onipresente).

Shoppings, construções monumentais destinadas ao comércio e lazer fomentam o consumo e uma vida cada vez mais isolada, individual, alimentada pela neurose e ansiedade. Movimentos, como o novo urbanismo⁴, exaltam a “venda da comunidade” e o “estilo boutique” como um modo de vida dos sonhos estabelecido pelo mercado imobiliário. (HARVEY, 2014, p. 47). Segundo Harvey (2014, p. 47), “é um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana”. Trata-se do poder da classe capitalista em dominar o processo de urbanização. Dominar não apenas os aparelhos estatais, como também os modos de vida das populações, seus valores e suas visões de mundo (HARVEY, 2014, p. 133).

Para o autor, a cidade é o lugar de encontro de pessoas para a produção de uma vida, embora transitória, em comum. Contudo, o neoliberalismo e a onda de privatizações produzem espaços policiados, controlados, homogeneizados, a fim de inibir tudo o que não condiz com o interesse da classe capitalista. Logo, a urbanização capitalista destrói o espaço comum social, habitável e político e o inabilita enquanto possibilidade de embate direto ao capitalismo e à militância política. Harvey (2014) exemplifica o espaço da rua. Antes do surgimento do automóvel, a rua era um lugar de socialização entre as pessoas, porém, com o tráfego intenso de veículos, tornou-se quase inutilizável, tanto para os motoristas, quanto para os pedestres. Conforme afirma Harvey (2014, p. 146), “esse tipo de rua não é um comum”, estamos diante do comum destruído, transformado e dominado pelo automóvel. Sant’Anna (2001, p. 47) corrobora essa

4 O movimento do novo urbanismo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980, visando combater o modelo de “cidade espalhada”. Para isso, busca a “compactação e aumento da densidade com planejamento e projetos urbanos” e, também, “incrementar e diversificar os mais diversos usos” nos espaços projetados (RODRIGUEZ, 2016, p. 49). Um exemplo no Brasil é o bairro planejado Pedra Branca, situado em Palhoça, Santa Catarina.

perspectiva, afirmando que nas cidades feitas para o automóvel, “o pedestre se encolhe”. Logo, o compartilhar experiências nas ruas aproxima-se de uma utopia, visto que a sociabilidade é suprimida pelo automóvel e passa a ser vivenciada em recintos fechados.

O novo urbanismo, além de outras correntes urbanas pós-modernas, segue a lógica da “mercantilização espetacular das cidades” (JACQUES, 2009, p. 1), que resulta na configuração do urbano como cidade-mercado-empresa⁵. Trata-se de diferentes processos urbanos que convergem para um pensamento único e consensual: o do mercado. Dessa forma, as estratégias de marketing são indispensáveis para a construção da cidade contemporânea inserida na rede global de cidades culturais e turísticas.⁶ Os espaços públicos, assim como a cultura, encaixam-se nessa lógica. Como esclarece Jacques (2009, p. 2):

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizada, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária. As cidades cenográficas contemporâneas estão cada dia mais padronizadas e uniformizadas. Um bom exemplo disso é o mobiliário urbano globalizado [...] O que interessa, antes de qualquer tipo de funcionalidade, forma ou estética do mobiliário urbano contemporâneo é, evidentemente, o tamanho do painel disponível para publicidade no espaço público, ou seja, para venda de espaços públicos para fins privados.

Se há um modelo de cidade, há um modo de vida e corpo urbano que respondem a esse modelo (NASCIMENTO, 2017). Sant’Anna (2001, p. 49), ao trazer a ideia de pedestre encolhido, compara-o com o organismo da ameba. Esse organismo, considerado o mais simples do reino animal, recebe o estímulo externo e já o responde quase que instantaneamente, “como se agisse sempre por reflexo e

5 Oflia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (2000) apresentam o histórico do urbanismo, especialmente dos anos 1970 ao final do século e o papel da cultura na produção do urbano. Destacam dois modelos: o americano e o europeu, ambos indicam a cultura cada vez mais ligada e comandada pelo capital.

6 Paola Berenstein Jacques (2009, p. 2) traz o exemplo do “modelo Barcelona” como estratégia de marketing, o qual consiste em “consultores especializados na criação de imagens-cenários e na construção de consensos-simulacros de participação”.

jamais pela reflexão”. Nesse sentido, a autora compara o tempo de resposta do pedestre em relação aos estímulos da cidade: o pedestre não consegue absorver toda a informação que lhe é dada, não há tempo para assimilá-la, e essa acaba sendo meramente acumulada, “produzindo sujeitos desprovidos de questionamento criativo”, da capacidade de reflexão (SANT’ANNA, 2001, p. 49).

Nascimento (2017, p. 24) aborda sobre o corpo-produto, “o corpo ideal para a cidade ideal”, o corpo para a cidade do marketing, da publicidade, formatado nos padrões regidos pela lógica do capital, que reverberam na cidade, tornando-a objeto. A autora suscita o corpo de resistência como contraponto. É esse corpo que, através de suas ações, se nega a imergir no sistema capitalista. “Ele se conecta a espaços de lisura dentro do espaço urbano, e tenta retratá-los em uma tentativa de permanência e resistência”, onde, então, pode-se “ler os espaços de luta e os espaços que resguardam exposições de subjetividades” (NASCIMENTO, 2017, p. 24). Sant’Anna (2001, p. 50) é categórica e diz “o quanto é urgente restituir a cidade a seus habitantes, inserindo no tecido urbano suas culturas (o que é fundamental para que esse tecido se mantenha vivo) e seus engajamentos”.

Arte enquanto micro-resistência urbana: construtora de dissensos

Conforme Nascimento (2017, p. 27), a arte urbana pode ser encarada como criações micropolíticas de espaços de subjetivação, que através da identificação ou embate físico de um passante, desperta outros movimentos singulares que partem da identificação, crítica, ou da simples busca de sentido, onde espaços já sacralizados e definidos são ressignificados através da ação artística. [...] A arte urbana, a arte desenvolvida no e para o espaço público é um elemento constituinte da vida pública, necessário a ela, possível via então de entendimento das relações sociais que são travadas no espaço público urbano.

Elaine Nascimento (2017, p. 27) argumenta que existe uma relação entre artista e espaço, e essa pode ser definida como uma relação de proximidade, uma vez que o lugar se constitui como matéria determinante para a ação artística. Nessa relação, tem-se uma apro-

priação temporária do espaço, visto que os vetores utilizados para a criação se transformaram no decorrer do ato, “na medida em que são recebidos pelas pessoas que vivem ou experimentam a ação”.

A autora propõe pensar, além da relação com os lugares, a relação entre a arte no espaço público e a esfera pública. Rancière (2010, p. 173), citado por Lepecki (2011, p. 43), identifica o “regime estético” nas artes, desvelando a arte além do belo. Nele, a arte tem a função de ativar as “partições do sensível, do dizível, do visível e do invisível”, as quais suscitam “novos modos coletivos de enunciação e de percepção” e criam “vetores de subjetivação e de novos modos de vida”, contrapondo-se aos modos de dessubjetivação⁷ atuais.

Considerando a força expressiva da arte, é possível relacioná-la com a política. Essa conexão, para Rancière, é feita através do “disenso”. É ele o responsável pela ruptura de hábitos, comportamentos, gestos e percepções, reconfigurando a formatação das experiências sensíveis e distanciando-se dos clichês da vida espetacular. Conforme ratifica Agamben (2009, p. 204), “a arte é inerentemente política, porque é uma atividade que torna inativos, e contempla, os hábitos sensoriais e os hábitos gestuais dos seres humanos, e, ao fazê-lo, os abre para um novo uso potencial” (*apud* LEPECKI, 2011, p. 44).

Quanto ao entendimento de política na obra de Rancière, Lepecki (2011) diz que assim como a arte pode ser definida em termos estéticos, a política também pode ser entendida dessa forma. Ela, segundo Rancière, é responsável pela “intervenção no visível e no dizível” (*apud* LEPECKI, 2011, p. 44), ou seja, pode ser definida por meio da relação entre “o que se vê e do que se pode dizer do que é visto” (*apud* NASCIMENTO, 2017, p. 28). Para Rancière, o papel da política é questionar e perturbar o que é visível e o que é audível, sendo a estética responsável pelas “partilhas do sensível”, dando voz aos que não são ouvidos e visibilidade aos que não são vistos (*apud* NASCIMENTO, 2017, p. 28).

7 Giorgio Agamben, em seus estudos sobre os “dispositivos” de Foucault, apresenta o sujeito como fruto da relação entre os seres vivos e os dispositivos, os quais ele denomina como qualquer coisa que controle aqueles. Todo dispositivo gera uma política de subjetivação e com o crescimento ilimitado do mesmo, na atual fase do capitalismo, tem-se a construção de processos de dessubjetivação, que não correspondem a uma subjetivação real: “na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade” (AGAMBEN, 2009, p. 47).

Assim, conforme Nascimento (2017), entender as intervenções artísticas urbanas é entender os movimentos políticos de subjetivação. Quando grupos se unem a fim de dar visibilidade ao que foi excluído do comum⁸, tem-se a formação das “comunidades de partilha” e a possibilidade de dar voz ao sujeito através da sua própria fala. Aqui, Jacques (2009, p. 4) elucida que o importante extrapola o sentido de dar voz aos silenciados, culmina na exposição das diferenças “entre os que têm e os que não têm – ou que de tão apaziguados nem desejam mais ter – voz ativa”.

Dentro dessa lógica, Mouffe (2007), citada por Jacques (2009), também insere a arte na ordem do dissenso, o que a autora denomina de “arte crítica”. Essa arte consiste na fomentação de dissensos e é formada “por uma série de práticas artísticas que buscam dar voz àqueles que foram silenciados pela estrutura da hegemonia existente” (*apud* JACQUES, 2009, p. 4). São, para Mouffe, “intervenções contra-hegemônicas”, e para Jacques (2009, p. 4), trata-se da “arte enquanto micro-resistência, experiência sensível, questionadora de consensos estabelecidos e, sobretudo, potência explicitadora de tensões do e no espaço público, em particular diante da atual despolitização e estetização consensual dos espaços públicos”, contrapondo-se à arte que produz cenografias no espaço público, com o objetivo de embelezar ou criar imagens a serviço da cidade espetacular.

São as ações artísticas responsáveis por ocupar os espaços públicos, apropriando-se dos mesmos, a fim de criar outras experiências, diferentes das propostas pelos espaços públicos pacificados (JACQUES, 2009). Lepecki (2011, p. 55) traz a relação entre política e coreografia. Para ele, a política atua como uma “operação coreográfica”, expondo as rachaduras dos espaços. Nesse sentido, o autor aborda o termo coreografia como prática política e como movimento necessário para criação de cenários urbanos de contestação, o que André Lepecki denomina de coreopolítica.

8 “O termo comunidade para o autor parece estar fortemente ligado ao termo visibilidade, esquadrihando a existência de um comum e das partes específicas que participam dessa partilha, em um sistema de não exclusão, onde as formas de fazer que refletem as estruturas sociais, seja as quais o artista está envolto, seja em relação ao que é partilhado” (RANCIÈRE *apud* NASCIMENTO, 2017, p. 28).

Para Lepecki (2011, p. 55), toda coreopolítica “revela o entrelaçamento profundo entre movimento, corpo e lugar”, por este motivo, “requer uma distribuição e reinvenção do corpo, de afetos, de sentidos”. Quando isso acontece, a figura do sujeito político emerge, atribuindo outros sentidos para os espaços públicos, que, assim, cumprem sua verdadeira função. É no tropeço, que o sujeito político propõe intervenções “nos sentidos da cidade, nos fluxos e na lógica da espetacularização da vida urbana” (CARREIRA, 2007, p. 3) e questiona o papel da polícia. Esta, segundo Lepecki (2011), coreografa o movimento na urbs, desde que esse movimento não desorganize o que é estabelecido pelo consenso dominante. Em contrapartida ao dissenso, a coreopolícia, então, produz o movimento que permanece inquestionável, que é fruto do mero espetáculo, ao invés de implementar o movimento que importa, tal qual a coreopolítica faz.

Assim, ao manter, atualizar e incorporar os conflitos nos espaços públicos, pode-se pensar na construção de uma cidade mais democrática (JACQUES, 2009). Nesse sentido, compreender os processos de singularização⁹, através do agenciamento entre corpo e cidade, nos ambientes urbanos que constroem ambientes políticos, é essencial para os estudos urbanos e para fomentar um urbanismo, ao qual Jacques (2009, p. 4) se refere como “mais dissensual, incorporado e vivaz”. Lepecki (2011, p. 57) questiona: “o que, de fato, é um movimento verdadeiramente político? Como criar um movimento de contestação que, de fato, escape das coreopoliciadas imagens do que a contestação deve ser nos circuitos urbanos?”

Enquanto a cidade capitalista produz simulacros de consumo, onde “é preciso coragem para comprar menos e mais do que coragem para frear o desejo de consumir” (SANT’ANNA, 2001, p.

9 Guattari (1996) faz referência à existência de uma tradição filosófica que constitui a essência do ser humano: uma vida organizada de forma rígida, na qual regras e valores – estabelecidos e interiorizados pelo capital – são impostos como algo que não deve ser alterado, por conseguinte, os componentes de subjetivação estagnam-se e as ações que movimentam a vida são desqualificadas. Recusar tudo isso, que supostamente traz a sensação de segurança e ordem, é criar brechas, frestas, o que o autor denomina de “processos de singularização”, um desvio, uma espécie “de escapatória frente às tentativas de traduzir a existência pelo crivo dominante do capital” (*apud* MANSANO, 2009, p. 112).

61), e constrói espaços cada vez mais controlados e policiados, toda linguagem artística que não se encaixa no padrão estabelecido pela publicidade e que não reafirma a lógica do capital cria “espaços de estranhamento com as rotinas das cidades” (CARREIRA, 2007, p. 3). Na busca de questionar a ditadura da produção permanente e do fluxo ininterrupto, a performance *Mercúrio Líquido*¹⁰, ao propor o ato de parar, recusa o falso nomadismo¹¹, criando contra fluxos à cidade e aos protocolos comportamentais e sociais. Segundo Lepecki (2011, p. 57), trata-se de uma nova imagem de ocupação:

Ocupando a pólis, recusando a circulação, um ato parado toma aspectos políticos, cinéticos, estéticos, pois a ocupação e o permanecer demonstram e revelam como o ímpeto e o imperativo de circulação e de agitação são coreografias que policiam, bloqueiam e impedem uma outra visão de vida.

Ocupar, respeitando e atentando-se aos terrenos acidentados da urbs e suas histórias. Lepecki (2011, p. 49) ressalta que o pisar não deve recalcar e terraplanar o terreno, mas deixar o “chão galgar o corpo, determinar os seus gestos, reorientando assim todo o movimento, reinventando toda uma nova coreografia social”. Carreira (2007, p. 7) complementa que a fala da cidade e a dramaturgia dos espaços não podem ser ignoradas. “As linhas dos edifícios, as tensões dos usuários, o trânsito de veículos e pessoas e o controle social do lugar público” interferem nessa dramaturgia. Nesse sentido, a performance *Mercúrio Líquido* integra-se, funde-se com os elementos do ambiente, seus edifícios, vias, marcos e pontos nodais, bem como escuta o seu contexto social, fissurando-o e dando visibilidade a camadas escondidas. É só assim que, conforme Lepecki (2011, p. 49),

Pode uma cidade deixar de ser essa amálgama de construções e leis criadas com o objetivo de se controlarem cada vez mais totalmente

10 A performance *Mercúrio Líquido*, idealizada pela artista Letícia Nabuco, propõe a intervenção urbana a partir da presença e do encontro de corpos no espaço público, em cenários urbanos de intenso fluxo.

11 Guattari, nas suas visitas a São Paulo, propõe a restauração de uma cidade subjetiva. Para ele, a primeira impressão é de que tudo circula e está em movimento, mas, ao mesmo tempo, parece estar fixo, imóvel, imutável, o que o autor denomina de falso nomadismo (apud SANT'ANNA, 2001, p. 49).

os espaços de circulação (de corpos, desejos, ideais, afetos); só assim pode uma cidade se tornar uma coreografia de atualização de potências políticas [...].

É na ocupação dos espaços de fluxos, supostamente impróprios para tal ação, que a performance *Mercúrio Líquido* se faz questionadora e dissensual. É na criação de processos de singularização, nas partilhas dos espaços públicos e no seu fazer como lócus político que se aproxima de uma política mais igualitária, na qual a distância e a visibilidade dos sujeitos são expostas. Carreira (2007) diz que “desorganizar” os fluxos dos espaços públicos é “buscar a construção de Lugares, pois implica na redefinição das relações entre cidadão e os espaços da cidade”. Assim, através da interferência na paisagem urbana e do confronto com as normas estabelecidas na urbs, a performance suscita a abertura do sensível, construindo novos olhares e poéticas para os espaços, na sua materialidade mais concreta.

Potencialidades no encontro: novas poéticas para o espaço

Figura 1 - *Mercúrio Líquido* – “Ceder, resistir e gozar a cidade”



Fonte: as autoras (2019).

A performance *Mercúrio Líquido* teve início por meio de um exercício performativo, de nome equivalente, o qual a artista Leticia Nabuco desenvolveu na oficina que acompanhou o trabalho em 2016. Em 2017, passa a ter o caráter de intervenção urbana e é apresentada ao público, pela primeira vez, no Corredor Cultural de Juiz de Fora, Minas Gerais. Em 2018, foi aprovada no edital de criação e pesquisa em dança, promovido pela Prefeitura de Juiz de Fora e pela Funalfa. A pesquisa apoia-se na exploração do movimento pelo princípio do *yield*¹²(ceder), que no Body Mind Center, conforme Pees (2010), consiste na utilização mínima de esforço ao realizar uma ação.

No caso de *Mercúrio Líquido*, a ação de estar parado não significa estar parado verdadeiramente. A performance, aparentemente estática em um nível macroscópico, está intensamente em atividade nas dimensões invisíveis do corpo, por meio de movimentos microscópicos. Trata-se, segundo Greiner (2009, p. 182), de uma permanência que não é fixa: “uma espécie de impermanência invisível, que resiste e transforma os estados corporais em potência”. A investigação dessas dimensões, contempladas nos encontros afetivos, propõe experimentar as composições em ato, abrindo possibilidades para criar e intensificar as relações e inventar outros modos de composição (RABELO; FERRACINI; REIS, 2016).

Inventar, nesse contexto, refere-se a como compor e isso leva a observar os elementos processuais da obra. Compor é um processo que se dá pelo conhecimento presencial, na invenção em ato, consequente da experimentação e da relação entre as materialidades das partes envolvidas e, também, pelo protocolo ou técnica construída anteriormente à ação. Nesse sentido e por se tratar de uma performance, *Mercúrio Líquido* abre-se para o imprevisível, para os impulsos, ou seja, pode-se afirmar que existe um traçado, “mas há também previsto o vazio do ‘aqui e agora’ e o risco dos movimentos a ele inerente” (RABELO; FERRACINI; REIS, 2016, p. 275).

12 O princípio *yield* se dá quando alguma parte do nosso corpo entra em contato com superfícies como o chão, objetos ou outros corpos, recebemos um estímulo e deixamos “ceder a força da gravidade no peso do corpo ativamente, sem se desmoronar” (PEES, 2010, p. 264), criando informações importantes nessas áreas e articulando o processo de tensão e relaxamento.

Fazer e pensar arte considerando os encontros entre corpos, desloca a noção de presença do artista para os aspectos relacionais (DUENHA; NUNES, 2017). Presença, segundo Jaeger (2006, p. 122), citada por Duenha e Nunes (2017, p. 101), “pode ser definida como a configuração e reconfiguração de uma força em resposta ao ambiente, o que exige do artista capacidade de escuta, consciência de si e do que o cerca, considerando nessa relação o modo singular de cada corpo agir e reagir”. Duenha e Nunes (2017) trazem a ideia de presença-convite, em contraposição à presença impositiva que desvela a figura do artista como algo inacessível. Ao negar isso, abre-se a possibilidade de contaminação entre as ações dos corpos presentes e a partilha de experiências e sensações, potencializando os afetos entre esses.

Na abertura do sensível, a performance *Mercúrio Líquido* cria as fissuras nos contextos em que acontece e assim, suscita a presença que se contamina pelo seu entorno. Está além de uma presença impositiva, trata-se da presença sensível e viva, de corpos que se relacionam entre si, com o ambiente e estão em constante processo de atualização a cada nova conexão. Assim, assume-se que o corpo se modifica pelos afetos presentes no aqui e agora. Essas modificações ampliam as possibilidades compositivas e desenham um presente “de modo coletivo, no encontro entre o artista e o público” (DUENHA; NUNES, 2017, p. 105).

No caminho dessa abordagem, Rabelo, Ferracini e Reis (2016, p. 270) mencionam que a composição em ato por meio de um coletivo, inserido no mesmo aqui-agora, potencializa os efeitos de presença, ou seja, intensifica as relações de materialidades da composição e dos corpos envolvidos, logo, pode-se pensar “no encontro como gerador de efeitos de presença”. Presença que não se faz só, que se faz tanto nos seus modos de treinar precedentes ao encontro, quanto no estar com o outro, nos encontros, no coletivo (DUENHA; NUNES, 2017).

A partir da concepção do corpo coletivo como potencializador de efeitos, é possível falar de “processos de desaceleração, lapidação de imagens, organização de imagens e virtuais” (RABELO; FERRACINI; REIS, 2016, p. 281). Esses processos são decorrentes de me-

mórias, as quais criam e recriam os corpos na experiência, no acontecimento, no presente, presente esse “que já é passado recriado, virtualizado”. Logo, temporalidades, outras composições e outros planos de realidade são gerados. A arte sai do campo metafórico e coloca-se no campo do concreto, no campo da realidade. O real está constantemente no trânsito das atualizações e virtualizações. Ele é o “entre, o que se atualiza nas relações” e produz a desaceleração, um outro tempo que é presente, que retorna à memória e a recria. Como explicam Rabelo, Ferracini e Reis (2016, p. 282):

O presente pressiona a memória. Tudo o que vivemos pressiona a memória. O presente singulariza a memória, que dança escolhas a partir das necessidades do que é experienciado, de modo que se possa pensar a criação de experiências artísticas como processos de subjetivação, modos de constituir-se, modos de habitar o real – sempre sob a perspectiva de processos artísticos de abertura para criar lugares de fluxos alterados, de desaceleração e de acessos aos virtuais presentes em cada corpo.

Assim, tem-se a noção de um corpo que estrutura sua forma individualizada no espaço por meio de movimentos internos e externos, constituído por corpos menores e pelas suas conexões com corpos externos. Nesse sentido, Rabelo, Ferracini e Reis suscitam a ideia de corpo atrelada à densidade de suas relações, que se torna mais forte e potente “quanto mais ricas e complexas forem suas relações com outros corpos, isto é, quanto mais amplo e complexo for o sistema de afecções corporais” (CHAUÍ, 2011, p. 73 *apud* RABELO; FERRACINI; REIS, 2016, p. 276).

Em *Mercúrio Líquido*, arte e vida misturam-se e o corpo, inserido no cotidiano, torna-se um território de experiências. Dessa forma, performar, segundo Rabelo, Ferracini e Reis (2016, p. 274), passa a ser “atuar nos modos de existir, nos modos como se concebem a própria vida e suas experiências criadoras”.

O corpo do aqui-agora: o corpo que não se conforma

Christine Greiner (2009) afirma que as mudanças no entendimento sobre o corpo, permitiram a criação de uma dramaturgia do

movimento. Em relação a essas questões, a autora aponta: o reconhecimento de um corpo singular internamente, mas ao mesmo tempo, sempre em transformação, uma vez que possui plasticidade; o reconhecimento de um pré-movimento, “ação que se desenha internamente antes de se tornar visível e reconhecível como um gesto” e o reconhecimento de “níveis distintos de consciência corporal” (GREINER, 2009, p. 184).

Entender o corpo como algo que não se conforma, como se, ao invés de tentar se fixar em algo que é, poderia se pensar em tudo o que não é, mas poderia vir a ser (RABELO; FERRACINI; REIS, 2016). O anticorpo, como apresenta Bernard, citado por Duenha e Nunes, faz-se necessário para entender o corpo primeiramente pelo que ele não é, para assim construir a noção de corporeidade. Sobre o corpo em Bernard, Duenha e Nunes (2017, p. 112) expõem que o autor o compreende “como um modo de gestão de nossa experiência vivida, de nós mesmos, dos outros e do mundo. O corpo seria um organismo vivo que se atualiza constantemente na relação com o ambiente, e com a cultura que o reivindica”.

Nesse sentido, não é possível conceituar o corpo como algo que se divide em duas dimensões, “mente e corpo, ou espírito e matéria” (DUENHA; NUNES, 2017, p. 113). Trata-se, segundo as autoras, de um organismo vivo, dinâmico, expresso em um corpo poroso e não segmentado. Poros, os quais permitem o agenciamento de informações, sem que estas se conformem de modo estável. Sobre o corpo sensível, Duenha (2014, p. 97), citada por Duenha e Nunes (2017, p. 111), afirma:

O corpo em devir, que se descreve menos pelo é, e mais pelo sendo agora, e agora aparece como uma possibilidade de percepção do corpo que performa, esse que se supõe não mais pilotado pela alma, e que, como presença no contexto das relações, agencia informações, propõe experiências sensoriais, afetando e sendo afetado, em um território de eminências. O corpo que performa seria esse do sendo agora, que se reconfigura no espaço da troca, que afeta e é afetado pelos corpos, considerando também os agenciamentos singulares de cada corpo em relação. Como ser sensível às relações?

No caminho dessa abordagem, a partir dos estudos de Lévy (1996), Ferracini, Rabelo e Reis (2016, p. 277) entendem o corpo como “adensamentos provisórios num fluxo de virtualizações e atualizações”. Dessa maneira, tem-se a ideia de sujeito que vai além da matéria e do espírito e está atrelada a um processo, a um fluxo constante entre virtualizações e atualizações. O corpo passa de um virtual para um atual e de um atual para um virtual, o que significa que “se expressa a partir do atrito íntimo com o que o move e o paralisa, envolto num emaranhado de linhas de materialidades diversas” (RABELO; FERRACINI; REIS, 2016, p. 278).

Nessa atualização da virtualização, o corpo do performer dá lugar a outro corpo, no qual o corpo individual se dissolve, criando um corpo maior e coletivo. Esse corpo é sinônimo de resistência, de luta para não se desfazer e, como afirmam Rabelo, Ferracini e Reis (2016, p. 280), quando se consegue percebê-lo como um único organismo, tem-se a sensação de um presente eterno, por conseguinte, a intensificação e “expressão das forças de expansão da vida”. Quando a performance *Mercúrio Líquido* se propõe ao encontro de corpos de diferentes linguagens, não se consegue mais distingui-los. Eles se fundem uns aos outros e tornam-se uma massa, que respira, desliza, move-se e integra-se com a cidade, trabalhando com as ideias de não-liderança e escuta interna e externa.

No percurso dessas transformações, abre-se espaço para a imprevisibilidade, para o acaso e para a surpresa. Enquanto a ação acontece, transforma-se, e não será, mesmo que aparentemente igual, à anterior. Rabelo, Ferracini e Reis (2016, p. 280) mencionam que em um nível macroscópico há a repetição, contudo, “quanto mais próximos da zona de potência e em contato com as microperecepções, mais dentro do momento presente (famoso aqui e agora) e suas especificidades nos colocamos”. Nesse processo, real e ficção se sobrepõem e se confundem, as noções de individualidade e sujeito desaparecem, o performer torna-se invisível e então se faz presente.

Suely Rolnik (2006, p. 3) traz o conceito de “corpo vibrátil”. A autora, apoiando-se nas pesquisas da neurociência, aborda a dupla capacidade de cada órgão dos sentidos. A cortical, que corresponde

à percepção, trata-se de uma relação de exterioridade, a qual “nos permite apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido”. Já a subcortical corresponde à sensibilidade, e “nos permite apreender o mundo em sua condição de campo de forças que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações”. A partir dessa capacidade que se dissolvem “as figuras de sujeito e objeto, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo”, é essa capacidade que Rolnik denomina de “corpo vibrátil”. O contraponto das duas capacidades é o que atravessa o sujeito e desencadeia a crise, no sentido de que se incorporam as sensações aos territórios existenciais e as compartilham, forçando-o a pensar e criar continuamente. Dessa forma, abre-se a possibilidade para a interferência na realidade e para a transformação dos contornos das subjetividades (ROLNIK, 2006).

Nesta ação performativa, *Mercúrio Líquido*, seja por meio do corpo, conforme Rolnik (2006, p. 3), “que tem este poder de vibração às forças do mundo”, ou do corpo com poros dilatados, segundo Duenha e Nunes (2017, p. 111), “que se mistura com o que há nos encontros”, ativa o sensível, para que o outro se torne presença viva. Em busca da vulnerabilidade, anestesiada pelos modos de des-subjetivação atuais, constitui-se como estesia, instrumento de resistência, potência transformadora, modificando as relações entre os corpos que ali transitam.

Isso propõe pensar sobre o corpo cotidiano na urbs. Segundo Jacques (2010, p. 113),

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, uso ou experiência cotidiana dos espaços urbanos e, assim, os reinventam, subvertem ou profanam [...] são as experiências corporais que reinventam esses espaços urbanos no cotidiano, continuamente. São sobretudo os usos, as táticas e as ações que importam neste processo de reinvenção, as apropriações feitas a posteriori, com seus desvios, atalhos e astúcias. Os praticantes ordinários das cidades experimentam os espaços quando os praticam e, assim, lhe dão outro “corpo” pela simples ação de praticá-los.

Diante do urbanismo, ao qual Jacques (2010, p. 115) se refere como “desencarnado e espetacular”, a performance atravessa a rotina da experiência urbana e interrompe o transeunte no seu fluxo diário, abrindo-se para algo que não há espaço no dia-a-dia: a natureza inesperada e o afeto. O espectador é solicitado a perceber tanto o que é mais visível, quanto os processos menos visíveis, abrindo possibilidades de mudanças nas percepções em relação ao ambiente e a si mesmo.

Rancière (2010, p. 109), citado por Duenha e Nunes (2017, p. 103), traz a ideia de espectador ativo, que deixa o seu papel de mero observador e assume o de “cientista que observa fenômenos e procura suas causas”. Nesse sentido, *Mercúrio Líquido* contrapõe-se ao empobrecimento da experiência corporal urbana cotidiana, resultante da imagem e do marketing, e suscita questionamentos, sensações, ritmos, velocidades, que quebram os padrões consensuais estabelecidos pelo urbanismo espetacular. Assim, nas experiências da cidade vivida, tem-se o bom uso da lentidão¹³, ao invés de concebê-la como “deficiência, ela passa a ser entendida como uma escolha” (SANT’ANNA, 2001, p. 18).

Para Jacques (2010), as cidades e os corpos configuram-se em uma relação mútua, o que a autora denomina de corpografia urbana¹⁴. Dessa forma, é possível pensar em corpos modificados pelas memórias dos espaços e que alteram a estrutura de espaços consagrados por meio do seu uso. *Mercúrio Líquido* busca o desvio do corpo entendido como produto, propondo outra experiência corporal cotidiana na urbs, o reuso do espaço e o olhar do observador para além dele mesmo, para o outro e para tudo aquilo que o cerca.

13 Denise Bernuzzi Sant’Anna, em seu livro *Corpos de Passagem*, aborda a ideia da naturalização da velocidade. Faz-se, cada vez mais, mais coisas em menos tempo. A valorização do movimento acelerado trouxe o desejo de se viver mais, de ser mais, independente da qualidade de vida. Em contraponto, a escolha pela lentidão questiona esse modelo de vida e propõe a reflexão sobre essas questões.

14 Corpografia, segundo Jacques (2010, p. 114), trata-se de “uma espécie de cartografia corporal, que parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta e, dessa forma, também o define, mesmo involuntariamente”.

Considerações finais

Nota-se que a arte, ao construir os dissensos, constitui-se como potência política no espaço urbano. A contrapelo do urbanismo desencarnado e espetacular, regido pelos princípios do capitalismo e que produz espaços públicos homogeneizados, controlados e consensuais, a arte pode fissurar esse contexto e suscitar a abertura do sensível. Dessa maneira, ela interfere na construção da corporeidade e propõe outros modos de subjetivação. É aí que se faz como micropolítica, como regime estético – a experiência sensível que produz espaços públicos politizados, que explicita e mantém as tensões na urbs, que cria brechas, frestas, processos de singularização, que resiste à submissão e controle dos corpos.

A performance *Mercúrio Líquido* condensa esses elementos políticos e fomenta a volta do espaço público comum e social, possibilitando a resignificação de espaços já sacralizados, onde a desaceleração é urgente e necessária, para a constituição de uma cidade mais subjetiva. Trata-se da busca pelo movimento que realmente importa¹⁵, distanciando-se da falsa agitação, do movimento que se sujeita ao interesse do capital. Por meio dos encontros entre corpos, a performance escuta os terrenos acidentados da urbs e interfere na paisagem urbana, construindo outros olhares e poéticas para os espaços. Surge aí o corpo que se contamina e se transforma a partir dessas relações. Que olha para si, para o outro e para o entorno, modificando a maneira como vivencia o ambiente.

Busca-se também salientar a necessidade de mudança da configuração dos espaços urbanos contemporâneos. É imprescindível pensar a cidade a partir do corpo, moldada pelo corpo. Trazer a arte para a rua evidencia o urbanismo como arte pública, como instrumento político que constrói espaços de lutas, que restitui a cidade a

15 Para a construção de uma cidade mais democrática, faz-se necessária a produção de subjetividades distintas das políticas de subjetivação propostas pelo capitalismo financeiro. Rolnik (2006, p. 8) constata que os regimes totalitários humilham e desqualificam as expressões do corpo vibrátil, bloqueando a força de criação até que essa se reduza ao silêncio. A lógica do capital, assim como os contextos totalitários, agrava “o estado de alienação patológica da subjetividade, especialmente no que diz respeito à política que rege a relação com o outro e ao destino de sua força de criação”.

seus habitantes, reestabelecendo a relação de pertencimento entre eles, apaziguada pela ordenação dos espaços. Dessa forma, torna-se possível desenhar outros contornos de subjetividades e construir cidades mais democráticas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARREIRA, André. A cidade como dramaturgia do teatro de “invasão”. **XI Encontro Regional da ABRALIC**, Universidade de São Paulo – SP, 2007, p. 6 - 7, 2007.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. 2000. 233 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253464>. Acesso em: 07 abr. 2019.

DUENHA, Milene Lopes; NUNES, Sandra Meyer. Presença que não se faz só: potências de afeto no ato de com-por entre corpos. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 99-122, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-26602017000100099&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2019.

FABIÃO, Eleonora. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. **Sala Preta**, São Paulo, v. 8, p. 235-246, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57373>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GREINER, Christine. O corpo e suas paisagens de risco: dança/performance no Brasil. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 7, p. 180-185, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/raf/article/view/684/640>. Acesso em: 07 abr. 2019.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, v. 02, n. 110, Vitruvius, 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em: 07 abr. 2019.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEPECKI, André. Coreo-política e coreo-polícia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2, p. 041-060, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2011v13n1-2p41/23932>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 07 abr. 2019.

NASCIMENTO, Elaine. Corpo-espaço cidade-corpo: possibilidades de urbanografias na cidade habitada. **Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 22-33, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/11644/7669>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PEES, Adriana Almeida. **Body-mind centering e o sentido do movimento em (des)equilíbrio**: princípios e técnicas elementares, na criação em dança, pela poética nas linhas dançantes de Paul Klee. 2010. 327 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP, 2010.

RABELO, Flávio; FERRACINI, Renato; REIS, Bruna. Planos de composição em ato: possibilidades poéticas do cotidiano. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 266-286, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-26602016000200266&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2019.

RODRIGUEZ, Karina Diógenes. **Princípios e parâmetros do novo urbanismo em territórios planejados no Brasil**. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2897>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ROLNIK, Suely. Geopolítica da cafetinagem. **Núcleo de Estudos da Subjetividade**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

4

4

CULTURA ESLAVA NO INTERIOR DO PARANÁ

Luciane Trennephol da Costa.¹

Sônia Eliane Niewiadomski.²

Rhuan Targino Zaleski Trindade.³

Em 1950, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, lançou uma publicação intitulada “Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil” (IBGE, 1950) com resultados do censo demográfico de 1940, que apresentava dados das línguas “estrangeiras” faladas no Brasil. O número de pessoas que falavam no Brasil uma língua estrangeira era de 1.566.662; nos resultados do censo, esse número correspondia a 37% da população brasileira na época. Entre as línguas mais empregadas estavam o alemão, o italiano, o japonês, o espanhol, e quase duzentas mil pessoas declararam

1 Doutora em Letras (PPGL-UFPR). Professora Adjunta no curso de Letras Português da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, campus de Irati. Professora no PPGL da UNICENTRO e da UEPG. E-mail: luciane.tcosta@yahoo.com.br

2 Mestre em Letras (PPGL-UNICENTRO). Professora Colaboradora na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO e professora substituta na Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: soniaeliane@gmail.com

3 Mestre em História (PPGH-UFRGS). Professor Colaborador na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO e doutorando em História na Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: rhuan.trindade@hotmail.com

que falavam uma língua eslava: “Entre as 196.807 pessoas que falavam outras línguas, os grupos mais numerosos correspondiam às línguas russa e polonesa (o total é completado por 264 pessoas, das quais não se pode estabelecer com precisão a língua estrangeira falada)” (IBGE, 1950, p. 7). De lá para cá, em consonância com as políticas linguísticas brasileiras monolíngues, os censos não têm questões específicas acerca das línguas faladas no Brasil. Mas, segundo Oliveira e Altenhofen (2011, p. 193) fala-se no Brasil 270 línguas, sendo 219 línguas indígenas e 51 línguas de imigração. Dentre as chamadas línguas de imigração, fala-se, no território brasileiro, a língua polonesa e a língua ucraniana, majoritariamente no estado do Paraná. O Brasil possui extensões continentais e é tido como um país multicultural, formado pela mistura de variadas culturas, mas que são pouco legitimadas socialmente. É o maior país em extensão territorial da América Latina e faz divisa com dez países latino-americanos, mas, apesar de suas dimensões continentais, possui apenas duas línguas oficiais: o português e a língua brasileira de sinais LIBRAS⁴. O silenciamento linguístico foi eficiente no país, desde a proibição da língua geral pelo Marquês de Pombal no século XVIII até o decreto 406 assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 1938 que, entre outras coisas, proibia o ensino em língua estrangeira. E, como sabemos, apesar de algumas ações como a possibilidade de cooficialização municipal de línguas, as políticas linguísticas vigentes fortalecem a visão de um país monolíngue.

Neste capítulo, apresentamos um panorama histórico das comunidades de descendentes eslavos no interior do Paraná e das pesquisas linguísticas desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos Eslavos – NEES da Universidade Estadual do Centro-Oeste no *campus* de Irati, no Paraná. O NEES é um Programa Permanente de Extensão da Unicentro, *campus* de Irati, existente há mais de uma década e que objetiva mapear o patrimônio material e imaterial eslavo da região de abrangência da universidade. Constituído por uma equipe multidisciplinar, com pesquisadores de várias áreas, atua também na

4 Existe no Brasil a possibilidade de cooficialização de línguas em nível municipal. O pioneiro foi o município de São Miguel da Cachoeira, no estado do Amazonas, que cooficializou as línguas indígenas tukano, baniwa e nheengatu.

promoção da cultura eslava com cursos de dança, língua e artesanato. As pesquisas do NEES propiciam a investigação da contribuição eslava para a identidade brasileira e para a socialização e legitimação da cultura e língua eslavas existentes no Brasil. Iniciamos apresentando um panorama da imigração polonesa e ucraniana, povos que vieram da Europa desbravar o interior paranaense.

Os poloneses e ucranianos no Paraná: aspectos históricos do processo de imigração e colonização

E a senhora sabe onde fica o Brasil? – Dizem que a uns dois dias para lá de Działdowo⁵. Vou a pé, porque não quero viajar pela grande água... (correspondência do Kurier Warszawski no Gorączka brazylijska conforme: Mazurek (2016, p. 54), n. 298, de 16(28)/10/1890.

Os eslavos são um grupo linguístico indo-europeu (GIMBUTAS, 1971), que, a partir da Antiguidade Tardia e da Idade Média, se subdividiu em diferentes dialetos e línguas aproximadas. Esses grupos tem uma história marcada por movimentos constantes de migração e colonização (GIMBUTAS, 1971, p. 17) – para a Europa Central e a Península Balcânica, e depois o ultramar - e eventuais subjugações. Dois grupos se destacam para o caso brasileiro e seu período de imigração entre o final do século XIX e o início do XX, os poloneses e os ucranianos.

Em 1871 chegam ao Paraná, na região do Pilarzinho, próxima à capital estadual, Curitiba, os primeiros imigrantes poloneses. Conduzidos por lideranças como Edmundo Saponski e o Pe. Antonio Zielinski, eram provindos de Brusque, Santa Catarina, onde chegaram dois anos antes, dando início ao processo conhecido como “imigração polonesa no Brasil”.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar o fato de a Polônia, entre 1795 e 1918, não ter existido oficialmente como estado independente. Seu antigo território fora partilhado por três vezes (1772, 1792 e 1795) entre as potências vizinhas, o Império Russo, a Prússia (depois, o Império Alemão) e o Império Austríaco (depois,

5 Uma cidade na Polônia, na voivódia de Várnia-Masúria e no condado de Działdowski.

o Império Austro-Húngaro). As motivações que conduziram milhares de poloneses a migrar tinham razão de ser em função desta dominação, marcada pela opressão política e cultural (processos de germanização e russificação), mas eram reforçados por problemas econômicos, em especial no campo (proletarização e minifundização) e a própria propaganda brasileira para atração de imigrantes, oferecendo terras a baixo custo e promessas de melhoria de vida, as quais muitas vezes criaram lendas sobre o país (MAZUREK, 2016).

A imigração polonesa no Brasil, como processo, pode ser dividida em algumas etapas. Smolana (1996) divide em oito, com referência à presença polonesa na América Latina, das quais, as quatro primeiras são as mais importantes para a contextualização, dado que se referem aos períodos de chegada em massa dessa população, sobretudo, no Brasil. A primeira etapa, se concentraria entre o século XVI e 1867, marcada pela vinda esporádica de alguns personagens.

Posteriormente, temos três etapas de grande fluxo, 1867-1914, podendo ser subdividida entre os anos de 1867-1889 e 1889-1914: no primeiro movimento, grupos provindos da parte prussiana eram maioria (como o grupo chegado no Pilarzinho), com uma expansão para as outras partições polonesas. O segundo movimento é marcado pela “febre brasileira”, concentrada entre 1890-1894, sobretudo da região dominada pela Rússia, mas também da Galícia austríaca, marcado pela grande quantidade de imigrantes até o início da Primeira Guerra Mundial. A terceira etapa é de suspenso, entre 1914-1920, provocada pela Grande Guerra e conflitos fronteiriços poloneses. Por fim, a última grande fase emigratória polonesa se concentraria entre 1920-1939, o período entre as duas guerras mundiais, caracterizado pela emigração de minorias étnicas (como os ucranianos) do ressurgido estado polonês e pela constante chegada de camponeses poloneses, aos quais se somavam trabalhadores urbanos e intelectuais, muitos dos quais “dirigidos” (SMOLANA, 1996, p. 24) pela Polônia.

Tendo em vista a divisão da Polônia por 123 anos, que apagou sua nacionalidade, substituída pela alemã, austríaca e russa, bem como as diferentes etnias (lituanos, judeus, ucranianos, bielorrussos, etc.) que emigraram como cidadãos poloneses no pós-Primei-

ra Guerra Mundial, definir o número de imigrantes poloneses que chegaram ao Brasil é uma tarefa difícil.

Muitos autores ensaiaram, desde os anos 1920, estatísticas para a presença polonesa no Brasil (GLUCHOWSKI, 2005 [1927]; WACHOWICZ, 1981; MAZUREK, 2016). Com base nestas aproximações, cerca de 100 mil poloneses teriam chegado ao país até 1914, já no entre guerras, mais 42 mil cidadãos poloneses teriam imigrado (MAZUREK, 2009) – ainda que a maioria fosse composta de minorias étnicas (como os ucranianos).

Os ucranianos, em boa medida, fazem parte de um processo semelhante. A Ucrânia, assim como a Polônia, estava dominada majoritariamente pelo Império Russo, bem como a Galícia Oriental, região de maioria ucraniana, fazia parte do Império Austro-Húngaro. Kazimierz Głuchowski, o primeiro cônsul polonês no Brasil, em 1920, no seu livro sobre os poloneses no Brasil, de 1927, trata a população ucraniana em conjunto aos imigrantes de seu país, deixando dois capítulos voltados aos “rutenos” (a partir de 1920 a designação ucranianos começa a ser utilizada, sendo rutenos uma denominação étnica anterior, mas que mantém alguns usos regulares), como eram então denominados, dada a inexistência do país Ucrânia (ANDREAZZA, 1999, p. 12).

As motivações imigratórias eram basicamente as mesmas dos poloneses, a dominação estrangeira, desde a Idade Média se somava aos problemas econômicos, sobretudo na Galícia, região da qual, partiam tanto poloneses (majoritários na parte ocidental) como os rutenos (potencializada pela exploração da própria nobreza e burocracia polonesa local). Esta região estava especialmente empobrecida, com baixos níveis educacionais, camponeses em minúsculas propriedades e definida pela grande demografia (WACHOWICZ, 1981; ANDREAZZA, 1999).

No bojo da chegada desses galicianos, inicia-se a imigração ucraniana para o Brasil, em 1895, ainda que grupos já tivessem chegado desde 1889 e algumas famílias em 1891 (GUÉRIOS, 2012), data usual para o início do processo imigratório. Após 1918, a região da Galícia se torna parte da Polônia, sendo o número de ucranianos emigrados ampliado, na conjuntura da saída de minorias étnicas

das terras polonesas. Cerca de 45 mil ucranianos teriam chegado ao país, até 1918, o que somado ao período entre guerras e pós Segunda Guerra, somariam cerca de 60 mil (BORUSZENKO, 1995).

O local de destino especial, assim como para os poloneses, era o Paraná. Poloneses e ucranianos ocuparam também regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Pequenos grupos e indivíduos imigraram para outros estados do país.

Após viagem longa, pelos portos de Bremem, Hamburgo e Gênova com destino ao Rio de Janeiro ou Santos, posteriormente o deslocamento para as capitais por trem e, finalmente, para as colônias, por vezes, em longas viagens a pé. Ambos os imigrantes destes grupos se tornaram majoritariamente pequenos proprietários de terras nas regiões de colonização dos estados do sul do Brasil. As terras compradas variavam, mas tinham em média entre 10 e 25 hectares, onde as famílias iriam trabalhar na produção agrícola.

No Paraná, as ocupações se localizaram, principalmente, no sudeste do estado, sendo a região denominada atualmente como centro-sul, privilegiada para a observação das consequências e reminiscências desse processo de imigração e colonização, visto que foram especialmente ocupadas por estes grupos eslavos.

A chegada dos colonos poloneses e ucranianos modificou a paisagem natural (campos de produção, cercas, animais, etc.) e cultural (ritos religiosos, sistema linguístico, etc.) das regiões que ocuparam, bem como daquelas para as quais avançaram, em um processo contínuo de interiorização (WACHOWICZ, 1981) rumo aos sertões paranaenses.

A maioria dos imigrantes eram camponeses, pequenos proprietários, os quais chegavam ao Brasil em busca de melhoria de condições de vida, ainda que permanecendo no campo (WOORTMANN, 1995). Seus descendentes, em boa medida, conservaram-se atrelados aos trabalhos agrícolas, mas também ajudaram na constituição de cidades no interior do sul do Brasil e na mobilização de identidades locais.

Os grupos imigrados de ucranianos e poloneses, no Brasil, dados os distintos processos de interação social do qual fizeram parte, como o contato com os “brasileiros” e outros grupos imigrantes, permitiram

(re)definições identitárias específicas, do que era “ser polonês” ou “ser ucraniano” nesse território de acolhida. Alavancados por processos novos, como a escola-sociedade (WACHOWICZ, 1981), os colonos procuraram se organizar para criar instituições e associações de vários perfis (esportivas, recreativas, culturais, sociais, imprensa periódica, agrícolas, etc.), em especial, educacionais. Estas se somavam às instituições religiosas, de caráter étnico (WEBER, 2015), configuradas pelo vínculo do catolicismo-polonidade e a “fé polonesa” (WACHOWICZ, 1981), por um lado, ou o rito oriental ucraniano, por outro.

Através de suas paróquias e sacerdotes, os imigrantes puderam (re)criar aspectos de suas tradições trazidas das regiões de ocupação na Europa para o Brasil, as reconfigurando de acordo com as demandas da sociedade envolvente. Alguns intelectuais laicos também acompanharam os grupos de imigrantes e puderam auxiliar na criação de escolas e outras instituições, onde o ensino da língua polonesa e ucraniana poderia ser atrelado a outras disciplinas, como de história e geografia da terra natal ou de seus antepassados.

A religião e a escola, que em muitos momentos estavam atrelados, eram elementos aglutinadores e fortificadores das sociabilidades dos grupos imigrados e seus descendentes, ainda que não tenha sido um processo sem conflitos. Permitiam comemorações, estabelecimento de vínculos e diálogos, bem como de ações conjuntas, como demandas para o poder público. Muitas disputas ocorreram entre elementos laicos e religiosos, enviados da Europa ou autoridades brasileiras, civis, militares e eclesiásticas, ao longo do processo de colonização das populações eslavas no sul do Brasil (ANDREAZZA, 1999; WACHOWICZ, 2002; WEBER, 2015).

A manutenção da língua, assim, ocorria no cotidiano, em casa, na igreja, em múltiplas relações interpessoais, assim como no ensino das gerações mais jovens (muitas já nascidas no Brasil). Localizados em regiões mais ou menos homogêneas, as colônias de poloneses e ucranianos eram espaços para a (re)configuração da suas identidades, em etnicidades próprias, para as quais eram elencados marcadores de diferenciação específicos (STREIFF-FENART; PUTIGNAT, 1998). A língua era um desses marcadores que os torna-

vam “poloneses” e “ucranianos” no Brasil, somados a outros fatores, como a própria religiosidade.

O crescente nacionalismo brasileiro, desde o início da República, aflorado nos anos 1930 do governo de Getúlio Vargas, e oficializado com uma “campanha de nacionalização” (SEYFERTH, 1997), a partir de 1938, durante o Estado Novo (1937-1945), conduziu ao fechamento ou nacionalização das escolas de poloneses e ucranianos (RENK, 2009), assim como de suas instituições e perseguição dos seus sacerdotes.

O baque para o ensino em língua estrangeira de imigração foi grande, contudo, essas línguas continuaram sendo faladas, sendo mantidas com suas dinâmicas próprias e modificações ao longo do tempo, mantendo junto delas, outros aspectos culturais das construções identitárias que marcavam este grupo migrante de eslavos.

Patrimônio material e imaterial eslavo

*„Brazylia jest moją matką a Polska jest moją babcią.”
Citação de um dos informantes entrevistados em Niewiadomski (2019): “O Brasil é a minha mãe, a Polônia é a minha avó”, dezembro, 2017.*

Os descendentes dos processos migratórios relatados na seção anterior mantiverem a cultura e identidade eslavas, principalmente no interior do estado do Paraná. Pesquisadores da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, *campus* de Irati, sensíveis à essa realidade cultural na região de abrangência da universidade motivaram-se a criar o Programa Permanente de Extensão Núcleo de Estudos Eslavos – NEES.

O NEES é um projeto multidisciplinar que reúne pesquisadores de diferentes áreas, como Letras, Pedagogia e História, com o objetivo de mapear o patrimônio material e imaterial eslavo. Também atua na socialização das pesquisas na temática eslava, com a realização de eventos acadêmicos, como o Simpósio Internacional de

Estudos Eslavos, e na promoção da cultura eslava com a realização de cursos de língua, dança e artesanato.

O patrimônio imaterial das comunidades eslavas no Paraná é constituído por bens que não têm existência física, cuja presença depende da sua transmissão por meio da cultura, da memória e da língua. Esse legado cultural se manifesta nas línguas faladas e tradições orais, nas técnicas artesanais, nos conhecimentos e práticas culturais, sociais, rituais e festivas, dentre outros.

No registro do patrimônio material, destaca-se a arquitetura típica da região com casas centenárias e seus ornamentos específicos, cujos elementos remetem à vinda dos primeiros imigrantes. As casas são construídas em madeira, com a presença de lambrequins (recortes detalhados em madeira utilizados para decorar beirais dos telhados e varandas) e telhado de alta inclinação como pode ser observado na Figura 1 e Figura 2.

Figura 1 – A Casa da Memória em Gonçalves Jr em Irati/PR



Fonte: Arquivo do NEES

Figura 2 – Casa Polonesa em Cruz Machado, Paraná



Fonte: Arquivo do NEES

Em algumas localidades, para preservar o legado cultural e a memória dos ancestrais, as comunidades eslavas constroem museus e casas de memória como, por exemplo, o Museu Etnográfico da Imigração Polonesa, no distrito de Santana, em Cruz Machado, conforme pode ser visualizado na Figura 3. O museu, inaugurado em 1995, possui diversas reconstruções, como as primeiras casas dos imigrantes, alguns utensílios utilizados por eles, uma capela e a reconstrução do cemitério com cruzeiros de madeira (NIEWIADOMSKI, 2019).

Figura 3 – Museu Etnográfico da Imigração Polonesa em Santana, Cruz Machado/PR



Fonte: Niewiadomski (2019)

A religiosidade e seus rituais são elementos nucleares na cultura eslava. O Núcleo de Estudos Eslovos mapeou as igrejas eslavas existentes na região, como podemos observar na Figura 4. Os imigrantes ao se estabelecerem no Paraná logo foram construindo as igrejas. A fé e a devoção deram estímulo para que recomeçassem a vida após tantas dificuldades. No entanto, registramos poucas igrejas centenárias, aquelas construídas em madeira pelos imigrantes, muitas destas foram desmanchadas e reconstruídas em alvenaria.

Figura 4 – Igreja ucraniana em Prudentópolis, Paraná



Fonte: Arquivo do NEES

Os imigrantes e seus descendentes são muito religiosos e muitas vezes, ainda hoje, rituais como missas, funerais, casamentos e catequese são realizados nas línguas eslavas. Rituais diferenciados são realizados em datas específicas como a Páscoa e o Natal, por exemplo. Na Figura 5, podemos observar uma cesta com doze alimentos, entre eles, os ovos decorados e a *Paska*, preparada para o ritual da Bênção dos Alimentos realizada no sábado de aleluia e cujos alimentos são desfrutados na manhã do domingo de Páscoa.

Figura 5 – Cesta de Alimentos



Fonte: Costa e Loregian-Penkal (2015)

Os cemitérios da região são também museus a céu aberto testemunhando a identidade eslava e os registros linguísticos escritos. Inseridos no esquema religioso, os cemitérios são espaços físicos cujas informações presentes nos túmulos através da imagem ou da escrita revelam valores importantes sobre a religiosidade e a identidade étnica. Em Costa (2019), os cemitérios são considerados *locus* privilegiados de marcas identitárias que revelam o intuito e o desespero do ser humano em conservar sua individualidade e identidade mesmo depois da morte. Essas marcas podem concretizarem-se em linguagem visual através de fotos, por exemplo, e em linguagem verbal através de epígrafes nos túmulos. São apresentados registros fotográficos de túmulos de descendentes eslavos e epígrafes em po-

lonês e ucraniano. Considerando-se que a maioria dos imigrantes eram agricultores, muitos analfabetos, as epígrafes registram o esforço na manutenção da identidade eslava como podemos observar na Figura 6.

Figura 6 – Túmulo de casal no município de Rio Azul, Paraná



Fonte: Costa (2019)

Línguas eslavas faladas no Paraná

“Eu fui uma criança bilíngue. Falava português com meus irmãos e ucraniano com mamãe. Guardo, até hoje, na memória, versos inteiros de Tarás Cheutchenko, que mamãe recitava em voz alta, à noite, lendo à luz do lampião” (KOLODY, 1997, p. 30).

As práticas linguísticas dos descendentes eslavos moradores de cidades no interior do estado do Paraná são uma manifestação cultural e parte integrante de sua identidade. É preciso destacar que a língua falada no interior do estado do Paraná foi mais preservada pelo isolamento em que viviam, e ainda vivem, os agricultores des-

cedentes de imigrantes eslavos. E que há muito o que se pesquisar e conhecer destas línguas de imigração faladas no Brasil e suas possíveis contribuições para a constituição do português brasileiro falado no sul do Brasil. Apresentaremos dois eixos de pesquisas linguísticas desenvolvidas junto ao NEES. Primeiramente as descrições da fala paranaense da região de abrangência da Unicentro, embasadas teoricamente na sociolinguística quantitativa laboviana com as amostras do Banco de Dados Variação Linguística de Fala Eslava – VARLINFE. Posteriormente, apresentaremos as descrições fonéticas de detalhes acústicos da língua polonesa falada no estado do Paraná.

Para investigarmos as características do português falado pelos descendentes de imigrantes eslavos, poloneses e ucranianos, que vivem nas cidades da região de abrangência da Unicentro, *campus* de Irati, foi constituído o banco de dados Variação Linguística de Fala Eslava – VARLINFE. Este banco de dados está vinculado ao Programa Permanente de Extensão Núcleo de Estudos Eslavos – NEES e embasado metodologicamente na Sociolinguística Quantitativa Laboviana (LABOV, 1994).

A constituição do banco iniciou-se em 2013 e atualmente conta com dados de fala de informantes sociolinguísticos representativamente de sete cidades: Cruz Machado, Irati, Ivaí, Mallet, Rebouças, Rio Azul e Prudentópolis. Estas cidades estão todas localizadas no entorno da Unicentro e são marcadas pela colonização eslava, maiores informações acerca das cidades e sua colonização podem ser consultadas em Loregian-Penkal, Costa, Lemke e Jacumasso (2013). O banco tem como peculiaridades, que o diferenciam de outros bancos de fala brasileira, ser de fala de zona rural, com economia agrária e baixa escolaridade e de etnia eslava. As entrevistas sociolinguísticas têm aproximadamente quarenta minutos de duração e foram registradas em gravador digital na casa dos informantes. O objetivo é colher a fala o mais natural possível, o chamado vernáculo, e as entrevistas versam acerca de assuntos do cotidiano dos informantes como a agricultura, os costumes eslavos e a história da comunidade.

Cada amostra conta com 24 entrevistas, 12 informantes homens e 12 informantes mulheres, divididos em duas faixas etárias, de 20 a 50 anos de idade e mais de 50 anos de idade, e em três faixas de escolaridade: até quatro anos de estudo, o chamado primário, de cinco a oito anos de estudo, o chamado ginásial, e mais de oito anos de estudo, o chamado colegial. Os critérios para a seleção dos informantes foram: ser descendente de eslavos (ser descendente de polonês ou ucraniano, de pai ou de mãe ou de ambos), não ter viajado ou morado em outras localidades e morar na zona rural do município da amostra.

As cidades que formam o banco VARLINFE têm perfis diferentes quanto à cultura e ao uso das línguas eslavas conforme Costa e Loregian-Penkál (2015). Nas cidades de Cruz Machado, Ivaí, Mallet e Prudentópolis encontramos muitas pessoas bilíngues, que falam o português brasileiro e uma língua eslava, e até trilingües, que falam o português brasileiro, o polonês e o ucraniano. Já nas cidades de Irati, Rio Azul e Rebouças a cultura eslava encontra-se presente na arquitetura, no artesanato, na culinária, mas o uso linguístico restringe-se a situações mais específicas como missas, ainda que também presente. Percebemos também que a mãe tem um papel central na aquisição da língua eslava, pois é a língua da mãe que o descendente aprende no caso de etnias mescladas. Por exemplo, se a mãe é polonesa e o pai de outra etnia, brasileiro ou ucraniano, os filhos aprendem o polonês. A religião também tem um papel fundamental na manutenção do uso das línguas eslavas no interior do Paraná, pois no interior a vida social gira em torno dos rituais e práticas religiosas.

Além de oportunizar pesquisas linguísticas descritivas acerca do português brasileiro falado no Paraná e das possíveis contribuições das línguas eslavas para sua constituição, as entrevistas do VARLINFE são um testemunho da vida e das lembranças destes descendentes. Ao detalhar a história das localidades, os costumes passados de pai para filho, os rituais religiosos, as canções e orações aprendidas com os avós, os descendentes vão tecendo muitas informações acerca da eslavidade presente em suas vidas. Os informantes mais

idosos geralmente gostam de lembrar o passado e as histórias da imigração que seus avós ou pais contavam e também são os que mais se emocionam nas entrevistas.

Um fenômeno linguístico variável do português brasileiro em análise nas amostras do VARLINFE é a elevação da vogal átona final média anterior como, por exemplo, a realização de “lote” [ˈlɔtɐ] como [lɔti]. Chama-se elevação vocálica porque a vogal passa de “e” para “i” subindo um grau de altura vocálica. É um fenômeno variável antigo e bastante produtivo no português brasileiro, mas a fala paranaense se diferencia do resto do Brasil pela pouca incidência de realização do fenômeno. Análises variacionistas realizadas com amostras das cidades de Mallet, Irati e Prudentópolis apontam a etnia como um fator favorecedor à não aplicação da regra de elevação vocálica.

Em Costa e Loregian-Penkall (2016), analisou-se o fenômeno variável de elevação vocálica na fala de informantes da cidade de Mallet. Os resultados mostraram um percentual baixo de aplicação da regra, 15%, confirmando a baixa aplicação da regra. Os principais fatores selecionados como envolvidos na realização da elevação vocálica na amostra de Mallet foram o tipo de consoante em contexto precedente, sendo o som oclusivo como o menos favorecedor, a etnia e a escolaridade. Outras pesquisas em andamento com as amostras do VARLINFE indicam que a etnia tem um papel central na não realização da elevação entre os paranaenses. Há muito trabalho sendo desenvolvido tanto nas pesquisas docentes quanto em orientações de graduação e pós-graduação que possibilitam o conhecimento da contribuição das línguas eslavas, entre elas o polonês, para o português brasileiro falado no Paraná.

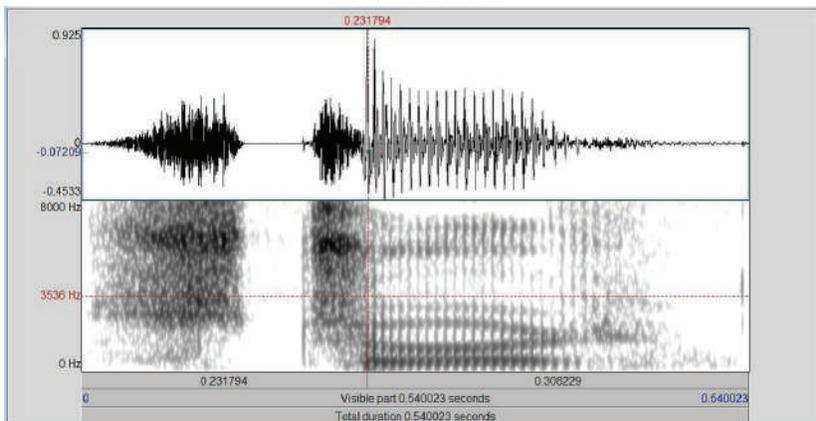
Vinculado ao Núcleo de Estudos Eslavos, temos um Laboratório de Fonética Acústica que possibilita gravações em cabine acústica e análises acústicas com o *software* PRAAT (BOERSMA; WEENIK, 2013) de detalhes fonéticos das línguas eslavas faladas na região de abrangência da Unicentro. A análise acústica dos sons da fala permite a observação de suas características físicas como amplitude, frequência e duração, bem como detalhes fonéticos de ponto e modo de articulação dos sons.

Em Costa e Gielinski (2014) foi realizada uma pesquisa acerca dos encontros consonantais tautossilábicos (presentes na mesma sílaba) produzidos na língua polonesa e inexistentes na língua portuguesa como junções de sons nasais e laterais; como, por exemplo, a realização de *mleko* [mlikɔ] (leite); ou junções de sons fricativos e laterais; como, por exemplo, a realização de *chleb* [xlip] (pão). A escrita ortográfica das palavras polonesas foi consultada em Duglosz (2009) e entre colchetes encontra-se a transcrição fonética da palavra como pronunciada pelo informante. No português este contexto silábico é bastante restrito e realizam-se produtivamente apenas as sequências de obstruintes mais laterais e obstruintes mais rótico fraco; como, por exemplo, a realização de “placa” [‘plaka] ou fruta [‘fruta].

Nesta pesquisa acerca dos encontros consonantais tautossilábicos, analisamos dados de fala de oito informantes descendentes de poloneses: quatro masculinos e quatro femininos, divididos em duas faixas etárias, de 20 até 40 anos e mais de 60 anos, e nas faixas de escolaridade de ensino fundamental e ensino médio. Todos eram bilíngues, português e polonês, e apenas um não tinha o polonês como primeira língua. Os informantes eram moradores da localidade de Colônia Duas, pertencente ao distrito de Rio Claro do Sul, na cidade de Mallet, que foi o núcleo de imigrantes poloneses mais numeroso do Paraná segundo Gluchowski (2005). O bilinguismo é comum entre os malletenses e a cultura polonesa é ativa na cidade. Os descendentes mantiveram a cultura polonesa que se concretiza no uso da língua polonesa nas relações familiares e nos ritos religiosos. Em Rio Claro, as missas ainda são rezadas em polonês com os hinos litúrgicos também cantados em polonês pelos fiéis, devotos de *Matka Boska Częstochowska* (Nossa Senhora do Monte Claro). A coleta dos dados foi realizada por meio de gravador digital com microfone unidirecional acoplado, maiores detalhes acerca da metodologia e da amostra, como outras características do polonês falado em Mallet, podem ser consultados em Costa e Gielinski (2014). Os resultados da análise acústica dos encontros consonantais revelaram a predominância da não realização de sons vocálicos nos encontros consonantais inexistentes no português brasileiro e presen-

tes no polonês falado em Mallet como, por exemplo, na palavra *stót* realizada como [stu.]. Na amostra, não houve realização de vogal ou elemento vocálico nos grupos de oclusivas ou fricativas (como pode ser observado na figura 7), encontramos apenas a realização de elemento vocálico nos grupos de nasais mais laterais ou fricativas mais laterais o que pode ser justificado pela presença de estrutura formântica nestes sons. Essas realizações, de sons intermediários nos encontros tautossilábicos do polonês, ocorreram na fala dos informantes com maior escolaridade o que pode indicar uma influência do português no polonês falado em Mallet. Já os falantes com maior faixa etária são os que mais preservam o sistema polonês, sem produzir sons vocálicos entre os encontros consonantais analisados.

Figura 7 - Realização de [stu.] sem elemento vocálico entre a fricativa inicial e a oclusiva alveolar



Fonte: Costa e Gielinski (2014)

Na figura 7, podemos observar um espectrograma, ilustração das ondas acústicas gerada pelo programa computacional PRAAT, que mostra a não realização de som ou elemento vocálico entre o som fricativo e um som oclusivo. Esta é uma pronúncia típica do sistema sonoro da língua polonesa, mas estranha ao sistema do português que não permite sequências consonantais deste tipo.

Outro detalhe fonético do polonês falado em Mallet analisado em nossas pesquisas é o ponto de articulação dos sons oclusivos [t,

d]. Descrições fonéticas da língua polonesa, conforme Gussmann (2007), apresentam diferenças de ponto de articulação dos sons consonantais [t d] em relação a produção destes sons na língua portuguesa, articulados como alveolares. Realizamos uma pesquisa (COSTA, 2016) na qual analisamos o ponto de articulação destes sons oclusivos produzidos no polonês falado em Mallet, Paraná, através dos detalhes fonéticos de *locus* do segundo formante vocálico e do espectro da explosão de soltura da oclusiva.

Para esta análise, coletamos dados de três informantes femininas moradoras da localidade rural de Colônia Duas, na cidade de Mallet. As três têm o polonês como primeira língua e aprenderam o português ao entrarem na escola e estão na faixa etária de vinte a trinta anos. Os dados foram gravados em cabine acústica e pertencem ao Banco de Dados do Laboratório de Fonética do NEES. Para esta amostra, foi apresentada uma lista de palavras em português as quais as informantes deveriam pronunciar em polonês na seguinte frase-veículo *SŁYSZAŁAM PRĘDKO*. Gravaram-se quatro repetições da lista para cada informante. As palavras escolhidas possuíam os sons oclusivos no polonês no ataque silábico como, por exemplo, as palavras *motyl* e *szpital*. Maiores informações acerca da amostra e da metodologia da pesquisa podem ser consultadas em Costa (2016).

Para analisar o ponto de articulação dos sons oclusivos no polonês falado em Mallet, nos embasamos teoricamente na Teoria Acústica da Fala conforme Fant (1960) que tenta explicitar as relações acústico-articulatórias dos sons da fala. As diferentes manobras articulatórias para a produção dos sons da fala produzem diferentes configurações, estabelecendo relações entre elas e os detalhes fonéticos da produção passíveis de observação por meio da análise fonética.

Os sons oclusivos são produzidos com uma manobra articulatória que gera obstrução total à passagem do ar no trato oral e essa articulação gera vários eventos acústicos. Primeiramente a interrupção da passagem do ar gera uma ausência de energia no espectrograma; em seguida a soltura dos articuladores gera um transiente, que é um breve pulso de energia. Essa articulação manifesta-se pela ausência de energia no espectrograma e pela explosão de soltura dos articuladores após a

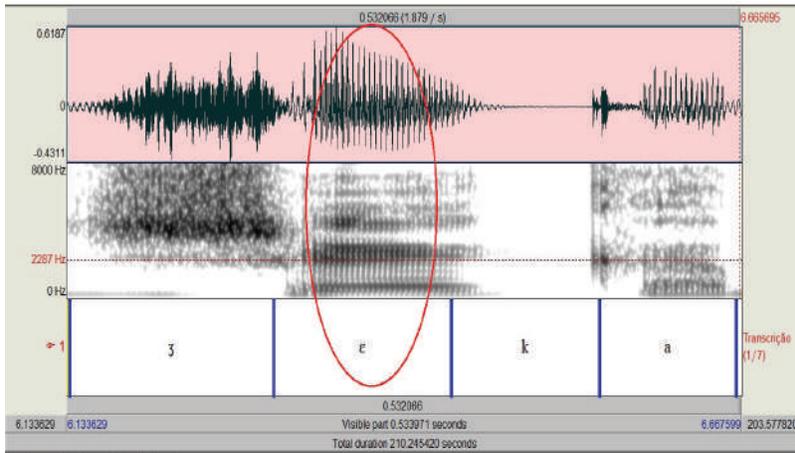
obstrução. Podemos inferir o ponto de articulação dos sons oclusivos por estas pistas, mas levando em consideração que as características acústicas e perceptuais dos sons consonantais são complexas e dependem do contexto em que são produzidas (KENT; READ, 1992).

Duas pistas acústicas, o *locus* do F2 e a análise espectral do *burst* ou explosão no momento da soltura dos articuladores, verificando a concentração da faixa de frequência; foram examinadas na referida pesquisa, maiores detalhes acerca das pistas acústicas das oclusivas e da metodologia da pesquisa podem ser encontradas em Costa (2016). Os resultados da análise das pistas acústicas de *locus* do F2 e da análise espectral da soltura dos articuladores demonstraram que uma possível anteriorização do ponto de articulação das oclusivas produzidas no polonês falado em Mallet em relação ao ponto alveolar produzido na língua portuguesa.

Em Niewiadomski (2019), descreveu-se e registrou-se os aspectos sonoros da língua polonesa falada no município de Cruz Machado, mais especificamente na comunidade do Rio do Banho, por meio da análise acústica. Foram utilizados dois protocolos diferentes de coleta de dados de oito informantes (quatro homens e quatro mulheres - divididos em duas faixas etárias: de 25 até 40 anos e acima de 60 anos), um por estímulo visual e outro por leitura da seguinte frase veículo *POWIEDZ _____ PRĘDKO* (em português: fale ____ rápido), na qual foram inseridas as palavras-alvo e posteriormente recortados os sons para análise.

Os dados analisados acusticamente nesta pesquisa mostram uma variação na produção dos falantes, por exemplo, nos dados de encontros consonantais da africada [ts] com a nasal [m], como na palavra *cmentarz* [‘tsmentaf] (cemitério). No gráfico 1, visualizamos os percentuais de realização de *cmentarz* e suas variações: a) [‘smen-taf] com a fricativa inicial dental [s]; b) [‘smentaf] com um intenso ruído de fricção da fricativa dental [s]; c) [‘ʂmentaf] com a fricativa alvéolo-palatal [ʂ] e d) [‘tsmentaf] com a africada dental [ts]. Nas variedades do polonês falado na Polônia ainda nos dias de hoje é produzido com [s].

Gráfico 1- Percentuais de realização de *cmentarz*



Fonte: Niewiadomski (2019)

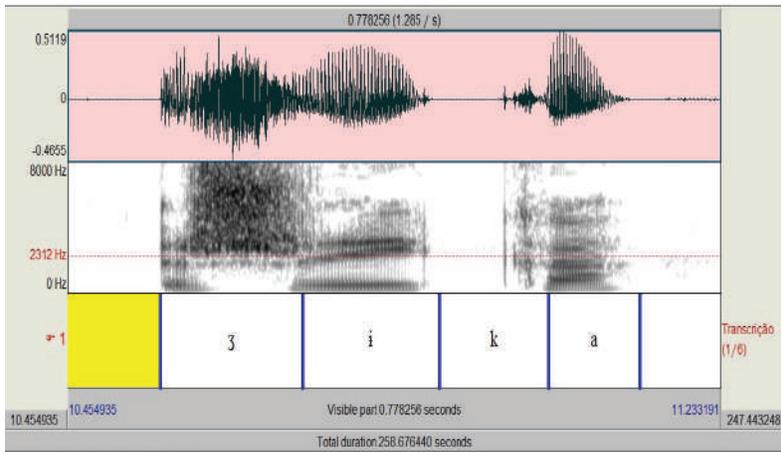
Outra variação observada nos dados se refere à produção das vogais, que podem ser visualizadas no espectrograma porque apresentam ressonâncias específicas no trato vocal denominadas de formantes, como verificamos na Figura 8 e Figura 9. Essa variabilidade vocálica também é produtiva na Polônia nos dias de hoje, segundo o mapeamento da língua polonesa, dos regionalismos e dos dialetos falados na Polônia, conduzido por linguistas da Universidade de Varsóvia (www.dialektologia.uw.edu.pl).

Figura 8 - Produção de *rzeka* como [ˈʒɛka]



Fonte: Niewiadomski (2019)

Figura 09 – Produção de *rzeka* como [ˈʒika]



Fonte: Niewiadomski (2019)

Além da variação vocálica, constatamos o apagamento de /l/ em coda, o que evidencia um fenômeno comum na língua portuguesa, mas que também é encontrado no polonês falado na Polônia, segundo pesquisas de Madelska (2005).

Em Niewiadomski e Costa (2018) observamos a manutenção de um sistema do polonês, aquele trazido pelos seus ancestrais. Por exemplo, nos encontros de sons consonantais tautossilábicos, predominou a ausência da epêntese vocálica. Houve a presença da vogal epentética somente nos encontros consonantais compostos pelas nasais e laterais como na palavra *mleko* [ˈmlɛkɔ] (leite) e nos encontros consonantais entre a fricativa e som lateral *chl* [xl]. Outro fenômeno observado nos dados analisados é a lenição, gerando a simplificação dos encontros consonantais. Alguns informantes simplificaram os encontros consonantais na produção, como, por exemplo, em *gdzie* [ˈgdʑɛ] (onde). Na maioria dos dados de encontros consonantais tautossilábicos predominou a ausência da epêntese e a não ocorrência do fenômeno da lenição, como no vocábulo *ptak* [ptak] (pássaro).

As referidas pesquisas demonstram a manutenção do sistema linguístico trazido ao Brasil pelos ancestrais há mais de cem anos. Essa peculiaridade é vista na quarta ou até quinta geração, cujos descen-

dentes preservam o idioma, inclusive com variações sonoras encontradas na Polônia.

Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos registros de uma cultura minoritária no contexto brasileiro, a dos eslavos, mas produtiva no interior do Paraná. Vimos que os imigrantes eslavos, poloneses e ucranianos, migraram em massa para o Brasil e que seus descendentes ainda mantêm o legado dos seus antepassados. Apresentamos dados de dois fortes elementos culturais interligados: a religião e a língua. Os rituais religiosos são bastante característicos e envolvem o uso das línguas eslavas. Pesquisas linguísticas desenvolvidas junto ao NEES, demonstram as características particulares destes sistemas linguísticos, bastante diferenciados do português brasileiro, e contribuem para o conhecimento do plurilinguismo existente no Brasil e assim contribuimos para o reconhecimento dessas línguas e principalmente para a desconstrução da crença de um país monolíngue.

REFERÊNCIAS

- ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: Um estudo da imigração ucraniana - 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- BOERSMA, Paul; WEENIK, David. **PRAAT doing Phonetics by Computer**. University of Amsterdam Versão praat5342_win32zip (2 March 2013).
- BORUSZENKO, Oksana. **Os Ucranianos**: boletim informativo da casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- COSTA, Luciane Trennephol da. Os sons oclusivos no polonês falado em Mallet, PR. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 16, p. 52-66, 2016.
- COSTA, Luciane Trennephol da. A voz do silêncio: registro de línguas eslavas em cemitérios no interior do Paraná. *In: A produção do conhecimento em Letras, Linguísticas e Artes*. SOUSA, Ivan (org.) Ponta Grossa, Atena Editora, 2019.
- COSTA, Luciane Trennephol da.; GIELINSKI, Márcia. Detalhes fonéticos do Polonês falado em Mallet. *In: Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 8, n. 10, p. 159 -174, 2014.

COSTA, Luciane Trennephol da.; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A coleta de dados do banco VARLINFE – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características. In: **Revista Conexão UEPG**, v. 11, n. 1, p. 100-110, 2015.

COSTA, Luciane Trennephol da.; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. O Fenômeno de não-elevação da vogal /e/ na fala de descendentes de eslavos de Mallet, Paraná, Brasil. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 9, n. 20, p. 85-99, 2016.

DUGLOSZ, Cezary. **Dicionário de Polaco-Português/Português-Polaco**. Porto: Editora Porto, 2009.

FANT, Gunnar. **Acoustic theory of speech production**. The Hague: Mouton, 1960.

GIMBUTAS, Marija. **Os Eslavos**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005 [1927].

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A Imigração Ucraniana ao Paraná**: Memória, Identidade e Religião. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2012.

GUSSMANN, Edmund. **Phonology**: Analysis and Theory. New York: Cambridge, 2007.

IBGE. **Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenas faladas no Brasil**. Rio de Janeiro: serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

KENT, Raymond; READ, Charles. **The Acoustic Analysis of Speech**. San Diego: Singular Publishing Group, 1992.

KOLODY, Helena. **Sinfonia da Vida**. Curitiba: Letraviva, 1997.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Vol. 1: Internal factors. Oxford: Basil Blackwell. 1994.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi.; COSTA, Luciane Trennephol da.; LEMKE, Cibele.; JACUMASSO, Tadinei. Banco de dados Variação Linguística de Fala Eslava VARLINFE. In: CAMPIGOTO, J. A.; CHICOSKI, R. (Orgs.). **Brasil-Ucrânia**: Linguagem, Cultura e Identidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 25-43.

MADELSKA, Liliana. **Słownik wariantywności fonetycznej współczesnej polszczyzny**. [Dicionário de variabilidade fonética do polonês contemporâneo]. (z CDROM). Kraków, 2005.

MAZUREK, Jerzy. **Os poloneses sobre o Cruzeiro do Sul**. Varsóvia: Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerkańskich UW, 2009.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

NIEWIADOMSKI, Sônia Eliane. **Aspectos sonoros da língua polonesa falada em Cruz Machado no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2019.

NIEWIADOMSKI, Sônia Eliane; COSTA, Luciane Trennephol da. Lenição e epêntese em grupos consonantais tautossilábicos na língua polonesa falada em Cruz Machado, PR. *In: Revista Palimpsesto*, v. 17, n. 28, p. 415-439, 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Müller e ALTENHOFEN, Cléo V. O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade linguística do Brasil. *In: Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RENK, Valquíria Elita. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. 2009. 241f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, Apr. 1997.

SMOLANA, Krzysztof. Roteiros poloneses na América Latina. *In: DEMBICZ, Andrzej; SMOLANA, Krzysztof. A presença polonesa na América Latina*. Varsóvia: CESLA, 1996.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1981.

WACHOWICZ, Ruy C. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WEBER, Regina. Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, 2015, p. 253-273.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. Brasília: Editora UnB, 1995.

5

5

VARIAÇÃO ESTILÍSTICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Josenildo Barbosa Freire¹

A busca pela compreensão do significado social da variação linguística passa necessariamente pelo estudo da variação estilística. Contudo, a investigação dessa dimensão variacionista tem sido deixada de lado por muitos pesquisadores. Parto do princípio de que a variação não é um processo que se dá no vácuo. Pelo contrário, é portador de sentido, de um lado, para quem a realiza; e do outro, para quem a descreve. Sendo assim, neste capítulo me proponho apresentar alguns dos aspectos relacionados à variação estilística, discutindo-os e problematizando-os à luz dos estudos linguísticos, a fim de se obter detalhes e informações que auxiliem na compreensão da configuração dos processos variáveis.

Para atingir esse objetivo, o texto está organizado em quatro seções: na primeira, procuro situar a variação estilística dentre dos estudos e teorizações da Linguística; na segunda, descrevo as três principais perspectivas de estudo da variação estilística; na terceira, apresento as propostas de W. Labov para análise e descrição dos processos

¹ Doutor em Linguística (Proling-UFPB), professor de Língua Portuguesa da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte (SEEC-RN). E-mail: josenildo.bfreire@hotmail.com

variacionistas que envolvem o uso da variação estilística; e na última seção, assinalo algumas considerações finais acerca do trabalho.

Situando a Variação Estilística

Todo e qualquer processo de variação, seja ele de natureza social ou estilística, é condutor de significado social, ou nos termos de Eckert (2000), porta significado social, ou mesmo que tenha significado localmente identificado, pode ser relacionado dentre de situações específicas e sistematicamente relacionado a padrões mais gerais encontrados em diferentes investigações.

Labov (2008[1972]), em seu clássico trabalho seminal que trata do isolamento de estilos contextuais que favorecem a identificação de processos variáveis de natureza estilística, reconhece que “os linguistas sempre tiveram consciência dos problemas de variação estilística. A prática normal é pôr essas variantes de lado” (2008[1972], p. 91). Contudo, admite-se que os resultados alcançados de uma análise estilística possibilitam compreender uma série de aspectos relacionados ao falante, ao local onde compartilha normas dialetais, ao contexto de interação comunicativa, ao seu destinatário, ao tópico abordado, dentre outros.

Deste modo, ninguém tem dúvidas: a noção de estilo é central em uma análise sociolinguística. Mas em que consiste o estilo? Que dimensões e/ou nuances o constituem? Diversas são as respostas e que remetem necessariamente a diferentes aparatos teórico-metodológicos. Por enquanto, procura-se situar a variação estilística como mecanismo eficiente de análise e de descrição de usos espontâneos da fala.

Segundo Hora e Wetzels (2011, p. 148), “o estilo é visto como uma restrição que pode favorecer ou não a escolha de uma dentre as diferentes variantes que constituem uma variável”. Desse modo, a tarefa do pesquisador é isolar e/ou reconhecer os contextos favorecedores ou desfavorecedores da realização da regra variável em estudo na comunidade de fala observada. Assim, à análise sociolinguística não basta apontar a correlação existente entre usos linguísticos e fatores, mas constitui-se no esforço complexo de descrever o significado social dos usos linguísticos.

Segundo Campbell-Kibler (2006, p. 196), “style may exist as a way for listeners (and therefore speakers) to understand variation and organize its social baggage”. A referida autora, também, vai apresentar o estilo como “cognitive construct” (CAMPBELL-KIBLER, 2006, p. 203). Assim, inicialmente, sua definição estilística se aproxima daquele formulada por Labov (2008 [1972], 2001).

Compreender a variação estilística dentro de uma teoria que toma a língua em seu contexto social de uso, remete-se necessariamente à discussão das questões vinculadas à variação estilística intrafalante ou à variação estilística entre falantes. Segundo Görski (2011), essas questões dependem fundamentalmente das motivações que estão subjacentes ao modelo de variação estilística.

Neste sentido, Hora e Wetzels (2011, p. 149) afirmam “a variação estilística envolve variação na fala de falantes individuais mais do que entre grupos de falantes, ela está mais presente intrafalante do que entre falantes”. Verifica-se nas afirmações desses autores que a descrição dos aspectos estilísticos variáveis pode ir além da ancoragem na noção de comportamento e reconhecer outras questões relacionadas aos contextos sociais da língua. Com relação à segunda pergunta relativa a esta seção, qual o papel do estilo nos processos de variação e/ou de mudança linguística?, Algumas constatações podem ser inicialmente esboçadas, e, em um segundo momento, de acordo com os dados que serão analisados, podem ser reelaboradas teoricamente.

De acordo com Hora e Wetzels (2011, p. 149), a noção de estilo e sua relação com práticas variacionistas estão diretamente inseridas na proposta de restrições (fatores sociais, estruturais e estilísticos) descrita por Weinreich *et al.* (2006 [1968]) ao apresentarem os princípios empíricos de uma teoria da mudança linguística. De outro lado, ainda verifica-se que essa relação está presente por meio da própria constituição da Sociolinguística, pois como assevera Cardoso (2012, p. 02), “a sociolinguística opera com a mudança em propagação, não com a mudança em sua origem, pois assim lhe é permitido pela abordagem quantitativa.”

Nesta direção, outra citação de Labov (2010, p. 208) é esclarecedora à discussão aqui realizada: “the behaviour of individual cannot

be understood without knowledge of the larger community that her or she belongs to.” Neste sentido, concebe-se que a investigação de processos variacionistas de natureza social e/ou estilística ou ainda que envolva análise de atitudes, percepção e avaliação, ou de outros aspectos, está envolvida em processos que são bastante e podem exibir resultados diferentes para cada estudo realizado.

Essa imbricação é atestada por diferentes estudiosos da língua. Eckert (2005, p. 01) afirma “there has been an emerging focus on variation not as a reflection of social place, but as a resource for the construction of social meaning.” Assim, entende-se que a análise da variação estilística permite identificar os meios ou processos dessa construção de significado social que há nos usos de diferentes fenômenos linguísticos.

Ainda, segundo a autora, “the relation between variables and categories that allows variation to be a resource not simply for the indexing of place in the social matrix but for the construction of new places and of nuanced social meanings.” (ECKERT, 2005, p. 22). A variação estilística constitui a chave de acesso aos processos que formam a natureza do significado social dos usos da língua. E assim, pode-se constatar como Labov (2008[1972], p. 135) fez após a análise no *Lower East Side*, “descobrir um padrão regular de comportamentos governando a ocorrência dessas variáveis [/r/] na fala de muitos indivíduos”.

Principais perspectivas de estudo da Variação Estilística

As três principais abordagens de variação estilística que têm maior consolidação no cenário dos estudos sociolinguísticos são a abordagem estilística baseada no grau de atenção prestado à fala (LABOV, 2008[1972]; 2001); a perspectiva denominada de *Audience Design* (BELL, 1984, 1999) e o modelo de natureza identitária ou de prática estilística, de Eckert (1989, 2000, 2001, 2005, 2008). Essas propostas constituem três formas diferentes de captar e analisar a variação estilística, com metodologias, naturezas e motivações próprias; contudo, segundo Hora e Wetzels (2011),

há de se reconhecer que as abordagens estilísticas de Labov, Bell e Eckert não são mutuamente excludentes. Há a possibilidades de diálogos teóricos entre elas.

Modelo Laboviano: Estilo como atenção dado à fala

Para Labov (2008[1972]; 2001), a noção de estilo está diretamente vinculada ao grau de atenção ou de monitoramento que o falante confere à fala (ao vernáculo), que por sua vez remete-se necessariamente às noções de prestígio ou de estigma que determinados estilos linguísticos recebem ao serem avaliados socialmente. Essa atenção dada à fala realiza-se num *continuum* de descontração e formalidade, formando o que Eckert (2004, p. 04) denominou de “Eixo da Formalidade”. Assim, percebe-se que, a partir desta noção de estilo, que a abordagem laboviana é predominantemente de natureza psicolinguística, o componente cognitivo é o mais saliente da estrutura da troca estilística no vernáculo.

Mas, o que é que se entende por vernáculo ou estilo vernacular? Com a palavra Labov (2008[1972], p. 244): “[...] Este é o ‘vernáculo’ – o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala. A observação do vernáculo nos oferece os dados mais sistemáticos para análise da estrutura linguística”.

Então, qual seria objetivo da análise da variação estilística em dados de fala espontânea colhidos em uma comunidade de fala? Segundo Labov (2001), reside justamente em distinguir, em uma entrevista de base sociolinguística, quais estilos são pertencentes à fala casual (*casual speech*) e quais outros são classificados como fala cuidada/monitorada (*careful speech*), nos termos labovianos, “*casual from careful speech*”.

Desse modo, percebe-se que a realização do procedimento metodológico “entrevista sociolinguística” ocupa um lugar de destaque na abordagem laboviana. Pois, será o recurso por meio do qual o investigador irá obter os dados para distinção do que é vernacular do que não é vernacular em seus dados. Contudo, a entrevista sociolinguísti-

ca sempre foi alvo de críticas, basta verificar as questões relacionadas a ela e ao que foi cunhado como “Paradoxo do Observador”.

O empreendimento a ser feito pelo sociolinguista “é controlar o contexto e definir os estilos de fala que ocorrem dentro de cada contexto, de modo que essa hipótese da variação regular possa ser testada” (LABOV, 2008[1972], p. 101). A noção de contexto, em Labov, para análise da variação estilística é recorrente e central. Pois, serão neles que se irão isolar os contextos (situações) que pertencem ao vernáculo e os dos não vernáculos. Há várias interpretações para a categoria contexto na obra do pesquisador americano.

Görski (2011) discute-o e redireciona-o, porém, neste trabalho, ele será adotado como constituindo as partes ou módulos que formam e estruturam uma entrevista sociolinguística, e que podem exibir os diversos comportamentos do falante e/ou aspectos relacionados às questões atitudinais, perceptuais e avaliativas que giram em torno dos usos sociolinguísticos.

Freire (2011) utilizou-se de uma entrevista constituída por nove módulos, respectivamente, Identificação, Infância, Vizinhança, Diversões, Religião, Problemas Sociais, Perigo de Morte, Esportes e Linguagem, divididos em questões relacionadas diretamente à temática do módulo, e a partir da concepção laboviana, assumiu-se que esses módulos viabilizam a análise estilística do processo de variação dos segmentos /r/, /l/ na referida comunidade de fala.

Labov (2001) reconhece-se que “the study of style-shifting in social groups has been an auxiliary main findings of the community patter” (LABOV, 2001 p. 86). Assim, entende-se que esse empreendimento auxilia no ato de lançar luzes sobre a teoria social da língua e, tem possibilitado, de um lado, reconhecer a configuração sociolinguística de diversas variáveis linguísticas; ainda segundo Labov (2001, p. 86), há o alcance de uma série de achados que permite conhecer aspectos da natureza desses tipos de variações: ocorre uma simetria entre variação; o contexto de uso da língua é significativo, ou seja, o princípio de Bell (1984) é central; o grupo social de maior prestígio pode exibir declínio no seu estilo, assim, os usos sociais da língua são dinâmicos; ocorre reinterpretação estilística, então,

comunidades de fala alteram seus estilos ao entrarem em contato com o estilo de outras comunidades de fala; a avaliação dos novos estilos ocorre em propagação e não na origem da mudança/variação linguística e, finalmente, a variação estilística está ligada ao grau de consciência social do uso da variante investigada.

Neste sentido, como a variação /ɹ/ ~ /l, j, Ø/ é atribuída a falantes de baixa classe social ou de baixo nível de escolaridade, a sujeitos que moram no nordeste brasileiro e até mesmo a informantes do sexo feminino etc., entende-se que esse processo de variação pode não ter sucesso na comunidade de fala mais abrangente, como na comunidade de fala dos brasileiros em geral e não ser plenamente implementado, pois esse processo é alvo de altos níveis de estigmas e de preconceitos pelos falantes de maior escolaridade, ou ocupantes de cargos de prestígio socioeconômico, etc.

Modelo de Allan Bell: A audiência como dispositivo de análise de Variação Estilística

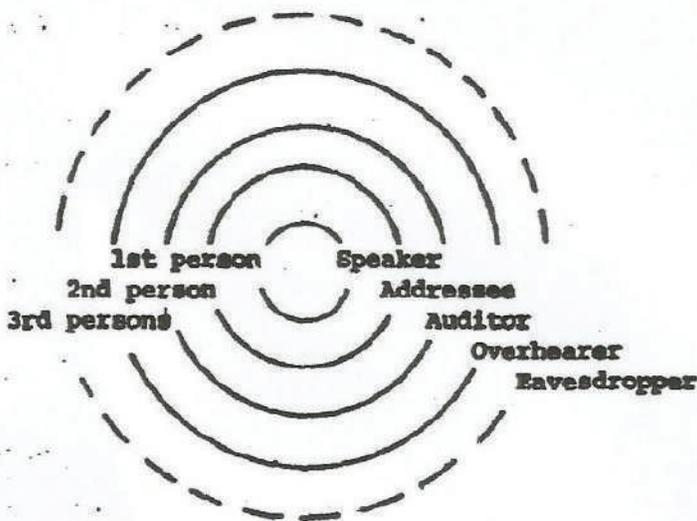
O modelo proposto por Bell (1984, 1999) de análise de variação estilística está ancorado teoricamente nos postulados da Teoria da Acomodação (GILES *et al.*, 1973), a qual ressalta que o falante está predisposto a acomodar novos estilos de fala em seu repertório, sobretudo, aqueles que são avaliados positivamente. Para Bell, o(s) destinatário(s) constitui(em) o foco central de explicação de mudanças estilísticas, formulando um novo conceito de estilo, o qual contemple o papel central dos destinatários, e propôs um novo paradigma de investigação estilística: *Audience Design*.

Segundo Bell (1984, p. 145), estilo é “style is essentially speaker’s response to their audience.” Desse modo, verifica-se que o grande argumento do autor se centra na proposta de que a variação estilística deriva da variação entre falantes e não dos processos oriundos da variação intra falante. O comportamento sociolinguístico dos falantes vai mudar conforme alterar-se o destinatário do processo de interação verbal (*addressee, auditor, overhearer, eavesdropper* etc.), presentes ou ausentes. Na proposta formulada por Bell, obrigató-

riamente, ocorre a variação social, em seguida é que se dá a variação estilística; já em Labov, elas ocorrem de forma concomitantes. Então, no paradigma de Bell, a variação social constitui a fonte pela qual irá jorrar a variação estilística.

Com relação à descrição do que é esse modelo e quanto aos elementos de composição interna, a figura 1 nos fornece uma visão panorâmica, esquematicamente:

Figura 1- Pessoas e papéis da Audience Design



Fonte: Bell (1984, p. 159).

Ainda segundo Bell, sua proposta é elegantemente simples, sobretudo, ao assumir que o comportamento estilístico, permanência ou alteração, ocorre em função do destinatário envolvido na interação verbal produzida, de um lado; do outro, ao se observar a figura acima, verifica-se que sua proposta de trabalho é composta por três pessoas centrais (*speaker*, *addressee* e *auditor*), que tem papéis definidos e ranqueados hierarquicamente de acordo com três critérios adotados pelo falante: ser conhecido, ser ratificado ou ser direcionado. Assim, por exemplo, na *Audience Design*: (i) *Addressee*: constituem os ouvintes que participam diretamente da troca esti-

lística. Portanto, preenchem os três critérios anteriormente mencionados (conhecidos, ratificados e dirigidos); (ii) *Auditor*: formado por ouvintes não direcionados, porém são conhecidos e ratificados na interação verbal; (iii) *Overhearer*: grupo dos ouvintes não ratificados, mas que o falante tem consciência desse ato e (iv) *Eavesdropper*: composto por ouvintes também não ratificados e que o falante não tem consciência dele.

Segundo Bell, todos esses membros constitutivos da *Audience Design* são importantes, pois desempenham papéis e tem efeitos sobre a variação estilística, e que seus efeitos podem ser mensurados por meio da realização de análises quantitativa e qualitativas de suas ações. Com relação aos efeitos qualitativos, podem ser verificados em escalas implicacionais (ou seja, a variação depende dos papéis dos ouvintes na *Audience Design*); já quanto aos quantitativos, os efeitos de processos de variação estilística dependem do grau de proximidade do falante com os interactantes (HORA; WETZELS, 2011).

Esse paradigma constitui-se, inicialmente, um modelo aposto ao laboviano, o qual tem sido alvo de uma série de críticas formuladas por Bell e seus colaboradores (GAL, 1979; BELL, 1977, dentre outros). Dentre elas, podem-se citar três: a primeira, reside no fato de que a perspectiva laboviana associa variação social com variação estilística, ou seja, vincula categorias sociais com indicadores sociolinguísticos (BELL, 1984); ainda de acordo com Bell, é visivelmente ausente uma proposta de fundamentos empíricos da atenção à fala, assim, o mecanismo de natureza psicolinguística não consegue explicar satisfatoriamente processos de mudanças estilísticas, podendo até ser um mecanismo, mas, não o fator determinante de explicação (BELL, 1984); e, finalmente, a terceira, relacionada, segundo o autor, à passividade do falante que o modelo laboviano sublinha, assim, o informante não tem autonomia linguística (BELL, 1984).

A proposta de Bell compreende a estrutura linguística do estilo formada por três elementos: a inter-relação da variação intra falantes, a variação entre falantes e a avaliação linguística (BELL, 1984). Assim, essa tríade age inter-relacionadamente para condicionar va-

riação estilística. Além disso, pode-se constatar que essa abordagem é predominantemente de natureza interacional.

O modelo de Bell acerca da variação estilística, como todo modelo teórico-metodológico, apresenta contribuições à comunidade científica e, ao mesmo tempo, está sujeita a um conjunto de críticas. Com relação às contribuições, Rickford e Eckert (2001) afirmam que a proposta de Bell introduziu uma nova definição de estilo, destacou a audiência como fator central de explicação da variação estilística, evidenciou o papel que tem a resposta do(s) destinatário(s) nesse processo e incorporou novos elementos à estrutura sociolinguística do estilo, o que por sua vez, permitiu a realização de sistemáticos estudos investigativos que abordou aspectos da natureza estilística de fenômenos variáveis.

Já para Campbell-Kibler (2006), foi o desenvolvimento teórico das ideias formuladas pela Teoria da Acomodação dialetal. Já no que diz respeito às críticas, Hora e Wetzels (2011) apontam que mesmo sendo um modelo centrado na dimensão responsiva, ainda admite a dimensão iniciativa do falante, e é uma perspectiva unidirecional, como a proposta laboviana. Assim, segundo Görski (2011), o que distingue as abordagens de análise de variação estilística de Bell e a de Labov são as motivações subjacentes aos dois modelos.

Ainda com relação às críticas, pode-se reconhecer outra limitação metodológica do paradigma estilístico formulado por Bell, por exemplo, alguns contextos de análise já são naturalmente pre-determinados para realização da prática da acomodação dialetal. Essa realidade é até reconhecida pelo próprio Bell (1984). Tais contextos podem ser identificados como aqueles descritos na investigação de Coupland (1985) ou até mesmo em Bell (1977), os quais se utilizaram de situações comunicativas envolvendo ambientes comerciais e institucionais que requerem, naturalmente, a aprovação social nas relações interpessoais estabelecidas. Como também, constitui ainda um desafio para esse paradigma o comportamento estilístico inves-

tigado em análises que comparam resultados envolvendo diferentes classes sociais, esses achados parecem que vão de encontro ao que postula o modelo do referido estudioso (BELL, 1984).

Já Labov, por sua vez, aponta que não há falante de estilo único, e que o estilo varia conforme varie o contexto imediato de uso e que a audiência, o tópico, o domínio (escolar, familiar, empregatício, religioso etc.) influenciam no uso do estilo. Assim, há reciprocidade entre os dois analistas da variação estilística. Em uma entrevista sociolinguística, para Labov, os módulos compostos por narrativas ou relacionados a perigo de morte, constituem contextos que favorecem a emersão do estilo casual (*casual speech*), enquanto que os tópicos abordados nos módulos *Language* ou a primeira sentença das respostas (Módulo *Response*) possibilitam o uso do estilo monitorado (*careful speech*).

Paradigma de Eckert: estilo como prática social

Os trabalhos de Eckert (2000, 2005, 2008, dentre outros) fazem críticas ao modelo laboviano de variação estilística e social, sobretudo, por realizar abordagem quantitativa e associação de variáveis (categorias, tais como, sexo, idade, classe social etc.) com o uso linguístico de forma estática e predeterminada, porém reconhece que esse modelo lançou as bases sólidas para se entender a língua dentro de uma teoria social de investigação empírica. Assim, a referida autora quer sair de um modelo de linguística cognitiva para uma abordagem de linguística como prática social.

A noção de estilo adotado por Eckert e colaboradores (COUPLAND, 1985; SCHILLING-ESTES, 1998, 1999, dentre outros) que compartilham uma abordagem construcionista e social do estilo, está vinculado às atividades nas quais as pessoas diferenciam-se uma das outras, marcam território, exibem valores, atitudes, crenças etc. Assim, os falantes não só usam a linguagem, mas praticam-na por meio da exibição de um dado traço e/ou marca estilística. Ela estabelece:

Style is at the same time an individual and communal endeavor. It is a tangible means of negotiating one's meaning in the world. And it relies on, and contributes to, the styles and meanings of groups and categories in the world (ECKERT, 2000, p. 41).

A prática de um estilo constitui o terreno pelo qual se estuda a variação estilística, e possibilita identificar aspectos ideológicos vinculados ao uso de um estilo como prática individual (ECKERT, 2008). Todavia, a autora reconhece que tal processo é fruto e emerge de “práticas locais” (ECKERT, 2008, p. 456). Assim, diferentes usos linguísticos constituem distintos estilos associados a diversas comunidades de práticas, como no caso da investigação sócio-etnográfica que envolveu a análise dos aspectos estilísticos relacionados aos adolescentes *Jocks* e *Burnouts* (ECKERT, 1989).

Eckert apoiada na noção de comunidade de prática e tomando os *Jocks* e *Burnouts* como categorias analíticas apostas, identifica aspectos da prática estilística e de ideologias em torno desses dois grupos de adolescentes em uma escola do ensino médio, em Detroit. Os *Jocks* com inclinação para a vida urbana e voltados para os *status* já estabelecidos socialmente, enquanto, que, os *Burnouts* com forte rejeição à autoridade e com características antissociais com relação à escola, são também percebidos pelos diferentes usos de estudos linguísticos e concomitantemente associados aos aspectos do vestir, de uso de brincos, do modo de portar-se nos ambientes de convivência, dentre outros.

Por exemplo, com relação aos usos linguísticos, segundo Eckert (2005), os adolescentes identificados como *Burnouts* usam mais a forma negativa do Inglês de que os adolescentes da comunidade de prática dos *Jocks*.

Na proposta de Eckert, há uma preocupação em não só de descrever os aspectos relacionados ao repertório linguístico dos indivíduos que congregam comunidades de práticas, mas, também, de sublinhar os diversos comportamentos e estilos sociais adotados pelos indivíduos, sobretudo, aqueles que os diferenciam de membros de outras comunidades de práticas, dando ênfase ao significado social que emerge e, constrói a identidade particular desse agrupa-

mento. Assim, para Eckert, a análise dos comportamentos sociais e identitários, movimentos corpóreos, das formas de engajamento em gangues, da orientação sexual adotada, das relações familiares e/ou entre grupos de amigos, dentre outras práticas, possibilita compreender aspectos do significado social particular que emerge da organização social das comunidades examinadas e que irão apresentar configurações sociolinguísticas diferenciadas também.

A noção de estilo, em Eckert, é associada a outras categorias de análises, tais como significado social, variação etc., e está sumariada, na publicação de 2005, no qual descreve os estudos sociolinguísticos a partir da terminologia denominada de “*waves*” (ondas). A referida autora, apresenta três práticas analíticas de base sociolinguística que formularam metodologias e escopos teóricos diferentes para descrever os processos variáveis nas línguas naturais: a 1ª Onda, centrada na análise quantitativa e correlacionando variáveis sociais com variáveis estruturais, lançou por meio de Labov (1966), as sólidas bases para os estudos variacionistas; a 2ª Onda, voltada para a temática de base etnográfica, com foco sobre pequenas comunidades de fala e destacando o significado social local; e, a 3ª Onda, com foco central na perspectiva estilística. Assim, Eckert aponta que nesse terceiro momento, a análise se voltou para abordagens etnográficas de comunidades de práticas, tais como descritas em Eckert (1989), e que as categorias locais (idade, sexo, nível de escolaridade etc.) são resultado de uma construção comum na comunidade examinada e as variáveis, agora, não só marcam a variação regional, mas a indexicalidade² ao falante.

À variação estilística, a autora destaca três perspectivas que estavam subjacentes ao tipo de análise realizada por elas: estilo como atenção dada à fala e controlada pelo eixo prestígio/estigma; estilo como resultado de um ato de filiação e, estilo como fruto da construção pessoal do falante. Neste sentido, pode-se verificar que na

2 Segundo Eckert (2008, p. 454), a noção de indexicalidade vem dos trabalhos das teorias linguístico-antropológicas (MICHAEL SILVERSTEIN, 2003 *apud* Eckert, 2008) e está associada com questões de ideologia, avaliação e percepção linguísticas, assim, para ela, as variáveis constituem um “*field indexical*” ou meios potenciais de imanar significado e variação.

proposta estilística de Eckert, a tríade significado social, estilo e variação, formam os elementos constitutivos da prática estilística.

Hora e Wetzels (2011) afirmam que a perspectiva de Eckert está voltada para a análise da variação na prática estilística, pode-se depreender que sua proposta vai além do mecanismo de atenção dada à fala ou da definição de estilo como atividade de filiação local, para ela, o estilo constrói o significado social do uso de variáveis e está diretamente vinculado às categorias identitárias dos praticantes de um dado estilo, como os adotados pelos jovens *Jocks* e *Burnouts*, em Detroit.

Ainda segundo Hora e Wetzels (2011, p. 165), duas são as contribuições centrais do modelo de variação estilística encabeçado por Eckert (2000). Eles estabelecem que: (i) variáveis sociolinguísticas não se vinculam a um estilo com significado fixo, desse modo, a prática estilística é mutável e (ii) estilo não é uma coisa, mas uma prática.

Acrescente-se a essa lista de contribuições, as inovações metodológicas incorporadas pelos trabalhos desenvolvidos pela abordagem formulada por Eckert. Verifica-se, que, a autora, apoia-se numa série ampla de categorias analíticas: *comunidade de prática*, *schemata*, *bricolagem*, *indexicalidade*, *campo indexical*, *enriggerment*, *recursiveness*, dentre outros, que oferecem pista e/ou indícios para análise e descrição da variação estilística. É uma abordagem que bebe em diferentes fontes teóricas, passando pela cognição social, com a noção de *schetma* de Piaget (1954 *apud* Eckert, 2008), passando pela antropologia linguística, pela tradição etnográfica, pela linguística com as noções de indicadores, marcadores, estereótipos (LABOV, 2008[1972]), dentre outros, que contribuem para formatação de seu modelo.

Propostas Metodológicas Labovianas para análise de Variação Estilística

A literatura laboviana descreve dois modelos de abordagem da variação estilística em entrevistas: Labov (2008 [1972]) e Labov (2001). O primeiro modelo metodológico centrado na análise de estilos-contextos segmentados (Estilos A, B, C, D e D'; e o estilo A subdividido em cinco categorias). O segundo modelo, denominado

de “*The Decision Tree*” (LABOV, 2001) que se baseia em dois parâmetros norteadores (fala casual e fala cuidada) e apoiados em uma escala de objetividade. Deste modo, há de concluir que os modelos labovianos de análise estilística são predominantemente pautados em contextos: assim, são abordagens contextuais, resultantes de um refinamento teórico-metodológico na obra do autor, possibilitando um novo rearranjo metodológico.

Labov (2008[1972]): Modelo estilo-contextual

A busca pelo falar denominado vernacular, em Labov, é um imperativo. As entrevistas sociolinguísticas constituem o procedimento formal de coleta desse modo de se usar a língua. Essa técnica de análise variacionista, uma vez estruturada em contextos, permite o reconhecimento ou separação do estilo casual do estilo monitorado. Para esse autor, as entrevistas sociolinguísticas são situações sociais nas quais ocorrem usos sociais da língua diferenciados, assim permitindo ao pesquisador identificar amplos espectros de variação social e extensa variação estilística de uma variável particular nelas contidas, possibilitando, desse modo, exibir variação regular em estilos e contextos diferentes.

Dessa forma:

[...] Mas, a entrevista formal, em si mesma, define um contexto discursivo em que somente um estilo de fala normalmente ocorre, aquele que podemos chamar de fala monitorada [*careful speech*]. Muito da produção discursiva do informante em outras circunstâncias pode ser bastante diferente. Ele pode usar a fala monitora em diversos outros contextos, mas na maioria das ocasiões estará prestando menos atenção à própria fala, e empregará um estilo menos monitorado que podemos chamar de fala casual [*casual speech*] (LABOV, 2008 [1972], p. 102).

Parece que ocorre uma contradição metodológica, mas logo é dissipada. A entrevista, segundo Labov (2008 [1972]) oferece a oportunidade de mudanças repentinas de contextos que têm fronteiras precisas, e é possível separar o estilo *careful speech* do estilo

casual speech, para tanto, Labov elaborou seu 1º modelo de análise de variação estilística, testado durante a análise de cinco variáveis fonológicas, /r/, /eh/, /oh/, /th/ e /dh/, existentes no inglês falado, na cidade de Nova York, especificamente, desenvolvido no *Lower East Side*. A proposta inicialmente visava encontrar contextos relevantes para aplicação de uma regra variável estilística ocorrer, para tanto, era necessário criar uma metodologia que permitisse o isolamento dos contextos.

Desse modo, Labov formula seu modelo dividindo-o em cinco estilos-contextos que por sua vez, o estilo-contexto A, segmenta-se em outros contextos (Contextos A1 a A5).

Segundo Labov (2008 [1972]), a busca pelo estilo casual dentro de uma entrevista sociolinguística (Contexto A, na terminologia deste modelo) exige a análise de cinco situações contextuais. Para tanto, Labov segmenta o Contexto A em cinco subdivisões que formam técnicas precisas para o isolamento de variação estilística em dados de fala espontânea.

Há referências à fala casual e à fala espontânea. Labov (2008 [1972]) faz a distinção entre esses termos, mas, depois, admite que ambos fossem tomados sob uma única rubrica: fala casual em geral ou estilo A. Ele estabelece que:

Por *fala casual*, em sentido estrito, entendemos a fala cotidiana usada em situações informais, em que nenhuma atenção é dirigida à linguagem. Já *fala espontânea* se refere ao padrão usado na fala excitada, carregada de emoção, quando os constrangimentos de uma situação formal são abandonados (LABOV, 2008 [1972], p. 111). (Grifos do autor).

Além de considerar os estilos-contextos como meio de separar o estilo casual do estilo monitorado, há, também, a indicação de outros sinais e pistas fornecidos exibidos pelos informantes, também, durante as entrevistas que possibilitam o reconhecimento desses estilos. Em consonância, Labov defende que:

[...] Uma *mudança* no ritmo, uma *mudança* na altura da voz, uma *mudança* no volume ou intensidade da respiração formam sinais

socialmente significativos de uma alternância rumo a um estilo de fala mais casual ou mais espontâneo (2008 [1972], p. 122). (Grifos do autor).

Além dessas ondulações da voz, Labov admite que, também, o riso envolvendo expirações e súbitas inspiração e aliado às pausas, pode constituir meio de observação intuitivas que permitem reconhecer diferentes estilos utilizados pelos informantes (LABOV, 2008 [1972]), possibilita separar o estilo-contextual B do estilo-contextual A, o qual ocorre em situações de uso vernacular da língua. Admite-se como Labov (2008 [1972]) que o problema posto é o que controlar e definir esses estilos de fala no escopo de uma entrevista sociolinguística. Porém, assume-se que a configuração da entrevista sociolinguística é organizada e auxilia nesse empreendimento variacionista e oferece condições para identificação desses fenômenos. Entende-se que o volume significativo dos sistemáticos estudos sociolinguísticos já realizados corrobora com a hipótese e os métodos, e técnicas já empregados lançam luz nessa direção de trabalho.

A análise estilística na variação requer, também, reflexão acerca das questões quantitativas e qualitativas, procurando aliá-las metodologicamente, e assim, poder depreender os diferentes aspectos da configuração sociolinguística desses processos na comunidade de fala examinada. Labov afirma que em termos quantitativos, o volume de fala monitorada é superior que o de fala casual (2008 [1972]). Assim, a realização de análise qualitativa dos dados pode constituir um instrumento da forma como um falante usa uma dada variante linguística (significado social), e também, possibilita compreender as dimensões da estrutura sociolinguística do fenômeno observado.

O modelo proposto por Labov é alvo de críticas (BELL, 1984; ECKERT, 1989, 2000, 2008, dentre outros). Segundo Schilling-Estes (2004), a proposta laboviana, ao apontar as pistas do canal (modulações da voz, risos, pausas, expirações e inspirações), elas não são suficientes para separar o estilo casual do estilo formal; e, também, o paradigma laboviano constitui uma abordagem unidirecional, semelhante ao de Bell (1984). No entanto, ele não está alheio às críticas que seu modelo tem recebido. Pelo contrário, ele reconhece

que sua proposta é uma das perspectivas a ser adotada e não a única; admite potencialidades que sua noção de estilo pode empreender, refina conceitual e metodologicamente sua abordagem estilística e propõe um novo paradigma de investigação do fenômeno estilístico dos usos sociais da língua.

Labov (2001): The Decision Tree

A segunda proposta metodológica laboviana para análise da variação estilística está descrita em Labov (2001). O modelo continua contextual, mas avança-se em relação à primeira abordagem, sobretudo, no detalhamento dos tipos de contextos onde o estilo monitorado será realizado ou o estilo casual. Labov manipula o tópico da entrevista sociolinguística, explicitando que alguns tópicos (contextos, módulos, partes etc.) podem desviar (ou chamar) a atenção do falante ao que é falado e, assim, emergir estilos variados dos usos linguísticos.

Esse modelo teórico-metodológico de investigação da variação estilística foi inicialmente desenvolvido pelo referido autor no Projeto Variação e Mudança Linguística, na Philadelphia, no qual se investigaram as distinções estilísticas, fala casual de fala monitorada, acerca de três variáveis sociolinguísticas: /dh/, /ing/ e /Neg/. Essa nova proposta de análise está organizada em oito critérios contextuais (ou categorias/estilos), que por sua vez, subdividem-se em quatro contextos denominados de “fala casual” e em mais quatro categorizados de “fala cuidada/monitorada” e todos seguem uma ordem decrescente de objetividade (sequência) num modelo arbóreo. Esses contextos que constituem módulos internos de uma entrevista sociolinguística, conforme é descrito no quadro 1.

Quadro 1- Configuração interna dos contextos na *The Decision Tree*³ (LABOV, 2001)

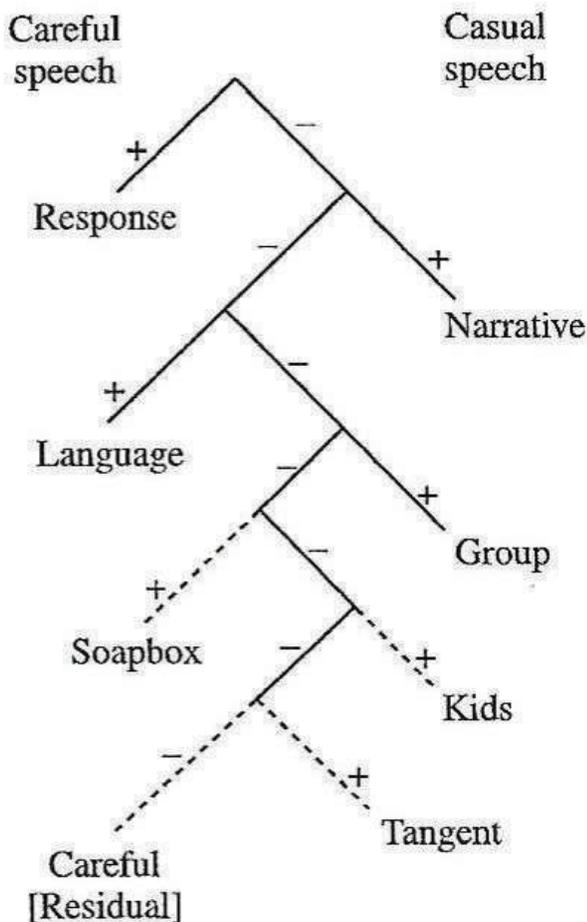
CONTEXTOS	ESTILOS/DESCRIÇÃO
Eixo “Casual Speech”	Fala vernacular.
Narrative	Narrativas de caráter pessoais.
Group	Fala direcionada a uma 3ª pessoa ou a alguém fora da cena da realização da entrevista.
Kids	Discutem-se tópicos voltados para infância, jogos e experiências vividas durante a fase infantil da vida dos informantes.
Tangent	Assunto que diverge daquele proposto pelo entrevistador e representa um forte interesse do entrevistado abordar.
Eixo “Careful Speech”	Fala monitorada
Response	Corresponde à 1ª sentença de cada resposta da entrevista.
Language	Refere-se às questões acerca de gramática, atitudes linguísticas. Remete-se aos aspectos avaliativos e perpetuais dos informantes, verificando seu grau de reconhecimento de fenômenos sociolinguísticos.
Soapbox	Expressões de opiniões generalizadas, por exemplo, acerca de discursos sobre crimes, corrupção ou sobre questões políticas e comportamentos das minorias.
Residual	Vincula-se aos trechos da entrevista que não se enquadram em nenhum dos estilos anteriormente descritos.

Fonte: Adaptado de Labov (2001, p. 90-93).

Segundo Labov (2001), os contextos que envolvem a fala não como uma resposta a uma pergunta, a conversa sobre os tópicos relacionados à infância, jogos ou experiências vividas durante a infância e questões discutidas sobre perigo de morte são os contextos que mais favorecem o uso do estilo denominado de “casual”. Nesse modelo de investigação da variação estilística, de Labov, esses contextos correspondem ao estilo *Narrative* na *The Decision Tree*. Esquemáticamente, os oito contextos estilísticos formam uma árvore, conforme se pode visualizar na reprodução da figura 2.

³ Ressalta-se que optou-se por manter a nomenclatura original, mesmo que no Português tenham termos equivalentes para tradução.

Figura 2 - *The Decision Tree* para análise estilística na fala espontânea em uma entrevista sociolinguística



Fonte: Labov (2001, p. 94).

Diante do exposto, pode-se ainda questionar-se, qual a finalidade desse procedimento técnico? Labov defende que ele: “is designed to filter out a subsection that is plainly distinct from main body of speech by its topical and contextual character” (2001, p. 93). Assim, a entrevista sociolinguística é uma ferramenta capaz de captar a variação estilística em dados da fala espontânea, e seus achados têm

demonstrado que essa técnica de separação de estilos contextuais tem uma significativa base nas atividades de fala que ocorrem em uma comunidade de fala. Desse modo, ele consegue atrelar variação social, realizada por meio da análise de variáveis fonológicas e fatores sociais, com variação estilística, identificando os contextos de monitoramento ou não de uso dessas variáveis investigadas.

Segundo Görski (2011), uma das críticas a esse modelo está relacionada à mistura de critérios que compõem a noção de contexto adotada por Labov em sua proposta, pois essa definição estilística laboviana passeia por diferentes estâncias da configuração da *The Decision Tree*, por exemplo, os contextos *Response*, *Grup* e *Tangents* compartilham aspectos do envolvimento com o ato conversacional (alternância de turnos) e estão em eixos estilísticos diferentes; o contexto *Narrative* tem uma dimensão textual, quanto é, também, o contexto *Tangents*; e, *Language* e *Kids* remetem-se a assuntos e tópicos, como ocorre com o contexto-estilo *Soapbox*.

Já para Hora e Wetzels (2011, p. 155-156), diversas são as críticas formuladas ao modelo da *The Decision Tree*: (i) dificuldade de mensurar a atenção dada à fala; (ii) dificuldade de operacionalizar a separação do que é fala casual e fala cuidada nos estilos-contextos; (iii) natureza unidirecional da proposta; e (iv) o falante é concebido como passivo.

A questão da passividade do falante parece que é questionável. Haja vista que, entendendo que o falante não é usuário de um estilo único, mas variado, e que a *The Decision Tree* propõe, ou indica, a possibilidade de o falante usar estilos diferentes de acordo com a organização interna da entrevista sociolinguística por meio de módulos (contextos) que obedecem a critérios sob um eixo e ao mesmo tempo seguem uma escala de objetividade que pode expressar a intenção do falante, entende-se que a passividade pode ser excluída ou atenuada.

Ainda com relação às críticas, o próprio Labov (2001) admite limitação metodológica em seu modelo, para ele não é possível verificar se decisões individuais baseadas na classificação da árvore estão contribuindo para diferenciação estilística. Porém, ressalta-se que o foco do autor não é o estilo individual, como propôs Eckert (2000, 2008), mas o comportamento sociolinguístico de uma comunidade de fala.

Considerações finais

A tarefa de investigação estilística foi e continua sendo um desafio teórico-metodológico, apesar dos avanços e da existência de diferentes modelos de pesquisa. Tanto Bell (1984) quanto Labov (2008 [1972]) reconhecem que a dimensão estilística da variação ainda não recebeu o espaço que lhe é cabida nas análises sociolinguísticas. Neste sentido, descrevi três abordagens que, consolidadas na Linguística, empreenderam a tarefa de sanar, ou minimizar problemas, oferecendo à comunidade acadêmica, ancoram teórico-metodológica para investigação do amplo espectro de variação social e extensa variação estilística que ocorrem em diferentes comunidades de fala ou de práticas.

A primeira perspectiva foi formulada por Labov (2008 [1972], 2001). O qual estuda a variação estilística como um mecanismo cognitivo ou dispositivo de atenção dada à fala e controlado pela orientação prestígio/estigma que determinado falar (variedade) tem na comunidade de fala investigada. Para esse modelo, a tarefa do pesquisador é isolar e definir os contextos onde ocorrem o estilo “*casual speech*” ou estilo “*careful speech*”. Metodologicamente, Labov formulou duas propostas analíticas, as quais são modelos predominantemente pautados em contextos. Todavia, na formulação da segunda proposta, pôde-se vislumbrar certo refinamento metodológico e conceitual.

Audience Design foi a segunda perspectiva descrita. Ela foi formulada e liderada por Allan Bell (1984). Em oposição à visão laboviana de estilo, o referido estudioso aponta como fator central responsável pela investigação estilística, o(s) destinatário(s) presentes e/ou ausentes fisicamente da interação verbal. Para ele, o falante altera ou acomoda novos estilos em função dos interlocutores. Por exemplo, na prática diária de comunicação, o falante escolhe os pronomes de acordo com o destinatário: você (e suas variantes: ocê, cê, na fala; e na atual escrita das mídias, *vc*), senhor, tu, vossa Excelência, Magnífico Reitor etc. Nesse sentido, a seleção lexical ou estilística está vinculada ao destinatário.

A terceira e última perspectiva é encabeçada pela pesquisadora Penelope Eckert (2000, 2008), constitui uma abordagem construcionista social de variação estilística e é de natureza identitária. Para a autora, a noção de estilo não está vinculada diretamente a usos da língua, mas, além destes, necessariamente é resultado de práticas associadas a outros comportamentos dos falantes, tais como: o modo de vestir-se, atitudes, crenças, pertença a uma classe social, comportamentos coletivos, estilos da fala, prosódia, seleção lexical, cor dos cabelos etc. Assim, nesses comportamentos, os falantes se projetam e criam o estilo: para a autora, *Personae Style*. E com relação à língua, verifica-se que a preocupação descritiva dessa abordagem não recai apenas sobre o que os informantes falam, mas, sobretudo, sobre o que fazem com a língua em uma “comunidade de prática”.

E para finalizar, apresentei as duas propostas metodológicas esboçadas por Labov para investigação de variação estilística em comunidades de fala. O primeiro modelo (2008 [1972]) pautado em estilos-contextos que por sua vez segmenta-se em outros contextos. A segunda abordagem (LABOV, 2001), denominada de “*The Decision Tree*”, ancora-se em dois parâmetros centrais: eixo da “casual speech” e o eixo da “careful speech”, e todos obedecendo uma escala de objetividade. Assim, pôde-se perceber que são modelos inerentemente pautados na noção de contextos e ancorados na definição de estilo como dispositivo de atenção dada à fala, em situação social, no caso laboviano, principalmente, uma entrevista sociolinguística.

REFERÊNCIAS

- BELL, Alan. **The language of radio new in Auckland:** A sociolinguistic study of style, Audience, and subediting variation. Ph.D. Dissertation, University of Auckland, New Zealand, 1977.
- BELL, Alan. **Language style as audience design.** *Language in Society*. 13 (2), p. 145-201, 1984.
- BELL, Alan. Styling the other to define the self: a study in New Zealand Identity Making. **Journal Sociolinguistic**, n. 3, p. 524-541, 1999.

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. **Listener perceptions of sociolinguistic variables:** the case of (ing). Tese de Doutorado. Stanford University, 2006.

CARDOSO, Bruno. **Embates em torno da noção de estilo na sociolinguística.** I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica. La Plata, FaHCE-UNLP, 21 al 23 de marzo de 2012.

COUPLAND, Nikolas. "Hark, Hark the Lark": Social Motivations for Phonological Style-shifting. **Language and Communication**, 5(3), p. 153–71, 1985.

ECKERT, Penelope. **Jocks and Burnouts:** Social Categories and Identity in the High School. New York, Teachers College Press, 1989.

ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice.** Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, Penelope. **Style and sociolinguistic variation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ECKERT, Penelope. Style and social meaning. *In:* RICKFORD, John R.; ECKERT, Penelope. **Style and sociolinguistic variation.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ECKERT, Penelope. The Meaning of Style. **Texas Linguistic Forum** 47, p. 41-53, 2004.

ECKERT, Penelope. **Variação, convenção e significado social.** Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland CA. Jan. 7, 2005.

ECKERT, Penelope. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, 12/4, p. 453–476, 2008.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. New generalizations and explanations in language and gender research. **Language in Society** 28, 185–201. Printed in the United States of America, 1999.

FREIRE, Josenildo Barbosa. **Variação da Lateral Palatal na Comunidade de Jacaraú (Paraíba).** 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

GAL, Susan. **Language shift:** social determinants of linguistic change in bilingual Austria. New York: Academic Press, 1979.

GILES, Howard; TAYLOR, Donald M.; BOURHIS, Richard. Toward a theory of interpersonal accommodation through speech: some Canadian data. **Language in Society**, v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, p. 177-192, 1973.

GÖRSKI, Edair Maria. **A variação estilística na ótica da sociolinguística laboviana**: (re)dimensionando o papel do contexto. VI SIGET, UFRN – Natal/RN no período de 16 a 19 de agosto de 2011.

HORA, Dermeval da; WETZELS, Leo. Variação linguística e as restrições estilísticas. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 147-188. 1ª parte 2011.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. The anatomy of style-shifting. In: RICKFORD, John R.; ECKERT, Penelope. **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008[1972].

LABOV, William. Principles of Linguistic Changes: Cognitive and Cultural Factors. **Language in Society**, 39, Volume 3. Wiley-Blackweel, 2010.

RICKFORD, John R.; ECKERT, Penelope. **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SCHILLING-ESTES, Natalie. Investigating “Self-conscious Speech”: Performance Register in Ocracoke English. **Language in Society** 27, 53–83, 1998.

SCHILLING-ESTES, Natalie. **Situated ethnicities**: constructing and reconstructing identity in the sociolinguistic interview. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics 6.2 (Proceedings from NWAVE 27), p. 137-151, 1999.

SCHILLING-ESTES, Natalie (eds.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 375-401, 2004.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



6

CRITIQUEMOS AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E DEIXEMOS A LÍNGUA EM PAZ: A COLOQUIALIDADE NO INGLÊS DE DONALD TRUMP NO *TWITTER*

Emildo Pereira Coutinho¹

O inglês usado pelo presidente norte-americano Donald Trump nas redes sociais, mais precisamente no Twitter, em sua conta @realDonaldTrump, vem despertando crítica e análise de várias pessoas e instituições. A prática começou quando “tuiteiros anglófonos” – conforme definição do jornal El País – criaram uma conta no mesmo Twitter – denominada de @TrumpsGrammar – a fim de policiar e supostamente “corrigir” o inglês de Donald Trump.

Para tal empreitada, pedem aos navegadores que marquem com a hashtag #trumpsgrammar (gramática de Trump) as postagens do presidente que estejam a fim de vê-las corrigidas. A descrição da conta diz *We correct the spelling & grammar of @realdonaldtrump & the Trumpkins. Nominate tweets for us to correct by tagging us in a retweet #TrumpGrammar*, cuja tradução é “corrigimos a ortografia e a

¹ Mestrando em Linguagem e Tecnologia (PPGEL-UTFPR). E-mail: emildocoutinho@gmail.com

gramática de @realdonaldtrump & os Trumpkins. Indique os tuítes para corrigirmos nos marcando em um retuíte”. Vale dizer que *Trumpkins* é um neologismo para os apoiadores e simpatizantes das ideias do presidente. Em nosso contexto brasileiro seria o equivalente a “bolsomínions”.

A partir da criação do @TrumpsGrammar o jornal El País, em sua versão on-line brasileira publicou uma matéria – em 11 de fevereiro de 2017 – assinada por Mónica Cruz e intitulada *Quer Melhorar seu Inglês? Aprenda com os erros Gramaticais e Ortográficos de Trump*, seguida da gravata – jargão jornalístico para definir a frase logo abaixo da manchete – *Uma ameaça persegue o presidente desde sua candidatura: a polícia da boa redação*.

Logo em seguida, mais precisamente em 19 de fevereiro do mesmo ano a revista Exame, também na internet, sob a vinheta CARREIRA – VOCÊ S/A, foi mais ousada e publicou texto intitulado *Teste Seu Inglês com 8 Erros Gramaticais de Donald Trump*. Texto este seguido de teste, como o título sugere. Trata-se de oito frases que proporcionam ao leitor-conhecedor-de-inglês quatro opções de respostas, sendo apenas uma correta, claro.

O interessante é que sete das oito frases – que segundo a Exame foi um *quiz* elaborado pela fundadora e sócia-diretora da Companhia de Idiomas, Rosângela Souza – foram as mesmíssimas publicadas no El País, exatamente oito dias antes. E, ainda, neste jornal elas aparecem com a tradução aproximada, contexto, problema e a forma correta, segundo a gramática normativa, vale dizer aqui.

Resumindo: Rosângela Souza elaborou algo que já havia sido publicado e assinado por Mónica Cruz. A única frase “inérita”, escrita por Donald Trump, com seus erros, que aparece no *quiz* de Rosângela Souza foi *Wonderful meeting with Canadian PM @JustinTrudeau and a group of leading CEO’s & business women from Canada and the United States*. Nesta sentença ocorrem dois casos: seria CEOs, no plural, sem o apóstrofo (’), que aqui não faz sentido algum, e *businesswomen* é uma palavra só, não devendo ser grafada separadamente.

Segundo o El País “até o Twitter oficial do respeitado dicionário Merriam-Webster se uniu à polícia gramatical para corrigir o pre-

sidente”. Outrossim, segundo o mesmo jornal, um estudo da Universidade Carnegie Mellon, do Estado da Pensilvânia, apurou que Donald Trump possui conhecimento gramatical equivalente a de um aluno do sexto ano do ensino básico. De acordo com a pesquisa “entre todos os candidatos presidenciais de 2016, nenhum tinha um nível de inglês superior a um aluno do oitavo ano, mas Trump foi o mais mal avaliado nessa análise”.

Reproduzimos abaixo o resultado da pesquisa da universidade, publicado em gráfico pelo El País:

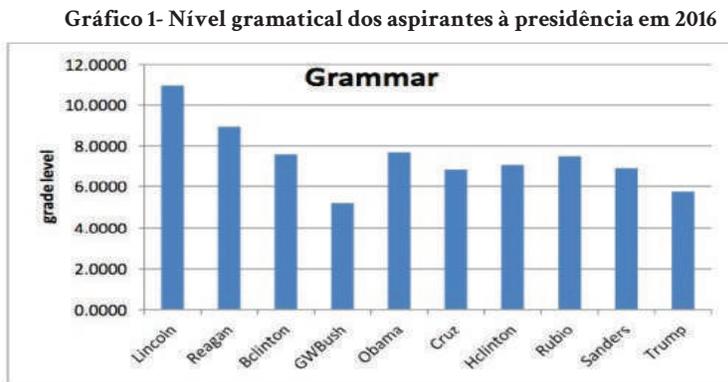


Figure 4. REAP grammar measure

Fonte: Jornal El País (2017).

O gráfico mostra o nível gramatical dos discursos dos aspirantes à presidência em 2016, assim como dos ex-presidentes Abraham Lincoln, Ronald Reagan, George W. Bush e Barack Obama.

O que podemos observar, ao analisarmos os avaliadores do inglês de Donald Trump é que – salvo a equipe do dicionário Merriam-Webster e, oxalá, a Universidade Carnegie Mellon – seus críticos não estão, de fato ligados à atividade linguística. Quanto às duas outras instituições é de pressupor que partiram de uma análise da chamada gramática prescritiva, deixando de lado a sociolinguística e outros desdobramentos de uma ciência que estuda os aspectos da língua, da fala e da linguagem, despida de qualquer tipo de preconceito que deve ser inerente a todo cientista.

Mas tais críticos são, na grande maioria, leigos. São pessoas que, diante da aversão a um discurso político de extrema direita, lançaram mão da Linguística para tecerem seus comentários. Discurso esse proferido por uma autoridade pública que se transformou, nas palavras de Douglas Kellner, em “um mestre em espetáculo de mídia” – criando o que o teórico denominou de Populismo Autoritário (KELLNER, 2016).

Ora, no universo político, nacional ou internacional, vemos, não raro, alguns críticos tomarem mão de um pretensão discurso linguístico para criticarem seus oponentes. A pretensão, aqui, está contida no fato já mencionado de que a grande maioria dos críticos – ou praticamente sua totalidade – não serem linguistas mas sim profissionais da mídia e políticos, entre outros.

Em 2007, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso foi criticado por dizer que “o Brasil quer dirigentes que falem bem a língua, que sejam melhor educados e que não desprezem a educação, a começar pela própria” (FARACO, 2008, p. 63). Seus críticos alegaram que ele menosprezava o candidato adversário – Luiz Inácio Lula da Silva – enquanto ele próprio proferia algo não aceitável na língua portuguesa.

Posteriormente, mesmo diante da aceitação, perante a norma prescritiva, da fala de FHC – ou seja, da expressão “melhor educados” – os ânimos não foram cessados, o que indica, claramente, que a crítica deveria se manter no campo das ideias ideológicas e não linguística, pois o presidente havia sido justificado pela gramática prescritiva.

Mais recentemente temos visto viralizar na internet o vídeo em que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, diz e repete “conge” ao invés de “cônjuge”. A revista on-line Fórum classificou de “erro crasso” o incidente, publicou um vídeo em seu canal no YouTube e a seguinte manchete no site, *Moro estreia no Twitter e é indagado: “é conje ou conge”?* Posteriormente, na primeira entrevista que deu durante sua prisão, à Folha, o ex-presidente Lula menciona o ocorrido e o quanto a imprensa o enxovalhava por causa de seu português e salienta o fato de que agora temos no Brasil um juiz que diz “conge”.

Voltando a Donald Trump, o El País diz que traz as falhas cometidas pelo presidente norte-americano para que o leitor, em futu-

ras interações com algum falante de inglês, não as cometa. Ora, ao escrever, ele próprio, e no calor das ideias, suas opiniões políticas, trata-se de bons exemplos para que possamos observar a gramática coloquial da língua, que tão difícil é para nós, brasileiros, especialmente na questão da compreensão auditiva. E, ainda, muitos nativos norte-americanos falam e escrevem dessa forma.

Segundo um estudo feito pelo Education First – uma rede de escolas de idiomas e programas de intercâmbio presente em 55 países – chamado de Índice de Proficiência em Inglês e divulgado pelo Estadão on-line em 25 de fevereiro de 2014 – o Brasil tem proficiência baixa em inglês, ficando na posição 38 de um ranking de 60 países. Em sua terceira edição nesta época, o índice averiguou o conhecimento de 750 pessoas ao redor do globo. O Brasil ficou na mesma faixa de países como Irã, Sri Lanka e Egito. Na América Latina, estamos abaixo da Argentina, Uruguai e Costa Rica.

Ao observarmos as críticas às oito frases de Donald Trump, em sua grande maioria, notamos o quanto as ocorrências foram, digamos, sua ortografia desatenta. Ela, por si só, nos dá um interessante painel a respeito da complexidade do assunto no idioma inglês que, aparentemente, possui muito mais sons homônimos com grafia diferente se compararmos ao português.

Interessante apontar que, ao se ver escarnecido, Trump corrige tais erros mas jamais aqueles que foram considerados erros gramaticais. Entre os homônimos com mesma pronúncia corrigidos por ele estão o advérbio *there* (lá) x pronome possessivo *their* (deles); os substantivos *waist* (cintura) x *waste* (desperdício); *it's* (contração de *it is = é*) x *its* (possessivo “seu” inanimado, abstrato ou neutro, usado para objetos, animais, expressões ou fenômenos da natureza); *loose* (frouxo, solto ou largo) x *lose* (presente do verbo perder).

Outra palavra que ele corrigiu foi *unpresidented*, que não existe em inglês. O que queria, de fato, escrever era *unprecedented* (sem precedente). O jornal britânico elegeu *unpresidented* a palavra do ano e chegou a criar uma definição para ela: “situação em que alguém se prepara para dizer o que a maioria espera, mas na verdade acaba dizendo o que a maioria não espera”, conforme publicado

no El País. A crítica ao tropeço de Trump foi capa do jornal *The Washington Post* e título de uma biografia não autorizada.

Figura 1 - Capa da biografia de Donald Trump e do jornal *The Washington Post* com a palavra criada por ele: *unpresidented*



Fonte: Jornal The Washington Post

Ao voltarmos à gramática de Donald Trump, poderíamos fazer aqui uma dedução: não contém erro algum segundo seu ponto de vista, epilinguístico; por isso não faz correção. O que acontece nos textos do presidente são reflexos da língua coloquial em sua escrita e isso é muito útil para que possamos observar a fala dos nativos norte-americanos.

Ao ser analisado por leigos quanto aos meandros linguísticos não estaria Donald Trump sofrendo uma espécie de preconceito linguístico? Não contra um pobre, analfabeto, brasileiro, nordestino, mas contra um rico, branco, norte-americano, oriundo de uma educação falha. Salvo as diferenças ideológicas, geográficas, idiomáticas, enfim, tudo o que permeia ambas as realidades, é o mesmo preconceito linguístico que nos deparamos contra o ex-presidente Lula em nosso país.

O El País menciona que as frases, que despertaram surpresa no mundo todo, “de vez em quando chamam a atenção não tanto por seu conteúdo, e sim por erros gramaticais e de ortografia”. Ora, muito dos supostos erros, conforme já dissemos, são reflexos na es-

crita oriundos da gramática coloquial, da fala (*parole*) e não, necessariamente, da *langue* (língua) conforme a dicotomia de Saussure.

Ao termos em mente esta perspectiva formalista saussuriana da fala como “manifestações individuais e momentâneas” (SAUSSURE, 1975, p. 27) e a diacronia e suas fases de evolução – bem como o gerativismo de Chomsky, mais precisamente sua dicotomia competência x performance – e, conseqüentemente, os aspectos que indicam a capacidade do presidente norte-americano de selecionar o que é e não é possível em sua língua materna – dentro de seu conhecimento epilinguístico – conseguimos “lançar um pouco de luz” e compreensão aos dilemas linguísticos que extrapolam culturas e nações.

Se estudamos, no Brasil, a gramática padrão do inglês, um tanto quanto distante da coloquial, poderíamos, realmente, aprender esta com os “erros” de Donald Trump, já que representam, de fato, a realidade da língua falada nas ruas, especialmente pelas pessoas de pouca educação formal.

Para ilustrar nossa ideia, vamos apresentar algumas frases escritas pelo presidente e a análise do El País. Escolhemos, primeira e intencionalmente, um exemplo através do qual podemos dizer que Trump corrompeu a estrutura, a sintaxe e a forma atingindo um nível mais elevado e interessante de ser analisado. A frase é *It could be somebody sitting on their bed that weights 400 pounds*. O jornal publica a seguinte tradução aproximada “Pode ter sido alguém sentado em uma cama que pesa 400 libras” (cerca de 180 quilos).

Quanto ao contexto, o El País esclarece que “foi o que ele disse no primeiro debate presidencial ao comentar supostas ações de hackers contra as contas de e-mail do Comitê Nacional Democrata (DNC, na sigla em inglês). A frase completa era: “Não sei se foi a Rússia quem se infiltrou nos arquivos do DNC”. [Hillary] Clinton diz que foi a Rússia. Talvez sim. Também pode ter sido a China, ou pode ter sido alguém sentado numa cama que pesa 400 libras”.

Segundo a análise do texto, assinado por Mónica Cruz, “pela forma como estruturou a frase, dá a entender que a cama é que pesa 400 libras, não a pessoa. O pronome *that* é usado para se referir a um lugar ou uma coisa, ao passo que *who* serve para pessoas. Por outro

lado, *somebody* é um substantivo singular, por isso deveria ter usado o pronome possessivo *his* ou *her*, não *their*, que é plural. A forma correta, apresentada pelo texto seria *It could be someone who weights 400 pounds, sitting on his/her bed.*

Há muito para ser observado nessa frase. Em primeiro lugar, ela representa, de forma escrita, a fala, a coloquialidade. Se levarmos em conta a afirmação de Marcos Bagno de que ninguém fala errado sua própria língua e que tal sentença, ao ser proferida em um diálogo com um receptor haveria o que chamamos de “negociação” – perguntas posteriores para esclarecer e definir melhor as palavras do emissor – não haveria qualquer tipo de ruído na comunicação. Além do mais, dentro de um contexto, há também a dedução que pode ser feita; nesse caso a de que quem pesa 400 libras é a pessoa e não a cama. Tais nuances da fala podem ser muito bem percebidas e analisadas se transformarmos nosso discurso em texto através dos aplicativos disponíveis para isso.

Sim, Donald Trump escreveu, registrou em caracteres tal frase, em uma rede social on-line. Ora, se ele tivesse dito oralmente, possivelmente passaria despercebido, ou, pelo menos, não causaria tanto furor e crítica. Mas tal sentença reflete, perfeitamente, a coloquialidade de uma gramática falada, visto que, conforme o mesmo Marcos Bagno, ninguém fala errado a sua própria língua materna; ou, ainda, que é impossível falar sem alguma gramática. E, mais ainda – continuando com Bagno – Linguística é, de fato, uma questão política.

Quanto à sintaxe, ao usar *their* no lugar de *his* ou *her*, acontece o mesmo que, no português, alguns dizem “eu se perdi”. Esse uso do pronome reflexivo fora do padrão é o exemplo mais próximo que podemos encontrar no português, visto que jamais um falante de nosso idioma faria confusão entre os pronomes possessivos, trocando singular por plural.

Em relação ao uso de *that* para referir-se a um ser humano, desde o século XI isso acontece no inglês, conforme apontado pelo Oxford Dictionary em seu blog na Internet. O dicionário menciona ser possível usar de maneira quando a pessoa não é especificada, exatamen-

te como o caso de Donald Trump, reproduzimos abaixo conforme estabelecido no site do dicionário, seguido de nossa tradução:

In fact, people have been using that for human and non-human references since at least the 11th century, and that is handy if you want to talk about both a person and a thing:

. A jinx is a **person or thing that** is believed to bring bad luck

. It was the **drug** and not her **brother that** had upset her or if you're just referring to a person in an unspecific way:

Most of the **people that** come to these classes are overweight

You seem to be very judgemental of **anyone that's** older than you

They hired **someone that** could be a focal point for all these calls from the media (sic)

Tradução nossa:

Na verdade, as pessoas têm usado *that* para referências humanas e não-humanas desde pelo menos o século 11, e isso é útil se você quiser falar sobre uma pessoa e uma coisa:

. Um azar é uma **pessoa ou coisa que** (*that*) se acredita trazer má sorte

. Foi a **droga** e não o irmão dela **que** (*that*) a **aborreceu**

ou se você está se referindo a uma pessoa de maneira não específica: A maioria das **pessoas que** (*that*) vêm para essas aulas tem excesso de peso

Você parece ser muito crítico com **qualquer um que** (*that*) seja mais velho que você

Eles contrataram **alguém que** (*that*) poderia ser um ponto focal para todas essas chamadas da mídia.

A segunda frase é *She gave us ISIS, because her and Obama created this huge vacuum and a small group came out of that huge vacuum*. A tradução aproximada do El País é “Ela nos deu o ISIS [sigla pela qual o Estado Islâmico é conhecido em inglês], porque ela e Obama criaram esse enorme vazio, e um grupo surgiu desse enorme vazio”. Contexto: Trump disse isso sobre Hillary Clinton durante o terceiro debate presidencial, em outubro de 2016.

Segundo a análise do El País, *her* é um pronome usado como objeto direto (*I saw her* – “Eu a vi”) ou como objetivo indireto (*That's for her*: “Isto é para ela”). *She* é um pronome pessoal reto e serve para identificar o sujeito numa oração. Neste caso, o sujeito seria “ela e Obama”. A forma correta para o jornal seria *She gave us ISIS, because*

she and Obama created this huge vacuum and a small group came out of that huge vacuum. Ora, estaria correto de acordo com a gramática prescritiva. Assim como – em português – muitos nativos dizem “para mim fazer”, há – em inglês – algumas possibilidades semelhantes na coloquialidade. Esta é uma delas. E por isso usada por Donald Trump.

Outra ocorrência muito comum no inglês falado é dizer *between you and I* – que está errado segundo a gramática padrão – ao invés de *between you and me*. A razão para isso – segundo o mesmo Oxford Dictionary – é que uma preposição como *between* deve ser usada por pronome objeto (tais como *me, him, her* e *us*). O interessante é que nativos, por outro lado, não falam ou escrevem a mesma sentença usando os outros pronomes – *between him and she* ou *between we*, por exemplo. Tais sentenças estariam – continuando a mencionar o Oxford Dictionary – claramente erradas. Oras, por “claramente erradas” entendemos que jamais são usadas, tanto na escrita quanto coloquialmente.

Prossigamos com a análise. Nosso próximo exemplo é a frase *Looks to me like the Bernie people will fight. If not, there blood, sweat and tears was a waist of time. Kaine stands for opposite!* Tradução aproximada do jornal: Acho que o pessoal do Bernie vai brigar. Se não, seu sangue, suor e lágrimas foram uma perda de tempo. Kaine defende o contrário!”. Contexto: Esse tuíte é de julho de 2016, quando Hillary Clinton anunciou que Tim Kaine seria o candidato a vice-presidente do Partido Democrata, em vez de Bernie Sanders. Problemas apontados: Trump confundiu o advérbio *there* (lá) com o pronome possessivo *their* (deles). Também usa a palavra *waist* (cintura) em lugar de *waste* (desperdício). Conjugou incorretamente o pretérito do verbo *to be* na terceira pessoa do singular (*was*), em vez de usar a terceira pessoa do plural (*were*) para se referir a sangue, suor e lágrimas em conjunto. Como a frase é condicional, já que começa com *if*(se), seria melhor usar o futuro. A forma correta: *Looks like the Bernie people will fight. If not, their blood, sweat and tears will be a complete waste of time.*

Conforme já dissemos Donald Trump corrigiu apenas os erros de grafia. Quanto à gramática podemos observar que está usando *Looks to me* na estrutura de seu sinônimo *Seems to me*. Interessante

que o pronome *it* (eu) está oculto em ambas as frases. Oficialmente, não há sujeito oculto ou elíptico em inglês; isto significa que deveria-se usar em ambas o neutro *it*: *It looks to me*. Claro que o marcador S de *looks* situa a ideia, referente a terceira pessoa do singular. Mas não podemos negar que a omissão do sujeito já é um demonstrativo do quanto às línguas são vivas, tanto na fala quanto na escrita.

Nossa última frase publicada no El País é *No matter how good I do on something, they'll never write good*. Tradução aproximada do El País: Não importa se eu fizer algo muito bem, nunca vão escrever nada de bom sobre mim. Contexto: Declaração durante entrevista à Fox News, em agosto de 2016, comentando a cobertura da sua candidatura pelo *The New York Times*. O problema, segundo o jornal: *Good* significa o adjetivo *bom*, ao passo que *well* é o advérbio *bem*, que serve para responder à pergunta “como?”. Neste caso, Trump estava descrevendo como faz algo, e por isso deveria usar *well* em vez de *good*. O outro *good* da frase, por ser um adjetivo, precisaria estar acompanhado de um substantivo, como *things* (coisas) ou *stories* (reportagens).

Nativos confundem muito, de fato, o uso de *well* x *good*. Ao serem questionados, por exemplo, *how are you?*, alguns respondem *well* ao invés de *good*. *Well* faria sentido caso a pessoa estivesse doente anteriormente. Mas, novamente, a fala (*parole*) caminha paralela à língua (*langue*) mas também pode tomar os mais diversos caminhos. Saussure deixou de lado a fala para estudar a língua; esta se opõe àquela. Os linguistas que vieram depois de Saussure se debruçaram sobre os mais diversos assuntos ligados à Linguística, dentre eles a fala teve muita importância. E, neste segmento, seu reflexo na escrita também tem despertado interesse científico.

Ao dizer ou mesmo escrever dessa forma, Donald Trump está selecionando o que é e não possível em sua língua materna. E isso, obviamente, baseado no que ele ouviu em casa e ao seu redor. Quem sabe, em um futuro próximo estudos diacrônicos inocentará o presidente perante esses leigos que o acusam. Seus escritos são, realmente, de grande valor para aqueles que querem se aproximar do inglês coloquial – ou falado; especialmente, como já mencionamos,

em um país no qual poucos são, de fato, fluentes. Sim!, podemos – e muito – aprender com o inglês de Donald Trump.

E quanto aos “policiadores” da fala, da escrita que reflete a fala, que fiquem na análise da ideologia dos discursos e deixem a Linguística para linguistas, para aqueles que se debruçarão sobre ela sem preconceito ou ideologia. Sejam modernos, despídos de preconceito e, acima de tudo, deixemos a fala em paz; que siga seu caminho livremente e bela, por mais inculta que seja.

REFERÊNCIAS

- AZAREDO, Marina. **Jornal Estadão**. 2014. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,nivel-de-ingles-no-brasil-e-baixo-e-pais-fica-em-38-em-ranking,1134453>. Acesso em: 14 maio 2019.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015.
- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. **Reflection on Language**. London: Temple Smith, 1976.
- CRUZ, Mónica. **Jornal El País**. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/08/estilo/1486512927_989215.html. Acesso em: 15 maio 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- KELLNER, Douglas. **American Nightmare – Donald Trump, Media Spectable, and Authoritarian Populism**. Rotterdam, The Netherlands: Sense Publishers, 2016.
- MORO estreia no Twitter e é indagado: “é conje ou conge?”, **Revista Fórum**, 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/moro-estrela-no-twitter-e-e-indagado-e-conje-ou-conge/>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- OXFORD dictionaries. Disponível em: <https://blog.oxforddictionaries.com/2012/09/that-who-which/>. Acesso em: 15 maio 2019.
- SOUZA, Rosângela. Teste seu inglês com 8 erros gramaticais de Donald Trump, **Revista Exame**, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/teste-seu-ingles-com-8-erros-gramaticais-de-donald-trump/>. Acesso em: 14 maio 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

TWITTER. **Trump Grammar**. 2015. Disponível em: <https://twitter.com/TrumpGrammar>. Acesso em: 14 maio 2019.



7

TEATRO COMO ESTRUTURA DE PLAUSIBILIDADE: BRASIL DE 1970 NAS REVISTAS MANCHETE E DER SPIEGEL

Maurini de Souza

Jornais brasileiros noticiaram, no mês de março deste ano, a determinação do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que se fosse comemorado o dia em que o exército tomara o poder no Brasil (31 de março de 1964); na revista Carta Capital, a manchete de 26 de março foi “Bolsonaro determina comemoração do golpe de 1964”; e, como subtítulo, “O presidente brasileiro nunca escondeu que, para ele, não houve ruptura antidemocrática por parte dos militares” (CARTA CAPITAL ONLINE¹). Logo em seguida, o Ministério Público Federal lançou um documento repudiando a determinação, conforme notícia do jornal Valor Econômico online²:

No documento, a Procuradoria Geral do Cidadão (PFDC) – órgão do MPF – afirma que o ato representa grande gravidade constitu-

1 Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-determina-comemoracao-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 19 maio 2019.

2 Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/6182923/ministerio-publico-repudia-comemoracao-do-golpe-militar-de-1964>. Acesso em: 19 maio 2019.

cional’, pois representa a ‘defesa ao desrespeito ao estado Democrático do Direito, já que celebra um golpe de Estado e um regime ditatorial que resultou em violações sistemáticas dos direitos humanos, além de crimes internacionais [...] O golpe de Estado de 1964, sem nenhuma possibilidade de dúvida ou de revisionismo histórico foi um rompimento violento e antidemocrático da ordem constitucional. Se repetida nos tempos atuais, a conduta das forças militares ou civis que promoveram o golpe seria caracterizada como crime inafiançável e imprescritível de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático previsto no artigo 5. Inciso XLIV da Constituição de 1988’, diz o texto.

Esse embate conduz a uma reflexão devido à contradição entre os dois sujeitos emergentes dos discursos; enquanto o texto do MPF apresenta uma postura inquestionável quanto ao fato do período de 1964 a 1984 se tratar de uma ditadura, a informação de Carta Capital, de que o presidente “nunca escondeu que, para ele, não houve ruptura antidemocrática por parte dos militares”, demonstra que esse pensamento é questionado e, mais do que isso, pelo presidente eleito por 39% dos brasileiros votantes em 2018.

Entende-se, portanto, que os discursos estão em disputa. Essa postura dialética aponta para as questões de “estrutura de plausibilidade” propostas por Berger (2004), que atua, dentre outros elementos, no confronto nos universos simbólicos e interferem objetivamente nas instituições. Mesmo entendendo que as forças são desequilibradas e o “poder” econômico e conseqüentemente, de produção de violência, é fundamental na querela:

Do ponto de vista da plausibilidade intrínseca, as duas formas de conceitualização podem parecer ao observador externo oferecer pequena escolha. Qual das duas ganhará, contudo, é coisa que dependerá mais do poder do que da engenhosidade teórica dos respectivos legitimadores. É possível imaginar que mistagogos olímpicos e ctônicos³ igualmente requintados reúnam-se em consultas ecumênicas, discutindo os méritos de seus respectivos universos sine ira et studio, mas é mais provável que a questão seja decidida no nível menos rarefeito do poder militar. O desfecho histórico de todo choque entre deuses foi determinado por aqueles que impunham as melhores armas e não por aqueles que possuíam os melhores argumentos (BERGER, 2004, p. 148).

3 Grupos (aqui, Discursos) em disputa no exemplo de Berger.

A abordagem deste capítulo vai no sentido da importância do fortalecimento de uma estrutura de plausibilidade de base teórica, defendendo o que se entende por humanidade e direitos humanos e, nessa direção, denunciar e refutar as atitudes violentas do período ditatorial brasileiro – partindo do lugar social de que não se discute aqui, porque se aceita como indiscutível – que o Brasil esteve sob ditadura militar no período de 1964 a 1984, com o objetivo de ampliar a discussão sobre a história desse período e não repeti-lo, mesmo com a consciência do desnível, apontado por Berger, nesse conflito.

Assim, assinala-se a importância da censura institucionalizada durante a ditadura enquanto elemento de impedimento de acesso à identidade que constitui esse período e consequente nebulosidade apresentada no início desta proposta. Para Orlandi (2007): “a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições”. Dessa forma, parte da população foi impedida de “circular” na complexidade de atos dos governos militares do período ditatorial, em específico às informações sobre o que o Ministério Público Federal chama de “conduta das forças militares e civis” criminosa. Como os sentidos são formados historicamente, muitos dos sentidos dos procedimentos censurados não se efetivaram em nossa população e, com isso, a identidade da ditadura militar no Brasil não foi formada na sua complexidade. É preciso se investir na emersão dos sentidos impedidos de se constituírem.

Este artigo procura, nesse sentido, apontar uma forma de teatro como híbrido entre Ciência Social Aplicada, Ciências Humanas e Artes, no caso de resgate histórico e de atualização de momentos sociais nublados ou tendenciosamente deturpados pelo jornalismo sob censura institucional. Tratados como trabalho e, por conseguinte, meios de subsistência para pessoas que dependem deles, além de intervenções sociais, a comunicação jornalística e a produção teatral são apresentadas como vítimas de ataques – institucionais e econômicos – no período de ditadura militar no Brasil. As consequências dessa censura se observam ainda hoje, no embate sobre o procedimento dos governantes durante os 20 anos de ditadura.

Esse é o motivo que justifica esta proposta: se, na máxima atribuída a Edmund Burke, “um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la” (*apud* VIEIRA, 2016), trazer à tona informações censuradas ou apresentadas sob a ótica dos que, por meio de tortura, calavam as vozes dissonantes, é fundamental para a preservação da democracia deste país.

Dessa maneira, apresentando a aproximação entre o jornalismo e o teatro como vítimas de censura e as características do teatro documental, que aproxima essa arte das Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação, sob o olhar de Bertolt Brecht (1978), para quem a arte teatral só teria sentido se participante da transformação social, propõe-se, no final deste texto, a sugestão de formato de uma peça teatral como resgate histórico - jornalístico de um fato singular. O acontecimento a se trazer à tona são as reportagens a respeito do sequestro do embaixador alemão, em 1970, por grupos de resistência à ditadura, comparando-se duas fontes distintas: a revista *Manchete*, sob a censura do Ato Institucional número 5, e a alemã *Der Spiegel*, revista de maior circulação da Europa, que aborda o mesmo fato, na mesma época, mas de diferentes pontos: a *Manchete*, sob censura e ditadura, trata de “terroristas” os que *Spiegel*, da Alemanha democrática, trata como “vítimas de tortura”.

Censura no Teatro e no Jornalismo – impedindo sentidos

Poucos trabalhos no Brasil foram tão atacados durante a Ditadura Militar (1964-1984) quanto o jornalismo e a produção teatral. Articuladora de opinião pública, a imprensa brasileira teve cerceado seu direito à transmissão de informações em nome da manutenção da ordem dos governos vigentes; como manifestação artística, o teatro brasileiro gozava de um momento ímpar no contexto das artes do país, com o destaque para o trabalho de Augusto Boal, no *Teatro Arena*, e de José Celso Martinez Correia, com o *Oficina*. Esse momento foi consequência, dentre outros motivos (como a vinda de pessoas de teatro fugidas do nazismo durante a II Guerra), do investimento na formação de ator iniciado no final dos anos trinta:

a primeira escola brasileira de atuação foi fundada em 1938 – o Teatro do Estudante, no Rio de Janeiro; em 1948, inicia-se a Escola de Arte Dramática, em São Paulo, e, em 1951, o Tablado, também no Rio de Janeiro.

O controle de liberdade se deu em dois momentos, separados pela intensidade da censura: antes e depois do Ato Institucional número 5 (dezembro de 1968). Em princípio, as ações do Estado se davam de forma mais branda; com relação à imprensa, o jornalista e deputado Márcio Moreira Alves relatou, em 1966, no livro *Torturas e Torturados*, que até então havia apenas dois grandes jornais nacionais que realizavam oposição efetiva ao governo, inclusive, denunciando as torturas dos militares: o Correio da Manhã (onde Moreira Alves trabalhava) e o Última Hora⁴. Para o escritor, a liberdade desses veículos fazia parte de um plano de política externa:

O governo do Marechal Castelo Branco fez, muito cedo, uma opção básica. Resolveu conservar um simulacro de democracia de preferência a enfrentar as dificuldades internacionais que lhe causaria a declaração de uma ditadura aberta. Seguindo esta linha de pensamento para uso no exterior, optou pela preservação da liberdade de imprensa, que é a mais evidente em uma democracia [...] Em um País de mais de quarenta milhões de analfabetos, onde o rádio e a televisão são censurados severamente, a oposição de dois jornais que, juntos, têm uma tiragem de menos de trezentos e cinquenta mil exemplares, não representava perigo maior. Tínhamos, durante os meses em que clamávamos no deserto, nítida consciência de que nossa luta servia de escudo internacional ao regime Castelo Branco. Mas era também entranhada a certeza de que das denúncias que fazíamos, do combate que diariamente travávamos, dependia [...] as vidas de multidões de presos políticos (ALVES, 1966, p. 38).

O outro motivo apontado foi que, após pensarem em processar o Correio da Manhã por revelar segredos militares, os articuladores das prisões ilegais foram orientados de que esse fato “seria a confissão pública das torturas. Quedaram-se em um silêncio de pedra”. (ALVES, 1966, p.24).

⁴ “e, de quando em vez, o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo” (ALVES, 1966. p. 36)

Esses atenuantes duraram pouco tempo, e, em 1966, já havia um endurecimento no controle:

Em 1966 já se delineavam claramente os limites da minha atuação no Correio da Manhã e da atuação da imprensa no contexto geral do sistema político que os norte-americanos inspiravam à direita militar. O jornal, boicotado pelos grandes anunciantes e pelo ministro do Planejamento Roberto Campos, principal intérprete da política norte-americana no Brasil, estava à beira da falência. A imprensa começava a ser cerceada por agentes do Serviço Nacional de Informações e da polícia política.

Em 1968, após o Ato Institucional nº 5, a censura se intensificou; Souza (2010), em levantamento histórico tendo como fonte as matérias da revista Manchete, observou a diferença entre a abordagem da revista antes e depois da instituição do Ato 5, apontando a raridade das notícias nacionais no veículo citado depois de 1968, assim como um “otimismo panfletário” nas matérias sobre economia, “fórmula” constante durante os governos Médici e Geisel (SOUZA, 2010, p. 12).

O cerceamento da liberdade de expressão pelo Estado se manteve firme até o final dos anos 70. Thomaz, Souza e Lima (2016) resumem o período, em que os Atos Institucionais se uniam aos órgãos de repressão do Estado delineando o fazer de uma ditadura vivenciada no silêncio forjado e na ignorância sistemática da população:

Em termos de governabilidade, a década de 1960 foi compreendida como o período mais fechado e autoritário do regime, os “anos de chumbo”. O Brasil estava sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que se valia do Ato Institucional no 5, deferido pelo marechal Costa e Silva (1967-1969) no dia 13 de dezembro de 1968. Com o governo da Junta Militar, que substituiu Costa e Silva, outros atos institucionais foram decretados, entre eles: a pena de “banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional” (AI13), e pena de morte nos casos de “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva” (AI-14). Os atos institucionais foram fundamentais para ratificar as posturas da ditadura. No final da década, o Brasil foi informado de um processo de abertura “lenta, gradual e segura”, que se estendeu durante os governos Geisel e Figueiredo. A sociedade era controlada por uma máquina repressiva, desenvolvida pelos ditadores; em 1964, criou-se o SNI (Serviço Nacional de Informação). Este órgão recebia verbas secretas e supervisionava os outros “departamentos

de segurança”, inclusive as DSI (Divisões de Segurança e Informação), incorporadas em todos os ministérios. Acima do SNI estavam apenas o CSN (Conselho de Segurança Nacional) e o presidente da República. Havia ainda o Deops (Delegacia Estadual de Ordem Política e Social) e o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) distribuídos pelos estados, e que trabalhavam para o SNI. Subordinada ao Dops, havia a DM (Divisão Municipal) e uma ASI (Assessoria de Segurança e Informações). Ou seja, foi estabelecida uma rede que cingia toda a sociedade brasileira, observando em cada indivíduo um suspeito, um perigo em potencial à “segurança interna” (THOMAZ; SOUZA; LIMA, 2016, p. 50- 51).

Toda essa estrutura se estendeu às artes. Quanto ao teatro, a situação foi similar. Os censores atuaram desde os primeiros anos do governo militar e a censura se estendeu também até o final dos anos 70; alguns autores e grupos – como Plínio Marcos⁵, que teve todas as suas peças censuradas, e os produtores da peça escrita por Chico Buarque, Calabar, censurada no dia da estréia⁶ – foram economicamente aniquilados pelas medidas. Após o AI5, a situação se intensificou, com proibições sistemáticas a autores “marcados”⁷ nos anos anteriores e motes relacionados à política, sexo, religião e outros, reservando ao teatro um tratamento de “sistemática desconfiança, hostilidade, e não raras vezes brutalidade” (MICHALSKI, 1979. p. 10).

Por sua vez, os artistas respondiam à repressão com insistência, inteligência e criatividade. Thomaz, Souza e Lima (2016) trazem a leitura de *A ópera do malandro*, de Chico Buarque que, seguindo a proposta teórico-prática de Bertolt Brecht, autor de *A ópera dos três vinténs*, principal fonte de Buarque para sua adaptação⁸, apresentava, nas músicas, uma crítica desvinculada do texto dramático. Assim, o texto da peça trata de uma relação entre grupos de corrupção (con-

5 Conferir no site oficial de Plinio Marcos: <http://www.pliniomarcos.com/dados/censura.htm>

6 Fernando Peixoto narra todo o processo que envolveu a produção, proibição e conseqüências dessa censura na peça Calabar em PEIXOTO, Fernando. *Teatro em movimento*. São Paulo: Hucitec, 1989. Aliás essa abordagem aponta para a questão de teatro como trabalho, em que profissionais (com ou sem registro de categoria funcional) dedicam seu tempo para apresentar um produto (conferir em Estudos sobre teatro. Lisboa: Portugália s/d).

7 Ver entrevista com Chico Buarque. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8BZ8HX8RU0g&feature=related>

8 A outra fonte foi a peça teatral na qual o próprio Brecht se apoiou para a sua *Ópera: A ópera dos mendigos*, de John Gay, de 1728.

trabandistas, prostitutas, policiais, empresários) do Rio de Janeiro na Era Vargas, mas as músicas focavam em elementos diferentes:

“Folhetim”, é um samba-canção, com ritmo mais lento do que um samba de breque, e trata da postura de uma prostituta. No contexto da denúncia social, porém, é possível entender que a música evidencia a voz dos jornalistas cerceados pela censura ou pela corrupção [...] “Geni e o zepelim” [...] narra a forma como o eleitor brasileiro é manipulado. A personagem Geni da canção representa o eleitor pobre brasileiro. [...] “Pedaço de mim” [...] soma-se ao clamor pela anistia aos presos políticos, vítimas do autoritarismo militar, e se torna a pátria chorando pelo filho exilado (THOMAZ; SOUZA; LIMA, 2016, p. 58- 59).

Duas declarações demonstram que, em universos diferentes, os profissionais ligados a essas áreas de atuação resolveram persistir em seus trabalhos por um motivo: resistência. Uma delas é de Moreira Alves, quando discorre sobre uma reunião de pauta do jornal *Correio da Manhã*:

[...] um servente trouxe carta de um estudante angolano, encarcerado no Presídio Naval da Ilha das Cobras [...] Sua prisão era ilegal e Lima Azevedo estava sofrendo da vista em virtude do sabão em pó que lhe atiraram nos olhos. O assunto foi molemente proposto como tema do editorial principal. Alguém observou que os leitores já estavam cansados de relatos de torturas, talvez fosse melhor outro assunto. Pesou sobre nós um silêncio denso. Percebemos que a colocação em palavras diretas do que todos inconscientemente sentiam nos salvara da insensibilidade. Cansar-nos era o que de melhor os torturadores poderiam desejar. Jogavam, precisamente, uma cartada dupla — a dificuldade que sempre existe em provar o flagelamento de presos políticos e a quase impossibilidade de homens normais, entregues a seus afazeres de rotina, acreditarem por muito tempo que outros homens incluam, em sua também rotineira vida diária, a tortura de seus indefesos prisioneiros. A partir daquele instante a grande campanha contra as torturas estava consolidada. Todos os recursos foram concentrados na obtenção de informações, em sua triagem e confirmação e na exposição dramática do imenso painel de bestialidade que cobria o Brasil inteiro (ALVES, 1966, p. 39- 40).

A segunda é de Fernando Peixoto, relatando a pressão que o grupo de teatro sofreu durante a produção de *Calabar*, em 1973:

“Continuam os ensaios e as ameaças [...] Em certos momentos, claro, a vontade é de largar tudo. Mas é esta a nossa modesta frente de resistência: continuar” (PEIXOTO, 1989, p. 190).

Mesmo com as semelhanças no momento histórico apresentado, alguns pontos fundamentais diferem essas duas atividades possibilitando uma complementaridade, no sentido proposto por este texto, quando observadas as suas características regentes. A primeira é o teor de verdade de que se reveste o texto jornalístico, e o teor de ficção do texto teatral, mesmo na abordagem de fatos com referentes sociais concretos; Bello (2001) comenta o caráter ficcional quando estuda o drama histórico alemão: “O debate sobre drama e escrita da história, encetado por Aristóteles, sublinhou até Lessing, no contexto alemão, a autonomia da obra de arte – aqui a dramaturgia – em relação à história” (p. 33). Essa liberdade de criar sobre fatos históricos gera, em tese, a não liberdade de expor uma linha histórica considerada confiável. Por outro lado, Soler (2009), numa abordagem sobre o teatro documental⁹, aponta a prévia informação ao expectador como solução para esse limite: “É o olhar do espectador, portanto, que transforma o que está sendo apresentado em documentário.” (p. 4). Uma introdução à peça ou uma inserção no panfleto entregue antes do espetáculo, portanto, cumpriria a função de demonstrar a base documental do evento.

A questão da atualidade é outro ponto. O jornalismo trabalha com a abordagem de um tema cujo referente na sociedade para a qual se apresenta é temporalmente próximo – essa peculiaridade é encontrada nos diferentes gêneros¹⁰ desse universo. Como gênero dramático, o tempo do teatro é tema de estudos e divergências entre os teóricos¹¹, mas a abordagem de Schiller é fundamental para esta proposta:

9 “A literatura documentária constitui-se enquanto gênero, no teatro, na poesia, no romance, no cinema e nas peças radiofônicas, nos anos 1950 a 1970. Trata-se de uma manifestação artística que, ao apropriar-se de um conteúdo de representação social – explorado de modo sensacionalista pelo *fait divers* – interpõe-se, contestando, em sua organização estrutural e temática, a influência exercida pela mídia” (BONIATTI; BRENNEISEN, 2006. p. 71).

10 Os gêneros jornalísticos mais característicos são: informativo, interpretativo e opinativo.

11 Conferir em SOUZA, 2005: enquanto Emil Staiger define o tempo da dramática como futuro (STAIGER, E. Conceitos fundamentais da poética. Trad. C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975), Goethe, como presente (GOETHE E SCHILLER. Companheiros de viagem (Correspondências). Trad.: C.Cavalcanti. São Paulo: Nova Alexandria, 1993), e Brecht, como

A arte poética, enquanto tal, transforma todo o presente em passado e afasta tudo o que está próximo (através da idealidade), e assim obriga o autor dramático a manter distante de nós a realidade que se introduz em nós individualmente e criar para a alma uma liberdade poética contra o conteúdo (GOETHE; SCHILLER, 1993. p. 146).

Por isso, o tempo do referente, para o teatro, não é restritivo, já que o conteúdo (neste caso, o fato) é sujeito à forma da obra de arte – essa característica, que pode ser chamada de “poder de atuação”, torna possível a proposta deste artigo. O dado histórico – fato nublado pela censura e apresentado de uma forma tendenciosa, não dialética, pelo jornalismo brasileiro - pode ser o tema principal, mesmo na atualidade, de uma peça teatral, que se utilizaria, inclusive, dos dados obtidos na revista alemã como a antítese do tema apresentado, buscando gerar, no espectador, a síntese proposta por Bertolt Brecht para a arte dramática¹².

Manchete X *Der Spiegel*

Em 27 de junho de 1970, a revista *Manchete* noticiou “O seqüestro que abalou o país” (p. 18), relatando o crime que envolveu o embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben; em troca do representante estrangeiro, o governo liberou para exílio, na Argélia, 40 presos políticos. A reportagem do impresso brasileiro apresentava os sequestradores e os presos políticos como terroristas e assassinos. Nas duas últimas páginas da matéria (p. 24 e 25), sob o título “Essas 40 pessoas nunca mais pisarão em solo brasileiro”, a *Manchete* publica a foto e os nomes dos exilados, dentre os quais o jornalista e escritor Fernando Gabeira, que foi deputado federal pelo Rio de

passado (BRECHT, B. Estudos sobre teatro. Lisboa: Portugalia. p. 159-215), o que é ratificado por Schiller na citação acima.

12 Quando defendeu ser o seu teatro dialético, Brecht admitiu não saber como partir da dialética para explicar sua arte, mas que seria muito mais fácil “para a gente de teatro entender a dialética aproximando-se dela por meio do teatro do distanciamento do que entender o teatro do distanciamento partindo da dialética” (BRECHT, 2002. p. 151). Souza (2005) explica que: “Buscou, porém, a aplicação da vertente marxista, em que as contraposições são apresentadas como fatores de mudança social. Sua forma de utilização deveria direcionar-se do palco para a platéia, defendendo, para seu público, o entendimento da dialética através do teatro do distanciamento, e não o contrário.”(p. 8); e complementa em Souza (2019).

Janeiro de 1998 a 2010, e o professor universitário (UFRJ) Carlos Minc, deputado estadual de 1986 a 2010. Ambos voltaram ao Brasil após a aprovação da lei da Anistia, em 1979.

O sequestro era, também, de interesse ao povo alemão, por se tratar de seu embaixador. A jornalista Jutta Fischbeck, da *Der Spiegel*, escreveu a matéria, mas a reportagem não foi feita em solo brasileiro. A jornalista foi para a Argélia, e a revista publica, em 06.07.1970, nove dias depois da reportagem brasileira, uma matéria sobre as torturas por que passaram os ex-presos políticos. Sob o título “Às noites, eu me sobressalto constantemente ainda muito assustado” (“Nachts schrecke ich immer noch hoch”¹³), a revista adota um tom simpático aos entrevistados, tomando, inclusive, expressões utilizadas por eles para a constituição das informações: “A guerra contra as duras ditaduras da América Latina ainda vai longe, pelo menos 10 ou 20 anos, acreditam os 40 em Ben Aknoun”¹⁴ (p. 78) ou na descrição de tortura, como em

‘Eu tinha cabelos longos até os ombros e amarrava uma faixa na testa’, diz a professora Ieda, cujos cachos avermelhados agora estão curtos. ‘Eles amarraram a faixa em volta do meu pescoço e me estrangularam até que minha língua saiu da minha boca, e então eles arrastaram meu cabelo pelo chão; outra vez, eles colocaram um pano grosso sobre a minha cabeça, e eu tive que correr em círculos - eles me davam rasteiras, eu caía, tinha que continuar correndo, caindo, e assim por diante, até que eu mal conseguia me mexer’¹⁵ (DER SPIEGEL, 1970).

Também a postura adotada pela revista se mostra nos dois boxes¹⁶ da reportagem: em um deles, o depoimento de Carlos Eduardo

13 Disponível em: <https://www.spiegel.de/spiegel/print/d-44943623.html>. Acesso em: 26 maio 2019.

14 “Der Krieg gegen die härteste Diktatur Lateinamerikas wird lange dauern, mindestens zehn oder zwanzig Jahre, glauben die 40 in Bem Aknoun.” (Tradução minha)

15 „Ich hatte langes Haar bis auf die Schultern und trug es mit einem Band aus der Stirn gebunden“, berichtet die Lehrerin Ieda, deren rötliche Locken jetzt kurz gestutzt sind. “Sie haben mir das Band um den Hals gebunden und mich gewürgt, bis meine Zunge aus dem Mund quoll. Dann haben sie mich an den Haaren über den Fußboden geschleift. Ein anderes Mal bekam ich ein dickes Tuch über den Kopf, so daß ich nichts sehen konnte, und mußte im Kreis laufen. Sie stellten mir ein Bein, ich fiel hin, mußte weiterlaufen, fiel hin und so weiter, bis ich mich kaum mehr bewegen konnte.” (tradução desta pesquisadora)

16 Box é uma palavra utilizada no jornalismo para definir matérias secundárias inseridas nas reportagens principais, que servem para explicar alguma questão ou complementar o

Fleury, 28 anos, que narra todas as torturas sofridas, de “corredor polonês” a “pau-de-arara”, destacando os eletrochoques em todo o corpo, em especial na genitália. (p. 79). Fleury voltou ao Brasil na clandestinidade em 1971 e foi morto, pela polícia, em dezembro do mesmo ano.

O segundo box foi assinado pelo colunista Otto Köhler¹⁷ e aponta um dos maiores jornais alemães, o *Süddeutsche Zeitung*, como iniciador da denúncia à situação política brasileira. A matéria do jornal, de 01.07.1970, acusa o governo brasileiro de ditadura fascista, citando o arcebispo Helder Camara de que havia tortura no país, e cobrando uma atitude mundial: “Terror no Brasil – o mundo silencia” (*SÜDDEUTSCHE ZEITUNG apud SPIEGEL*, 1970, p. 78). O artigo termina com outra citação do jornal: “Por meio do sequestro (“Entführung”) de Hollebens (o embaixador), 40 pessoas puderam ser resgatadas da prisão brasileira...Quase todas elas trazem em seus corpos as marcas de tortura¹⁸”

O embaixador Von Holleben não é fonte de informação em nenhuma das duas revistas.

Proposta de roteiro para peça teatral

Segundo Bertolt Brecht, “uma coisa fica, porém, desde já, fora de dúvida: só poderemos descrever o mundo atual para o homem atual, na medida em que o descrevermos como um mundo passível de transformação” (BRECHT, 1978, p. 6). Essa mensagem pode ser observada nas transformações por que passou a sociedade brasileira entre o momento histórico descrito e o atual, levando o expectador

assunto. Esse nome decorre do formato desse texto, que vem cercado ou com alguma retícula colorida, como se fosse uma caixa.

17 Köhler (nascido em 10 de janeiro de 1935) foi colunista e redator de vários grandes veículos de comunicação na Alemanha e publicou livros sob temas políticos e históricos. “Otto Köhler war Medien-Kolumnist beim Spiegel, Redakteur bei Pardon und konkret. Er arbeitete für den WDR und die Zeit, schreibt unter anderem für die Gewerkschaftszeitung Metall, die Tageszeitung junge Welt und die Wochenzeitung Freitag. Er veröffentlicht Bücher zu geschichtlichen und politischen Themen.” [Disponível em http://de.wikipedia.org/wiki/Otto_K%C3%B6hler_%28Journalist%29, Acesso em: 06 maio 2010. O artigo está disponível em <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-44943624.html>. Acesso em: 19 mar. 2013.

18 “Vierzig Menschen konnten durch die Entführung Hollebens aus brasilianischer Gefangenschaft gerettet werden... Fast alle tragen auf ihren Körpern noch die Spuren der Folterungen”

à reflexão de que o momento atual também pode ser modificado, proposta da teoria e prática do escritor/diretor teatral alemão. Além disso, a proposta de se colocar como elemento na constituição da estrutura de plausibilidade se insere na visão de Berger de demonstrar o “homem” como articulador da História:

A objetividade do mundo social significa que este faz frente ao homem como algo situado fora dele. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens e, portanto, pode ser refeito por eles (BERGER, 2004, p. 123).

Assim, peça teatral a se propor seria escrita em um ato, com um coro, que, contrariando a postura aristotélica de “considerar-se como um dos atores, como parte do conjunto, que toma parte na ação”¹⁹, agirá como narrador da trama, no estilo brechtiano. A justificativa dessa opção se dá pelo conceito hegeliano de que

o coro pertence essencialmente a uma fase em que as leis políticas e os dogmas religiosos fixos e intransgressíveis não regem ainda as relações morais, nem resolvem os casos de consciência, a uma fase em que a moralidade só se firma na sua primitiva e direta espontaneidade, para manter o equilíbrio da vida contra as terríveis colisões provocadas pela oposição mútua das ações individuais (HEGEL, 1972, p. 471).

A temática da peça, regida pela questão da censura institucionalizada, aponta para um formato que se utilize do coro, pois o país estava sob ditadura, e as leis eram criadas e executadas à revelia da população, o que leva à premência de um retorno para as reflexões sobre lei e ética (SOUZA, 2007).

Os elementos gerais para a construção da proposição aqui apontada seriam:

A peça se inicia com a entrada do embaixador, que deve permanecer todo o tempo no centro do palco, seguido pelo coro, que abre com o texto sobre a Manchete, escrito anteriormente neste artigo:

19 Apud. PEREIRA, M. In: SÓFOCLES, Antígona. Trad. M. Pereira. Brasília: UnB, 1997, p. 19.

Em 27 de junho de 1970, a revista brasileira *Manchete* noticiou “O seqüestro que abalou o país” (p.18), relatando o crime que envolveu o embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben; em troca do representante estrangeiro, o governo liberou para exílio, na Argélia, 40 presos políticos. A reportagem do impresso brasileiro apresentava os seqüestradores e os presos políticos como terroristas e assassinos. Nas duas últimas páginas da matéria (p. 24 e 25), sob o título “Essas 40 pessoas nunca mais pisarão em solo brasileiro”, a *Manchete* publica a foto e os nomes dos exilados, dentre os quais o jornalista e escritor Fernando Gabeira, que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1998 a 2010, e o professor universitário (UFRJ) Carlos Minc, deputado estadual de 1986 a 2010. Ambos voltaram ao Brasil após a aprovação da lei da Anistia, em 1979.

Como personagens, além do coro e do embaixador, dois jornalistas, o brasileiro e a alemã. Após essa fala do coro, entra o brasileiro, senta-se à máquina de escrever e começa a datilografar.

O coro continua:

O seqüestro era, também, de interesse ao povo alemão, por se tratar de seu embaixador. A jornalista Jutta Fischbeck, da *Der Spiegel*, escreveu a matéria, mas a reportagem não foi feita em solo brasileiro. A jornalista foi para a Argélia, e a revista publica, em 06.07.1970, nove dias depois da reportagem brasileira, uma matéria sobre as torturas por que passaram os ex-presos políticos. Sob o título “Às noites, eu me sobressalto constantemente ainda muito assustado” (“Nachts schrecke ich immer noch hoch”), a revista adota um tom simpático aos entrevistados, tomando, inclusive, expressões utilizadas por eles para a constituição das informações: “A guerra contra as duras ditaduras da América Latina ainda vai longe, pelo menos 10 ou 20 anos, acreditam os 40 em Ben Aknoun” (p. 78). Também a postura adotada pela revista se mostra nos dois boxes da reportagem: em um deles, o depoimento de Carlos Eduardo Fleury, 28 anos, que narra todas as torturas sofridas, de “corredor polonês” a “pau-de-arara”, destacando os eletrochoques em todo o corpo, em especial na genitália. (p.79). Fleury voltou ao Brasil na clandestinidade em 1971 e foi morto, pela polícia, em dezembro do mesmo ano.

O segundo box foi assinado pelo colunista Otto Köhler e aponta um dos maiores jornais alemães, o *Süddeutsche Zeitung*, como iniciador da denúncia à situação política brasileira. A matéria do jornal, de 01.07.1970, acusa o governo brasileiro de ditadura fascista.

Na sequência, a jornalista alemã toma assento e começa a datilografar também. Os diálogos devem trechos das duas reportagens – sobre os “terroristas”, na fala do brasileiro, e das “vítimas de tortura”, na desta. Os diálogos seriam intermitentes, intercalando-se e sobrepondo-se, sempre com o embaixador alemão parado no meio, imóvel e silencioso. Em três momentos, haveria silêncio, quando o coro leria trechos dos relatórios produzidos pela Comissão da Verdade (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>). No final, o coro chegaria à conclusão das discussões:

Enquanto o brasileiro era cerceado pela censura e ignorância aos processos que geraram o sequestro, a alemã era impedida pela distância e idioma. O que o povo brasileiro conseguiria saber do fato seria uma sombra do ocorrido, numa paráfrase ao mito da caverna, de Platão. Qual seria, em uma reflexão sobre os tempos, o papel da internet nesse mundo? Alguém ousaria retornar com nosso povo a esse tempo das trevas sem pensar que já passamos por ele e aprendemos algumas coisas? Alguém ousaria tirar de nós a liberdade conquistada? Alguém ousaria exaltar a tortura que nos mancha e envergonha? (sai o coro).

A peça termina com os dois concluindo suas matérias e saindo, cada um para um lado, satisfeitos. O embaixador observaria a saída dos dois e continuaria mudo, olhando para a plateia.

Considerações finais

Discussões recentes demonstram a iminência em um retorno histórico e investimento, em diferentes meios e formatos, na divulgação de temas nublados pela censura no tempo da ditadura militar brasileira de 1964 a 1984. Nesta proposta, a arte dos palcos estaria em sintonia com a teoria brechtiana em forma, com a introdução da narrativa na trama, e em conteúdo, pelo seu investimento nas questões sociais, a fim de corroborar a estrutura de plausibilidade na denúncia dos atos desumanos desse período com vistas a impedir o seu retorno.

O historiador e jornalista Fernando Jorge, no livro *Cale a boca, jornalista* (2008), enumera as sanções impostas à imprensa brasileira desde os tempos de D. Pedro I, demonstrando que o povo brasileiro, em todo esse período, raras vezes teve o direito à liberdade de informação. Esses danos são tão profundos, que se observa hoje, no país, a disputa entre discursos que se acreditou (tendo em vista a carta de repúdio do Ministério Público, trazida no início deste capítulo) superada.

Estas propostas são, assim, linhas de esperança na constituição de cidadania em um povo que foi atravessado por censuras institucionais e filtros de uma imprensa que se adequou ao *status quo* e não se empenhou em transformá-lo por fazer parte das classes dominantes. Nesse sentido, seguindo o pensamento de Steiner (1988) sobre a literatura, espera-se que a arte possa nos marcar de tal maneira que, em tempos de barbárie, mesmo quando silenciada, seu silêncio nos fale e nos motive a caminhos diversos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Moreira. 1966. Disponível em: <http://www.marcimoreiraalves.com/producao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ALVES, Moreira. "Historiador do instantâneo". A revista *Manchete* como fonte de levantamento histórico do período da ditadura militar no Brasil. Caxias Do Sul: RS. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, *Anais [...]*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2975-1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ARBEX JR, José. **Showrnalismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BELLO, João. A. "História no Drama ou como drama? Indagações sobre o drama histórico alemão". In: **Letras** 52, Curitiba: UFPR, 2001. p. 21- 38.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Trad. F.P. Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRECHT, Bertolt. **Diário de trabalho**. vol.2. Trad. R. Guarany e J.L. de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

BOLSONARO determina comemoração do golpe de 1964. **Carta Capital**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-determina-comemoracao-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 19 maio 2019.

BONIATTI, Edina; BRENNEISEN, Eliane. “Ética E Educação Sócio-Política No Teatro Documental”. In: **Revista Trama**, v. 2, n. 4, p. 71-82, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/672>. Acesso em: 15 nov. 2010.

DER SPIEGEL, **Nachts schrecke ich immer noch hoch**, 06 jul.1970. Disponível em: <https://www.spiegel.de/spiegel/print/d-44943623.html>. Acesso em: 26 maio 2019.

GOETHE E SCHILLER. **Companheiros de viagem** (Correspondências). Trad.: C.Cavalcanti. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética: poesia VII**. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista**. São Paulo: Novo Século, 2008.

MICHALSKI, Yan. **O palco amordaçado: 15 anos de censura teatral no Brasil**. Rio de Janeiro: Depoimentos, 1979.

MUNIZ, Mariana. Ministério Público repudia comemoração do golpe militar de 1964. **Valor Econômico**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6182923/ministerio-publico-repudia-comemoracao-do-golpe-militar-de-1964>. Acesso em: 19 maio 2019.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007.

PEIXOTO, Fernando. **Teatro em movimento**. São Paulo: Hucitec, 1989.

REVISTA MANCHETE. **O seqüestro que abalou o país**. 27 jun. 1970.

SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. M. Pereira. Brasília: UnB, 1997.

SOLLER, Marcelo. Teatro Documentário: a pedagogia da não ficção. São Paulo: Abrace, 2009. Disponível em: http://www.portalabrace.org/vreuniao/textos/pedagogia/Marcelo_Soller_-_Teatro_Documentario_a_pedagogia_da_nao_ficcao_algunas_consideracoes.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.

SOUZA, Maurini. **O hibridismo de gêneros literários como procedimento dialético e fator de distanciamento no teatro de Bertolt Brecht**. 213f.

Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SOUZA, Maurini. “A lei e a ética em Azdak.” *In: Revista de Letras*. UTFPR, 2007. Disponível em: http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/9_maurini.htm. Acesso em: 23 abr. 2019.

SOUZA, Maurini. “Historiador do instantâneo”. A revista Manchete como fonte de levantamento histórico do período da ditadura militar no Brasil. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2975-1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010.

SOUZA, Maurini; Murr, Priscila. As manifestações de rua sob a ótica do telefone celular. *In: SOUZA, Maurini et. al. Conflitos Urbanos em Curitiba*. Curitiba: Apris, 2019.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Trad. C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

STEINER, George. **Linguagem e silêncio**: ensaios sobre a crise da palavra. Trad. G. Stuart e F. Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMAZ, Anderson; SOUZA, Maurini; LIMA, Marcelo. “Categorias sociais da Ópera do malandro”. *In: Aletria: Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/10188>. Acesso em: 23 abr. 2019.

VIEIRA, Anco Marcio Tenório. “Apenas uma bela máxima”. **Jornal do Comércio**. Recife, 2016. Disponível em: https://www3.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=26237:apenas-uma-bela-maxima&catid=69&Itemid=122. Acesso em: 19 maio 2019.





8

O BINÔMIO TELENOVELA E CONSUMO: UMA RELAÇÃO NA VITRINE DA CONTEMPORANEIDADE

Rondinele Aparecido Ribeiro¹
Larissa Ribeirete Cavazzana Pimentel²

Roseli Figaro (2012), ao se referir às especificidades do campo da comunicação explica que seu objetivo está atrelado ao conhecimento do processo comunicacional, “ou seja, as interações que se dão entre sujeitos históricos e os modos de produção/recepção de técnicas estéticas e sentidos dessas inter-relações” (FIGARO, 2012, p. 10). A autora salienta ainda que devem ser inclusos nessa especificidade os códigos, as linguagens e os suportes capazes de viabilizar a prática comunicativa. Enquanto uma necessidade atávica humana presente em todas as relações sociais e formas de interação, emerge, nesse contexto, a linguagem como propiciadora desse processo de mediação entre o homem e o mundo.

1 Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Letras pela UNESP-ASSIS (linha Literatura e Estudos Culturais). Membro do GP Cultura Popular e Tradição Oral: Vertentes. Contato: rondinele-ribeiro@bol.com.br

2 Pós-Graduada em Gestão de Pessoas pela UNOPAR-PR.

Ainda acerca dessa instância, pode-se falar, em consonância com Bakhtin (2003), que todos os campos da comunicação humana estão atrelados à linguagem, mediadora necessária para o processo de construção e de reconstrução da realidade social. Dessa forma, é por meio da linguagem, enquanto interação verbal efetivada em discursos, que o sujeito se constitui e se ressignifica. Ademais, essa instância constitui-se como uma arena onde se desenvolve a luta de classes e de identidades pelo fato de ser constituída por signos perpassados pelo viés ideológico.

Nesse processo interacional, emerge também o consumo, “visto que este só existe na interação social e compõe, com relevância, o conhecimento e a dinâmica da sociedade, inscrevendo-se na trama cultural” (BACCEGA, 2015, p. 01). Para a autora, o estudo do consumo deve ser empreendido porque além de constituir como sustentáculo da contemporaneidade, efetiva-se por um complexo conjunto de práticas sociais fortemente atreladas à constituição identitária do sujeito. Ademais, como esclarece Baccega (2015): “Fica difícil pesquisar e refletir sobre comunicação, chegar a conhecer o processo de constituição/desconstituição das práticas sociais e culturais do sujeito, lugar de nascimento dos sentidos sociais” (BACCEGA, 2015, p. 11).

Na contemporaneidade, dada a hegemonia da mídia como nutriente para a constituição do imaginário da sociedade, o discurso midiático, enquanto prática manifestada pela linguagem, torna-se de extrema relevância devido sua possibilidade de propiciar a compreensão dos sentidos trazidos à baila pelas materialidades discursivas. Em consonância com Baccega (2005), é por meio da interação social pela linguagem que se dá a construção do sujeito na medida em que “cada palavra materializa a prática social do grupo ou classe social que a utiliza e que a modifica permanentemente no seu cotidiano, a partir de suas vivências” (BACCEGA, 2005, p. 08).

Roger Silverstone (2002) em sua obra *Por que estudar a mídia* sustenta a tese de que o homem depende das mídias para fins de entretenimento e comunicação. O autor pauta suas discussões na importância ocupada pelas mídias na cultura e na sociedade contemporânea.

Dessa forma, o teórico parte da constatação do caráter onipresente da mídia na sociedade e da acentuada dependência despertada por ela nos receptores. Para o teórico, o homem criou uma profunda necessidade desse formato e já se torna quase impossível viver sem elas. Para ele, “nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea” (SILVERSTONE, 2002, p. 12).

Em suas incursões, o autor complementa esse caráter de dependência das mídias: “Não podemos escapar à mídia. Ela está presente em todos os aspectos de nossa vida cotidiana. Essencial a esse projeto como um todo era o desejo de pôr a mídia no cerne da experiência, no coração de nossa capacidade ou incapacidade de compreender o mundo em que vivemos” (SILVERSTONE, 2002, p. 09).

Douglas Kellner (2001) também contribui com nossas teorizações ao defender a tese de que a dependência do formato midiático se constitui como uma forma dominante de cultura responsável por fornecer material para a criação de identidade (s). “Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais” (KELLNER, 2001, p. 09). Essa tese é defendida em sua obra *A cultura de mídia* em que o autor se preocupa em munir o leitor de meios para aprender a estudar, analisar, interpretar e criticar os textos da cultura de mídia, já que para ele a mídia constitui-se como uma forma de moldar a sociedade, ditando padrões de comportamento e ajuda também as pessoas a construírem suas identidades: “[...] a cultura de mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia” (KELLNER, 2001, p. 11).

Em suas teorizações, o autor esclarece ainda que a cultura de mídia, além de ser bastante complexa, está atrelada à cultura do consumo e depende da perspectiva que se adota:

[...] trata-se de uma cultura que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de pano de fundo onipresente e muitas vezes de sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas ati-

vidades, algo que, segundo alguns, está minando a potencialidade e a criatividade humana (KELLNER, 2001, p. 11).

A partir do ponto de vista do estudioso, pode-se perfeitamente compreender que na cultura contemporânea a mídia fornece um amplo material de entretenimento. Assim, para o crítico de mídia, os meios de comunicação, tais como rádio, televisão, cinema bem como outros produtos da indústria cultural são responsáveis pelo fornecimento de modelos empregados na assimilação das pessoas para constituírem suas significações.

Diante do exposto, este artigo, longe de esgotar as possibilidades de trabalho com o gênero telenovela, intenciona resgatar sua origem calcada em matrizes populares da história cultural, situa o surgimento do gênero no país e delinea sua evolução enquanto gênero, que corresponde à expressão máxima da cultura televisual do país. Dada sua inscrição na trama cultural, esse gênero também está ligado ao consumo enquanto prática social, cultural e balizadora das identidades do sujeito como nos apresenta Baccega (2015). Assim, apresentamos como se deu a inserção do merchandising em algumas telenovelas para mostrar como se efetiva na cultura de mídia esse binômio cultura e consumo.

Gênero renegado durante muito tempo pelo meio acadêmico, a telenovela, nos últimos 20 anos, tem se legitimado como uma expressão cultural de grande importância para o Brasil. Narrativa amplamente consumida pela sociedade, a telenovela baliza questões ligadas à formação de identidades bem como a (re)configurações sociais, familiares, políticas e históricas. Tão importante é a importância que o gênero ocupa no país que Sadek (2008) credita à telenovela o papel de influenciar a vida cultural, política bem como os aspectos comportamentais da sociedade brasileira. Nas palavras do autor:

No Brasil, frequentemente mais da metade dos aparelhos de TV ligados sintonizam mesma telenovela, que, em contato diário com os espectadores, lança modas, induz comportamentos, opina acerca de polêmicas, presta serviços e participa do cotidiano do país (SADEK, 2008, p. 11).

Ancorado nas definições de Sadek (2008), compreendemos a telenovela como um gênero responsável pela constituição da integração nacional e, conseqüentemente, pela formação de uma comunidade imaginada, haja vista representar papéis sociais, questões políticas, comportamentos. Outra particularidade do gênero reside no fato de se ligar a uma forma de pedagogismo à medida que esclarece determinadas condutas, reflete determinadas lutas de classes e de gêneros, cria hábitos de consumo e produz padrões e normas. Ademais, o gênero foi alçado a um instrumento de integração nacional ou, ainda como explica, Lopes (2014), numa narrativa sobre a nação e uma forma de participar dessa nação imaginada, já que diluiu as fronteiras entre ficção e realidade e promoveu a identificação do receptor devido seu processo de discursivização responsável por mesclar o cotidiano ficcional com o cotidiano real o que acaba por instaurar o sentimento de pertencimento no receptor.

Telenovela: um pouco da história do gênero

Ao se reconstituir a origem da telenovela, pode-se dizer que se trata de um “gênero híbrido”, uma vez que apresenta em sua estrutura características herdadas do folhetim, do melodrama, das radionovelas e das *soap operas*. Presente no cotidiano brasileiro desde 1951, esse gênero consolidou-se como uma forte expressão cultural³. Vale lembrar que nos primeiros anos de exibição da programação televisiva, esse gênero de ficção seriada era visivelmente marcado pela improvisação, uma vez que ainda não contava com aparato técnico responsável por alçá-la ao status profissional. Também era tratado como uma produção desprestigiada pela crítica e pelos atores os quais preferiam o teleteatro.

Acerca dos conteúdos veiculados pelas telenovelas em sua fase inicial, pode-se falar que grande parte dos roteiros contavam com adaptações marcadas pela forte tonalidade melodramática herdada de sua matriz latino-americana. Do ponto de vista estrutural, o con-

³ Trata-se de um gênero que promove o acesso à ficção e dialoga com a sociedade, fornecendo referências sobre inúmeros aspectos ligados à constituição do sujeito.

teúdo era extremamente melodramático, uma vez que a realidade nacional não figurava em tais produções. O fato de serem ambientadas, em sua maioria, num cenário bastante exótico foi responsável pela desqualificação sofrida pelo gênero. Sendo vistas como evasivas e destinadas para o público feminino, as primeiras produções eram estruturadas como base numa forte concepção maniqueísta da sociedade. “Dentro de uma estrutura maniqueísta: justiça/injustiça, fidelidade/infidelidade, amor/ódio, bem/mal, os personagens são mais arquétipos do que modelos que possam inspirar um determinado comportamento a ser seguido na sociedade” (TONDATO; ABRÃO; MACEDO, 2013, p. 155-156). Por esse motivo, os personagens eram muito bem definidos em bons e maus, os diálogos eram pobres e as situações se baseavam em estereótipos já consagrados de uma sociedade calcada em valores patriarcais.

Em 1963, a *Tevê Excelsior* importou da Argentina o modelo de telenovela que impera até hoje o Brasil: as novelas diárias. Coube à trama *2-5499 Ocupado*, do argentino Tito di Miglio inaugurar esse modelo na teledramaturgia nacional, como explica Távola (1996, p. 86): “A ideia de transmissão diária dos capítulos nasceu de uma viagem de Edson Leite, superintendente da TV Excelsior, à Argentina, onde viu novelas exibidas diariamente, sempre no mesmo horário. Ao voltar, comprou os direitos da novela [...]”.

Alina Aires (2014) explica que a importação do modelo diário mostrou o caráter industrial experimentado pelo gênero:

O advento da telenovela diária está diretamente relacionado com esse esquema industrial e alcançam sucesso rápido. Dentre novelas importadas e radionovelas brasileiras adaptadas do rádio, o período é marcadamente caracterizado pela presença do melodrama. Imperava o estilo fantasioso de Glória Magadan, autora e diretora das maiores telenovelas veiculadas pela Rede Globo no período, como “O Sheik de Agadir” e “Sua Vida me pertence” (AIRES, 2014, p. 09).

A grande revolução na teledramaturgia nacional, segundo Sadek (2008), ocorreu com a telenovela *Beto Rockfeller*. Exibida entre 1968 e 1969, essa telenovela é considerada revolucionária pelo fato de ter recorrido ao enredo mais próximo do cotidiano brasileiro, abando-

nando os dramalhões à maneira Glória Magadan. O protagonista da telenovela era um anti-herói, um verdadeiro enganador, vendedor de sapatos morador de um bairro popular, que queria ingressar no mundo dos ricos. Para Sadek (2008), essa telenovela pode ser considerada a primeira produção moderna do gênero, com temática bastante atual, sendo que o seu mérito pode ser apontada também pelo fato de ter sido responsável pela atração do público masculino, até então, ausente das telenovelas, já que elas eram, em sua essência, melodramáticas. Em sua tessitura, “Beto Rockefeller” inovou empregando diálogos marcados pela coloquialidade e pelo emprego de gírias. “A encenação era naturalista. Espectadores ricos e pobres ficaram encantados com as manobras de Beto para participar de um mundo que não era o seu” (SADEK, 2008, p. 37).

A grande verdade é que a partir da experiência da TV Tupi, ocorreu uma grande renovação na teledramaturgia brasileira. Contudo, o gênero se consolidou e industrializou-se na Rede Globo, já que foi essa emissora quem conferiu acabamento às telenovelas, fazendo delas um produto com forte apelo por empregar em sua fórmula a adoção de uma linguagem coloquial bem como cenários urbanos contemporâneos, superando o exotismo predominante no gênero. O pesquisador de teledramaturgia, Mauro Alencar (2002) contextualiza a importância da emissora para a história da teleficção nacional: “A Globo responde na atualidade pelo abraqueiramento total da telenovela e por sua transformação em produto de consumo em território nacional e internacional” (ALENCAR, 2002, p. 53). O autor, ao se reportar à estratégia empregada pela emissora, destaca a revolução empreendida na teleficção brasileira.

Roberto Sadek (2008), outro estudioso que contribuiu para explicar a importância da Rede Globo para a teledramaturgia nacional, centra suas explicações nas mudanças estruturais introduzidas pela emissora na produção do “folhetim eletrônico”. Para o autor, a partir da estratégia da Rede Globo, “as telenovelas passaram a trabalhar segundo a reação de audiência, alongando ou encurtando as histórias conforme o interesse do público e dos anunciantes” (SADEK, 2008, p. 35). O ponto de vista do estudioso é facilmente compro-

vado ao se acompanhar a exibição de uma telenovela e perceber as mudanças a que o gênero está sujeito devido à recepção popular. Dessa forma, é muito comum, devido ao caráter aberto da telenovela, ocorrer algumas alterações no enredo suscitadas por fatores de coerência interna ou por fatores extradiegéticos.

Indubitavelmente, a telenovela tornou-se o gênero televisivo de maior destaque no Brasil, sendo o produto de maior exportação da televisão brasileira. Além, é claro, de se constituir, pelo menos na Rede Globo, como um gênero no qual se estrutura toda a grade da programação televisiva responsável pelo palimpsesto⁴ rígido da emissora, como explica Lopes (2014). Sobre as temáticas apresentadas pelo gênero, percebe-se uma mudança, sobretudo, a partir dos anos de 1970, década em que a telenovela passou a debater temáticas inerentes ao universo do brasileiro, servindo como meio de representação de uma nação envolta a muitos dilemas causados pelo processo de modernização. A telenovela “[...] se estruturou em torno de representações que compunham uma matriz imaginária capaz de sintetizar a sociedade brasileira em seu movimento modernizador” (LOPES, 2009, p. 23-24). Assim, diante do exposto, sobressai nas produções teleficcionais do período uma grande inovação: a alteração do aspecto melodramático para a incorporação de tramas mais cotidianas, portanto mais próximas dos brasileiros, o que serviu para o gênero passar a afetar mais diretamente a vida da sociedade.

Dessa forma, pode-se compreender que a telenovela passou a ocupar o posto de uma verdadeira narrativa acerca da nação, uma vez que conseguiu sintetizar em seu enredo o público e o privado, além de alimentar um amplo repertório capaz de unir, fundir e fazer reconhecer classes sociais, gerações, credos e regiões muito díspares (LOPES; MUNGIOLI, 2013, p. 10). Assim, esse “folhetim repaginado” soube captar muito bem essa identificação com o telespectador, haja vista centrar sua narrativa em histórias de cunho familiar privado, mas que se projeta para o cenário no qual se insere, criando um verdadeiro simulacro da realidade com temáticas

4 Trata-se da expressão empregada por Lopes para se referir à estratégia da Rede Globo de estruturar a programação com horários definidos e alocar o horário nobre com a alternância de telejornal e telenovela.

privadas, tais como assuntos da esfera sexual, problemas familiares, relações extraconjugais, problemas ligados a drogas e à violência, mas que extrapolam esse viés da recepção privada para alimentar um debate público.

Como explicam Lopes e Munglioli (2013), essa peculiaridade gerada a partir do discurso teleficcional eleva o gênero a um ritual diário que promove um verdadeiro fórum de debates no país, haja vista suscitar uma série de comentários e de opiniões que atingem até aqueles que não acompanham o desenrolar da história, propiciando uma verdadeira ressemantização de conteúdos. Para as autoras, a telenovela é tão vista quanto falada. “Esse fenômeno leva-me a afirmar que a novela é tão vista quanto falada, pois seus significados resultam tanto da narrativa audiovisual produzida pela televisão quanto da interminável conversação produzida pelas pessoas, numa *semiose* infinita” (LOPES; MUNGIOLI, 2013, p. 12).

Um olhar mais apurado acerca da telenovela permite afirmar que esse “folhetim eletrônico modernizado” passou de um produto menor e desqualificado na grade da programação televisiva para um legítimo representante da cultura brasileira como muito bem defendem Ton-dato (2011) e Lopes (2009, 2014). Essa especificidade da telenovela em retratar temáticas inerentes ao cotidiano do brasileiro é que serve para conferir uma identificação do público com a obra, já que o telespectador se vê representado pelas narrativas televisivas.

O consumo enquanto prática social

A compreensão acerca do consumo enquanto prática social é extremamente relevante para se desnudar as relações sociais na contemporaneidade, posto que fomenta indagações a respeito da(s) identidade(s), necessidades e predileções dos indivíduos, bem como da diversidade e relações sociais, uma vez que os produtos consumidos são empregados, segundo Featherstone (1995), para criar vínculos e desenvolver contrastes na sociedade. Ainda em conformidade com esse autor, salientamos que a existência do consumo está diretamente relacionada à cultura de cada grupo responsável por

orientar os indivíduos a consumirem bens e serviços de acordo com processo de identificação cultural, podendo, desse modo, assumir a prática do consumo como um processo sociocultural e identitário constitutivo do sujeito histórico.

À medida que os indivíduos consomem, suas origens de ordem social e econômica são classificadas e reclassificadas, posto que “o consumo usa os bens para tornar firme e visível um conjunto particular de julgamento nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 115). Percebe-se, a partir das definições dos estudiosos, que o consumo se faz essencial para a existência das sociedades haja vista propiciar a construção e reconstrução identitária do sujeito por meio dos bens consumidos segundo seu estilo de vida enquanto uma prática social, uma vez que tais bens somente apresentam significados segundo as relações sociais.

Fundamentalmente, Douglas e Isherwood (2004) propõem em sua obra que toda e qualquer prática de consumo é possuidora de simbolismo na qual os indivíduos validam, por meio da posse de bens, questões de ordem identitária e hierárquica bem como de poder e status, o que retira do consumo seu aspecto vazio ao elevá-lo ao posto de produtor de sentidos. Nessa mesma perspectiva, converge o ponto de vista de Baccega (2010). A autora explica que o ato de consumir é repleto de significados culturais, uma vez que os produtos e serviços consumidos são pautados na cultura daquela sociedade da qual os indivíduos fazem parte.

Sobre o consumo, a estudiosa se posiciona da seguinte forma:

Todo consumo, de qualquer bem, é cultural, envolve significado. Isso porque nossas preferências emergem da nossa cultura, ou seja, quando formulamos nossas necessidades nos baseamos nos valores, rituais hábitos etc., que são de natureza social e que temos condições de ressignificar individualmente (BACCEGA, 2010, p. 58-59).

A partir do posicionamento da autora, situamos a prática do consumo como um ato responsável por conferir sentido à cultura das sociedades, pois é por meio da utilização dos bens que se constroem seus significados, cabendo ressaltar a característica evolutiva

da cultura, a qual exige que tais significados evoluam no mesmo ritmo. É preciso considerar ainda que os indivíduos consomem não apenas por necessidade, como também por merecimento, vontade, como uma forma de pertencimento e/ou diferenciação. Assim, os bens carregados de significados culturais são relevantes por serem instrumentos para a individualização e, concomitantemente, como elos aos grupos sociais.

Mary Douglas e Baron de Isherwood (2004, p. 105) salientam que “as posses materiais fornecem comida e abrigo, e isso deve ser entendido. Mas, ao mesmo tempo, é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais”, dado que o consumo de determinados bens advém das interações realizadas entre os grupos dos quais os indivíduos fazem parte.

Segundo as postulações de Don Slater (2002, p. 146):

os significados das coisas não são socialmente arbitrários, e sim intimamente vinculados – ou até refletindo e representando – as divisões sociais subjacentes de uma sociedade. No caso exemplar do símbolo de status, a estratificação social é projetada diretamente numa divisão entre tipos de bens e de consumidores. Além disso, usando os bens de acordo com seus significados, vivenciamos a ordem social como uma ordem moral irresistível e reproduzimos fielmente na vida cotidiana.

Nesse sentido, o consumo apresenta-se essencial para o indivíduo pelo fato de ligar-se ao aumento da qualidade de vida dos indivíduos bem como ao *status* social – e seus indicadores. Por ser um dos pilares estruturadores da sociedade, afirma-se que sua colaboração é primordial na classificação, justificativa e atribuição de significado aos objetos consumidos.

Nas palavras de Colin Campbell (2006), os indivíduos, ao consumirem, estão sempre engajados no processo de recriação de identidades:

as pessoas – ao fazerem uso da grande e constante oferta de novos produtos na sociedade do consumo moderna – estão regularmente engajadas no processo de recriar a si mesmas. Inicialmente adotando e posteriormente trocando de identidades e estilos de vida da mesma maneira fácil e casual com que trocam de roupa (CAMPBELL, 2006, p. 50).

A partir do ponto de vista do estudioso, salientamos que o ato de consumir está intimamente relacionado com questões de ordem pessoal, social e econômica, tendo em vista que o indivíduo busca no consumo a afirmação de sua própria identidade ao passo em que consome bens e serviços capazes de estabelecer no grupo social sua aproximação para com ele. Como já apresentado, quando as pessoas praticam o consumo, revelam às outras pessoas um pouco de si por meio da escolha feita de determinados bens. Cabe ressaltar, no entanto, que tais escolhas são produtos da cultura a qual o indivíduo está inserido e, por esse motivo, não podem ser consideradas como algo perene, uma vez que as práticas culturais constantemente são reconfiguradas. Com efeito, é preciso também dar o devido destaque ao posicionamento de Slater (2002). Para o autor, a sociedade do consumo, tal qual se conhece hoje, apresenta seu consumo de maneira mais cultural do que as antigas sociedades por se utilizar do marketing e da propaganda como ferramentas para acrescentar significados a objetos comuns:

a produção, o marketing e a venda no varejo estão cada vez mais voltados para oferecer aos consumidores conceitos de modo de vida atraentes, coordenados e coerentes, a compra de um modo de vida, conselhos sobre um modo de vida, etc., que dão tanto ao consumidor quanto ao bem de consumo uma sólida identidade social no interior de um universo significativo (SLATER, 2002, p. 144).

Assim sendo, o marketing sinestésico e eficiente instiga o consumo imagético, hedonista e onírico dos bens comuns ao ocupar as percepções humanas ativando globalmente os sentidos, além de aconselhar às pessoas acerca do que é “melhor” para elas. Logo, tudo o que se produz na sociedade do consumo tem a intenção de impulsionar o indivíduo consumidor a comprar cada vez mais do mesmo. Sobressaem, a partir dessas considerações, dois pontos de vista essenciais: o primeiro remonta ao fato de o consumo se pautar em imagens, desejos e sonhos dos consumidores e não mais, somente, em suas necessidades consideradas básicas; o segundo, com base nessa premissa, reside no fato de as estratégias desenvolvidas no mercado serem destinadas não mais a vender produtos, mas sim identidade(s).

Para tanto, recorre-se à publicidade, que, por sua vez, estrutura-se com base nas necessidades e desejos das pessoas para formar no consumidor a necessidade dos produtos que ali estão sendo expostos, ao criar identidades em seus produtos os quais serão consumidos por pessoas que veem nesses, os seus desejos refletidos. Presente na mídia como um todo, ela “fornece os discursos sociais que vinculam necessidades confusas e coisas diversas, constantemente inovadas, e faz isso por meio de imagens cada vez mais numerosas de um modo de vida que liga imagens de pessoas, produtos e bem-estar” (SLATER, 2002, p. 150).

Reverberando nosso ponto de vista, ressaltamos que esse modo de vida, ou as relações de consumo presentes na mídia, variam, por exemplo, desde uma tintura de cabelo até mesmo a um automóvel utilizado pelo protagonista da telenovela, fazendo presentes os sonhos e objetos de consumo de uma população a qual enxerga nas produções a idealização de um *status* a ser alcançado. Nesse caso, a telenovela funciona como uma vitrine de novas “necessidades” por meio do chamado *merchandising* comercial.

O merchandising: algumas considerações

O marketing possui inúmeras ferramentas para atrair a atenção dos consumidores para os bens e serviços que estão sendo promovidos. Uma dessas ferramentas é o *merchandising*, que, de acordo com Blessa (2007) tem sua origem alicerçada na década de 30 nos Estados Unidos quando os donos dos estabelecimentos comerciais passaram a expor suas mercadorias nas ruas atraindo, dessa forma, a atenção de todos aqueles que por ali transitavam, acarretando um aumento nas vendas. Desse modo, infere-se que o *merchandising* intenciona colocar os produtos em foco, ou seja, faz uma exibição dos bens, dos serviços e de sua marca, sem, no entanto, apresentar as propriedades explícitas da publicidade “comum”.

Como se pode perceber, o *merchandising* caracteriza-se pelas sutis ações de divulgação dos produtos externos a uma trama publicitária. A exemplo dessas ações, estão as telenovelas. Nelas, o

artigo a ser anunciado não fica em evidência, aparecendo, pois, como um complemento à cena, gravando a marca dos bens e serviços no subconsciente do público. Como evidencia Claudiono Mayer (2010, p. 46): “[...] acontece com muita frequência nas produções: vendas de perfumes, serviços de bancos, carros, motos, refrigerantes produtos alimentícios [...]”.

Nessa espécie de inserção, integram-se às cenas exibidas os produtos que se deseja apresentar ao consumidor. Isso é feito de maneira com que o espectador não se sinta assistindo a um comercial. Desse modo, as intervenções propostas pelo *merchandising* ocorrem de tal forma que o consumidor em potencial não ignore sua divulgação. A sutileza com que é realizada a ação, diferentemente das ações comerciais promovidas de maneira direta pelo meio publicitário que saturam o público com inúmeros anúncios invasivos. Ademais, o *merchandising* possui uma característica influenciadora, uma vez que o espectador relaciona o produto em exibição à personagem que dele faz uso. Desse modo, forma-se na mente do espectador-consumidor além da marca anunciada, o próprio conceito que aquele carrega.

Nizia Villaça (2018) salienta que essa prática promove uma sociedade de simulacros:

A busca de identificação dos indivíduos com ícones midiáticos vai se tornando lugar comum no contemporâneo. O espaço da passarela, do palco, da tela confunde-se progressivamente com o real e uma sociedade de simulacros adquire acentos positivos na consideração de apropriações criativas de estilo de vida, por meio do consumo (VILLAÇA, 2018, p. 95).

Ressalta-se que o *merchandising* não é feito de uma única maneira nas produções. Quando feito de forma direta, o espectador observa rapidamente que há o anúncio de um produto sendo feito, ou seja, que houve a intenção de apresentar ao público aquele bem. Por outro lado, quando feito de forma indireta, o espectador absorve as informações (produto e marca) inconscientemente, uma vez que não é verbalizado o nome e os benefícios do que está sendo anunciado, isto é, o produto faz apenas aparições ao público. Nas

telenovelas, por exemplo, é comum a realização de dois modelos de *merchandising*: o social, o qual traz a luz questões sociais, e o comercial, cuja intenção é apresentar aos espectadores determinadas marcas promovendo seus produtos. Nesse sentido, a telenovela pode ser considerada como uma vitrine das últimas tendências, uma vez que, segundo Eneus Trindade (1999, p. 7), “a ação de merchandising visa um fazer-criar naquela situação ficcional, que poderia ser real, para estimular um querer no telespectador”.

O merchandising nas telenovelas: algumas considerações

A telenovela *Beto Rockfeller*, escrita por Bráulio Pedroso e exibida pela *Tv Tupi* entre 1968 e 1969, foi considerada como uma das telenovelas mais revolucionárias por inovar a maneira de produzir o gênero, incluindo, ainda, ações mercadológicas. Para Hamburger (2014, p. 17), a trama “renovou o gênero ao introduzir gravações externas, diálogos coloquiais, um protagonista anti-herói, em um drama contemporâneo. A novela é também reconhecida como a primeira a lançar mão do merchandising [...]”.

O *merchandising* feito pelo protagonista da telenovela, Luiz Gustavo, era do remédio “Engov” indicado para ressaca e enjoo – muito pertinente, uma vez que sua personagem na trama gostava muito de beber. Assim, a trama possibilitava mostrar ao telespectador que, assim como ele, as personagens também consumiam produtos reais.

Sobre o *merchandising* e sua recepção pelos espectadores, a professora Esther Hamburger (2014) esclarece que:

Esse tipo de merchandising, tal como a exibição de moda, cigarro, uísque, telefones ou motocicletas, constituem uma via de acesso dos espectadores ao universo dos personagens. É como se, ao adotar acessórios sugeridos pelos personagens, os espectadores compartilhassem seu posicionamento no mundo [...] O mundo moderno e descontraído no qual Beto penetra estaria disponível para quem quisesse ouvir as músicas que compunham a trilha sonora, adotar modelitos, fumar, beber, curtir a velocidade com vento na cara (e sem capacete) (HAMBURGER, 2014, p. 30).

A partir da exibição do *merchandising* em *Beto Rockfeller*, grande parte das produções passou a incluir essa estratégia comercial, uma vez que, por meio dela, a emissora consegue obter uma grande margem de lucro. “Assim como as novelas podem ser vistas como um produto que divulga a imagem do Brasil nacional e internacionalmente, elas também servem como um veículo para vender, literalmente, a imagem de outros produtos, de batom a bancos, de meias a carros, em suas tramas” (CABRAL, 2008, p. 61). Alguns estudiosos chegam a afirmar que, por volta do capítulo 30, a produção já está toda paga. Como Michele e Armand Mattelart (1989) explicam, o *merchandising* não está atrelado apenas à fonte de comercialização de um produto, mas sim como um verdadeiro abatimento nos custos finais de produção.

Outra trama que também incorporou a ação de *merchandising* foi *Roque Santeiro*, telenovela escrita por Dias Gomes, exibida pela Rede Globo no horário das 20h entre os anos de 1985 e 1986. Na produção, a cidade de Asa Branca era palco de divertidas histórias e algumas ações mercadológicas, entre elas da marca de lingerie *Hope*, da marca de bebidas *Antártica* e da marca de máquinas de costura *Singer*. Os *merchandisings* não faziam parte do texto dos atores, mas sim, utilizados como acessórios que compunham a cena: uma garrafa com rótulo, um cartaz ou *outdoor*, por exemplo, que estimulavam visualmente o espectador.

Uma das inserções que mais chamou a atenção foi da máquina de costuras *Singer*, por trazer junto à imagem do produto no *outdoor* os dizeres: “só não faz milagre”. O *merchandising* inserido utilizou o duplo sentido como recurso linguístico para obter expressividade. Basta lembrar que *Roque Santeiro* tinha como enredo a história do protagonista, ao qual os moradores da cidade atribuíam os milagres que ali aconteciam.

Em meados de 2014, a Rede Globo exhibe a telenovela *Império*, escrita por Aguinaldo Silva, a qual narra a história da personagem José Alfredo, que, após uma decepção amorosa, ergue uma rede de joalheria com o nome que intitula a trama. Não diferente das produções já citadas, essa também lançou mão do *merchandising*. Carros

da marca coreana *Kia*, máquina de café da *Nestlé*, roupas compradas em uma loja da rede *Renner*, uma lata de refrigerante *Coca-Cola*, entre tantos outros *merchandisings* veiculados na obra comprovam “as relações de intimidade entre novelas que se passam no tempo contemporâneo e em espaços conhecidos, e o anúncio de produtos que podem ser consumidos por espectadores e personagens” (HAMBURGER, 2014, p. 29). Desse modo, pode-se afirmar que a importância do *merchandising* está intimamente relacionada com o próprio desenvolvimento da trama. Na novela em questão, o grande mistério que envolvia a história foi solucionado a partir da descoberta de um nome impresso em uma lata de *Coca-Cola*.

Paulo Cabral (2008) expõe que as telenovelas refletem a imagem do país tanto em âmbito nacional quanto internacional haja vista o número de telenovelas exportadas, bem como se revelam um meio para promover a venda de bens e serviços. Assim, em consonância com esse autor: “[...] a cerveja que determinada personagem bebe durante uma cena ou o carro que conduz o galã sempre que possível aparecem com marca, o que estabelece uma relação comercial que se tornou intrínseca na produção de teledramaturgia” (CABRAL, 2008, p. 62).

Considerações finais

Com este trabalho, intentamos investigar a prática do consumo encarada como um fenômeno balizador de identidade(s) no cenário complexo da contemporaneidade. Dada a preponderância do meio audiovisual como nutriente do imaginário e sua relação profícua marcada por um forte processo de interação verbal efetivada em discursos responsáveis pela constituição e ressignificação do sujeito, a telenovela, dada sua inscrição na trama cultural, além de fornecer entretenimento, também está atrelada à prática do consumo enquanto ato social, cultural e balizadora das identidades do sujeito como salienta Baccega (2015).

Consumir cada vez mais, ter poder e prestígio são questões que importam na sociedade do consumo. Sob essa perspectiva Pietrocola (1987) destaca a existência de uma pedagogia para consumo, uma

vez que somos condicionados, desde crianças, a compreendermos que a prática do consumo está atrelada ao poder aquisitivo. Assim, quanto mais dinheiro se tem, mais será sua possibilidade de consumir e de, conseqüentemente, obter mais prestígio. Como pode ser observado, uma das principais características dos dias atuais é a insaciabilidade para se consumir. Na era midiática, a teleficção ainda soube aproveitar muito bem essa peculiaridade, inserindo campanhas de merchandising, as quais, além de serem um fortíssimo componente para tornar o gênero autossustentável, converte-se numa fonte riquíssima de dividendos devido ao alto valor pago pelos anunciantes para terem seus produtos inseridos na trama.

É pertinente lembrar ainda que na atual conjuntura há uma relação muito direta entre o que é consumido e a(s) identidade(s), isto é, quem as pessoas são de fato e quem gostariam de ser. Em virtude disso, precisa-se buscar objetos da moda, que promovam status social ou mesmo aquele objeto que é visto como requisito para pertencer a um determinado grupo. Tudo isso para o sujeito sentir que se tem valor, em uma sociedade na qual o valor de alguém é medido pelo acúmulo de seus bens. Dessa forma, enquanto materialidade discursiva, a telenovela mostra-se como um gênero com potencialidades amplas de explorar essa relação na vitrine da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AIRES, ALIANA Barbosa. A teleficção brasileira ensinando a consumir. 4º Congresso Internacional de Comunicação. São Paulo, **Anais...** ESPM, 2014.

ALENCAR, Mauro. **A Hollywood Brasileira: Panorama da Telenovela no Brasil**, São Paulo, 2002, SENAC.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 2005.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/Educação: relações com o consumo. Importância para a constituição da cidadania. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v.7, n.19, p.49-65, jul. 2010.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Estudos de comunicação e análise do discurso – teoria e prática**. São Paulo: 2015.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BLESSA, Regina. **Merchandising no Ponto de Venda**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

CABRAL, Paulo. **A História da Telenovela: por que o mundo adora os folhetins**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas para o consumo moderno. *In*: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (Orgs). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O Mundo dos Bens: uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIGARO, Roseli. (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

HAMBURGER, Esther. Beto Rockfeller, a Motocicleta e o Engov. **Significação Revista de Cultura Audiovisual**. São Paulo, v.41, n.41, p. 14-36, jan-jun. 2014.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Telenovela como Recurso Comunicativo**. MATRIZES, v. 3, n.1, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Qualidade da Ficção Televisiva no Brasil: elementos teóricos para a construção de um modelo de análise. *In*: XXII Encontro Anual da Compós, 2013, Salvador. Campós 2013 - Anais, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Memória e Identidade na Telenovela Brasileira**. Disponível em: http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT12_ESTUDOS_DE_TELEVISAO/templatexxiicompos_2278-1_2246.pdf. Acesso em: 04 maio 2016.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **O carnaval das imagens: a ficção na tv.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAYER, Claudino. **Quem matou...:** o romance policial na telenovela. São Paulo: Annablume, 2010.

PIETROCOLLA, Luci Gati. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre a Sociedade de Consumo.** São Paulo: Global, 1987.

SADEK, José Roberto. **Telenovela: Um olhar do cinema.** São Paulo: Summus, 2008.

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia?** Edições Loyola, 2002 .

SLATER, Don. **Cultura do Consumo e Modernidade.** São Paulo: Nobel, 2002.

TÁVOLA, Artur da. **A telenovela brasileira: história análise e conteúdo.** São Paulo: Globo, 1996.

TONDATO, Marcia Perencin. Comunicação e consumo: representações identitárias da mulher na publicidade do prime-time. **Revista ECO-POS**, abril, 2011.

TONDATO, Márcia Perencin; ABRÃO, Maria Amélia; MACEDO, Diana Gualberto de. Ficção e Realidade Televisivas: O caminhar pela cultura e o encontro com a telenovela. *In:* TONDATO, Márcia Perencin; BACCEGA, Maria Aparecida (Orgs.). **A Telenovela nas Relações de Comunicação e Consumo: Diálogos Brasil e Portugal.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TRINDADE, Eneus. **Merchandising em Telenovela:** a estrutura de um discurso para o consumo. 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/f0a08cd35e4f04512409b2b514a85fae.PDF>. Acesso em: 01 jun. 2018.

VILLAÇA, Nizia. **O Consumo da Cultura:** comunicação e performance. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.





9

SEXUALIDADE À FLOR DA PELE: VOYEURISMO E EXIBICIONISMO NAS CAMPANHAS DA AGENT PROVOCATEUR

Mariana da Silva Valente¹

Everly Pegoraro²

Em um contexto em que a imagem se tornou uma espécie de obsessão, visto sua capacidade de documentar, memorizar, comprovar e mitologizar os feitos e efeitos da realidade vivida (HUYSEN, 2000, p. 17), o ser humano sente o desejo de mostrar suas experiências, de se exhibir e ser observado. Nesse jogo de espetáculo, os interlocutores procuram novas maneiras de olhar e se projetarem diante do mundo (CASTRO, 2006, p. 4), delineando uma versão contemporânea para a figura do *voyeur*, aquele que é “passivo em sua observação, que não toca, mas com campo de visão privilegiado” (CASTRO, 2006, p. 4). Com a cultura midiática, a pulsão de se mostrar atinge novas formas: “o indivíduo preocupa-se em como vai ser visto e nos ambientes que está suscetível ao olhar do outro

1 Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO. E-mail: marianavalente1996@gmail.com

2 Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. E-mail: everlypegoraro@gmail.com

projeta uma imagem que aproxima aos modelos de aceitação social” CASTRO, 2006, p. 14).

De acordo com Carneiro, Cordeiro e Campos (2005), a TV ampliou a compulsão do olhar e do “ser *voyeurista*” além daquilo que antes era acometido como doença psicopatológica, que é caracterizada pelo ato de espiar sem ser visto tentando alcançar excitação sexual, mesmo sem ter nenhuma atividade com “o” ou “os” observados. Comumente a essa observação, os indivíduos fantasiavam experiências sexuais com a pessoa em foco. Em casos mais graves, espiar era a única atividade sexual praticada pelo *voyeur* (CARNEIRO; CORDEIRO; CAMPOS, 2005, p. 5). Em contrapartida, nesse *voyeurismo* contemporâneo, a pulsão³ atinge proporções menos compulsivas e patológicas.

Nessa nova forma de *voyeurismo*, não se constata, na observação do corpo nu, a expressão e realização direta de desejos sexuais e sim uma necessidade explícita de observar o outro em sua integridade, dando lugar a um prazer despertado pela via do olhar. Necessário sublinhar que aquele que observa não se dá conta de que seu olhar está sendo conduzido pelo Outro (câmera) e que o observado – suposto objeto de seu olhar, sem que possa se dar conta e ter uma real percepção de que está sendo observado – sabe que todo e qualquer comportamento desperta um constante interesse no outro (CARNEIRO; CORDEIRO; CAMPOS 2005, p. 5).

Neste contexto, o corpo feminino se ergue como um elemento misterioso que não se manifesta somente pela beleza, mas pela forte eficiência de produzir enunciados e visibilidade nos discursos (WITZEL, 2014). Desde muito, a problemática em torno do corpo feminino provocou diferentes e divergentes posicionamentos na História. A valorização da imagem e do que é ser feminino e sexual modificou-se, assim como a valorização de si como mulher.

Ainda que exaltado, admirado e exposto por grandes nomes da literatura e das artes em geral, o que prevalece como marca iden-

3 Segundo o dicionário Priberam, pulsão significa um impulso: “Força no limite do orgânico e do psíquico que impele o indivíduo a cumprir uma ação com o fim de resolver uma tensão vinda do seu próprio organismo por meio de um objeto, e cujo protótipo é a pulsão sexual” (PRIBERAM, 2013, *on line*).

titária desse corpo, que às vezes padece e às vezes reina, são seus mistérios, suas forças inequívocas, seus perigos e seus interditos (WITZEL, 2014, p. 31).

Por ter sido alvo de inúmeras interpretações de ordem moral, ética, estética e científica, as marcas de subordinação e inferioridade concentraram-se por muito no corpo feminino (WITZEL, 2014). Essa construção histórica do “ser mulher” possibilitou lugar para discussão sobre a imagem que elas mesmas tinham sobre si e da narrativização que a mídia construía sobre seus corpos. A incorporação da moda e da estética no período moderno, a partir da cultura de massa, ofereceu ao corpo da mulher uma nova leitura. A liberdade social proporcionada pelos meios de comunicação possibilitou que houvesse o retorno do investimento das pulsões do olhar sobre o corpo (SILVA, 2008, p. 75).

A exposição do corpo seminu, resultado da ascensão do estilo moderno de se vestir com pouca roupa, viabilizou que a indústria cultural passasse a apresentar o corpo como objeto de consumo. As pulsões *voyeur* e exibicionista sucumbiram à ordem estabelecida, deixando de desafiar o proibido e se adaptaram ao existente (SILVA, 2008, 2016). O “culto ao corpo”, termo referido por Silva (2008, 2016), entendido como o cuidado expressivo quase excessivo do corpo a fim de gerar uma imagem bonita para os que estão observando (SILVA, 2008, p. 75), encontrou nessa ascensão campo privilegiado para manifestar os fenômenos atuais de padronização estética, impondo modelos e propondo o que é belo, forte e saudável como características prazerosas ao olhar impulsionado pelo *voyeurismo*.

Esta mitificação da beleza proporciona o aparecimento cada vez mais exacerbado das pulsões *voyeur* e exibicionista, devido a facilidade de ver e se mostrar. Tais pulsões deixam de ter o caráter psicosexual atribuído durante o século XVIII e XIX, quando o *voyeur* observava o corpo nu em segredo e o exibicionista se mostrava de forma explícita em público, como resultado de uma perversão sexual, ambos tendo o intuito de encontrarem satisfação sexual através de seus atos.

A apreciação da beleza construída pela mídia gerou um processo de transformação das pulsões *vouyer* e exibicionista. O que antes era exclusivamente examinado como psicopatologia de origem psíquica, transforma-se em questões da ordem da visibilidade (SILVA, 2016, p. 10). Relacionada diretamente a esta questão, a beleza se constituiu como artigo de consumo. A difusão de imagens através da propaganda, mostrando corpos belos e saudáveis, reforça a impressão de que o que é mostrado é o padrão a ser seguido e alcançado, pressionando os indivíduos a serem belos a partir das perspectivas mostradas.

O termo *voyeurismo* vem do francês *voyeurisme*, que em sua tradução literal significa “o que vê”. Ao longo dos séculos, a concepção etimológica da palavra sofre alterações. No século XVIII, o *voyeur* era visto como “aquele que assiste a algo por curiosidade”, já no século XIX, o *voyeurista* era a “pessoa que se excita ao ver nudez ou ato sexual de outrem” (SILVA *apud* HOUAISS; VILLAR, 2008, p. 28). Essa variação no significado atribuído à palavra *voyeur* deve-se ao fato de que, durante o século XIX, houve uma restrição do termo à dimensão sexual. Conforme SILVA (2008), o *voyeurismo* trata-se de uma

[...] desordem sexual que consiste na observação de uma pessoa no ato de se despir, ou realizando atos sexuais e que não se sabe observada. Mixoscopia. Forma de curiosidade mórbida com relação ao que é privativo, privado ou íntimo (SILVA, 2008, p. 28).

Na definição do exibicionismo, é comum encontrar o termo exibicionista para se referir a mesma pulsão. Conforme SILVA (2008, 2016) o exibicionismo consiste na

[...] mania de ostentação ou de exibição [muita gente se veste bem por puro exibicionismo]. 2 - Psicopatologia: forma de perversão sexual que consiste em exhibir a própria nudez, especialmente as partes sexuais. [...] Exibicionista: 1 - que ou aquele que exerce o exibicionismo. 2 - Psicopatologia – relativo a ou pessoa dada à prática do exibicionismo (SILVA, 2016, p. 30).

O *voyeurismo* e o exibicionismo acabam por insinuar aos indivíduos padrões estéticos, a partir das pulsões visuais. Essas pulsões são

resultantes de tensões externas atraídas via olhar em relação a corpos que seguem os padrões mostrados pela mídia (SILVA, 2008, 2016).

A pulsão *voyeur* se ampliou, estando o prazer não mais contido somente no ato de olhar pessoas se despindo ou tendo relações sexuais, ele passou a se manifestar na curiosidade em saber da intimidade da vida de dada pessoa, especialmente se ela está sob a luz dos holofotes da mídia (SILVA, 2008, 2016). Portanto, o olhar *voyeur* contemporâneo relaciona-se diretamente com o desejo de apreciar a intimidade. Do outro lado, a pulsão exibicionista alimenta-se da ânsia em expor a intimidade de cada um ao olhar do outro.

Os anúncios da campanha da *Agent Provocateur* que serão analisados utilizam justamente desse apelo de intimidade, de uma invasão da privacidade que leva o espectador a sentir como estivesse na cena íntima do personagem. Conforme SILVA (2008, 2016),

[...] as produções da indústria cultural são estímulos claros que visam provocar excitações diretas no indivíduo como se fossem reflexos condicionados. Os avanços tecnológicos que no plano do entretenimento provocam principalmente a diminuição da fronteira entre o virtual e o real, colaboram de maneira significativa para a manipulação do prazer (SILVA, 2008, 2016, p. 111).

Dessa forma, ao observador torna-se permitido ser um *voyeur* de uma cena íntima narrada pelo vídeo. A mensagem sugere (e seduz) este observador a se tornar, em seu âmbito privado, que a *lingerie* liberaria seu lado exibicionista. Portanto, as pulsões *voyeur* e exibicionista são intercambiáveis entre observador e observado. O observador, num primeiro momento, é o *voyeur* para, posteriormente, se tornar o exibicionista.

A proposta deste capítulo parte das alterações na concepção e definição das pulsões *voyeur* e exibicionista do século XVIII para o que se pode observar atualmente. São utilizadas como objeto de pesquisa as campanhas publicitárias *Proof* (2001) e *Control Yourself* (2013), que servem para evidenciar, sobretudo, os objetivos desta pesquisa: o estudo dos conceitos de *voyeurismo* e exibicionismo, bem como da exposição do corpo feminino nas campanhas da *Agent Provocateur*.

A história da *Agent Provocateur* tem início em 1994, quando Joseph Corré, junto de sua então esposa Serena Rees, inauguram na rua Broadwick Street, localizada no deslocado distrito do Soho, em Londres, a primeira loja da *Agent Provocateur*, com uma linha de *lingeries* de luxo um tanto quanto provocativas, com o objetivo de seduzir e provocar o olhar. Ao lançar a marca, o casal pretendia firmar-se no segmento de roupa íntima feminina, mas acabou concebendo uma coleção que vai muito além dos padrões da moda e do *glamour*, deflagrando uma revolução social nas atitudes em relação à sexualidade e roupa íntima. O casal criou o conceito “*sexy chique*”, através de peças que exploram estilos e gostos diferentes, desde os mais inocentes até os mais ousados.

Em dezembro de 2001, a cantora australiana Kylie Minogue estreou o polêmico vídeo chamado “*Proof*” que foi censurado pela TV britânica, mas viralizou na internet. Sobre essa campanha, há suspeitas de que a censura do vídeo na TV tivesse sido uma estratégia para que o trabalho gerasse polêmica e os espectadores que não tivessem visto na televisão ficassem mais curiosos para assisti-lo em outras plataformas. No dia do lançamento da linha, os milhares de acessos deixaram o *site* da empresa fora do ar por algum tempo (KIRBY; MARSDEN, 2007, p. 22).

Em 2013, a *Agent Provocateur* já concorria no mercado de *lingeries* de luxo com marcas de alto escalão, como *Victoria’s Secret* e *La Perla*. Nesse mesmo ano, a campanha “*Control Yourself*” traz Melissa George, Chloe Hayward e Elettra Wiedermann para “assumirem o controle de seus próprios destinos” na campanha da *Agent Provocateur Autumn Winter 2013*.

Corpos em exposição e sexualidade à flor da pele: a análise das campanhas da *Agent Provocateur*

As campanhas da marca de *lingeries* britânica *Agent Provocateur* – *Proof* (2001) e *Control Yourself* (2013) são produções requintadas e ousadas. A primeira, escrita por Andy Amadeo e Mick Mahoney,

foi dirigida por Steeve Reeves⁴ e estrelada por Kylie Minogue. A cantora australiana é reconhecida como um símbolo erótico devido ao estilo sensual de dançar em seus shows e clipes de discos⁵. Tal ousadia personaliza a campanha *Proof*, mostrando que as *lingeries* da *Agent Provocateur* são as mais eróticas do mundo. Inicialmente, a campanha *Proof* tinha como foco os cinemas, como anúncio antes dos filmes. Porém, devido às cenas demasiadamente sensuais e eróticas, o vídeo foi proibido nas salas de cinemas e assim divulgado somente no *Youtube*.

Com o cenário todo em vermelho próximo ao tom vinho, a cena apresenta ao centro um touro mecânico de veludo vermelho e, ao lado direito, ao fundo, uma mulher, de cabelos grisalhos, vestida toda de preto com algumas joias, em sua maioria pérolas, lendo um livro e sentada numa poltrona que lembra um trono real.

Imagem 1 - Campanha Proof (2001)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 29 out. 2018

4 Steve começou sua carreira como redator trabalhando para uma grande agência de publicidade americana, onde escreveu comerciais premiados para algumas das maiores marcas do mundo. Após sete anos, ele deixou a agência para se concentrar mais na direção e rapidamente se tornou um dos principais diretores de comerciais da Grã-Bretanha. Ele dirigiu mais de 500 comerciais para empresas como Fiat, Ikea, Boots, BA, Sky, Amazon e Vodafone. O comercial *on line* *Agent Provocateur*, estrelado por Kylie Minogue, alcançou mais de 350 milhões de acessos, tornando-se um dos comerciais mais baixados de todos os tempos. Disponível em: <http://www.steveereevesdirector.com>. Acesso em: 30 out. 2018.

5 São alguns deles: *Fever* (2001); *Body Language* (2003); *Aphrodite* (2010); *Kiss Me Once* (2014).

A cena possui dois pontos de luz fixos, um iluminando o touro mecânico e o outro iluminando a senhora. Como o material que reveste a parede é couro, a luz dos refletores rebate e ilumina o ambiente, causando um efeito que lembra *flashes* de fotografia. O efeito se evidencia nas imagens em que Kylie está montada no touro.

Imagem 2- Campanha Proof (2001)



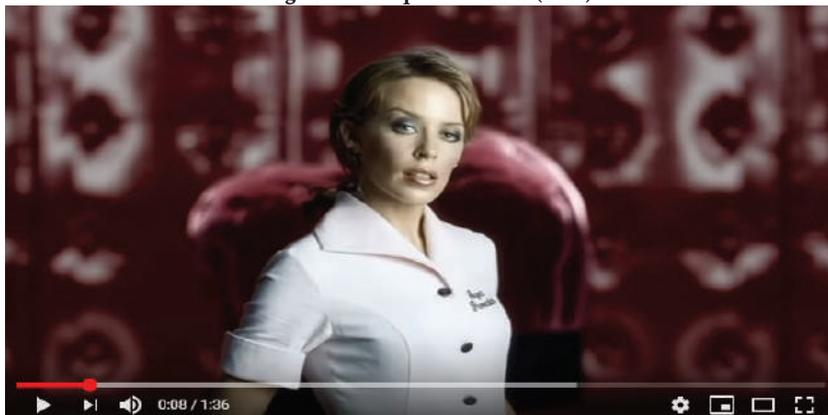
Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 29 out.2018.

O cenário é amplo e espaçoso, não possui detalhes nem variedade de cores para que a atenção do espectador não se prenda em detalhes indesejáveis. A cor vermelha não foi escolhida ao acaso. O vermelho escuro, segundo Chevalier (2005, p. 944) “é noturno, fêmea, secreto e em última análise, centrípeto; representa não a expressão, mas o mistério da vida”. O vermelho também é associado à sensualidade de *lingeries sexy*. Relaciona-se ao sexo, ao desejo, ao calor e ao erotismo (CHEVALIER, 2005).

O vídeo inicia somente com as luzes que iluminam a mulher mais velha sentada ao fundo, com olhos baixos, ela lê o livro intitulado “*Take Me!*”. A luz que está sobre o touro mecânico é acesa, então ouve-se os passos de Kylie. A mulher que está lendo tira os olhos do livro e presta atenção em quem está vindo, porém quando Kylie Minogue começa a falar, ela volta sua atenção para o livro. De meia-calça preta e saltos, a cantora anda em direção ao touro mecânico,

ela está com um jaleco branco - que remete a uma especialista - e cabelos presos. Ao se virar para a câmera, pode-se observar, bordado no tecido, ao lado direito o nome da marca *Agent Provocateur*.

Imagem 3- Campanha Proof (2001)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 29 out. 2018.

Após virar-se, Kylie fala: “*Agent Provocateur* é a *lingerie* mais erótica do mundo // e, com a sua ajuda, nós poderemos provar!”⁶. Neste momento, a câmera foca na região do tórax da cantora e ela abre o botão do jaleco que revela o sutiã da marca e os seus seios. Em um plano fechado, a câmera mostra somente o rosto dela e em seguida corta para a mulher ao fundo que estava lendo o livro, mas que, aparentemente, tinha parado para observá-la. Kylie volta-se para o touro mecânico. A trilha sonora inicia quando ela tira o jaleco ao estilo *strip tease*. Esta cena trabalha com fetiches para o olhar masculino: uniforme branco, meia-calça preta, sapato de salto alto, brilho labial, mulher sensual com curvas.

Kylie dá a volta sobre o equipamento e observa como se estivesse imaginando como seria montar. Com um gesto erótico, a cantora coloca o dedo na boca, acaricia o touro mecânico e vagarosamente se dirige para subir nele. A *lingerie* que ela veste é preta, peça comumente ligada ao erotismo e à sensualidade.

⁶ No original “*Agent Provocateur* is the most erotic lingerie in the world. And, with your help, we can prove it.” Tradução de Romão Matheus Neto, 2018.

Imagem 4 - Campanha Proof (2001)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 29 out. 2018.

Ao subir no touro mecânico, a câmera mostra com detalhes a *lingerie* e o corpo de Kylie, sobretudo tronco, pernas e glúteos. Após sentar-se no equipamento, ela faz um aceno - que se assemelha a um pedido de permissão - com a cabeça para a mulher mais velha que responde com um movimento de cabeça similar, permitindo que ela comece o “show”. A mulher aciona o mecanismo que faz com que o touro mecânico comece a se mexer. É como se Kylie estivesse no controle da cena, mas a mulher mais experiente comandasse a cantora. O equipamento começa se movimentar, Kylie solta os cabelos, num gesto de sensualidade e inicia-se o trecho da música mencionado acima.

Kylie faz movimentos hipersensualizados, que simulam uma dança e os movimentos de um ato sexual. Ela se toca por todo o corpo e também nas peças de *lingerie* da *Agent Provocateur*. Em meio à performance sobre o touro mecânico, a cantora aparece dançando próxima a mulher de mais idade, que aparentemente não se importa com o que está acontecendo, não demonstra nenhuma reação sobre o fato de Kylie estar dançando tão próxima a ela. Com ar de superioridade, ela nem dirige o olhar à cantora, como se pode observar na imagem seguinte.

Imagem 5- Campanha Proof (2001)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 29 out 2018.

Dando sequência ao vídeo, Kylie continua no touro mecânico e, à medida que se aproxima do final, ela aparece mais suada e expressa mais prazer por estar ali, gemidos se misturam à música que fica mais alta, até que inesperadamente é interrompida. Em seguida, Kylie, ofegante e suada, ainda em cima do equipamento, fala: “E agora, para a prova!”⁷.

Enquanto ela desce do touro-mecânico, a câmera captura a imagem de seu corpo no *contra-plongée*⁸. A cantora se abaixa e fala em direção a câmera, como se houvesse uma plateia assistindo toda sua performance. “Com todos os homens da plateia levantados...”. Ao fundo, a mulher de mais idade agora observa o que está acontecendo. Segue-se um silêncio e ela observa como se estivesse procurando por alguém apto a se levantar. Então exclama: “Não!?”. Em seguida a cena já muda para a senhora que, durante todo o vídeo estava

7 No original “And now, for the proof”. Tradução de Romão Matheus Neto, 2018.

8 *Contra-plongée* é o enquadramento no qual a câmera fotográfica é posicionada de baixo para cima. A objetiva capta o objeto abaixo do nível normal do olhar. Geralmente proporciona a impressão de superioridade, triunfo, dominação em relação ao observador, pois aumenta a imagem do objeto / pessoa observada. Posicionamento oposto ao enquadramento *plongée* (CARVALHO; SOUZA, 2010, p. 132).

9 No original “would all the men in the audience stand up? No?!”. Tradução de Romão Matheus Neto, 2018.

sentada, dá uma gargalhada estrondosa e diz: “Não achei que vocês conseguiriam!”¹⁰, voltando ao livro logo em seguida. O anúncio da marca *Agent Provocateur* termina com Kylie Minogue se levantando e saindo da cena, enquanto a trilha sonora, somente instrumental, volta e o vídeo fecha com a assinatura da marca.

A cultura do consumo determina o padrão estético dito *sexy*, erótico e sensual, que está totalmente personificado em Kylie Minogue. Neste ponto, o culto ao corpo e a cultura de consumo - que andam de mãos dadas com a cultura da mídia - se atrelam e tornam o corpo da cantora mais um produto enquadrado em um padrão estético, objeto de desejo e consumo da sociedade. A propaganda pressiona os indivíduos a serem belos conforme o padrão estético difundido pela mídia. “O corpo se torna algo que pode ser comprado e possuído de forma similar a qualquer outro objeto” (SILVA, 2016, p. 24). Conforme Santaella (2004):

A percepção do corpo em geral e do próprio corpo em particular fica assim dominada pelas telas das imagens encenadas. Os vídeos, as publicidades, as bancas de revista destituem de sentido não apenas todas as aparências que não se enquadram nos seus moldes, mas, mais do que isso, todos aqueles que ficam na sombra, à margem das luzes gloriosas do exibicionismo. [...] Entre os cobichados modelos exibidos e o corpo vivo - corpo sujeito a fadiga, ao suor, ao cheiro, aos entrecavos do cotidiano, à dor, aos circuitos incompreensíveis das pulsões, aos solavancos das paixões e à opacidade do desejo - abre-se um fosso do qual emerge o corpo como sintoma da cultura (SANTAELLA, 2004, p. 131).

A cultura do consumo mobiliza as pulsões *voyeur* e exibicionista, que se manifestam em comportamentos que são valorizados socialmente (SILVA, 2016, p. 12). É evidenciada no culto ao corpo, ao passo que os padrões estéticos são globalizados e a figura corporal de Kylie Minogue se torna símbolo sexual. Na campanha *Proof*, não se observa fisicamente a imagem masculina em cena, mas o olhar do homem está subentendido na narrativa, quando Kylie, abaixada, dirige-se a uma plateia supostamente masculina que não é vista. Mais uma vez, a mulher performatiza e se objetifica para este olhar masculino.

10 No original “Didn’t think you would be able to”. Tradução Romão Matheus Neto, 2018.

A senhora que fica durante toda o vídeo sentada, lendo o livro ou observando a cena, despretensiosa e apaticamente, não fica tocada com a performance erótica de Kylie Minogue. Ela aparenta ter mais interesse pelo livro que está lendo do que pelo que está acontecendo no cenário, isso fica explícito quando Kylie dança a sua volta e ela não expressa reação alguma. Esta mulher considera-se numa condição superior à de Kylie e pode representar a sociedade conservadora que, ao mesmo tempo que julga, também observa a intimidade do outro, ainda que de forma indireta. “As pulsões do olhar assumem outra conotação nas apreciações estéticas, exatamente por causa da existência de fantasias acompanhadas dos atos de observar e exhibir, que mostram a diferenciação do sujeito em relação à natureza efetivada por meio da cultura” (SILVA, 2016, p. 73).

A campanha *Proof* alimenta a imaginação e as fantasias masculinas, permitindo que os espectadores tenham maior liberdade em criar cenas próprias em suas mentes devido aos estímulos sexuais (SILVA, 2016). Os desejos não ficam restritos ao anúncio, já que Kylie Minogue é famosa pelas suas performances *sexy* no palco. Desta forma, a marca também trabalha com a expectativa de fazer com que o espectador visualize a cantora em um de seus shows, dançando de forma sensual, mas agora usando a *lingerie* da *Agent Provocateur*. A “prova” dita no anúncio é de que a marca britânica possui as *lingeries* mais eróticas do mundo, porque as personalidades mais sensuais e *sexy* do mundo também as usam.

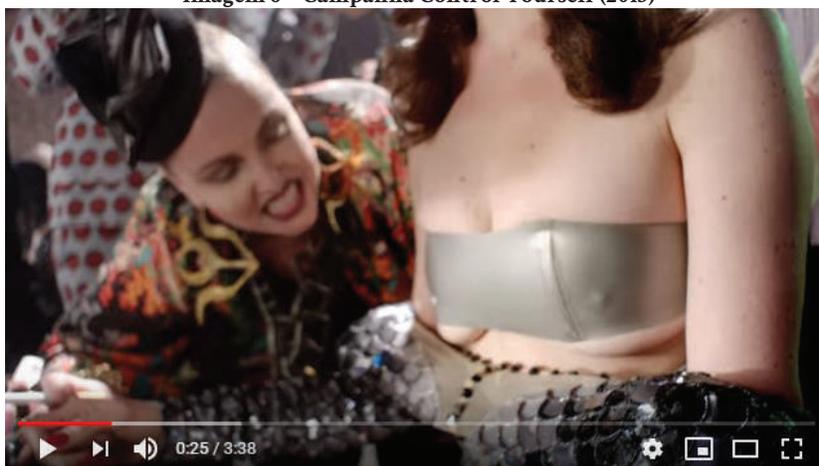
As pulsões *voyeur* e exibicionistas são recorrentes durante todo o anúncio e se constroem para o olhar do público, como já mencionado, masculino (que quer consumir o corpo da cantora), mas feminino também (que quer ser como a cantora, ao consumir aquela *lingerie*).

O corpo feminino, exibido, objetificado, consumido e padronizado por uma sensualidade erótica é o objeto principal tema do vídeo, que potencializa um desejo exibicionista (da cantora e do público) e *vouyerista* (do público). Fica a pergunta desafio da cantora: quem vai conseguir seduzir melhor o parceiro? A do touro mecânico, com sua performance e *lingerie*, ou a senhora distante e desinteressada?

O segundo vídeo, *Control Yourself*, foi o anúncio da campanha outono/inverno da *Agent Provocateur* em 2013. Foi escrita e dirigida por John Cameron Mitchell, que ficou conhecido por dirigir e escrever peças sobre a temática *gay*. Estrelado por Melissa George, Elettra Wiedemann e Chloe Hayward, o anúncio foi inspirado no vídeo *Too Funky*, de George Michael. O roteiro não contém falas entre os personagens, mas a trilha sonora com a música *Total Control*, da cantora Tina Turner, gravada e lançada no álbum *Motels* da banda *The Motels*, serve de roteiro para as cenas.

O vídeo mostra três mulheres no centro de um caótico e frenético bastidor de um desfile de passarela que está prestes a começar. Empurradas, puxadas e amarradas, as três são preparadas enquanto um rígido estilista grita e dita regras. Ele está no comando das três modelos e de todo o *set*. Melissa, Elettra e Chloe – as modelos – não possuem autonomia nenhuma para decidirem seus rumos dentro do camarim. Elas são maquiadas e vestidas conforme as vontades do estilista, que tem uma ampla equipe que o obedece. Enquanto Melissa George é maquiada, Elettra Wiedemann é vestida com roupas que precisam ser puxadas e apertadas, remetendo ao corpo padronizado das modelos, cujas características primam por seios pequenos e corpos magérrimos. É evidente que a modelo está sentindo dor.

Imagem 6 – Campanha Control Yourself (2013)

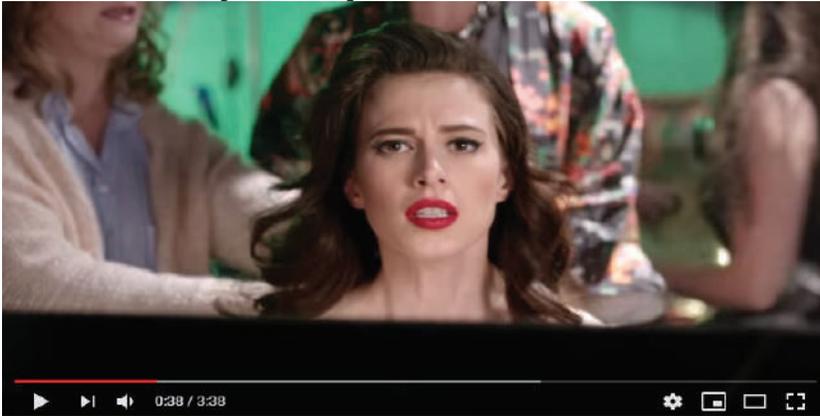


Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZzRP5xLTxg>.

Acesso em: 29 out. 2018.

Chloe Hayward, que também está sendo preparada para o desfile, é impedida de comer um bolo pelo estilista, que tira a guloseima de sua mão e a joga no chão. Este anúncio não apela tanto ao erotismo do ato sexual propriamente dito, mas à sensualidade que se liberta de amarras opressoras sobre o corpo feminino. Quando o estilista tira a guloseima da mão de Chloe, refere-se à crença de que, se comer doce, a modelo engordará.

Imagem 7 – Campanha Control Yourself (2013)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZzRP5xLTxg>.
Acesso em: 29 out. 2018.

Enquanto Melissa é arrumada, lança olhares à Elettra, que até o momento expressa dor por estar sendo puxada e amarrada para entrar no vestido. O camarim fica mais agitado e o estilista mais histérico. Elettra termina de se vestir e é arremessada em direção à passarela. De saltos muito altos e roupa desconfortável, ela mal consegue caminhar. Devido ao empurrão, caminhando trôpega, acidentalmente pisa no bolo que havia sido tirado da mão da modelo Chloe. Ao evitar que Elettra caia, segurando ela em seus braços, ambas vivenciam um momento de tensão erótica e quase se beijam.

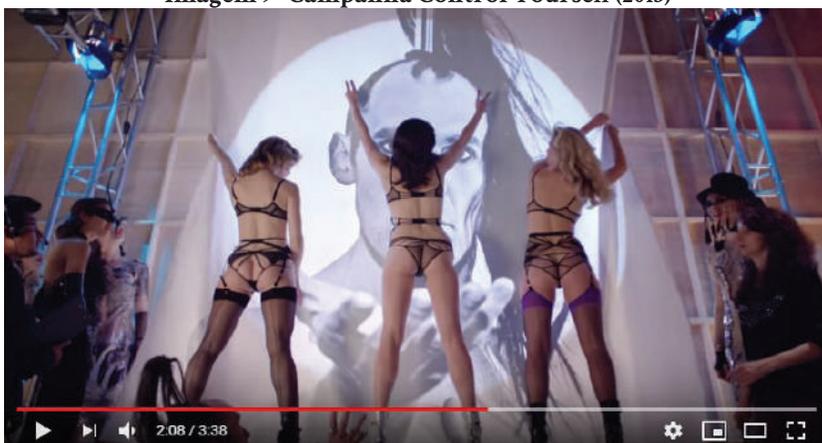
Imagem 8 - Campanha Control Yourself (2013)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZzRP5xLTxg>.
Acesso em: 29 out. 2018.

Irado com a situação, o estilista separa ambas. Neste momento, o camarim inteiro para e se concentra na cena. Melissa rebelde-se e ameaça dar um tapa no organizador do desfile, mas rasga um pedaço da própria roupa à altura do pescoço, que a estava oprimindo, apertando. Ao tirar a roupa, evidencia-se que a modelo está usando as peças da *Agent Provocateur*. Isso motiva Elettra e Chloe a também tiram suas roupas e todas “tomam controle sobre si mesmas”.

Imagem 9- Campanha Control Yourself (2013)



Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZzRP5xLTxg>.
Acesso em: 29 out. 2018.

Ao tomarem controle de si mesmas, as modelos se desfazem de tudo que remetia o domínio do estilista. Elas se libertam quando rasgam o padrão exterior – as roupas – e desfilam com as *lingeries*, que simbolizam o empoderamento, a libertação de amarras sociais, a exibição de quem elas “realmente seriam”. Elas tomam conta da passarela, desfilando com as *lingeries* e dançando. A câmera captura imagens ousadas e evidencia os corpos magros e definidos das modelos, exibindo as *lingeries* da *Agent Provocateur*. As três no palco representam o momento máximo de exibicionismo, um *show* de *strip tease*. O corpo “real” que elas querem mostrar ainda enquadra-se no padrão estético branco, magro, curvilíneo sem ser exagerado, exposto, exibido.

Neste segundo vídeo, as *lingeries* são mais ousadas. Ainda prevalecem os fetiches batom vermelho, salto alto, vestidos justíssimos, máscaras, meias-calças pretas e roxas que são vistas nas outras modelos que ficam em segundo plano durante todas as cenas. Diferente do primeiro vídeo, o homem que aparece no segundo oprime, diz não e que se escandaliza com a rebeldia e a libertação delas, porém não deixa de ser *voyeurista*, pois a todo momento ele quer ver o corpo delas em exibição no seu desfile.

No final, Melissa e Elettra estão quase se beijando. A câmera foca a atitude, Elettra revira os olhos e Melissa dá um tapa na câmera, que cai. O vídeo termina com as modelos saindo abraçadas da passarela, mas antes, quando Elettra e Melissa estão no chão, a câmera atua como um *voyeur*, observando o corpo e os movimentos sensuais de ambas. O tapa de Melissa na câmera mostra uma tentativa de “derrubar” o olhar *voyeurista*, ainda que as modelos estejam na passarela em exibição intencional do corpo para o olhar alheio. Diferente de *Proof, Control Yourself* apela mais à sensualidade e a um suposto empoderamento feminino, encorajando as mulheres a se libertarem das amarras opressoras sobre o corpo.

Em uma sociedade caracterizada pela frieza e superficialidade das relações, que valoriza mais as aparências em detrimento do conteúdo e do bem-estar, a conquista pelo controle da beleza se torna fundamental no desenvolvimento da autoestima, principalmente das

mulheres (SILVA, 2016, p. 99). Deste argumento, pode-se estabelecer uma metáfora do que se passa no camarim do desfile. A sociedade seria todo o *set* de produção, as modelos seriam os indivíduos que cultuam o corpo e o estilista os padrões estéticos, que pressionam e exigem formas perfeitas, independente se, para alcançar tal padrão, a pessoa sinta dor ou desconforto.

Ao tirarem as roupas do desfile, Melissa, Elettra e Chloe estariam se libertando da ditadura estética que a cultura do consumo dita como regra. “As produções da indústria cultural são estímulos claros que visam provocar excitações diretas no indivíduo como se fossem reflexos condicionados” (SILVA, 2016, p. 111). Entretanto, para libertar-se dessas amarras, eles contam com a ajuda de *lingeries* sexy que valorizam não o que são, mas o que mostram de um corpo objetificado. O empoderamento, então, se dá pelo uso de determinados acessórios eróticos. Evidenciado pela cultura, o corpo da mulher passou a ser ornamentado por diversos adereços que serviriam para realçá-lo e/ou melhorá-lo. Esses aspectos tornaram o corpo um objeto maleável e aprimorado para uso, “algo que pode ser comprado e possuído de forma similar a qualquer outro objeto” (SILVA, 2016, p. 26).

Nas campanhas da *Agent Provocateur*, apesar de os corpos das mulheres estarem extremamente expostos, é sugerido que elas estejam no controle. Contudo, é a *lingerie*, símbolo da objetificação da mulher, que delega a elas o poder. As mulheres de ambos os anúncios, para se enquadrarem em um padrão do erotismo e da sensualidade, precisam corresponder a determinados padrões que objetificam seus corpos para a pulsão de um desejo sexual, exibicionista, *vouyerista* e de consumo, para serem “donas de si mesmas”. Ou seja, o corpo da mulher ainda persiste como objeto sexual. Passarelas, novelas e revistas criam um arquétipo da “mulher fálica” o qual o público feminino passou a se espelhar (SILVA, 2016).

A “prova” que se fala nos anúncios refere-se ao chamamento para comprovar, para tirar a prova de que as *lingeries* são efetivas no empoderamento da mulher, na liberação de uma sensualidade erótica que conquistará o parceiro, que potencializará o prazer de olhar

e consumir, ou seja, um suposto empoderamento que ainda sugere o corpo feminino como objeto para consumo e exibicionismo.

Considerações finais

A ligação entre *voyeurismo*, exibicionismo e sexualidade feminina constituiu o âmago deste texto. Verificar como isso ocorre evidencia o papel da mídia, sobretudo da publicidade, na produção de sentidos sobre o corpo feminino. Conforme o objetivo deste trabalho, que constituía na reflexão da relação exibicionismo e *voyeurismo* na atualidade, bem como a problematização do culto ao corpo, analisou-se as campanhas da marca de *lingeries* britânica *Agent Provocateur*. O *voyeurismo* e o exibicionismo, a partir das pulsões visuais que se fortaleceram com a ascensão do culto ao corpo, passaram a insinuar aos indivíduos padrões estéticos, ainda mais com a crescente homogeneização da cultura de consumo que padroniza e difunde estereótipos ditos perfeitos.

A potencialização do corpo nu visível também possibilitou que estas pulsões sucumbissem à ordem patológica e ascendessem como reflexo de uma sociedade moderna. Neste “mar” de corpos padronizados pelo culto ao corpo, que é um reflexo da cultura de consumo, e expostos pela transformação das normas socioculturais, as pulsões *voyeur* e exibicionista deixam a ordem estabelecida, na qual eram consideradas distúrbios psicosssexuais por suas características de desafio ao proibido, para se tornar pulsões visuais, segundo Silva (2008, 2016). É importante ressaltar o papel da mídia e da publicidade na fomentação do desenvolvimento destas pulsões. Nesta nova fase do *voyeurismo* e do exibicionismo, o olhar passou a ser guiado pela câmera, as construções dos cenários visam fomentar a inquietação destas pulsões.

Ter um corpo nos padrões socialmente impostos se tornou uma espécie de obsessão cultural. Aqueles que conseguem atingir tal padrão exibem suas formas “perfeitas”, e os demais observam sonhando em alcançar tal estereótipo. Este corpo feminino, sintoma da cultura (WITZEL, 2014), estereotipa, massifica e homogeneiza

o padrão estético considerado *sexy* e erótico, que está totalmente personificado nas mulheres que estrelam os vídeos da *Agent Provocateur*. Esses corpos esbeltos e magros, ditos sinônimo de saúde e beleza, tornam-se produtos que se enquadram num padrão estético de desejo e consumo tanto feminino quanto masculino. Neste campo, a publicidade atua como dispositivo que pressiona e difunde padrões estéticos. Como escreve Silva (2008, 2016), o corpo passa a ser vendido como algo que pode ser comprado e/ou possuído de forma similar a qualquer outro objeto (SILVA, 2008, 2016). E, por isso, o corpo sexualizado da mulher ainda continua sendo subordinado e marcado por uma cultura que objetifica, padroniza e qualifica o que é bonito e saudável.

REFERÊNCIAS

AGENT Provocateur. **Proof**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0KootiZxa9E&t=24s>. Acesso em: 14 maio 2018.

AGENT Provocateur. **Control Yourself**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZzRP5xLTxg>. Acesso em: 14 maio 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. 1. ed. Copyrith, 2009.

BBCBrasil.com. **Londres ganha novo boneco 'sensual' de Kylie Minogue**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/cultura/020723_kyliebg.shtml. Acesso em: 29 out. 2018.

CARNEIRO, Nancy Greca de Oliveira; CORDEIRO, Andressa de Barros; CAMPOS, Denise dos Santos. Reality Shows e voyeurismo: Um estudo sobre os vícios da pós-modernidade. In: **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, ano VIII, n.1, p.1-13, mar/2005.

CARVALHO, Priscilla Afonso de; SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. **Pin-ups: fotografias que encantam e seduzem**. Londrina, v.6, n.8, p. 132, 2010.

CASTRO, Douglas Caputo de. Do Voyeurismo à Visibilidade: Os "Reality Shows" na TV. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de São João del-Rei, 2006. **Anais ... Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2006.

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradutor: Vera da Costa e Silva. 19.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro, 2008.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquiteturas, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KIRBY, Justin; MARSDEN, Paul. **Connected Marketing.** 1. ed. Londres, 2007
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais:** identidade e política entre o moderno e pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo:** respostas a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PULSÃO. *In:* DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/Pils%C3%A3o>. Acesso em: 12 junho 2018.
- SANTAELLA, Lucia. **Corpo e Comunicação:** Sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.
- SILVA, Marcio Roberto Santim da. **Culto ao corpo:** Expressões contemporâneas do exibicionismo e voyeurismo. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 2008.
- SILVA, Marcio Roberto Santim da. **Culto ao corpo:** Expressões do voyeurismo e do exibicionismo na estética contemporânea. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.
- WITZEL, Denise Gabriel. Discurso, história e corpo feminino em Antigos anúncios publicitários. *In: Alfa, Revista de Linguística*, v.58, n.3, p. 525-539, São Paulo, 2014.

10

10

O USO DO NEUROMARKETING COMO FERRAMENTA CONTEMPORÂNEA NA CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE BRANDING

Felipe Augusto Nasser Costa
Leticia Salem Herrmann Lima

Diante do constante processo de transformação mercadológica, há necessidade de se estabelecer novas estratégias de negócios com a finalidade de se sobressair nas referidas áreas de atuação. Este processo funciona como uma engrenagem e é natural que de tempos em tempos o mercado passe por um processo incubatório e se reinvente para sobreviver a uma diferente realidade.

Nas áreas de comunicação e marketing este ciclo se manifesta de forma bastante incisiva, pois a transformação tecnológica impactou não apenas nas formas de se receber e dissipar informações, mas abre a fronteira para novos produtos e serviços, reconfigurando os modelos comunicacionais tradicionais, que em sua maioria eram voltados para dissipar informações de convencimento de consumo visando produtos e serviços de forma racional com uma variável persuasiva emocional.

Este artigo traz reflexões acerca do uso de diferentes áreas do conhecimento, apontadas aqui como a neurociência e o neuromarketing, como fonte estratégica na aplicação de pesquisa de mercado nas etapas de planejamento e avaliações métricas de campanhas publicitárias.

Neste contexto, resgatam-se questões de reposicionamento de marca como estratégia competitiva de *branding* criando um diferente território para a empresa, que tem como base o enaltecimento de questões da ordem da emoção em seus enredos, trazendo, em contrapartida, o uso da neurociência no marketing, a fim de decodificar aspectos impulsivos não controláveis que, em conjunto com a incitação da emoção, indicam caminhos possíveis a serem seguidos pelos profissionais de marketing e comunicação, na fase dos planejamentos de campanha.

Com a finalidade de mostrar a aplicação do neuromarketing na comunicação, será apresentado um estudo comparativo no segmento automotivo, selecionando categoria de marcas de montadoras, marcas de produtos e atributos de produto, a fim de proporcionar reflexões sobre o uso de pesquisas de neuromarketing para direcionamento de estratégias comunicacionais, inclusive podendo ser utilizada em ambientes de pesquisa quantitativa e qualitativa.

O reposicionamento como estratégia de branding e sobrevivência das marcas

Embora as questões que abordam a teoria do posicionamento já são conhecidas e utilizadas no processo de gestão de marcas desde os anos 80, há necessidade de se reavaliar as atuais estratégias adotadas pelas empresas, pois o cenário mercadológico sofreu transformações bruscas neste sentido. Segundo Ries e Trout (2002) o posicionamento para uma marca é o lugar que ocupa na mente do consumidor. Para tal, a marca estabelece estratégias de ataque, preenchendo uma lacuna existente, associando seu nome a algum elemento motivador de consumo. Segundo a recomendação dos autores, um bom posicionamento de marca é realizado quando a empresa é a primeira a ocupar determinado vazio. O posicionamento

para os estudos de *branding* auxilia inclusive na criação de *slogans* publicitários. “O posicionamento da marca pode ajudar a priorizar e focalizar a identidade da marca determinando-se objetivos de comunicação: qual a mensagem que melhor diferenciará a marca e chamará a atenção dos segmentos-alvo?” (AAKER, 2007, p. 37).

Mesmo parecendo algo interessante e eficiente, ocupar um determinado lugar na mente do consumidor traz uma série de questões. Neste artigo, ressalta-se a própria mutação dos públicos que são segmentados de forma a dissipar outras necessidades e, com isso, visam diferentes reconhecimentos a partir do estímulo das marcas. Passamos de uma era considerada como da ordem da comunicação de massa para a de nicho, segmentando consumidores. Por isso, posicionamentos criados a mais de uma década podem não fazer mais sentido, pois os consumidores foram mutando junto com as transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.

Diante deste contexto, autores do posicionamento (TROUT; RIVKIN, 2011) orientam a repensar estes pilares pré-estabelecidos como alicerces de suas marcas, dando a este movimento o nome de reposicionamento. O reposicionamento é uma forma de lidar com a atualidade e tem como princípio três importantes razões: “concorrência, mudança e crise” (TROUT; RIVKIN, 2011, p. 13). Seguindo a argumentação da necessidade de reposicionamento, levanta-se questões como o volume excessivo de informações que nossa mente lida diariamente e o desafio de fazer com que sua marca seja destaque neste jogo informacional. Por isso, tal estratégia baseia-se no reajuste das percepções com o intuito de gerar lembrança e deixá-la ativada na memória dos consumidores.

O uso do reposicionamento no *branding* requer tempo e mudança de atitude. Por muitos anos o estudo de *branding* era coadjuvante nas estratégias mercadológicas deixando o papel principal para os produtos e serviços divulgados. O produto ocupou o centro dos mercados e a marca assinava timidamente as criações. No entanto, as novas regras do jogo são ditadas pelo comportamento atual dos consumidores, mais curiosos e participativos fomentados pelas possibilidades das redes sociais. Este comportamento atribuiu função

principal às marcas, que ocupam novos papéis e, muitas vezes, utilizam-se de discursos subjetivos para construir suas estratégias, com base em ativismo social.

A ideia, então, é que uma marca se torne líder de seu segmento. Aaker e Joachimsthaler (2007, p. 35) apresentam quatro pontos que auxiliam o profissional de planejamento na criação de uma marca líder: 1 – Estrutura e processos organizacionais, que são responsáveis pela estratégia da marca em âmbito administrativo; 2- Arquitetura da marca, que contempla a própria marca, suas submarcas e os respectivos papéis; 3 – Identidade de marca, constituída pela imagem aspiracional e seu posicionamento e 3- Programas de construção de marca, contemplando a utilização de múltiplas mídias, integração, brilhantismo estratégico e métricas de performance. O reposicionamento é a revisão do posicionamento, integrando a empresa no contexto atual mercadológico.

Importante ressaltar que a marca permeia em um universo vasto e com muitas variáveis de influência. Troiano (2017, p. 95), ao enaltecer a importância dos estudos de *branding* para as marcas, incorpora as seguintes variáveis de análise neste momento: SAC, serviços, executivos, consumidores, uniformes, arquitetura/ instalações, comunicação, matérias na imprensa, identidade visual, propaganda, produtos, canais digitais, *web*, atendimento ao telefone, equipe de vendas, colaboradores, PDV, recepcionista e programa de relacionamento. Nesse sentido, o autor nos traz um modelo de *checklist* do que precisa ser observado na estruturação do trabalho de *branding*.

A emoção como alicerce dos pilares da comunicação institucional e as reações involuntárias

O desafio do *branding* atual é escolher caminhos de forma a dar maior visibilidade às marcas. Por sua vez, a visibilidade depende diretamente da notoriedade nas pautas midiáticas. Um dos caminhos para se promover tal importância é criar estratégias de impacto direto na relação empresa *versus* consumidor. Percebe-se que campanhas promotoras de produtos e serviços abrem espaço para àquelas

que promovem uma espécie de bem estar comum ou de grupos específicos, reapresentando as diversidades em seus enredos publicitários. Não é por acaso que grandes marcas se reposicionam pela escolha de um “propósito comunicacional” (HERRMANN, 2015), que seria esta “causa” ativada pela adoção de um mote social para suas campanhas e estruturas estratégicas.

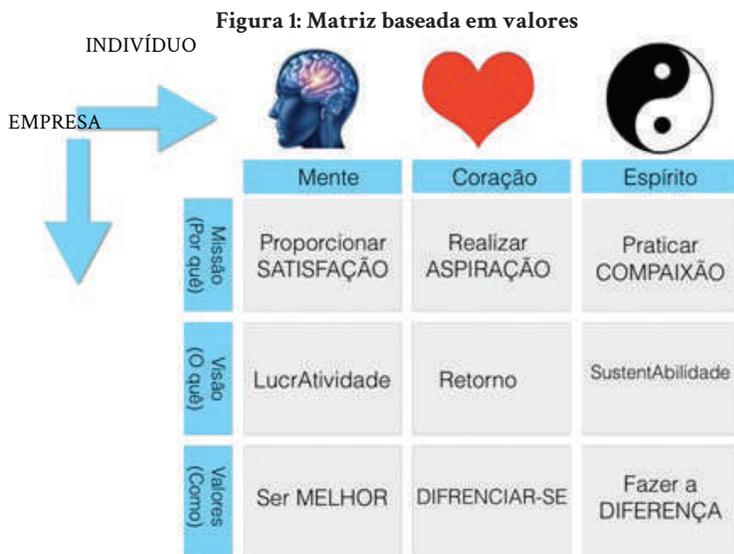
Nos últimos anos tornou-se mais evidente as marcas tradicionais adotarem motes para suas causas, que são fundadas a partir de suas estruturas de reposicionamento. O Boticário, Banco do Brasil, Itaú, Vivo e Bem & Jerry’s são alguns exemplos desta postura. Nesse sentido, os argumentos utilizados no reposicionamento das marcas ultrapassam os limites da razão, abrindo um espaço fundamental para questões da ordem da emoção.

Para compor o raciocínio sobre as questões que formam a estrutura do reposicionamento, parte-se do pressuposto que a marca ultrapassa os limites tangíveis de sua identidade visual, que esta representação física traz consigo a aura da marca, estruturada por atributos intangíveis que a diferencia das demais concorrentes. Dentre as possibilidades de construção de sentidos, surge a definição de *lovemarks*. A ideia proposta neste conceito por Roberts (2004) relaciona o potencial de afeto despertado por uma marca junto a seus consumidores. A marca, por meio de suas ações comunicacionais de relacionamento, passa de empresa a uma amiga mais íntima, que conversa com o consumidor dando conselhos e dicas sobre conteúdos pertinentes ao seu *know-how*. O *Brand Content* trabalha justamente com isso, trazendo informações para o consumidor que nem sempre estão associadas diretamente ao consumo primário e direto dos produtos e serviços da empresa.

A proposta central da construção de uma *lovemark* na estrutura do *branding* é potencializar relações de afeto, ao ponto de o consumidor encarar a marca como se fosse de sua propriedade. O discurso de defesa de marca como se esta fosse a minha marca ou não é muito comum para as empresas que alcançaram este patamar. Lembrando que uma *lovemark* é eleita pelo consumidor e este trabalho requer tempo e investimento. O resultado de uma *lovemark* é de que o con-

sumidor se tornará seu embaixador, a defendendo nas redes sociais digitais gerando mídia espontânea para a empresa. Administrar este tipo de estratégia requer tempo, paciência e envolvimento verdadeiro, pois marcas consolidadas em pilares frágeis correm o risco de perder a credibilidade alcançada.

Os estudos do consumo apresentam diversas vertentes científicas como a antropologia, filosofia, sociologia e psicologia. Nesta pesquisa utilizaremos as variáveis emocionais trabalhadas na psicologia, e a neurociência pelo neuromarketing, como fontes primárias para direcionar o olhar da comunicação. Corroborando com estas questões Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) discutem na obra marketing 3.0 esta presença emocional na vida dos consumidores, indicando a seguinte matriz de estudo e percepção (figura 1):



Fonte: Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 47).

Considerando os dados da matriz, observa-se que a construção do *branding* requer a definição de valores racionais (mente) e emocionais (coração) para elevar a categoria da marca ao patamar espiritual, algo que emerge da relação de simbiose entre os dois primeiros fatores. Nesse sentido, a diferença competitiva estabelecida

neste conceito que será a vertente principal na construção da estrutura de reposicionamento no *branding*.

Em uma releitura da obra, os autores lançam em 2017 o marketing 4.0, no qual estabelecem parâmetros entre o equilíbrio da razão e da emoção e suas aplicações no marketing digital, visando à participação do consumidor neste processo de construção de marca. Reforçam que a midiatização externa da empresa é composta por mídias próprias e mídia dos outros e o ciclo de construção se dá pela apologia da mídia própria, seguida pela assimilação, atração, arguição e ação no que se refere às estratégias de relacionamento com os públicos (KOTLER, KARTAJAYA, SETIAWAN, 2017, p. 87). Na escala evolutiva do marketing, tem-se o marketing 3.1 centralizado no produto e seus atributos, o 2.0 orientado pelo consumidor, acompanhando o crescimento da participação social dos mesmos e o 3.0 guiado pelos valores, que ultrapassam a escala da razão e a emoção despertando interesse de defesa de causa (HERRMANN, 2015).

Cada vez mais as marcas estão adotando qualidades humanas para atrair consumidores na era centrada do ser humano. Isso requer descobrir as ansiedades e desejos latentes dos consumidores por meio da escuta social, da netnografia e da pesquisa empática (KOTLER, KARTAJAYA, SETIAWAN, 2017, p. 143).

É neste ponto que se insere os estudos do neuromarketing como ferramenta de pesquisa no sentido de dar indícios dos melhores caminhos a serem traçados, no que se refere às decisões estratégicas da marca. O neuromarketing trabalha com relações involuntárias humanas, que fogem do limite da razão e programação de sentidos. É algo impulsivo e incontrolável, mas que pode ser decodificado e utilizado como ferramenta de pesquisa, despertando interesse no presente estudo.

O uso do Neuromarketing como base de pesquisa para campanhas publicitárias

O ambiente empresarial utiliza-se das ferramentas tradicionais para elucidar o perfil de reação de seus clientes em relação aos estímulos pu-

blicitários. O comportamento humano, embora possa ser moldado, é um composto de diversas interações internas e ambientais que modificam percepções e emoções, denotando assim a miscigenação de escolhas com base no “favorecimento da sobrevivência e da propagação dos genes” (CAMARGO, 2013). Melhorar a capacidade do cliente em reter informações e fortalecer os estímulos para aumento do processo de memorização é tão valioso para a publicidade quanto à criação de uma campanha publicitária de lançamento de um produto.

Para Plomin *et al.*(2011), existe consistência no que diz respeito à propagação dos genes na predisposição de comportamento e na influência de meios não-compartilhados, visto que o meio também é influenciador da tomada de decisão e interpretação da realidade. É com este entendimento que o neuromarketing auxilia na compreensão de interações biológicas do ser humano e também do “conjunto de ações ou reações de um sistema dinâmico, vivo, em face das interações e realimentações propiciadas pelo meio onde está inserido” (CAMARGO, 2013, p. 5).

Este meio, no que tange as campanhas publicitárias, possui influência direta nas modificações comportamentais e no processo de desvio memético, pois “as replicações de maneira incorreta do meme original acarretam na possibilidade de perpetuação de memes errôneos” (COSTA, 2015, p. 37), assim, os resultados publicitários podem não ser coerentes com as expectativas geradas na criação de campanhas mercadológicas.

Pode-se observar o efeito das campanhas publicitárias pela justificativa dos neurônios-espelhos, pois são motivadores comportamentais para a aceitabilidade social e sobrevivência – em todos os aspectos (LIDNSTRON, 2009). Todavia, partes dos efeitos das campanhas publicitárias podem ser explicadas pelo processo de ansiedade cerebral, ou seja, a ansiedade produzida pelos estímulos sensoriais aciona “um conjunto de emoções e modificações físicas que antecedem o estresse, a novidade ou o risco” (TELES, 2018, p. 17).

Assim, mensagens repassadas pelos anúncios veiculados, sejam por meios televisivos, de radiodifusão, por folhetos, outdoors, banners e etc., podem ser recebidos com vieses comportamentais di-

ferentes, visto que as influências de modificações biológicas, como tomar um determinado remédio ou estar sob efeito de álcool, alteram a percepção de realidade. O cérebro interpreta o mundo e os estímulos através dos órgãos dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), que são poderosos e eficazes na detecção do sortimento de diferentes fontes de informação, traduzindo o mundo externo através de sinais eletroquímicos (EAGLEMAN, 2017).

Assim sendo, o neuromarketing parte do pressuposto dos estudos da neurociência comportamental e dos efeitos criados e interpretados pelo cérebro, advindos dos estímulos externos, para a interpretação da realidade que seja mais coesa com o diagnóstico de interações simples, familiares e seguras. Estimular a exposição repetitiva ao comercial pode facilitar na compreensão neurológica e no aumento do processo de memorização, facilitando a “estimulação da região parietal do cérebro, responsável pelo paladar/olfato/tato durante o comercial e quanto o consumo do produto é retratado” (PRADEEP, 2012, p. 241).

Outros pontos importantes da aplicação do neuromarketing na publicidade são a coerência de áudio e efeitos musicais, incluindo a voz, pois a interação sonora surte efeitos na frequência de movimentos cardíacos, possibilitando a aceleração dos batimentos (estimulação de ansiedade – excitação) ou diminuição dos batimentos cardíacos (relaxamento – calma). Também na questão de isolamento dos componentes que geram maiores propensões na estimulação de compra e novidade, como é o caso de veiculações publicitárias em ambientes externos, como outdoors, vitrine e fachadas de lojas e mobiliários urbanos.

Neuromarketing Lab: um estudo aplicado a campanhas publicitárias automotivas

À luz do interesse de construir uma discussão a partir da problemática proposta, considera-se que o presente estudo é de fundamental importância para a construção das estratégias de *branding*. O estudo utilizou-se de metodologia não invasiva, a qual não provoca desconforto aos voluntários da pesquisa, cujo método é utilizado internacionalmente para este tipo de análise. Foram avaliados es-

tímulos visuais baseados em imagens previamente selecionadas e contextualizadas com o segmento automotivo. O experimento teve uma amostra de 53 voluntários, os quais foram direcionados para três categorias de estudos diferentes, seguindo critérios de inclusão com seleção de ambos os sexos, com idade entre 18 e 70 anos. Como critério de exclusão àqueles que apresentaram qualquer tipo de deficiência intelectual única ou múltipla, que tenham ingerido bebida alcoólica ou voluntários fumantes. A pesquisa utilizou-se de sistema de *Eyetracking Online* como forma de diagnosticar a relação visual dos estímulos emocionais, o qual possui variação de 15 a 60 hertz de captação ocular e foram utilizados os critérios de mapeamento de ponto ocular com 100 pixels de tela, sombreamento de 60 pixels e opacidade de 0,3 para cada AOI (área de interesse).

Os dados obtidos neste estudo passaram por uma análise estatística criteriosa, com um nível de significância de 95% e análise, durante os 4 segundos iniciais de veiculação de cada anúncio, com os indicadores: duração da fixação ocular (DF), percentual de voluntários aderentes à AOI (PA) e tempo de início da primeira fixação (TF). Quanto maior valor de DF tem-se maior a interação com a AOI pesquisada e, por conseguinte, maior possibilidade de ativação da emoção e retenção da informação via memória emocional. Já a PA é relativa à quantidade total de participantes da categoria respectiva e o TF é caracterizado pelo momento temporal da fixação ocular na AOI.

As imagens selecionadas foram separadas em três categorias distintas: (1) anúncios sem assinatura da montadora, (2) anúncios com assinatura da montadora e que demonstrassem o carro e (3) anúncios com ou sem assinatura da montadora, mas que tivessem elementos internos do carro como atratividade. Para a seleção dos anúncios privilegiou-se categorias distintas de carros, direcionados aos mais diversos estilos e idades de consumidores. A ideia central é avaliar a existência ou não de características comuns de interesse por estilo de consumidor dentre as marcas avaliadas. A pesquisa foi aplicada entre os dias 08 e 15 de maio e avaliou 48 imagens publicitárias do segmento automotivo, incluindo marcas comercializadas nacionalmente, possibilitando uma média de 500 indicativos analí-

ticos. Como forma de recorte e pertinência para este artigo, optou-se pela seleção de 7 anúncios, por escolha randômica, resultando nas seguintes marcas automotivas: Chevrolet (2 anúncios), Renault, Kia, Mercedes-Benz, Toyota e Honda.

Caracterização da amostra

Com o intuito de conhecer os participantes, foi questionado no final do experimento a idade e gênero, a fim de uma futura análise por perfil de consumidor *versus* marca *versus* categoria de carro. Como a pesquisa foi separada em três etapas, obtivemos as seguintes amostragens:

Tabela 1 - Caracterização da amostra na categoria “marca de produto”

Renault e Chevrolet	Voluntários	17
	Homens	12
	Mulheres	5
	Média Idade	30,176
	Mediana Idade	26,000
	Desvio Padrão Idade	12,744

Fonte: os autores (2019).

Tabela 2 - Caracterização da amostra na categoria “marca da montadora”

Chevrolet e Kia	Voluntários	19
	Homens	10
	Mulheres	9
	Média Idade	28,947
	Mediana Idade	29,000
	DP Idade	8,086

Fonte: os autores (2019).

Mercedes-Benz	Voluntários	17
	Homens	12
	Mulheres	5
	Média Idade	30,176
	Mediana Idade	26,000
	Desvio Padrão Idade	12,744

Fonte: os autores (2019).

Tabela 3- Caracterização da amostra na categoria “atrativo de produto”

Toyota e Honda	Voluntários	17
	Homens	9
	Mulheres	8
	Média Idade	30,941
	Mediana Idade	24
	Desvio Padrão Idade	16,177

Fonte: os autores (2019).

Apresentação dos dados de pesquisa por anúncio

Como efeito metodológico, os dados serão apresentados separadamente por anúncio, com uma descrição das categorias investigadas, do anúncio avaliado, da apresentação dos dados estatísticos e um resumo da performance da pesquisa realizada em cada uma das categorias do estudo.

- Categoria 1- Anúncios sem assinatura da montadora: “marca de produto”

Para a 1ª peça publicitária, referente à marca Chevrolet (figura 2), analisou-se os seguintes elementos: (1) Texto de chamada do anúncio, (2) elementos visuais de design - itens relacionados à música, (3) carro isoladamente e (4) marca apoiadora – Lolapalooza (tabela 4).

Figura 2 - Anúncio Chevrolet



Fonte: Facebook da Chevrolet (2019).

Tabela 4- Elementos avaliados do anúncio da Chevrolet

Elementos	(1) Chamada do anúncio	(2) Elementos visuais musicais	(3) Carro isoladamente	(4) Marca apoiadora (Lolapalooza)
DF Média	0,346	0,503	0,547	0,126
DF Mediana	0,300	0,470	0,550	0,080
PA	41,2%	100,0%	88,2%	29,4%
TF Média	1,119	0,511	0,689	2,772
TF Mediana	0,870	0,220	0,340	3,550

Fonte: os autores (2019).

As medianas das DF, para as AOIs pesquisadas, ficaram sempre abaixo da média das respectivas DF, com isto é possível identificar que tantos os elementos visuais musicais (2) quanto o carro (3) foram os itens, nesta ordem, que mais tiveram adesão dos voluntários (100% e 88,2%, respectivamente), que foram os que chamaram mais atenção no início dos testes e tiveram maior tempo de duração de fixação ocular. O item marca apoiadora (4) teve o pior desempenho de DF.

Na 2ª peça publicitária, marca Renault (figura 3), analisou-se os seguintes elementos: (1) ícone “like”, (2) ícone “amei”, (3) ícone “risada” e (4) ícone “uau” e seus respectivos veículos (tabela 5).

Figura 3 - Anúncio Renault



Fonte: Facebook Renault (2019).

Tabela 5 - Elementos avaliados do anúncio da Renault separado por Ícones e Carros

Elementos	(1) Ícone “Like”	(2) Ícone “amei”	(3) Ícone “risada”	(4) Ícone “uau”
DF Média	0,230	0,228	0,358	0,337
DF Mediana	0,200	0,170	0,360	0,330
PA	52,9%	64,7%	100,0%	88,2%
TF Média	1,149	1,626	0,671	0,697
TF Mediana	1,140	1,510	0,630	0,350
Elementos	(5) Carro “Like”	(6) Carro “Amei”	(7) Carro “risada”	(8) Carro “uau”
DF Média	0,547	0,584	0,404	0,576
DF Mediana	0,430	0,675	0,335	0,400
PA	88,2%	94,1%	94,1%	88,2%
TF Média	1,078	1,311	0,623	1,083
TF Mediana	0,950	1,405	0,080	0,280

Fonte: os autores (2019).

Analisando exclusivamente a iconização, têm-se que os ícones “risada” (3) e “uau” (4) tiveram, respectivamente, tanto maior adesão dos voluntários (100% e 88,2%) quanto o DF, que ficou em 0,358 segundo e 0,337 segundo e foram os elementos que tiveram maior rapidez de identificação. Já para os elementos carros, os resultados demonstram que todos tiveram DF muito próximos, todavia os maiores tempos de duração ficaram com os carros “amei” (6) e “uau” (8), porém a adesão maior, por parte dos voluntários, (~94,1%) ficou com os carros “amei” (6) e “risada” (7). Com o cruzamento das análises identificou-se que o ícone “uau” (4) e carro “amei” (6) tiveram sinergia, pois os elementos estão vinculados no mesmo lado do anúncio e muito próximos.

- Categoria 2 – Anúncios com assinatura da montadora e carro: “marca da montadora”

Na 1ª peça publicitária, Chevrolet (figura 4), as AOIS analisadas foram: (1) Texto de chamada do anúncio, (2) Carro, (3) Efeito mãos, (4) Marcas-assinatura e (5) elemento visual sonoro (tabela 6).

Figura 4- Anúncio Marca Chevrolet



Fonte: Facebook Chevrolet (2019).

Tabela 5 - Elementos avaliados do anúncio de marca da Chevrolet

Elementos	(1) Texto de chamada do anúncio	(2) Carro	(3) Efeito mãos	(4) marcas – assinatura	(5) elemento visual sonoro – rodapé
DF Média	0,904	0,532	0,618	0,231	0,923
DF Mediana	0,720	0,490	0,140	0,165	0,865
PA	94,7%	100,0%	26,3%	63,2%	94,7%
TF Média	0,731	0,201	1,646	2,525	0,677
TF Mediana	0,545	0,080	0,410	2,870	0,265

Fonte: os autores (2019).

O anúncio da marca Chevrolet teve o elemento visual sonoro – rodapé (5) e o texto de chamada do anúncio (1) o como as AOIs com maior nível de atenção, com, respectivamente, 0,923 segundo e 0,904 segundo de duração e com o mesmo nível de PA. Embora a AOI do carro (2) tenha tido adesão de 100% dos voluntários, ela obteve DF de 0,532 e a AOI da marca – assinatura (4) teve o pior desempenho entre todas as AOIs, com DF de 0,231 e TF médio a partir de 2,525 segundos.

Para a 2ª peça publicitária, referente à marca Kia (figura 5), as AOIS analisadas foram: (1) Texto de chamada do anúncio – com preço, (2) Carro e (3) Nome do Carro (tabela 7).

Figura 5- Anúncio Marca Kia



Fonte: Facebook Kia (2019).

Tabela 7- Elementos avaliados do anúncio de marca da Kia

Elementos	(1) Texto de chamada do anúncio (com preço)	(2) Carro	(3) Nome do Carro
DF Média	0,519	0,290	1,858
DF Mediana	0,455	0,165	1,870
PA	94,7%	52,6%	100,0%
TF Média	0,900	1,170	0,091
TF Mediana	0,570	0,950	0,070

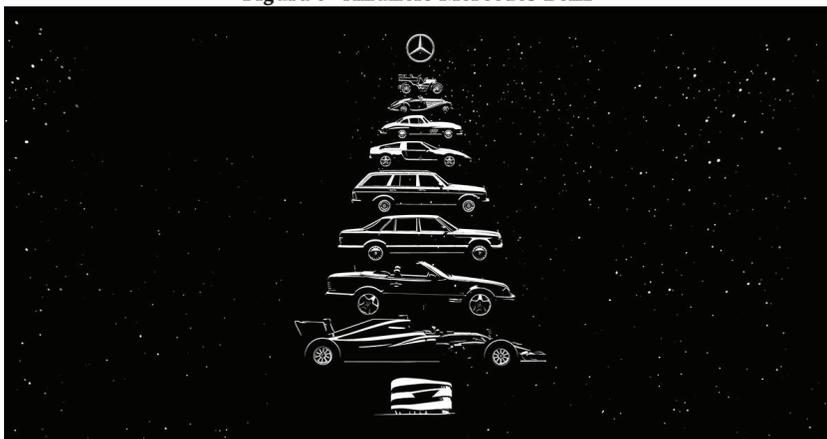
Fonte: os autores (2019).

Entre as AOIs investigadas o nome do carro (3) teve expressivo DF (1,858 segundo), mais que três vezes o tempo de duração ocular das outras AOIs, e teve 100% de PA. O texto de chamada do anúncio – com preço (1) teve DF próxima de 0,519 e adesão de 94,7% dos

voluntários, demonstrando possível continuidade de leitura textual do anúncio.

Para a 3ª peça publicitária, referente à marca Mercedes-Benz (figura 6), as AOIS analisadas foram: (1) Marca e (2) Carro (tabela 8).

Figura 6 - Anúncio Mercedes-Benz



Fonte: Facebook Mercedes-Benz (2019).

Tabela 8- Elementos avaliados do anúncio de marca da Mercedes-Benz

Elementos	(1) Marca	(2) Carro
DF Média	0,230	3,192
DF mediana	0,085	3,330
PA	23,5%	100,0%
TF Média	1,703	0,111
TF Mediana	1,420	0,080

Fonte: os autores (2019).

No anúncio da marca Mercedes-Benz a AOI carro (2), que foi determinada pelo conjunto de veículos na arte do anúncio, teve 3,192 segundos de DF e 100% de PA, demonstrando que a marca pouco chamou a atenção dos voluntários e a disposição dos elementos carros chamaram muita atenção.

- Categoria 3 – Anúncios com ou sem assinatura da montadora, mas que tivessem elementos internos do carro como atratividade: “atrativo de produto”

Para a 1ª peça publicitária, referente à marca Honda (figura 7), as AOIS analisadas foram: (1) Nome do Carro, (2) Painel Multimídia, (3) Carro e (4) Texto Rodapé – Explicativo (tabela 9).

Figura 7- Anúncio Honda



Fonte: Facebook Honda (2019).

Tabela 9- Elementos avaliados do anúncio do produto “painel digital” da Honda

Elementos	(1) Nome do Carro	(2) Painel Multimídia	(3) Carro	(4) Texto Rodapé - Explicativo
DF Média	0,279	0,623	1,892	0,292
DF Mediana	0,135	0,585	1,950	0,200
PA	70,6%	94,1%	100,0%	70,6%
TF Média	1,417	0,701	0,215	1,388
TF Mediana	1,110	0,435	0,090	0,865

Fonte: os autores (2019).

Para o anúncio da marca Honda, a AOI carro (3) teve expressiva mensuração, com 1,892 segundos de DF, ficando muito acima da contabilização da AOI painel multimídia (2), com DF em 0,623 segundo. Estas duas AOIs foram as que mais chamaram atenção dos voluntários pesquisados, com adesão acima de 90%. O nome do carro (1), como elemento de *branding*, teve a pior DF e PA dos elementos pesquisados.

Para a 2ª peça publicitária, referente à marca Toyota (figura 8), as AOIS analisadas foram: (1) Nome do Carro, (2) Texto de Chamada, (3) Texto Rodapé – Explicativo e (4) Carro (tabela 10).

Figura 8- Anúncio Toyota



Fonte: Facebook Toyota (2019).

Tabela 10- Elementos avaliados do anúncio do produto “performance” da Toyota

Elementos	(1) Nome do Carro	(2) Texto de Chamada	(3) Texto Rodapé - Explicativo	(4) Carro
DF Média	0,144	0,204	0,218	0,990
DF Mediana	0,095	0,180	0,150	0,840
PA	70,6%	88,2%	94,1%	100,0%
TF Média	1,912	1,226	1,031	0,209
TF Mediana	1,535	0,880	0,585	0,080

Fonte: os autores (2019).

O anúncio da marca Toyota teve o elemento carro (4) com maior DF (0,99 segundo) entre todas as demais AOIs e PA em 100%. O nome do carro (1), como elemento de fixação de marca para o consumidor, teve o pior resultado de DF (0,144 segundo) e menor PA entre todas as AOIs pesquisadas, aproximadamente 70,6%.

Resumo da performance

Os principais atributos encontrados em materiais publicitários do segmento automobilístico são: marca da montadora, marca do carro, carro comercializado, atributo de diferenciação do produto, preço, elementos gráficos complementares e elementos textuais. Com o intuito de perceber qual seria o atributo com maior fixação, observou-se o tempo de visualização de cada um dos itens, chegando ao resultado de que, independente do apelo publicitário, propagandas que trazem o carro em primeiro plano são as que chamam mais a atenção, dado comprovado pelo direcionamento do olhar dos consumidores e a permanência no anúncio a partir dos resultados do sistema *eyetracking*. Por este motivo, selecionou-se o tempo médio de visualização do carro, cruzando com os demais elementos, a fim de verificar se existe alguma combinação neste sentido.

Dos anúncios observados, o que ofereceu índices numéricos como preço, por exemplo, foi o que chamou maior atenção com relação ao tempo destinado à visualização do carro. Publicidades que apresentaram o carro em movimento se destacaram no quesito de retenção da atenção dos consumidores. Na sequência, vem àqueles

anúncios que trazem um número variado de elementos, que mostraram a divisão de atenção entre os quadrantes do anúncio.

Outras análises estão sendo realizadas, a partir dos mapas de calor do experimento, que serão trabalhados no desdobramento desta pesquisa, além de outros cruzamentos com o restante dos anúncios avaliados. As intenções futuras consistem em avaliar o conteúdo dos anúncios com o olhar da semiótica a fim de compreender quais são os elementos geradores de maior interação visual, contraste de cores, localização de títulos, discurso publicitário, entre outros. Também pretende-se avaliar categorias de interesse de carros por perfil dos respondentes, considerando idade e faixa etária, além de outros dados que possam aparecer durante as análises e que se relacionam com os interesses do presente estudo.

Considerações finais

Esta pesquisa aplicada em um experimento, por meio de técnicas de neurociência, apresentou dados representativos no que se refere à sustentação de teorias de posicionamento de marcas. Durante o processo de discussão teórica, resgatou-se conceitos sobre a criação de sentido tangível para as marcas, que são compostas por atributos intangíveis. Dentre estas possibilidades, entende-se que o processo de percepção é construído pelo *branding*, a fim de munir o consumidor de elementos convincentes para suas escolhas de consumo.

Por opção de pesquisa, justamente para confrontar a teoria de posicionamento, aplicou-se técnicas de neuromarketing no experimento, a fim de observar os comportamentos dos participantes da pesquisa, no que se refere à percepção de produtos e suas marcas. A escolha do segmento automobilístico se deu pela popularidade do produto e das marcas e seu conhecimento publicizado pelas mídias de massa. A pesquisa contemplou anúncios não só posicionados pela marca do fabricante, mas compostos por “marca do produto”, “marca da montadora” e “atributo de produtos”, com a intenção de avaliar a performance isolada das marcas e acompanhadas de suas respectivas submarcas e produtos.

Constatou-se a partir dos dados analíticos quantitativos, que mesmo sendo uma publicidade direcionada ao posicionamento de marca, as campanhas com melhor performance na retenção de tempo, foram àquelas que apresentam os carros no contexto dos anúncios e, ainda, mostravam os veículos em primeiro plano e em movimento. Esta informação é importante por direcionar futuras campanhas do segmento, uma vez que se percebe a necessidade da marca estar acompanhada de produtos, mesmo sendo uma campanha voltada ao *branding*. Dado este que não pode ser desconsiderado no momento do planejamento das campanhas e definição dos elementos que serão utilizados no contexto dos anúncios.

Confrontar teorias, neste caso, mostrou-se como uma oportunidade no processo de construção de mensagens publicitárias. A teoria de percepção sobre a entrega de valores, abordado por Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), foi observada no anúncio da Chevrolet Lolapalooza (figura 2), com a presença dos princípios “mente, coração e espírito” integrados. Tal composto ocasionou uma performance de retenção interessante, trabalhando ao mesmo tempo o conceito de *branding*, o produto e as marcas envolvidas.

Dentre as teorias mais tradicionais sobre construção de marcas (AAKER, 2007) até as mais contemporâneas (TROIANO, 2017), orienta-se a definição do território de atuação de uma marca. Nos dias de hoje, este território passa por uma reestruturação devido à dinâmica atual do consumo, variáveis comportamentais do indivíduo, número de concorrentes, fatores econômicos, sociais e culturais, entre outros, que apontam para inúmeras composições, dentre as quais um foco maior no mercado do segmentado de nicho. Por este motivo, os estudos de neuromarketing auxiliam no processo de diagnóstico deste território, dado pistas do que chama mais a atenção do público-alvo do produto, ajustando campanhas, gerando *insights* para novos produtos, com embasamento técnico-científico, ocasionando ações comunicacionais mais assertivas.

Embora o neuromarketing não seja algo novo, na comunicação seu uso é recente. A ideia deste artigo foi ultrapassar a barreira conceitual, aplicando a técnica em *cases* reais, com o intuito de averiguar

os impulsos cerebrais que nos orientam nos processos de consumo. Como consequência, propagar a ideia da incorporação dos estudos do neuromarketing como alternativa de pesquisa de mercado, tanto para análises quantitativas, como para qualitativas.

REFERÊNCIAS

AAKER, David; JOACHIMSTHALER, Erich. **Construindo marcas líderes**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CAMARGO, Pedro de. **Neuromarketing: a nova pesquisa de comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, Felipe Augusto Nasser. **A satisfação no desenvolvimento humano na fase do aprender**. Orientador: Marcelo Ivanir Peruzzo. Florida Christian University – FCU, Orlando, Flórida. Dissertação (Mestrado em Master Business Administration in NeuroMarketing), 2015.

EAGLEMAN, David. **Cérebro: uma biografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

FACEBOOK CHEVROLET. **Fanpage Chevrolet**. Disponível em: www.facebook.com/chevrolet-brasil/. Acesso em: 05 de maio 2019.

FACEBOOK HONDA. **Fanpage Honda**. Disponível em: www.facebook.com/Honda/. Acesso em: 05 de maio 2019.

FACEBOOK KIA. **Fanpage Kia**. Disponível em: www.facebook.com/kiamotorsbrasil/. Acesso em: 05 de maio 2019.

FACEBOOK MERCEDES-BENZ. **Fanpage Mercedes-Benz**. Disponível em: <https://www.facebook.com/%20MercedesBenz/>. Acesso em: 05 de maio 2019.

FACEBOOK RENAULT. **Fanpage Renault**. Disponível em: www.facebook.com/RenaultBrasil/. Acesso em: 05 de maio 2019.

FACEBOOK TOTOYA. **Fanpage Toyota**. Disponível em: www.facebook.com/TOYOTA.Global/. Acesso em: 05 de maio 2019.

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0: do Tradicional ao Digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

LIMA, Letícia Salem Herrmann. **Convergência, Participação e Experiência Midiática na publicidade**: Reconfigurações encontradas no Festival Cannes Lions. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Linguagens) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

LINDSTROM, Martin. **A lógica do consumo**: verdades e mentiras sobre por que compramos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

PLOMIN, Robert ; DEFRIES, John C.; MCCLEARN, Gerald E.; MCGUPPIN, Peter. **Genética do comportamento**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PRADEEP, Agarwal. K. **O cérebro consumista**: conheça os segredos mais bem guardados para vender para a mente subconsciente. São Paulo: Cultrix, 2012.

REALEYE SP. Z O. O. **RealEye**. Polônia, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.realeye.io>. Acesso em: 6 de maio 2019.

RIES, Al; TROUT, Jack. **Posicionamento**: a batalha por sua mente. São Paulo: Makron Books, 2002.

ROBERTS, Kevin. **Lovemarks**: o futuro além das marcas. São Paulo: M Books do Brasil, 2005.

TELES, Leandro. **O cérebro ansioso**: aprenda a reconhecer, prevenir e tratar o maior transtorno moderno. 1. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

TROIANO, Jaime. **Brand Intelligence- Construindo marcas que fortalecem empresas e movimentam a economia**. São Paulo: Estação das Letras, 2017.

TROUT, Jack; RIVKIN, Steve. **Reposicionamento. Marketing para a era da competição, mudança e crise**. São Paulo: M Books do Brasil, 2011.



11

11

CRISE DA BP EM 2005 E 2010 E APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

Zama Caixeta Nascentes¹

Desde 1989, com o vazamento de óleo no Alaska, a Exxon era a empresa que vivenciara a maior crise da indústria petrolífera (ULMER, 2007, p. 66). A partir de 2010, com a explosão da plataforma Deepwater Horizon, a BP passou a ocupar tal posição. A larga escala dos danos ambientais, os altos custos econômicos e sociais caracterizam o evento como uma crise (MITROFF, 2006, p. 32). Os danos à imagem extrapolam a da BP e atingem a do presidente americano. A capa da edição de 19-25/06/2010 da revista *The Economist* traz a foto de Obama, com fundo de uma plataforma de petróleo, e esta manchete: “Obama v BP: the damage beyond the spill.” Na matéria de capa, lia-se: “Finally, lampooned by his countrymen for his impotence, he was spurred into action.” (p. 13). Sua “impotência” frente ao caso ameaçava sua imagem.

Com tais dimensões, o caso BP 2010 tornou-se objeto de estudo. A título de exemplo, indicamos dois trabalhos. O primeiro

1 Professor de Comunicação e Gerenciamento de Crise, disciplina do Bacharelado em Comunicação Organizacional da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), campus Curitiba. Psicanalista. Doutor em Literatura Brasileira (UFPR), Mestre em Filosofia (UFPR). Graduado em Letras, Filosofia e Psicologia.

propõe-se a isto: “to describe BP’s serious communication mistakes with stakeholders managing a serious hit to BP’s reputations.” (VALVI; FRAGKOS, 2013, p. 383). O segundo centrou-se nisto: “to assess its image repair efforts and to understand and evaluate this discourse” (BENOIT, 2015, p. 58). Embora Valvi e Fragkos citem as outras crises da BP (VALVI; FRAGKOS, 2013, p. 383), elidem a aprendizagem, referida na conclusão, no momento em que externam seus votos de que as falhas da comunicação da crise de 2010 ensinem algo: “The lessons to learn are various, both for practitioners and researchers” (VALVI; FRAGKOS, 2013, p. 388).

No cerne do nosso estudo está a aprendizagem, razão pela qual dispensamo-nos de assumir esta ou aquela definição de crise – mais de oito, apenas no inventário de Coombs (2012, p. 18) – e mesmo de cotejá-las. A tese a ser defendida é que a crise de 2010 demonstra que a BP não aprendeu com a de 2005. Para tanto, estes serão os passos: crise, etapas da crise, riscos e crises; a etapa da aprendizagem, aprendizagem organizacional; defesa da tese.

Crise, Etapas da Crise, Riscos e Crises

Crise é conceituada de modo diverso por pesquisadores da área. Coombs (2012, p. 18) lista oito definições. Quanto às etapas, convergem. Mitroff & Pearson (2000, p. 36) e Fearn-Banks (2007, p. 4) propõem cinco: detecção, prevenção e preparação, contenção, recuperação e aprendizagem. Diferente disso, Fink (2002, p. 20) sugere quatro estágios: prodômico, agudo, crônico e resolução. No caso de Mitroff e Pearson, “etapas da crise” constitui, ao lado de “tipos de crise” e “sistemas”, as três variáveis com as quais constroem um modelo para se pensar a gestão e comunicação de crise. Outros modelos são propostos pelo autor (MITROFF, 2000, p. 30; MITROFF, 2006, p. 34). Fearn-Banks e Fink não os criam e mesmo as etapas de crise sugeridas por eles nem sempre constituem matriz conceitual para análise dos casos com que trabalham.

Aprendizagem é definida por Mitroff e Pearson (2000, p. 26) como o ato de “hacer un examen de las lecciones criticas aprendidas

de las experiencias propias de la organización y de las experiencias de otras organizaciones”; por Fearn-Banks (2007, p. 8) como “a process of examining the crisis and determining what was lost, what was gained, and how the organizational performed in the crisis.” Diferente de Mitroff e Pearson, Fearn-Banks concebe a aprendizagem como relativa ao vivido pela organização que passou pela crise; o que concerne às outras empresas, enquadra-o na fase da detecção: “When an organizational in the same business as yours suffers a crisis, it is a warning to your organization.” (p. 5). Detectam-se riscos com a crise do concorrente, aprende-se a prevenir contra futuras com a sua própria.

Aprendizagem é negligenciada pelas organizações. Mitroff e Pearson (2000, p. 26) ponderam que, “son aún menos las [organizaciones] que dedican tiempo y dinero en revisar e integrar formalmente las lecciones de las experiencias de crisis o de casi-crisis”. Fearn-Banks (2007, p. 8) sustenta que, no que tange à aprendizagem, “One might think that is like closing the barn door after the cows have escaped”. Por pensar assim, não assimila as lições da crise vivida, aumentando as chances de que o mesmo evento ocorra novamente.

Se merece pouco apreço das organizações, não o recebeu mais dos autores. Mitroff e Pearson (2000, p. 107), ainda que reconheçam que “hay mucho más a ganar ampliando los esfuerzos de GC [Gestión de Crisis] para incorporar acciones prácticas a emprender tanto antes como después de una crisis”, não dedicam capítulos do livro ao antes nem ao depois e sim somente ao durante (cap. 9: Qué hacer durante una crisis). Fearn-Banks assenta o seu sobre tipos de crise, não sobre etapas. A aprendizagem desaparece do horizonte de suas reflexões e não possui espaço nem no último capítulo, sobre Plano de Comunicação de Crise. Neste, prevê avaliação da eficácia do plano, não das atividades realizadas antes e durante a crise: “It [avaliation] also helps plan for, prevent, and cope with future crises by pointing out what needs to be revised in the crisis communications plan.” (2007, p. 318: grifo nosso). Esta questão, o que deve ser revisado na organização que passou por uma crise?, não é levantada, não obstante o livro tenha se iniciado etapizando em cinco fases a crise.

Coombs (2010) trata de fases do CMP (Crisis Management Process): pré-crise, resposta à crise e pós-crise. No entanto, não é difícil reconhecer aí as etapas propostas por Mitroff e Pearson e Fern-Banks. A maior parte do artigo ocupa-se com a segunda (resposta à crise), a ponto de merecer um “Summary”, onde se lê: “We know more about crisis response communication than any other aspect of crisis communication but there is still much more to explore.” (p. 113). Segue-se daí que se sabe pouco sobre pós-crise, tanto assim que é a seção mais curta do artigo. Pouco se sabe porque pouco se faz, rareando os casos disponíveis aos pesquisadores que queiram investigar a fase final do processo de gerenciamento e comunicação de crise.

Riscos causam crises. Identificá-los e reduzi-los constitui a pré-crise. Assim está em Coombs e nos demais autores de *Handbook of Risk and Crisis Communication*. Os liames entre, de um lado, comunicação e gerenciamento de riscos e, de outro, comunicação e gerenciamento de crises, são estabelecidos no primeiro capítulo pelos organizadores do volume, Heath e O’Hair (2010, p. 7): “Thus, we have the discipline of risk communication, accompanied with perceptions, analysis, and management. The latitude of this discussion has also embraced crisis communication as occurring in stages: Pre-crisis, crisis response, and post-crisis. Thus, for instance, pre-crisis communication can be quite relevant to risk management.” Comunicação de riscos e comunicação de crises entrelaçam-se porque a primeira coincide com o primeiro estágio da segunda, sustentam os autores. No capítulo, discorrem sobre a história da constituição das duas disciplinas, tópico tratado também no segundo, por Palenchar. Elas surgiram de eventos distintos (liberação do gás tóxico da Union Carbide em Bophal; adulteração do Tylenol da Johnson & Johnson), fundaram publicações específicas (*Risk Analysis, Industrial Crisis Quarterly*) e fixaram seus centros de pesquisas próprios (Center for Health and Risk Communication at the University of Georgia; The National Center for Food Protection and Defense). Essa trajetória explica a existência de obras voltadas só para a Comunicação de Risco, como *Handbook of Risk Theory*, dois alentados volumes de 1187 páginas

organizados por Roeser *et al.* (2012), ou só para a Comunicação de Crise, como *The Handbook of Crisis Communication*, editado por Coombs e Holladay (2012). Taylor (2012, p. 703), autora de um dos capítulos finais deste último, declara que o futuro da pesquisa em comunicação de crise é responder o “como” e o “porquê” a crise aconteceu: “By asking these questions, we can look at gaps in organizational relationships, restrictive infrasystems, and failed processes that stop organizations from catching problems before they become a crisis.” Nenhuma menção a riscos, apenas sugeridos na palavra “problemas”. Logo, a “abordagem holística” alvitrada por ela mantém separada da Comunicação de Crise a Comunicação de Risco. A proposta de Heath e O’Hair reúne as duas. Para eles, a primeira subsume-se na segunda posto ser um estágio dela. Do ponto de vista lógico, a segunda é uma categoria mais inclusiva, que enfeixa em si os atributos que definem a primeira. Heath e O’Hair declaram: “This chapter lays a foundation for the companion chapters that follow.” (2010, p. 8). Apoiado nesta fundação, Coombs assevera: “Prevention can take one of three forms: (1) eliminate the risk, (2) reduce the likelihood of a risk manifesting, and (3) reduce the threat of a risk.” (p. 100: destaque nosso). Realizar o primeiro estágio da comunicação da crise equivale a efetivar a comunicação de risco; comunicar e gerenciar os riscos é prevenir as crises: modos sinônimos de enunciar a tese de que riscos causam crises.

Crises causam riscos. Assim está, de modo equivocadamente, no editorial da *Organicom*, Revista de Comunicação Organizacional da USP, na sua edição temática sobre comunicação de risco e crise: “Como mostram muito bem os autores, as crises provocam riscos para as organizações, podem ameaçar sua sobrevivência, surpreendem os seus membros e demandam respostas rápidas.” (p. 6: destaque nosso). Inverteu-se a relação lógica entre os termos: são os riscos que provocam crises, e não o contrário. A proposição “crises provocam riscos” só é verdadeira quando referida aos efeitos da crise organizacional sobre a trajetória do profissional: a crise da empresa passa a ser um risco para quem nela trabalhou. O mecanismo da associação entre empresa e funcionário, que marca positivamente o

currículo deste quando aquela possui uma alta reputação, funciona também quando baixa a reputação: o risco para o profissional é a marca negativa que a crise organizacional imprime no histórico de sua carreira. Trata-se, aqui sim, de um risco criado pela crise. Todavia, não é a isso que concerne a sequência da frase citada (que elenca os efeitos da crise), nem o editorial e nem os artigos que integram o dossiê, os quais, em sua maioria, voltam-se para a Comunicação de Risco, não a jungindo à Comunicação de Crise. O nexos é feito, de modo acertado, na entrevista de Forni, publicada após os artigos: “Geralmente a comunicação é chamada quando o fato negativo está consumado. Isso poderia ter sido evitado com um bom gerenciamento de risco.” (p. 199). O fato consumado é a crise; se o gerenciamento de risco poderia evitá-lo é porque a comunicação antes da crise contém a comunicação e o gerenciamento do risco. Entre os artigos, destacamos o de Batista e o de Alves, de trato cuidadoso com os conceitos e a tessitura do argumento. A afirmação equivocada do editorial procede de Shinyashiki *et al* (2007). Depois de analisarem as definições de crise, concluem que “podem-se perceber alguns aspectos em comum” (2007, p. 152). O primeiro deles é “A crise é um evento que provoca riscos para a organização”. Dos cinco autores dos quais foram extraídas as definições, “risco” aparece em dois apenas e pode ser substituído por “ameaças”. Substituição operada por Shinyashiki *et al.* (2007), a seguir: “Portanto, as crises podem ser definidas como processos de degeneração e *ameaças* à organização que se manifestam em eventos súbitos, os quais podem colocar em *risco* a sobrevivência da empresa ao provocar perdas humanas, financeiras ou de reputação.” (2007, p. 153: destaque nosso). Pela sintaxe do período se constata o intercâmbio semântico entre “risco” e “ameaça”. Contudo, para a disciplina de Comunicação e Gerenciamento de Risco, “risco” recebeu tratamento conceitual acurado, motivo pelo qual não pode equivaler a “ameaça” num artigo que integra um dossiê que se propõe a difundir entre pesquisadores e profissionais brasileiros tal depuração lógica. Depuração que, respeitada por Batista e Alves, o é por Forni neste outro trecho de sua entrevista, no momento em que trata das ações de prevenção

da crise: “Primeiro, ter um sistema preventivo de crise, monitorando os pontos vulneráveis, com um plano de contingência para as situações de risco. Isso significa uma estratégia de administração e comunicação eficiente. A comunicação é peça fundamental nesse plano. Os especialistas chamam de gestão de risco.” (p. 210). Mesmo ponto de vista de Heath e O’Hair e de Coombs.

Aprendizagem organizacional

Coombs, Mitroff e Pearson, ainda que ligeiros quanto à última etapa da crise, tocam nas dificuldades que levam as organizações a aprenderem nada, pouco ou mal com a crise que vivenciaram.

Segundo Mitroff e Pearson (2000, p. 26), “Muchas organizaciones no llegan a esta fase a causa de la falsa noción de que un examen del pasado sólo reabre viejas heridas”. O modelo teórico de crise proposto por Mitroff & Pearson autoriza-nos a interpretar as “velhas feridas” como a falha na primeira e na segunda etapa, já que, “La mayoría de organizaciones concentran sus recursos y esfuerzos en la contencion de la crisis y en la limitación de daños” (p. 57), isto é, à terceira etapa, ou à “avería simultánea de sistemas técnicos, organizacionais y humanos” (p. 65).

Para Coombs (2010, p. 114), “If we dig deeper into the communicative aspect of learning, a danger appears.” O perigo que aparece é o risco que desapareceu, posto não ter sido percebido na prevenção (pré-crise): “Prevention seeks to identify and to reduce risks that can develop into crises. (p. 100). Entre os riscos estão “personnel, products, the production process, facilities, social issues, competitors, regulators, and customers.” (2010, p. 100). Não é fácil prevenir: “Risks can be difficult to identify especially if people in the organization do not want them to be found. For example, people in organizations will try hide information that makes them look bad or that is illegal.” (2010, p. 100).

Por formulações diferentes, os autores tocam no mesmo obstáculo à aprendizagem e, sem prejuízo ao pensamento deles, poderíamos sintetizar: ao “cavar mais fundo” (COOMBS, 2010), reabrem-

se velhas feridas (MITROFF, 2000). No fundo estão os riscos que se ocultaram da fase da prevenção, que continuaram atuando a ponto de causar a crise e que podem desvelar-se caso o processo de gestão e comunicação da crise chegue à etapa final, que é a aprendizagem; a ferida é a escassez de recursos e esforços na detecção e na prevenção e a “avaria simultânea” de mais de um dos sistemas.

Larsson (2012, p. 714) traça um quadro sobre o estudo acerca da aprendizagem:

Research yields divergent opinions about learning from and in crisis situations. The momentum produced by crisis situations may have both negative and positive consequences. On the positive side, some situations may provide opportunities for real learning. A crisis event has a catalytic effect and speeds up the political and administrative process. On the negative side, some researchers claim that analyses and experiences of crises rarely lead to changes in organizational and response forms, especially when the experience have been problematic and damaging. In short, lessons are not learned. The result is rather lengthy generalizations, defense strategies, and hasty reforms.

Os pesquisadores divergem quanto ao estatuto de ensinante que se confere ou não à crise e de aprendiz concedido às organizações. Larsson constata que há estudiosos que adotam postura positiva (a crise ensina, as organizações aprendem); outros, negativa (a crise não ensina, as organizações não aprendem).

Boin, dos pesquisadores que conhecemos, é o que mais se aprofunda sobre a aprendizagem. O autor (BOIN, 2011, p. 10) inscreve-a não na categoria das etapas da crise e sim na das tarefas críticas que uma liderança tem que desempenhar: “Crisis leadership then involves five critical tasks: sense making, decision making, meaning making, terminating, and learning. We devote one chapter to each of these tasks.”

O capítulo sexto é devotado à aprendizagem. Três tipos são discutidos: “The first is *experience based* [...] A complementary form of learning is *explanation based* [...] A third type of learning is *competence or skill based*.” (p. 117-118). Contudo, nenhum dos tipos está em jogo numa crise: “Learning is often pursued through ad hoc com-

missions and the use of consulting firms or academic research.” (p. 118). Em virtude disso, diante da pergunta, “How successful are such efforts, and what factors enable learning to take place?” (p. 118), os pesquisadores dividem-se em pessimistas e otimistas. Mesma constatação de Larsson, ainda que este não tipificasse a aprendizagem.

Pessimistas reconhecem: “that despite the many ways in which crises induce public leaders and their organizations to learn, the result is often disappointing. This is due to a wide variety of constraints that operate on both individual and organizational learning capacity.” (p. 118). Otimistas assumem: “Many crises not only create a politically charged atmosphere, they also induce a strong motivation in people at all layers of the organizations” (p. 120). Essa motivação, quando compartilhada pelos líderes, favorece o aprender: “When leaders share this motivation, they can act as pivotal forces in making sure that widespread desire to learn is translated into organization or system-wide policy changes”. (p. 120). Para compreender tais mudanças, Boin lança mão da distinção entre “single-loop” e “double-loop learning”.

Argyrs e Schön (1978, p. 29) cunharam os termos:

Organizational learning occurs when members of the organization act as learning agents for the organization, responding to changes in the internal and external environments of the organization by detecting and correcting errors in organizational theory-in-use, and embedding the results of their inquiry in private images and shared maps of organization. In organizational single-loop learning, the criterion for success is effectiveness. Individual respond to error by modifying strategies and assumptions within constant organizational norms. In double-loop learning, response to detected error takes the form of joint inquiry into organizational norms themselves, so as to resolve their inconsistency and make the new norms more effectively realizable. In both cases, organizational learning consists of restructuring organizational theory of action.

Na base da distinção encontra-se a “theory of action” dos autores, segundo a qual “all deliberate action had a cognitive basis, that it reflected norms, strategies, and assumptions or models of the world which had claims to general validity.” (p. 10). Em virtude disso,

aprendizagem é vista “as the construction, testing, and restructuring of a certain kind of knowledge” (p. 10), o que envolve as variáveis componentes da teoria da ação: estratégia, suposição e norma. A “single-loop learning” ocorre quando se alteram estratégias e suposições; a “double-loop learning”, quando se mudam normas. Schön, em trabalho posterior (1987, p. 119), reafirma a diferença: “In double-loop learning, there is a change in the norms built into theory-in-use.”

Aprendizagem organizacional é o conceito que abarca os dois tipos, assim definido por Argyris e Schön (1978, p. 58): “a process in which members of an organization detect error or anomaly and correct it by restructuring organizational theory of action, embedding the results of their inquiry in organizational maps and images.” O primeiro tipo é suficiente quando “error correction can proceed by changing organizational strategies and assumptions within a constant framework of norms for performance” (p. 20-21); o segundo, quando “error correction requires an organizations learning cycles in which organizational norms themselves are modified”. Essa teoria está na base dos comentários sobre aprendizagem com a crise.

Para Coombs (2012a, p. 180): “We can apply these ideas to learning driven by crises. Some crises reveal simple factors that are to correct – single-loop learning. Other crises require a serious reconsideration of organization principles and practices – double-loop learning.” A exemplo da lista de Argyris e Schön sobre as variáveis que constituem a teoria da ação (estratégias, suposições e normas), também a de Coombs é triádica (“factors”, “principles”, “practices”), o que liga aprendizagem organizacional a aprendizagem com a crise: single-loop learning (mudança de estratégias e suposições) é correção de fatores; “double-loop learning”, (alteração de normas) é reconsideração de princípios e práticas organizacionais.

Segundo Boin (2011, p. 121):

Single-loop learning refers to the correction of practices within the existing policy paths and organizational frameworks. It is learning to deal with manifest problems without having to change core be-

liefs and fundamental rules of the games. This type of learning is common after crises: most crisis commissions' and investigation bodies' reports contain large numbers of recommendations for minor rule adjustments, innovations in equipment and training, improved communications routines, and so on. Single-loop learning is a necessary but in many cases have a component of crisis-induced lesson-drawing, since many crises have a 'paradigm-shattering' quality to them. Their very occurrence or the haphazard response to them exposes more fundamental limitations, weakness, and contradictions in existing policies and institutional arrangements. To deal with these, double-loop learning is required.

Corrigir práticas e sanar problemas manifestos estão para “single-loop learning”; abalar paradigmas e modificar núcleo de crenças e regras fundamentais, para “double-loop learning”. Quando o aprender com a crise mudar normas passa-se do primeiro para o segundo tipo, do mais superficial (ajustamento de pequenas regras) para o mais profundo (mudanças das regras fundamentais do jogo), do exterior (inovações em equipamentos, melhoras nas rotinas de comunicação) para o interior (núcleo de crenças). E isso é um processo doloroso: “Double-loop learning initiatives are likely to touch sensitive nerves” (p. 121).

As dificuldades para aprender com a crise ligam-se a isso. As pesquisas em psicologia social, lembradas por Boin (2011, p. 118) ao analisar a abordagem pessimista, postulam a “threat-rigidity hypothesis”. O termo é autoexplicativo, isto é, em situações de ameaça, adota-se a rigidez (apego às normas estabelecidas) e não a flexibilidade (aprender novas regras): “People tend to respond in a rigid and inflexible manner”. Mudar normas (“double-loop learning”) implica mexer no que até então mantinha de pé a organização, e isso ameaça sua estabilidade por retirar-lhe os fundamentos sobre os quais se assentava.

Toca-se aqui no fenômeno da cultura organizacional, posto a dificuldade apontada acima ser a mesma sinalizada por Schein (2004) quanto à transformação da cultura de todo e qualquer grupo – incluindo-se aí o grupo (ou grupos) que é ou de que se forma uma organização. A cultura é constituída de suposições básicas (valores que, por funcionarem há muito tempo, tornaram-se inquestionáveis, as-

sumindo o estatuto de verdades indiscutíveis). Quando o grupo vê-se numa situação que exige mudá-las, o caminho pode ser o da rigidez, e não o da flexibilidade. Segundo Schein (2004, p. 31), a aprendizagem de novas suposições “is intrinsically difficulty because [...] desestabilizes our cognitive and interpersonal world, releasing large quantities of basic anxiety”. Difícil por requer alteração de normas, dada por Schön e Argyrys (citados por Schein neste momento de sua argumentação) como característica da “double-loop learning” e trazida por Boin como dificultadora da aprendizagem com a crise.

Mudar normas é difícil porque as ações a serem empreendidas “tocam os nervos sensíveis” (BOIN *et al.*, 2011, p. 118), não tocam só a epiderme; são nevrálgicas (causam dor) e nerválgicas (atingem os nervos), não apenas cosméticas (melhoram aparência). É o “reabrir as velhas feridas” de Mitroff e Pearson e o “cavar mais profundo” de Coombs. Não é de se estranhar que a maioria das empresas conclua o processo do gerenciamento e da comunicação de crise na recuperação, não avançando para a aprendizagem ou estacionando na do tipo “single-loop” – aquela que muda suposições e estratégias, mas conserva normas. Constatação feita por Mitroff e Pearson e Coombs e que é ratificada por Boin: “lesson drawing is one of the most underdeveloped aspects of crisis management” (2011, p. 14).

Foi assim com a NASA.

Em 28/01/1986, o ônibus espacial *Challenger* explodiu dois minutos depois de ser lançado. Em 01/02/2003, o *Columbia* desintegrou-se nos estágios finais do retorno do seu voo. Boin (2008, p. 250), que se debruçou sobre os dois casos para interpretá-los a partir da noção de aprendizagem com a crise, avalia:

During the first few years after the *Challenger* disaster, several external bodies found that NASA had adopted the recommendations prescribed by the Rogers Commission. These recommendations represented single-loop lessons: relatively easy fixes that did not require NASA to change its institutionalized way of operating. NASA did not adopt the double-loop that could have been derived from the Rogers report.

A análise é clara e o veredicto mais ainda: a aprendizagem da NASA com a crise do desastre *Challenger* restringiu-se ao tipo “single-loop”. Em virtude disso, não se alteraram crenças fundamentais nem paradigmas (“normas”, na teoria da ação de Argyrys; Schön) que, por permanecerem atuantes, levaram a organização a uma nova crise, o desastre *Columbia*.

Assim foi com a BP, que viveu uma crise em 2005 e outra em 2010.

BP e as crises de 2005 E 2010

Derramamento de petróleo ensina o setor petroleiro a prevenir novas crises.

O mesmo se passou com o acidente no Alaska, em 1989. Depois dele, criou-se a Marine Spill Response Corp, “empresa de resposta a vazamento fundada pela indústria petrolífera e a marinha mercante em 1990” (VALOR ECONÔMICO, 22/07/2010, B9)². A aprovação do Ato da Poluição de Petróleo, a “mais abrangente legislação sobre vazamento de petróleo da história dos EUA, aprovada em 1990” (11-12/12/2010, B7) mostra que o acidente ensinou também o setor regulatório do governo a aprimorar a legislação que previne futuros desastres.

O mesmo ocorreu com o acidente no Golfo do México, em 2010. Nos EUA, inspiradas na Marine Spill Response Corp, uma “joint venture para projetar, construir e operar um sistema de resposta rápida para captura e contenção de até 100.000 barris de petróleo que vazem 3.000 metros abaixo da superfície” (22/07/2010, B9) foi pensada pelas petrolíferas ExxonMobil Cor, Chevron Corp, Royal Dutch Shell PLC e Conophillips. O objetivo era melhorar a resposta a uma futura crise, agilizando a contenção do vazamento. No Brasil, a ANP, nas palavras de Magda Chambriand (diretora responsável pela área de exploração e segurança operacional da agência), “não descarta aprofundar a regulamentação da agência depois de concluída a investigação sobre as causas do acidente que levou à explosão

2 Todas as matérias jornalísticas citadas foram publicadas no *Valor Econômico*, vindas de sua parceria com *The Wall Street Journal* ou *The Financial Times*. Em função disso, indicaremos apenas a data da edição e a página. Título e autor estão nas referências bibliográficas, ao final.

da plataforma Deepwater Horizon” (27/07/2010, B7). Algo semelhante ao Ato da Poluição americano de 1990.

E a explosão da refinaria em Texas City, ensinou à BP alguma lição?

Corte nos custos contribuiu para a crise. O projeto de expansão em curso à época levou o CEO John Browne a reduzir gastos: “Browne não fez a reposição de centenas de engenheiros que tinham deixado a BP e começou a depender mais de terceirizados” (03/05/2010, B9). Depois da explosão, “A empresa foi acusada pelo Conselho de Segurança Química dos EUA de cortar custos com segurança em manutenção para aumentar os lucros.” (03/05/2010, B9).

Em 23 de março de 2005, a refinaria de petróleo da BP na cidade do Texas explodiu, provocando a morte de 15 trabalhadores, todos terceirizados. Além desse, houve, segundo Maresh e Williams (2012, p. 288), mais três acidentes: “The March 23 explosion at BP was the third fatal accident at the Texas City plant within 12 months”. Os autores analisam as estratégias específicas de resposta à crise (2012, p. 285), valendo-se daquelas propostas por Coombs (2012a, p. 155). Porque o modelo teórico deste autor divide o processo básico de gerenciamento e da comunicação de crise em pré-crise, resposta à crise e pós crise, estando a aprendizagem situada no pós-crise e não na resposta à crise, Maresh e Williams não cotejam a crise de 2005 com as anteriores (ou as subsequentes) a fim de verificar se a BP aprendeu ou não com elas ou com a de 2005.

Corte nos custos contribuiu para a crise de 2005, o que se relaciona à terceirização dos trabalhadores. Diante da interpelação de um jornalista de que “Os mortos eram terceirizados, eles não eram empregados, o que o sr. pode fazer por eles?”, o CEO John Browne respondeu: “Na BP, somos responsáveis pelo que acontece em nossas instalações, e vamos corrigir os problemas.” (03/05/2010, B9). Terceirizou-se para reduzir custos: “Para cortar custos, Browne não fez a reposição de centenas de engenheiros que tinham deixado a BP e começou a depender mais de terceirizados.” (03/05/2010, B9). O acidente ocorreu num momento em que o CEO buscava compensar a queda na produção nos poços do Alasca e do Mar do Norte por meio de “um plano de aquisições ambiciosas”. Investigações sobre a

causa da explosão apontaram negligência na manutenção: “A empresa foi acusada pelo Conselho de Segurança Química dos EUA de cortar custos com segurança em manutenção para aumentar os lucros.” (03/05/2010, B9). Desde que Browne deixou, em 2007, a BP ela “vem tentando reverter os cortes de custos e a terceirização de engenheiros” (03/05/2010, B9), o que mostra a ligação entre as duas realidades.

Nenhuma lição foi aprendida a partir da crise de 2005. Justifiquemo-nos.

Em 2006, “mais de um milhão de litros de petróleo vazaram de um tubo de 86 centímetros ligado ao Sistema de Oleodutos TransAlaska, operado pela BP” (03/05/2010, B9). As investigações concluíram que houvera uma “Corrosão grave’, causada pelos cortes de custos e pela manutenção ruim da BP nos oleodutos, foram as causas, segundo investigadores” (03/05/2010, B9). As palavras de Browne no auge da crise de 2005, “Não podemos consertar o passado, mas com os recursos da BP podemos tornar o futuro um pouco mais seguro.” (03/05/2010, B9), não foram seguidas de ações que, de fato, tornassem o “futuro um pouco mais seguro”.

Em 2009, a OSHA (Administração Ocupacional de Segurança e de Saúde dos Estados Unidos) “multou a BP em US\$ 87 milhões, o maior valor da história da agência” (01/07/2010, B10). Desse montante, “cerca de US\$ 57 milhões eram referentes ao que a OSHA descreveu como ‘incapacidade de reduzir’ riscos semelhantes aos que causaram a explosão que matou 15 pessoas em 2005” (01/07/2010, B10). A incapacidade indica que não houve aprendizagem, já que um dos efeitos desta é melhorar a capacidade da empresa de identificar riscos, passo necessário para reduzi-los ou removê-los – o que previne contra nova crise.

Em 2010, investigações sobre o acidente no Golfo do México concluíram que a BP “decidiu instalar menos aparelhos do que a Halliburton [que cimentou o poço antes do vazamento] recomendou – 6 em vez de 21” (27/05/2010, B6). Hayward, substituto de Browne, prosseguiu com a política de cortar gastos como forma de fazer a BP avançar no ranking mundial das petrolíferas. Logo, não houve

aprendizagem, uma vez que permanece a mesma prática de negligenciar segurança em nome do enxugamento de despesas, apontada como causa dos acidentes de 2006 e 2005.

As chances de acidentes no Golfo vinham aumentando: “Uma apresentação interna em dezembro de 2007, logo no começo da gestão de Hayward, mostrou a ocorrência de dez situações com ‘alto potencial’ de risco em unidades da BP no golfo desde o início daquele ano.” (01/07/2010, B10)³. Não obstante isso, o foco continuou a ser o corte de custos: “Shaw, o chefe no Golfo do México, falou sobre isso em uma reunião dos principais gerentes em Phoenix, em abril de 2008. O objetivo era instigar a ‘cultura de um desempenho mais forte’ na organização, baseada estritamente em custos de gestão e ‘a noção de que cada dólar importa’.” (01/07/2010, B10).

Mitroff (2006, p. 34) sustenta que as crises são causadas por um conjunto de falhas que interagem entre si: “Inside organizations, a complex set of Human, Organizational, and Technological (HOT) factors, lead to the triggering event. These in turn, interact with Regulatory, Infrastructural and Preparedness (RIP) failures in the organizations’ environments.” O fator organizacional inclui “inadequate resource allocations for safety” (MITROFF, 2006, p. 34). Não poderia aplicar-se melhor à BP: a alocação inadequada de recursos para a segurança contribuiu para a crise de 2005. A atuação do mesmo fator em 2010, atestada na redução de 21 para 6 o número dos aparelhos recomendados pela cimentadora do poço, no estouro do orçamento e no comentário de que houve pressa para concluir a cimentação, comprova que a BP não aprendeu com a crise de 2005. A explosão da plataforma Deepwater Horizon não foi causada apenas por fator tecnológico, como “o uso de técnicas que não foram testadas” (18/05/2010, B6). Pesou também o fator organizacional.

Que a crise de 2005 não ensinou à BP prevenir-se contra novas, demonstra-o a foto estampada na página A11 da edição de 16/06/2010 e encabeçada pelo seguinte dizer: “Petroleiras negligenciam segurança, diz Congresso dos EUA”. Trata-se de uma reunião do Congresso

3 Por tratar-se de matéria jornalística, e não de publicação acadêmica, não cabe aqui discutir se o termo “risco” que aparece nessa citação possui a semântica que lhe confere a Comunicação de Risco ou se a corriqueira, em que figura como equivalente de ameaça.

com CEOs da ExxonMobil, da Rex Tillerson e da Chevron na qual os “deputados democratas criticaram as grandes companhias petrolíferas [...] acusando-as de *gastar pouco com segurança* e se apoiar em planos ineficazes para conter vazamentos de petróleo.” (18/05/2010, B6, grifo nosso). A prática de cortar gastos subinvestindo em segurança continuou, mesmo depois de as investigações sobre a crise de 2005 terem apontado isso como uma das causas. Na foto, veem-se manifestantes com cartazes cujas mensagens são nítidas (mais que a face dos CEOs, desfocadas): “Big oil lies, people die”.

O descuido com segurança, em função da política de contenção de gastos, é citado no noticiário sobre a saída Hayward: “era [a saída] amplamente esperada, diante da torrente de críticas que a resposta à crise gerou.” (26/07/2010, B9). Sua permanência tornou-se insustentável “em grande parte por causa da enxurrada de críticas que enfrentou nos últimos três meses tanto a respeito da maneira como a empresa lidou com a crise no golfo quanto pelo *histórico ruim de segurança* dela.” (26/07/2010, B9, grifo nosso). Com efeito, um “histórico”: 2010, 2009, 2006 e 2005.

Quanto à possibilidade de a crise gerar aprendizagem, Larsson e Boin indicavam a existência tanto de um sim como de um não como resposta. Uma das razões apontadas por Boin (2011, p. 125) para a abordagem positiva é esta: “a crisis relaxes the structural constraints that tend to keep institutions in place.” A série de acidentes da BP não relaxou um de seus “limitadores estruturais”, qual seja, a crença de que economizar em segurança era forma de catapultar a empresa. Em termos de Schein (2004), não se modificaram as suposições básicas da organização, mantendo-se inatacadas as dimensões da cultura organizacional – no caso, as que orientam a relação da organização com o ambiente externo (concorrência). Ainda é Boin (2011, p. 127) quem nos serve de guia: “To understand why this is so, one must recall the essence of crisis: it constitutes a threat to valued ways of working and thinking”. A hipótese “threat-rigidity”, postula que, em situações de ameaças, tende-se à rigidez e não à flexibilidade. Não se apaga o velho e abre-se ao novo; apega-se a ele – e a paga é, de novo, a velha crise. Hayward, que sucedeu Browne

no comando da BP, não mudou as crenças fundamentais da empresa quanto ao modo de lidar com segurança. Terá Bub Dudley, indicado pelo Conselho de Administração para substituir Hayward, logrado operar a mudança e, com isso, aprender com a crise de 2010?

Considerações finais

A Exxon aprendeu com a crise de 1989: “executivos mais severos [...] criaram procedimentos exaustivos, inclusive em todas as plataformas terceirizadas. Engenheiros monitoram ininterruptamente o trabalho nas plataformas e analisam qualquer plano ou tarefa realizada pelos terceirizados, especialmente quando envolve segurança.” (03/04/2010, B9). O setor petrolífero modificou suas práticas a partir do caso Exxon Valdez, já que a BP valeu-se de “Uma nova geração de tecnologias surgida do significativo avanço desde a catástrofe do petrolífero Exxon Valdez no Alasca, em 1989” (30/04/2010, A11) para conter o vazamento no Golfo do México. Os EUA aprenderam com o 11/09 e assimilaram lições do 20/04, conforme discurso de Obama: “Da mesma forma como o 11 de setembro definiu nossa visão sobre segurança e política exterior, esse desastre vai definir nossa visão sobre ambiente e energia por muitos anos”. (15/06/2010, A12).

A crise de 2005 pouco ensinou à BP. A empresa permaneceu negligenciando segurança e, mesmo quando notificada pela OSHA de que havia problemas com válvulas de alívio de pressão e ordenado que fossem reparadas, “dois dias depois, os inspetores viram que a BP tinha feito os reparos pedidos, mas só nas válvulas especificamente citadas” (01/07/2010, B10). Hayward assumiu o comando em 2007 “dizendo que iria se concentrar ‘como um laser’ em segurança” (01/07/2010, B10); no entanto, no rol das causas do acidente de 2010, figura a negligência com segurança, conforme apontado pelo próprio Congresso Americano.

A crise de 2010 parece ter ensinado algo à BP. Pelo menos é a direção que se pode ver sinalizada com a criação da diretoria de segurança e a mudança no sistema de recompensas, o qual inclui

remuneração com base em observâncias de normas de segurança e não só em produtividade: “Criou [a empresa] uma nova e poderosa organização de segurança [...] [e] mudou sua política de remuneração, atrelando os bônus muito mais ao desempenho em segurança.” (19/04/2011, B9). Resta acompanhar a história da empresa para verificar se não se trata só de palavras, como as de Browne em 2005, ao prometer construir um futuro mais seguro, ou as de Hayward, ao apresentar como aquele que seria como “laser em segurança”. É de se esperar que a BP, que ensinou as nossas Petrobras e ANP a identificarem riscos antes ignorados, aprenda com sua própria crise.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BLOOMBERG. Petroleiras negligenciam segurança (A11). **The Economist**, June19th-25th 2010- **Valor Econômico**, 16 jun. 2010.

ALVES, José Eduardo Prestes. Comunicação de risco, elemento-chave na gestão de crises corporativas e um desafio para o século XXI. **Organicom**, ano 4, n. 6, 2007.

ARGYRIS, Chris; SCHÖN, Donald. **Organizational learning: a theory of action perspective**. Reading: Addison-Wesley, 1978.

BATISTA, Leandro Leonardo. A comunicação de riscos no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. **Organicom**, ano 4, n. 6, 2007.

BENOIT, William L. **Accounts, Excuses, and Apologies: image repair theory and research**. New York: Sunny Press, 2015.

BOIN, Arjen; T HART, Paul; STERN, Eric; SUNDELIUS, Bengt. **The Politics of Crisis Management: public leadership under pressure**. Cambridge: Cambridge University Press, 8.ed., 2011.

BOIN, Arjen. Learning from crisis: NASA and the *Challenge* disaster. In: BOIN, Arjen; T HART, Paul; MCCONELL, Allan. **Governing after Crisis: the politics of investigation, accountability and learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BOWNER, Tom. Com acidente, BP enfrenta nova mancha (B9). **Valor Econômico**, 03 maio 2010.

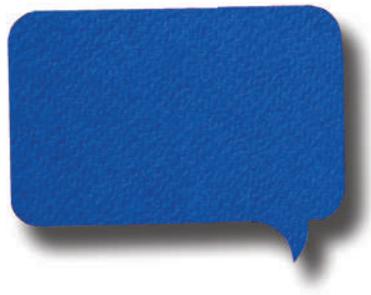
CASSELMAN, Bem; CHAZAN, Guy. Desastres da BP traz à tona desafios das águas profundas (B6). **Valor Econômico**, 18 maio 2010.

- CHAZAN, Guy. “Um ano depois de acidente, BP enfrenta mais crise (B9). **Valor Econômico**, 19 abr. 2011.
- CHAZAN, Guy; HERRON, James; MacDONALD, Alistair. BP é pressionada a indenizar e a não pagar dividendos (B9). **Valor Econômico**, 11 jun. 2010.
- CHAZAN, Guy. BP suspende dividendos para amenizar pressões (B10). **Valor Econômico**, 17 jun. 2010.
- CHAZAN, Guy; FAUCON, Benoit; CASSELMAN, Ben. Reforma da BP põe em choque segurança e corte de custos (B10). **Valor Econômico**, 01 jul. 2010.
- COOMBS, W. Timothy. Conceptualizing Crisis Communication. *In*: HEATH, R; O’HAIR, Dan. **Handbook of Risk and Crisis Communication**. London: Routledge, 2010.
- COOMBS, W. Timothy. Parameter for Crisis Communication. *In*: COOMBS, W. T.; HOLLADAY, Sherry J. (Ed.). **The Handbook of Crisis Communication**. Oxford: Wiley-Black-well, 2012.
- COOMBS, W. Timothy. **Ongoing Crisis Communication: planning, managing, and responding**. London: SAGE, 2012a.
- FEARN-BANKS, Kathleen. **Crisis Communications: a casebook approach**. London: Routledge, 2007.
- FINK, Steven. **Crisis Management: planning for the inevitable**. New York: iUniverse, 2002.
- FORNI, João José. **Comunicação em tempos de crise**. Entrevista concedida a Luis Alberto Farias. **Organicom**, v. 4, n. 6, 2007.
- GOLD, Russel; CASSELMANN, Ben. Decisões da BP deixaram seu poço mais vulnerável (B6). **The Economist, June19th-25th 2010- Valor Econômico**, 27 maio 2010.
- GOLD, Russel; CASSELMAN, Ben. Alertas ignorados condenaram plataforma (B7). **Valor Econômico**, 30 ago. 2010.
- GOLD, Russel; CASSELMAN, Ben. Cresce número de incidentes com petróleo em alto-mar (B9). **Valor Econômico**, 10 dez. 2010.
- KING JR., Nell; CHAZAN, Guy. BP intensifica sua campanha para conter danos à imagem (B6). **Valor Econômico**, 05 maio 2010.
- KING JR., Neil; JOHNSON, Keith. Sede de petróleo fez EUA mergulhar fundo no Golfo (B7) **The Economist, June19th-25th 2010- Valor Econômico**, 11 out. 2010.

- LANGLEY, Mônica. Hayward defende resposta da BP a vazamento no golfo (B9). **Valor Econômico**, 31 jul. 2010.
- LARSSON, Larsäke. Crisis and learning. *In*: COOMBS, W. T.; HOLLADAY, Sherry J. (Ed.). **The Handbook of Crisis Communication**. Oxford: Wiley-Black-well, 2012.
- MARESH, Michelle; WILLIAMS, David E. “Oil Industry Crisis Communication”. *In*: COOMBS, W. T.; HOLLADAY, Sherry J. (Ed.). **The Handbook of Crisis Communication**. Oxford: Wiley-Black-well, 2012.
- McNULTY, Sheila; PFEIFER, Sylvia. Acidente da BP provoca debate sobre controle de risco e terceirização (D4). **Valor Econômico**, 14 set. 2010.
- MITROFF, Ian; PEARSON, Christine M. **Cómo gestionar una crisis**. Barcelona: Gestión2000.com, 2000.
- MITROFF, Ian; ANAGNOS, Gus. **Managing crises before they happen**. New York: Amacon, 2000.
- MITROFF, Ian; SHRIVASTAVA, Paul; MILLER, Danny; MIGLANI, Anil. Understanding industrial crises. *In*: SMITH, Denis & ELLIOT, Dominic. **Key Readings in Crisis Management: systems and structures for prevention and recovery**. London: Routledge, 2006.
- PALENCHAR, Michael. Historical Trends of Risk and Crisis Communication. *In*: HEATH, R; O’HAIR, Dan. **Handbook of Risk and Crisis Communication**. London: Routledge, 2010.
- ROESER, Sabine; HILLERBRAND, Rafaela; SANDIN, Per; PETERSON, Martin. **Handbook of Risk Theory: epistemology, decision theory, ethics, and social implications of risk**. London: Springer, 2012.
- SCHEIN, Edgar. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.
- SCHÖN, Donald A. “Organizational learning”. *In*: MORGAN, Gareth (ed.). **Beyond method: strategies for social research**. London: SAGE, 4. ed., 1987.
- SHINYASHIKI, Roberto Tadeu; FISCHER, Rosa Maria; SHINYASHIKI, Gilberto. A importância de um sistema integrado de ações na gestão de crises. **Organicom**, ano 4, n. 6, 2007.
- TAYLOR, Maureen. Toward a Holistic Organizational Approach to Understand Crisis. *In*: COOMBS, W. T. & HOLLADAY, Sherry J. (Ed.). **The Handbook of Crisis Communication**. Oxford: Wiley-Black-well, 2012.

ULMER, Robert R.; SELLOW, Timothy; SEEGER, Matthew W. **Effective Crisis Communication: moving from crisis to opportunity**. London: SAGE, 2007.

VALVI, Aikaterini C.; FRAGKOS, Konstantinos. Crisis communications strategies: a case of British Petroleum. **Industrial and Comercial Training**, v. 45, n. 7, p. 383-391, 2013.



12

12

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO NO CENÁRIO ATUAL

Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho¹

Nos últimos meses, observou-se uma série de críticas às universidades públicas brasileiras; pessoas sem indicação de preparo ou experiência acadêmica ocupando posturas de especialistas sobre o funcionamento dessas universidades, diante da efervescência do tema junto à sociedade, provocada por veiculações, em diferentes mídias, de informações de caráter questionável e sem fontes especializadas. Em pesquisa no *YouTube* (13/12/2018), dos 10 primeiros vídeos apresentados ao comando “Universidade Pública”, oito desqualificavam a instituição. Entende-se, ao assistir tais vídeos, que eles se sustentam em casos isolados e, por vezes, pontuais, que, generalizados, criam uma imagem da Universidade Pública que não corresponde à realidade.

¹ Doutor em Engenharia Mecânica (UFSC/HSU), professor associado do curso de Engenharia Mecânica, diretor-geral do campus Curitiba da UTFPR, membro do Conselho Universitário da UTFPR. E-mail: schiefler@utfpr.edu.br

Essa realidade, por sua vez, precisa estar clara ao povo brasileiro, já que a Instituição está nas bases de nossas políticas de Estado. Em pesquisa divulgada pela empresa de comunicação BBC Brasil (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087>), o Ministério da Educação é a quinta pasta mais cobiçada pelos políticos brasileiros, com um orçamento (para 2019) de R\$ 115,234 bilhões², no contexto de um orçamento nacional, que totaliza R\$ 3,5 trilhões³, o que significa uma porcentagem de 3,30% do orçamento. Na outra ponta desses dados, encontra-se parte da população que está entre os que buscam e conseguem acessar uma formação de qualidade e os que buscam oferecê-la, dentro de critérios ordenados administrativamente, frutos de compartilhamento com as experiências de Universidades estrangeiras com as características de nossa cultura e sociedade. Este artigo tem como objetivo apresentar elementos práticos, pautados em experiências cotidianas e documentação institucional, que regem a administração de uma Universidade Pública; importante destacar que a Universidade conta com Autonomia em sua administração, mas, historicamente, ela atua sempre dentro de padrões estabelecidos pelo Ministério de Educação. Espera-se, assim, intervir, por meio de dados concernentes ao trabalho de Ensino, Pesquisa e Extensão, na divulgação desinformada dos critérios levados em conta nesse espaço e colaborar para o conhecimento público sobre a instituição.

Nesse sentido, serão expostas informações de um campus universitário – o campus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR para demonstrar o funcionamento de gestão administrativa e pedagógica, em um período determinado, entre janeiro de 2018 e maio de 2019, sob a ótica da direção-geral do campus. Para isso, deve-se trazer, num primeiro momento, a história da UTFPR, criada em 7 de outubro de 2005, por meio da

2 Conf. Em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/proposta-de-orcamento-veja-os-ministerios-que-ganham-e-que-perdem-recursos-em-2019.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

3 Conf. Em: <https://aosfatos.org/noticias/quais-areas-ganharam-ou-perderam-recursos-no-orcamento-de-2018/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Lei Federal nº 11.184⁴, a partir da transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR e, em consonância, a história do próprio campus Curitiba, existente desde a fundação da Instituição mas que assumiu estrutura administrativa própria no ano 2000 (como Unidade Curitiba do CEFET-PR, à semelhança das demais Unidades do Sistema), por decisão do então Conselho Diretor – CODIR.

Na sequência, é necessário que se apresentem informações do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI⁵ da Universidade e a legislação na qual se conforma, para, na terceira parte deste relato, demonstrar, no cruzamento dos números com os procedimentos, como se efetua e efetiva a gestão e quais são os resultados, dificuldades e desafios, nesse período, dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão no campus.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

No desenvolvimento de sua teoria sobre os tempos, Hegel (1992) apresenta a trilogia do singular, particular e universal como os elementos que, dialeticamente, vão se formando e compõem o que chegou a nós pela história. O universal, regido pelo Espírito do Tempo (*Zeitgeist*), apagaría as dialéticas que o constituíam. Posteriormente Marx e Engels (2007) retomam essa teoria e a releem sob a ótica do materialismo histórico, em que o *Zeitgeist* cede lugar à *Weltgeschichte* (História Universal), determinada pelo resultado da luta de classes de cada tempo: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (2007, p. 47).

Enquanto universalidades, os tempos – Espírito ou História - se compõem pelas contradições entre as singularidades, sequências sincrônicas e diacrônicas de eu/aqui/agora, e as particularidades, elementos culturais de cada tempo, que apresentam como ícones

4 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

5 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2018-2022>. Acesso em: 12 jun. 2019.

as instituições. Nesse lugar, entre o singular e o universal, contrapondo-se a eles e se formando com eles, encontra-se a instituição Universidade, objeto deste estudo.

A ideia de Universidade nasceu da união entre mestres e discípulos, a fim de se compartilhar conhecimento; a origem do termo conduz ao sentido de corporação ou congregação, devido a seu caráter de ajuntamento. Em um segundo momento, o conceito de Universidade passou a carregar a concepção do universal, “ligando-se o conceito de universidade ao de universalidade do saber” (SAVIANI, 1999, p. 8). Charles e Verger (1996) apontam que, enquanto instituições “(mais ou menos) autônomas”, ela é fruto da sociedade ocidental europeia – Itália, França e Inglaterra – do início do século XIII. No Brasil, as primeiras instituições de ensino superior foram fundadas por D. João VI, em 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia (atual UFBA) e a Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina (atual UFRJ) (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013). Mas a Universidade Federal do Paraná (UFPR) defende ser a primeira Universidade brasileira. Fundada em 1912, sob “o teor da lei Rivadávia” (PORTAL UFPR⁶), a UFPR recorreu, em 1918, à lei que solicitava a reforma de estatutos, concedendo autonomia a alguns cursos, mantendo-se unificada:

A continuidade do funcionamento de todos os cursos é o caráter que dá à Universidade do Paraná a condição de mais antiga do país. A universidade jamais deixou de funcionar ou de lutar por sua restauração, podendo seu “desmembramento temporário” (mas sob uma única Direção) ser interpretado como uma mera estratégia para responder às exigências legais do momento (PORTAL UFPR).

Já a UTFPR teve um caminhar diferenciado da UFPR. Iniciando seus trabalhos em 16 de janeiro de 1910 como parte de um projeto federal, sob o comando do presidente Nilo Peçanha, chamado de Escolas de Aprendizes Artífices, foi inaugurada em um prédio da Praça Carlos Gomes, no centro da capital paranaense:

⁶ Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/a-mais-antiga-do-brasil/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

o ensino era destinado a garotos de camadas menos favorecidas da sociedade, chamados de “desprovidos da sorte”. Pela manhã, esses meninos recebiam conhecimentos elementares (primário) e, à tarde, aprendiam ofícios nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. Inicialmente, havia 45 alunos matriculados na escola, que, logo em seguida, instalou seções de Pintura Decorativa e Escultura Ornamental (PORTAL UTFPR⁷).

Em 1936, devido ao crescimento do trabalho, do número de estudantes e da qualificação de seu quadro de profissionais, a Escola foi transferida e realocada em novas edificações construídas na quadra da Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen (UTFPR, 2010), onde mantém sua Sede Centro até hoje, em espaço compartilhado com as instalações da Reitoria. Com a crescente profissionalização do ensino, já em 1937 a Instituição se transformou em Liceu Industrial do Paraná, passando a oferecer ensino de 1º grau. Em 1942, foi instituída a rede federal de instituições de ensino industrial e o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Curitiba, com o ensino sendo ministrado em dois ciclos: a) industrial básico, maestria e artesanal; b) técnico e pedagógico. Em 1943, tiveram início os primeiros cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.

Com o acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, no campo do ensino industrial, no início dos anos 50, cujo objetivo era a orientação, formação e treinamento de professores da área técnica do Brasil, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI) que elevou o padrão de qualidade do ensino técnico, mais especificamente da Escola Técnica de Curitiba, então sede da CBAI⁸. Ademais, com a unificação do ensino técnico no Brasil pela legislação, em 1959, a Instituição adquiriu mais autonomia tornando-se a Escola Técnica Federal do Paraná - UTFPR, passando a oferecer cursos técnicos integrados que em pouco tempo se tornaram renomados. Em 1974, foram implantados os primeiros cursos de curta duração de Engenharia de Operação (Construção Civil e Elétrica), mas que não foram

7 Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>. Acesso em: 06 jun. 2019.

8 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2018-2022>. Acesso em: 16 jun. 2019.

bem aceitos pela comunidade. Não obstante, em 1978, a ETFPR, juntamente com suas coirmãs no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR, passando a ministrar cursos de graduação plena, tendo como pioneiros os cursos de Engenharia Industrial Elétrica com ênfase em Eletrotécnica e em Eletrônica/Telecomunicações. Avançando na década seguinte, em 1988, teve início o seu primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial – CPGEI.

A partir de 1990, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico fez com que o CEFET-PR se expandisse para o interior do Paraná, onde passou a implantar as chamadas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs (depois denominadas simplesmente de “Unidades”). Com a promulgação da Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE)⁹, seguida do Decreto nº 2.208/1997¹⁰ (mais tarde revogado pelo Decreto nº 5154/2004)¹¹, que extinguiu a possibilidade de se ofertar Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, a Instituição, tradicional na oferta desses cursos, decidiu implantar o Ensino Médio propedêutico e Cursos Superiores de Tecnologia - CST.

Em 1998, em virtude do que preconizavam as legislações complementares à LDBE, o então Diretor-Geral do CEFET-PR, Prof. Paulo Agostinho Alessio, originário do Departamento Acadêmico de Matemática – DAMAT, sugeriu uma alternativa para que a Instituição não retrocedesse em sua história, uma vez que a própria LDBE de 1996 facultava a criação de “universidades especializadas por campo do saber”, no parágrafo único do seu Art. 52. Assim, acatada a ideia no CODIR, foi tomada a decisão de elaborar um projeto de transformação da Instituição em Universidade Tecnológica. Ressalte-se que, na época, já havia todos os indicadores acadêmicos necessários para essa transformação.

9 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

10 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

11 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 16 jun. 2019.

O projeto tramitou em âmbito federal durante 7 anos, foi ganhando apoio e, por meio da Lei Federal nº 11.184, de 7 de outubro, publicada no DOU de 10 de outubro, o CEFET-PR transformou-se em UTFPR no ano de 2005, quando a instituição contava com 7 Unidades no Paraná, a saber: Curitiba, Medianeira, Cornélio Procopio, Pato Branco, Ponta Grossa, Campo Mourão e Dois Vizinhos (ainda dependente do campus Pato Branco). Posteriormente, foram criados os campi¹² de Londrina, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Guarapuava e Santa Helena, passando a atender grande parte do território paranaense.

Resumindo, são as seguintes as diferentes denominações institucionais ao longo de sua história:

1909 – Escola de Aprendizizes Artífices

1937 – Liceu Industrial do Paraná

1942 – Escola Técnica de Curitiba

1959 – Escola Técnica Federal do Paraná

1978 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

2005 – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

O atual modelo executivo de gestão implantado na Instituição funciona de modo matricial, tendo a Reitoria com sua Vice-Reitoria, quatro Pró-Reitorias, Diretorias e Assessorias a função de planejamento e estabelecimento de políticas juntamente com as gestões dos campi, cuja estrutura é espelhada, guardadas as especificidades regionais e históricas, com função de execução dessas políticas. Na esfera “legislativa” atuam, basicamente, o seu órgão máximo – o Conselho Universitário – COUNI, além de quatro Conselhos Superiores Especializados, ligados as quatro Pró-Reitorias.

Todavia, com a implementação de sucessivos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI¹³, percebeu-se a impossibilidade de que todos os campi venham a crescer de forma homogênea e, conseqüentemente, venham a contar ao longo do tempo com a mesma estrutura e funções administrativas. Assim,

12 Com a transformação em Universidade e a nova legislação interna, as “unidades” passaram a se chamar “campi”.

13 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2018-2022>. Acesso em: 12 jun. 2019.

há um processo de reforma e modernização dos documentos institucionais em curso, iniciado com a elaboração e submissão ao Conselho Universitário - COUNI do novo Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, norteador do Estatuto da UTFPR¹⁴. A partir de um novo Estatuto, um novo Regimento Geral precisa ser elaborado e aprovado, assim como um novo Regimento dos campi, novos Regulamentos específicos e novos documentos em geral que normatizem as atividades-fim da Universidade.

O campus Curitiba, objeto deste estudo, é o maior da instituição e, a partir de sua própria expansão, passou a contar com duas novas sedes, além da sede C/Centro: sede CC/Ecoville, com início oficial das atividades em 2011; e sede CIC/Neoville, com início em 2016. Segundo dados do Relatório de Gestão da UTFPR 2018¹⁵, concentram-se nessas três áreas 786 docentes, 219 servidores técnico-administrativos e um total de 11.624 estudantes (423 de técnico integrado¹⁶, 8.047 de graduação, 1.022 de mestrado, 352 de doutorado e 1.799 de especialização – estes chamados “não regulares”), além de 236 trabalhadores terceirizados, atuando em 26 cursos de graduação, 17 cursos de mestrado, 4 cursos de doutorado e 21 cursos de especialização atualmente ofertados, assim como em funções de gestão e projetos de pesquisa e de extensão, permeados por práticas de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.

Campus Curitiba da UTFPR como modelo de administração universitária e a conjuntura econômica atual

A Figura 1 apresenta, de forma esquemática, o organograma atual do Campus Curitiba e que serve também de referência para os demais campi da UTFPR. Esta organização está associada ao preco-

14 O atual Estatuto da UTFPR foi aprovado pela Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008, publicada no DOU de 17/04/2008. Alterado pelas Deliberações do Conselho Universitário: nº 08/2008, de 31/10/2008; e nº 11/2009, de 05/09/2009. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/estatuto>. Acesso em: 11 jun. 2019.

15 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2018-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 10 jun. 2019.

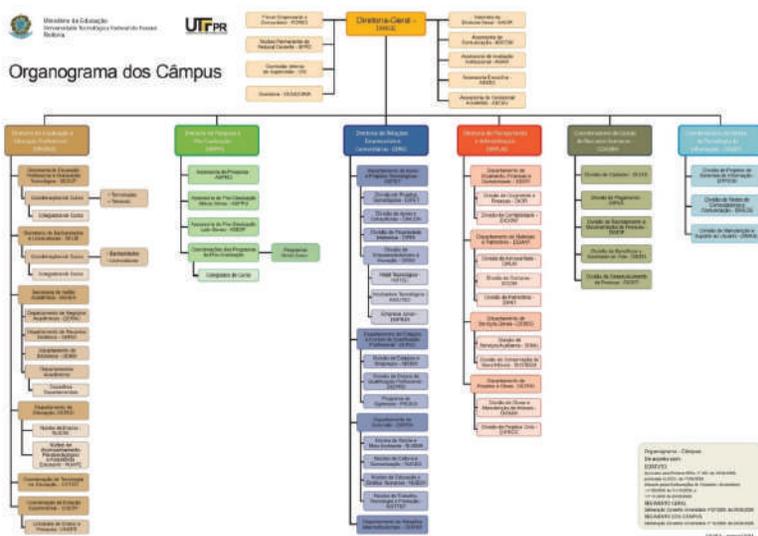
16 Cursos descontinuados.

nizado pelo Regimento dos Campi da UTFPR¹⁷, aprovado pela Deliberação nº 10/2009, de 25 de setembro de 2009, e que, em breve, passara também por modificações.

Basicamente, a Diretoria-Geral – DIRGE, com seu Gabinete – GADIR, trabalha apoiada por quatro Diretorias de Área: a) Diretoria de Graduação e Educação Profissional – DIRGRAD; b) Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIRPPG; c) Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias – DIREC; e d) Diretoria de Planejamento e Administração - DIRPLAD. Fazem parte ainda da alta gestão do campus, a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – COGERH e a Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação – COGETI, além de quatro Assessorias: a) Assessoria Executiva – ASSEC; b) Assessoria de Comunicação e Marketing – ASCOM; c) Assessoria de Avaliação Institucional – ASAVI; e d) Assessoria de Cerimonial e Eventos – ASCEV. Conforme é apresentado na Figura 1, esses setores são responsáveis ainda por diferentes departamentos, coordenações, assessorias e divisões. Estão também associados à DIRGE, a Ouvidoria, o Núcleo Permanente de Pessoal Docente – NPPD, a Comissão Interna de Supervisão – CIS e o Fórum Empresarial e Comunitário – FOREC.

17 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/conselhos/couni/deliberacoes/deliberacao-2009-010-de-25-de-setembro-de-2009/view>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Figura 1 – Organograma do Campus Curitiba da UTFPR¹⁸.



Fonte: Portal UFPR (2019).

Um resumo da prestação de contas das receitas e despesas de custeio é apresentado na Figura 2. Percebe-se que, no ano passado, foi possível custear todas as despesas fixas previstas conforme planejado, com alguns remanejamentos ao final do exercício, devidamente autorizados e documentados.

Figura 2 – Resumo da prestação de contas de custeio relativa ao ano de 2018 do Campus Curitiba da UTFPR¹⁹.



Fonte: UTFPR (2019).

18 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/organograma/organograma-dos-campus-1/view>. Acesso em: 10 jun. 2019.

19 Apresentação preparada pelo DEOFI – Departamento de Orçamento, Finanças e Contabilidade da DIRPLAD.

Como uma estratégia que surtiu resultados positivos na economia, no início da gestão, a diretoria do campus propôs e foi atendida pelas chefias para que parte dos recursos de custeio que são descentralizados aos departamentos acadêmicos fosse mantida com a DIR-PLAD, no sentido de formar capital inicial suficiente para desencadear processo de licitação e contratação de empresa para execução de obras de manutenção nas instalações físicas, principalmente na sede Centro. Assim, somando-se ainda recursos gerados pelo Centro de Atividades Físicas - CAFIS e pelo Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas - CALEM, administrados pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR - FUNTEF-PR, foi possível desencadear obras de reforma e aplicar um montante de quase R\$ 1,4 milhão em melhorias da infraestrutura.

Entretanto, fazer a gestão eficiente do maior dos campi de uma Instituição Universitária multicampi que adota modelo matricial de gestão, com descentralização de recursos à medida que são liberados, aumenta potencialmente em época de contingenciamento substancial de recursos de custeio por parte do Ministério da Educação - MEC, mantenedor da UTFPR, como está ocorrendo no presente ano de 2019. Do total recebido, o MEC reteve 36,25%²⁰ da Universidade em questão, que representam condição *sine qua non* para arcar com as despesas básicas de funcionamento, incluindo fornecimento de energia elétrica, água e telefonia; serviços de limpeza, recepção, vigilância, segurança e manutenção; pagamento de estagiários; aquisição de insumos; contratação e realização de obras de reforma; e inusitados (acidentes decorrentes de fontes naturais ou externas, por exemplo). É relevante também asseverar a quase inexistência atual de recursos na rubrica de investimentos, necessários à aquisição de bens permanentes, como computadores, máquinas e equipamentos de laboratório, mobiliário, livros, softwares e veículos, apenas para citar alguns dos grupos.

20 Conf. Em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-que-bloqueio-de-30percent-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Importante trazer à reflexão os fatores que levam o Governo Federal ao planejamento dos valores destinados às Universidades. O principal referencial para a composição do orçamento de uma Universidade Federal, via matriz de custeio, é o seu número de alunos matriculados, com valores ponderados em função do tipo de curso de graduação ou de pós-graduação. Grosso modo, a partir desta matriz, na UTFPR é aplicada uma outra matriz de rateio interno, contemplando recursos para a Reitoria, Pró-Reitorias, Programas Governamentais (por ex., o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES), Institucionais e as Diretorias-Gerais dos seus 13 campi, administrados por meio de suas Diretorias de Planejamento e Administração.

No caso do campus Curitiba, com cerca de 10 mil estudantes regulares, tendo como referência o ano atual, coube um orçamento de custeio inicial em torno de R\$ 21 milhões (referente aos recursos discricionários), logo em seguida contingenciados pelo MEC no montante de 36,25% (a partir da ponderação)²¹, ou aproximadamente R\$ 7,6 milhões, uma vez que a parcela referente ao PNAES foi preservada.

Basicamente, o orçamento inicial previa a aplicação de R\$ 17,6 milhões para as despesas fixas, incluindo fornecimento de energia elétrica, água, gás, telefonia/central telefônica, combustível, itens/insumos no almoxarifado, materiais diversos de TIC e transporte terceirizado; serviços de limpeza e conservação, portaria, segurança e vigilância, motoristas, estagiários, médicos e paramédicos, terceirização de serviços administrativos, impressão, correspondências, remoção de resíduos, certificação digital e dedetização; documentação e manutenção de veículos, predial, elevadores e extintores; e auxílio financeiro a estudantes, projetos institucionais e atividades artísticas. Também estavam previstos outros R\$ 3,5 milhões para obras de reforma e limpeza em edificações diversas; manutenção e recuperação das redes lógica, elétrica, aquisição de lâmpadas, de gás e de prevenção contra incêndios; reforma e melhoria das áreas de estacionamento (aplicação de saibro, asfalto e *paver*), instalação de piso tátil e outras obras de acessibilidade; recuperação de cisternas e

21 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/corte-e-maior-do-que-30-do-orcamento-livre-em-mais-da-metade-das-federais.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2019.

caixas d'água; e reforma de banheiros, instalações dos RUs e escadas de emergência. Pretendia-se ainda contar com R\$ 100 mil para despesas das cinco diretorias e outro R\$ 1,5 milhão como recurso descentralizado para despesas diretas dos departamentos acadêmicos, como pagamento de participações em eventos acadêmicos (diárias e passagens), redirecionados dos recursos já mencionados.

Torna-se mister, neste momento, uma comparação da atual gestão à frente da Diretoria-Geral do Campus Curitiba (2018/21) com a gestão 2008/12, quando a Instituição vivia à luz da adesão, nos estertores do ano 2007, ao REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, como uma das ações que integravam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O Programa tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, por meio da retomada do crescimento do ensino superior público, com a criação de condições para que as universidades federais promovessem a sua expansão física, acadêmica e pedagógica²². De fato, a UTFPR cresceu cerca de 50% nos anos seguintes, concursando mais de 700 novos docentes e 200 novos técnicos-administrativos, ampliando significativamente suas instalações físicas e modernizando seus laboratórios e equipamentos, com investimentos superiores a R\$ 200 milhões. Em função de sua importância para o Sistema UTFPR e o grande volume de atividades, uma parte significativa deste crescimento ocorreu no campus Curitiba.

Esses dados são fundamentais para que se entenda que a Universidade, em um período no qual recebeu investimentos do Governo Federal, ampliou-se de forma ímpar, aplicando integralmente tal verba para a ampliação de seu funcionamento e atendimento à comunidade, prestando contas de todos os valores. O contingenciamento de recursos de custeio imposto pelo MEC em 2019 e a quase inexistência de recursos de investimento em virtude do baixo limite orçamentário em verbas discricionárias têm exigido uma profunda e diária reengenharia da atual gestão do campus Curitiba da UTFPR, com efeitos colaterais fatalmente deletérios para a co-

²² Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

munidade brasileira, acadêmica ou não, já que o fruto das pesquisas realizadas na Universidade é voltada ao bem estar da população.

Assim, desde janeiro de 2018, metas vêm sendo cumpridas com base nos eixos e indicadores estipulados no plano de gestão 2018/21²³, mas, neste momento, existe uma insegurança quanto ao cumprir o planejamento cronológico-financeiro proposto. Diante desta nova realidade, torna-se necessária uma radical diminuição no número de colaboradores terceirizados, em diferentes contratos, e uma forte diminuição no número de bolsas para estagiários, nos diversos setores em que atuam, precarizando os trabalhos realizados e gerando desemprego. Além disso, diversas reformas necessárias, processos de capacitação, modernizações de equipamentos e aquisições de programas e sistemas restarão prejudicados.

Nesta esteira, há algum tempo a UTFPR não tem mais autorização para recompor seu quadro de professores da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT e, com as recorrentes aposentadorias, o quadro vem diminuindo compulsoriamente. Para campi mais antigos, como é o caso de Curitiba, este problema é mais alarmante, dada a proporção em relação aos docentes já concursados na carreira do Magistério Superior - MS. Segundo o Relatório de Gestão da UTFPR 2018²⁴, eram 316 docentes EBTT e 465 docentes MS no final de 2018 em Curitiba, mas novas aposentadorias já ocorreram, sem a devida reposição. Ademais, mesmo para a carreira MS já foi anunciado, pelo governo federal, o endurecimento das regras e o congelamento da realização de novos concursos públicos, sendo que ao menos 40% dos funcionários públicos federais deverão se aposentar nos próximos quatro ou cinco anos²⁵.

A mesma situação de congelamento na realização de concursos públicos ocorre para o caso dos Técnicos Administrativos que, no caso da UTFPR, apresentam-se na segunda menor proporção em relação aos docentes dentre as 63 universidades federais brasileiras.

23 Disponível em: https://www.schiefler.com.br/?page_id=254. Acesso em: 16 jun. 2019.

24 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2018-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 16 jun. 2019.

25 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/guedes-diz-que-concursos-publicos-serao-suspensos-nos-proximos-anos.shtml> e <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/15/concurso-publico-2020.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Uma alternativa apresentada pelo governo é a terceirização de serviços, cuja possibilidade vem avançando em diversas áreas, não se restringindo mais às chamadas “atividades-meio”. A Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018²⁶, estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018²⁷. O problema é que os custos para qualquer nova contratação, incluindo os agora possíveis Auxiliares Administrativos, por exemplo, precisam estar previstos dentro dos próprios recursos de custeio da Instituição, ou seja, precisam ser redirecionados de algum outro setor, já prejudicado ou com restrição orçamentária em 30%.

Outra dificuldade prestes a mostrar seus efeitos é a extinção de funções gratificadas para servidores, conforme anunciado com o Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019²⁸, que extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações. No caso da UTFPR, este decreto extingue mais de 100 funções gratificadas denominadas FG-4 a FG-7, sendo parte substancial desses serviços prestados no campus Curitiba, atingindo servidores técnico-administrativos que exercem funções nas diretorias e departamentos da Universidade além dos fazeres para os quais foram concursados.

Como uma “jovem universidade” em necessário processo de crescimento, outras vocações que representam um enorme desafio para a atual gestão do campus Curitiba da UTFPR são a pesquisa e a pós-graduação. A realização de pesquisas de qualidade com a consequente geração de conhecimento e patentes, principalmente em uma Universidade Tecnológica, exige investimento financeiro e a disponibilização de bolsas de estudos aos mestrandos e doutorandos. Assim ocorre em todos os países desenvolvidos tecnologicamente. Neste sentido, tanto nos recursos necessários para a Ciên-

26 Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57219256/do1-2018-12-28-portaria-n-443-de-27-de-dezembro-de-2018-57218981. Acesso em: 20 jun. 2019.

27 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9507.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

28 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9725.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

cia e a Tecnologia²⁹, quanto na concessão de bolsas pela CAPES³⁰, cortes significativos têm sido anunciados de forma contumaz. Com o segundo corte recentemente anunciado, a CAPES já chega a uma redução total de 6.198 bolsas em 2019 no Brasil. Segundo o último levantamento promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UTFPR, são 99 bolsas a menos para os programas da Instituição, com parcela significativa destas em alguns dos 17 programas do campus Curitiba.

No âmbito local de administração, a atual gestão do campus Curitiba propôs e teve recursos aprovados em Edital interno da PROPPG, no valor de R\$ 320 mil, para dar início na Sede CIC-Neoville do seu Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, que deve servir de modelo para os demais campi. Outros recursos advindos de fundos gerados na FUNTEF-PR serão somados para dar andamento à adequação do espaço e aquisição dos equipamentos necessários para a implantação do Núcleo, que passará a abrigar projetos institucionais já existentes e novos projetos que tenham a inovação como fio condutor das ações, agregando espaços de *coworking* e *FabLabs*.

Na busca por recursos

A geração de recursos próprios e a captação de outros recursos em fontes alternativas têm sido metas constantes em uma universidade, como forma de compensar os contingenciamentos e complementar as verbas previstas na legislação; todavia, esta mesma legislação dificulta essas ações para instituições federais. Para a execução de projetos e correspondente remuneração, por exemplo, junto à iniciativa privada, surge o papel fundamental das Fundações de Apoio. No caso da UTFPR, por conta de mudanças significativas na legislação que norteia a relação universidade/ fundação e em procedimentos internos, o apoio que a FUNTEF-PR consegue oferecer está aquém das

29 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/04/corte-orcamentario-de-42-em-ciencia-e-tecnologia-preocupa-entidades.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

30 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/04/capes-anuncia-corte-de-27-mil-bolsas-de-mestrado-doutorado-e-pos-doutorado.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

necessidades reais da comunidade acadêmica, dificultando o potencial de geração de recursos próprios. Atualmente a legislação interna da Instituição não permite que outras fundações de apoio também atuem, diferentemente do que ocorre em outras universidades federais brasileiras, que se mostram mais ágeis no atendimento aos projetos dos extensionistas e pesquisadores. O campus Curitiba tem investigado e trazido para conversar com a comunidade outras Fundações, a fim de que se abra a concorrência. Para que isso aconteça, porém, é preciso que se aprove, em diferentes instâncias, a inserção de outra (s) instituições. Neste aspecto, é importante reiterar que, em nome da transparência, que se preserva na Universidade e garante a defesa contra as acusações sem fundamento, abrimos mão da rapidez e agilidade nos processos, o que nem sempre é compreendido pela população e denominado de lentidão³¹.

Uma alternativa para a captação de recursos adicionais, por sua vez, é a solicitação e aprovação de emendas parlamentares, tanto individuais quanto de bancada, junto a deputados federais e senadores sensíveis às causas e necessidades da Instituição. Para o segundo semestre de 2019, é intenção da atual gestão apresentar demandas para inclusão em emendas de 2020 e seguintes. Neste ano, já foram obtidos recursos da ordem de R\$ 160 mil e R\$ 500 mil, para projetos específicos, solicitados no ano passado. Outros R\$ 500 mil estão em fase de liberação.

Considerações finais

O campus Curitiba é parte de uma universidade pública e defende que a limpidez nas ações de gestão deva ser uma premissa permanente de governança. Neste capítulo, procuramos demonstrar o nível de transparência administrativa a que chega esta instituição, que cresce e se desenvolve em consonância com a democracia e os investimentos públicos em ensino, pesquisa e extensão. Todos os fazeres da Direção são divulgados por meio do broadcast de e-mails,

31 Conf. Em: <http://blog.unipe.br/graduacao/entenda-as-diferencas-entre-administracao-publica-e-privada>. Acesso em: 10 jun. 2019.

portal, blogs e também na mídia social oficial, por meio da Assessoria de Comunicação – ASCOM, e ficam à disposição da comunidade interna e externa.

Nesse caminhar, o investimento em uma administração compartilhada é política do atual grupo diretivo. As ações realizadas no campus partem e/ou são avaliadas em realização periódica de reuniões com o chamado “Fórum de Chefes”, envolvendo os responsáveis pelas chefias de departamentos acadêmicos ligadas às diretorias de área, além da presença dos próprios diretores e assessores. Também, como apoio e parceria nas decisões da direção, foi realizada, neste primeiro semestre de 2019, a eleição do “Conselho do Campus Curitiba”, uma das metas de implantação do plano de gestão 2018/21, composto paritariamente de membros dos três segmentos da comunidade acadêmica – docentes, técnicos-administrativos e estudantes, integralmente eleito pela comunidade. Nesta toada, todas as atividades da Universidade são Públicas e pautadas pelo gerenciamento do bem público por pessoas qualificadas.

Por fim, todos os dados aqui elencados reforçam a importância no investimento na Universidade Pública Federal. A necessidade, neste momento, de se realizar uma reengenharia profunda na forma de gestão de recursos, tanto de custeio como de investimento é um desafio por se entender que é premente a manutenção da qualidade das atividades-fim e a excelência nas ações que vêm notabilizando o campus Curitiba da UTFPR ao longo de sua história.

Quem viver, verá.

REFERÊNCIAS

BOTONNI, Andrea; SARDANO, Edélsio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sonia Simões (org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013. cap. 1, p. 19-42.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de Julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.** Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9507.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019.** Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9725.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRITO, Mariana. Entenda as diferenças entre administração pública e privada. **UNIPÊ.** 14 jan. 2016. Disponível em: <http://blog.unipe.br/graduacao/entenda-as-diferencas-entre-administracao-publica-e-privada>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHARLES, Christophe; VERGER, Jacques. História das Universidades. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CORTE orçamentário de 42% em ciência e tecnologia preocupa entidades. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/04/corte-orcamentario-de-42-em-ciencia-e-tecnologia-preocupa-entidades.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. ENDERLE, R; SCHNEIDER, N; MARTORANO, L. C. São Paulo: Boitempo, 2007.)

FILHO, Marcos Flávio de Oliveira Schiefler. **Propostas em construção**. Disponível em: https://www.schiefler.com.br/?page_id=254. Acesso em: 16 jun. 2019.

GUEDES diz que concursos públicos serão suspensos nos próximos anos. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/guedes-diz-que-concursos-publicos-serao-suspensos-nos-proximos-anos.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

IMPRESA NACIONAL. **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018**. Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57219256/do1-2018-12-28-portaria-n-443-de-27-de-dezembro-de-2018-57218981. Acesso em: 20 jun. 2019.

MARTELLO, Alexandre. Desenvolvimento Social terá maior aumento de orçamento em 2019; Minas e Energia sofrerá maior redução de verba. **G1**, Brasília, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/proposta-de-orcamento-veja-os-ministerios-que-ganham-e-que-perdem-recursos-em-2019.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

POLETTI, Luma. Governo define que não haverá concurso público em 2020. **UOL**, Brasília, 15 abr. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/15/concurso-publico-2020.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RODRIGUES, Mateus. Capes anuncia novo corte de 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. **G1**, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/04/capes-anuncia-corte-de-27-mil-bolsas-de-mestrado-doutorado-e-pos-doutorado.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SAVIANI, Demerval. Ideias para um intercâmbio internacional na área de História da Educação. In: SANFELICCE, José Luís; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs). História da educação Perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

SPAGNUOLO, Sérgio. Quais áreas ganharam ou perderam recursos no Orçamento de 2018. **Aosfatos**, 4 jan. 2018. Disponível em: <https://aosfatos>.

org/noticias/quais-areas-ganharam-ou-perderam-recursos-no-orcamento-de-2018/. Acesso em: 10 jun. 2019.

TV GLOBO. MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais. **G1**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-que-bloqueio-de-30percent-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UFPR. **A mais antiga do Brasil**. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/a-mais-antiga-do-brasil/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

UTFPR. **UTFPR: uma história de 100 anos** / José Carlos Corrêa Leite (org.), 2. Ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

UTFPR. **Plano De Desenvolvimento Institucional PDI 2018-2022**. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2018-2022>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UTFPR. **De Escola de Aprendizes à Universidade Tecnológica**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>. Acesso em: 06 jun. 2019.

UTFPR. **Estatuto da UTFPR**. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/estatuto>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UTFPR. **Relatório de Gestão UTFPR – 2018**. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2018-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UTFPR. **Deliberação 2009/010, de 25 de setembro de 2009**. Aprovar o regimento dos câmpus da UTFPR. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/conselhos/couni/deliberacoes/deliberacao-2009-010-de-25-de-setembro-de-2009/view>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UTFPR. **Organograma dos Câmpus**. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/organograma/organograma-dos-campus-1/view>. Acesso em: 10 jun. 2019.

AUTORES



Organizadora

MAURINI DE SOUZA

Doutora em Sociolinguística (texto publicitário Brasil - Alemanha) e mestre em Letras (Dialética no Teatro de Bertolt Brecht) pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Comunicação Social Jornalismo, graduação em Letras Alemão e graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná. É professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no programa de mestrado em Estudos de Linguagens (PPGEL) e nas graduações de Comunicação Organizacional e Letras. Tem experiência nas áreas de Comunicação, Ciências Sociais e Literatura dramática, atuando principalmente nos seguintes temas: texto jornalístico e publicitário, questão agrária brasileira e teatro político-social.

Autores

ANA CRHISTINA VANALI

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná/UFPR. Mestrado em Antropologia Social pela UFPR. Doutorado em Sociologia pela UFPR. Pós-doutorado em Educação pela UFPR. Membro do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado da UFSC.

ANA PAULA TASSO CANDIDO DE LIMA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá (2012) e é pós-graduada no curso de Especialização em Artes Híbridas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019). Desde 2013 atua em escritórios de arquitetura, com experiência em projeto arquitetônico residencial, educacional e cultural. Como pesquisadora, seu interesse de pesquisa tem ênfase na transdisciplinaridade das artes.

ANDREA MAILA VOSS KOMINEK

Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca — Espanha, Mestrado em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora de Filosofia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Realiza pesquisas nas áreas de Filosofia, Sociologia, Tecnologia, Gênero, Relações Raciais e Políticas Afirmativas.

CLÁUDIA TALOCHINSKI CORDEIRO

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Contestado (1996). Atualmente é professor concursado (qpm) da Escola Estadual Professora Irma Antonia Bortoleto Bianchini, QPM da Escola Estadual Manoel Antonio de Cunha e professor/instrutor de inglês da Prefeitura Municipal da Lapa. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras.

EMILDO PEREIRA COUTINHO

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela

Universidade Estadual de Ponta Grossa (1992). Graduando em Letras Português-Inglês pela Unicesumar. Atualmente é professor particular de inglês presencial e via Skype. Possui experiência internacional como repórter, redator (escrita em inglês), colunista e fotógrafo durante quase quatro anos dos cinco em que residiu em Washington D.C., nos Estados Unidos. Também foi repórter e redator em diversas redações de jornais e revistas em Curitiba (Folha da Imprensa, Indústria & Comércio, O Estado do Paraná, Jornal do Estado e as revistas Solo - Esportes de Montanha e PR & Companhia); assessor de comunicação e marketing de deputado federal (quando trabalhou em Brasília e fez edição de informativo e fotografia); assessor de imprensa da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná e redator na empresa de assessoria de comunicação e marketing Singular Agência de Notícias (onde atendeu diversas contas); jornalista freelancer para os jornais Folha de Londrina, Gazeta do Povo e outras publicações. Idealizador e criador da Multimídia - Agência de Comunicação, Foto e Vídeo, onde adquiriu uma diversidade de experiência, como empreendedor, produtor gráfico, produtor de audiovisual e outras atividades. Foi aluno externo do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGRL) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, na modalidade Mestrado Acadêmico, cursando isoladamente a disciplina Articulação dos Níveis de Análise Linguística na Produção de Sentidos. Participou, na mesma instituição das atividades de pesquisa do Grupo de Estudos em Semântica e Tecnologia, desenvolvidas sob a coordenação do professor Roberlei Bertucci, ocorridas entre março e julho de 2017. Sendo aluno externo do mesmo Programa, na linha de pesquisa Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia, cursando a matéria Cultura das Mídias. Autor do livro *História da Congregação Cristã? Do surgimento na colônia italiana em Chicago, no século XIX, até a reunificação das igrejas na mesma fé e doutrina nos anos 1980*, publicado independentemente pela agBook e o Clube do Autor, após 23 anos de pesquisa no Brasil e nos Estados Unidos.

EVERLY PEGORARO

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora adjunto B e vice-chefe do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. É mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. É líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Interfaces Socioculturais. As principais áreas de interesses são: Estudos da Cultura Visual, Estudos Culturais, Cultura Urbana, História da Comunicação, Linguagem Jornalística em diferentes formatos de mídia e Revolta dos Posseiros 1957.

FELIPE AUGUSTO NASSER COSTA

Master Science in Business Administration in Neuromarketing, pela Florida Christian University (USA), formado em Administração pela Universidade Federal do Paraná, com MBA em Gestão Empresarial na UNIFAE. Possui formação em cursos técnicos e livres na área Neurociência, Neuromarketing, Gestão Estratégica e TI (Desenvolvimento de jogos 3D e 2D). Experiência nas áreas comercial, marketing e planejamento estratégico, tendo atuado com planejamento para indústrias de diversos segmentos, mapeamento de processos comerciais, mensuração de resultados (*dashboards* - KPI) e previsão de vendas. Coordenação de eventos e promoções com equipes multidisciplinares, criação publicitária e desenvolvimento de material gráfico promocional e institucional, relacionamento e coordenação de agência de publicidade e pesquisa mercadológica. Coordenador de cursos Tecnólogos em Marketing, Recursos Humanos e Logística.

JOSENILDO BARBOSA FREIRE

Possui graduação em Letras pela UEPB (2004) e Pós-Graduação, em nível de Especialização, em Ensino-Aprendizagem de Língua

Portuguesa pela UFRN (2006). Atualmente é professor de Língua Portuguesa da rede pública de Educação Básica. Em 2011, concluiu o Mestrado no Proling/UFPB na área de concentração Teoria e Análise Linguística, com pesquisa voltada para a Sociolinguística. Tem Doutorado em Linguística (2016), pela UFPB. As áreas de interesses de pesquisas são: Variação, Estilo, Atitude e Percepção Linguística, produção de textos e áreas afins e Ensino. Nos últimos anos, voltou sua atenção, também, para análise de textos escolares produzidos por alunos do Ensino Fundamental, nos quais busca-se descrever e analisar diferentes aspectos dessas produções escritas.

JULIANA MARIA GRECA

Mestre em Artes pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2016), pós-graduada no curso de Especialização em Estudos Contemporâneos em Dança pela Universidade Federal da Bahia (2013) e no curso de Especialização Fundamentos do Ensino da Arte pela Faculdade de Artes do Paraná (2003), possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2001) e é Bacharel em Dança pela Universidade Estadual do Paraná (2018). Desde 2013 é professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, atuando no Departamento Acadêmico de Estudos Sociais - DAESO. Coordena o Links - Núcleo de Dança UTFPR e o Núcleo de Cultura e Comunicação - NUCCOM/UTFPR-CT. Também atua como docente no Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação - DALIC, com a disciplina Comunicação e Criatividade e no curso de Especialização em Artes Híbridas com a disciplina Dança e Híbridismos. É membro desde 2017 do Programa de Extensão TECSOL - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR-CT. Como pesquisadora, seu principal interesse se relaciona à investigação de metodologias de ensino não tradicionais, sobretudo para dança, como também em problematizar a produção em Dança Contemporânea com o intuito de compreender, articular e fomentar criticamente a dança como produção cultural contra-hegemônica.

LARISSA RIBEIRETE CAVAZZANA PIMENTEL

Graduada em Pedagogia pela (UENP-CJ). Graduada em Administração de Empresas (UNIESP). Pós-Graduada em Gestão de Pessoas pela UNOPAR-PR.

LETÍCIA SALEM HERRMANN LIMA

Pós-Doutora em Comunicação (UTP), Doutora em Comunicação e Linguagens (UTP), Mestre em Comunicação e Linguagens (UTP), Pós-graduada em Marketing (PUC), Especialista em Marketing de Varejo (FGV) e Gestão de Produtos e Marcas (FGV), com graduação em Comunicação Social - Relações Públicas (PUC) e graduação em Publicidade e Propaganda (UTP). Atualmente é professora Adjunta do Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional na UFPR e professora convidada da pós-graduação em Mídias Digitais (UTP), Promoção e Merchandising (UTP), Comunicação e Moda (UTP), Jornalismo Digital (PUCPR) e Publicidade Digital (ESIC). Integrante da agência Experimental de Comunicação Institucional da UFPR - agência ZIIP, professora voluntária do Grupo de Mídia (GM Ctba) e consultora de marketing e comunicação. Desenvolve pesquisas na área de consumo com ênfase em gestão de marcas, publicidade, mídia integrada e digital e na interdisciplinaridade das áreas de Relações Públicas, Comunicação Institucional e Publicidade e Propaganda.

LUCIANE TRENNEPHOL DA COSTA

É doutora em letras com ênfase na área de Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (2011), mestre em Letras com ênfase em Teoria e Análise Linguística (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e licenciada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (2003) pela mesma universidade. É professora Adjunta C na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, lecionando no curso de Letras Português

e no programa de Pós-Graduação em Letras. É docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonética e Fonologia, atuando principalmente nos seguintes temas: róticos, teorias linguísticas, descrição linguística, línguas eslavas faladas no Paraná e variação linguística. É líder do Grupo de Pesquisa FAVO - Investigações Acústicas de Fala e Voz, vice-líder do grupo Variação Linguística de Fala Eslava - VARLINFE e pesquisadora do Grupo Interação e Ensino. É membro do Programa Permanente de Extensão Núcleo de Estudos Eslovos - NEES e coordenadora do Laboratório de Fonética e Fonologia do NEES.

MARCOS FLÁVIO DE OLIVEIRA SCHIEFLER FILHO

Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - 1989, Mestre em Engenharia Mecânica pela UFSC - 1993 e Doutor em Engenharia Mecânica pela UFSC, em conjunto com a *Helmut-Schmidt Universität der Bundeswehr* (HSU) - Hamburgo, Alemanha - 2004. Professor do Magistério Superior (atualmente Associado IV) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), desde 1992. Diretor-Geral eleito do Campus Curitiba da UTFPR para o mandato 2018-2021. Membro eleito do Conselho Universitário - COUNI da UTFPR para o mandato 2018-2022. Membro nato do Conselho de Planejamento e Administração - COPLAD da UTFPR (2018-2021). Avaliador Institucional e de Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), desde 2006. Avaliador Internacional ad hoc pertencente ao Banco de Pares Avaliadores de Engenharia do Sistema ARCU-SUL/MERCOSUL (CONAES/MEC), desde 2010. Professor Pesquisador credenciado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica (PPGEB). Membro do Comitê Gestor do Projeto Curitiba 2035, desde 2018; Elaborador de itens e revisor pedagógico do CERES/BNI - Banco Nacional de Itens para o ENADE da área de Engenharia Mecânica, desde 2011. Representante titular do Campus Curitiba na Comissão de Ética da UTFPR (2017-2018).

Superintendente Executivo (Sub-Secretário) da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, de 2013 a 2014. Diretor-Geral pro tempore do Campus Curitiba da UTFPR, de 2012 a 2013. Diretor-Geral eleito do Campus Curitiba da UTFPR, de 2008 a 2012. Gerente de Ensino e Pesquisa do Campus Curitiba da UTFPR, de 2004 a 2008. Membro eleito e reeleito do Conselho Universitário da UTFPR, de 2006 a 2014. Professor do Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGEM) da UTFPR, de 2005 a 2011. Membro eleito (2015-2018) e membro nato (2011-2013) do Conselho de Planejamento e Administração - COPLAD da UTFPR. Membro eleito do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), de 2004 a 2005. Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET-PR/UTFPR, de 2004 a 2008, tendo presidido neste período a Câmara de Ciências e Engenharia. Coordenador do curso de Engenharia Industrial Mecânica do CEFET-PR, de 1995 a 1998, responsável pelo seu processo de reconhecimento junto à SESu/MEC. Membro do Conselho de Ensino, da Câmara de Ensino Superior e da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, de 1995 a 1998. Tem experiência na área de Engenharia Mecânica e de Materiais, com ênfase em estrutura, propriedades e processamento de metais e ligas, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência e tecnologia dos materiais, aspersão térmica, corrosão e metalurgia do pó. Tem experiência na área de Educação em Engenharia, Gestão Educacional e Avaliação Institucional e de Cursos de Graduação. Atua há mais de duas décadas como Consultor em projetos de extensão e possui diversos trabalhos técnico-científicos publicados no país e no exterior.

MARIANA DA SILVA VALENTE

Bacharel em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO (2018). Atualmente acadêmica de Jornalismo também pela UNICENTRO. Participa do grupo de leitura em arte Palimpsesto.

MAURINI DE SOUZA

Doutora em Sociolinguística (texto publicitário Brasil - Alemanha) e mestre em Letras (Dialética no Teatro de Bertolt Brecht) pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Comunicação Social Jornalismo, graduação em Letras Alemão e graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Paraná. É professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPr), no programa de mestrado em Estudos de Linguagens (PPGEL) e nas graduações de Comunicação Organizacional e Letras. Tem experiência nas áreas de Comunicação, Ciências Sociais e Literatura dramática, atuando principalmente nos seguintes temas: texto jornalístico e publicitário, questão agrária brasileira e teatro político-social.

RHUAN TARGINO ZALESKI TRINDADE

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná e professor colaborador na Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Irati-PR. É secretário do GT de Estudos Étnicos e Migratórios da Anpuh-RS. Foi professor da educação básica- Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul entre 2012 e 2016. Integrante, na qualidade de estudante, do grupo de pesquisa (CNPq) “Identidades étnicas e racismo” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante, na qualidade de pesquisador, do grupo de pesquisa (CNPq) Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI), na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós Graduação (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro do grupo de pesquisa do projeto “Os poloneses e seus descendentes no Brasil: um processo contínuo de Integração”, do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NEER), vinculado ao Departamento de História

(DEHIS/I) da Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati (Unicentro). Membro do projeto de extensão Núcleo de Estudos Eslavos (NEES) da Universidade Estadual do Centro-Oeste em Irati. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, história da imigração e etnicidade polonesa no Brasil.

RONDINELE APARECIDO RIBEIRO

Aluno regular no Programa de Pós-graduação em Letras da UNESP-ASSIS (linha Literatura e Estudos Culturais). Graduado no curso de Letras com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Centro de Letras, Comunicação e Artes, Campus Jacarezinho. Possui graduação em Pedagogia pela UCESP-SP (2017). Tem especialização em Língua Portuguesa. Também concluiu especialização em Cultura e Literatura Brasileira. É Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura Popular e Tradição Oral: Vertentes. Desenvolve pesquisa acerca da ficção na mídia a partir dos pressupostos advindos da Literatura Comparada. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, Teoria Literária, Literatura Comparada e Estudos Culturais.

SÔNIA ELIANE NIEWIADOMSKI

É professora substituta no Departamento de Polonês, Alemão e Letras Clássicas na Universidade Federal do Paraná e professora colaboradora no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus de Irati. Possui graduação em Letras Polonês pela Universidade Federal do Paraná (2013), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Varsóvia (2015), pós-graduação/especialização em ensino de Língua Polonesa como estrangeira pela Universidade de Varsóvia (2015) e mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2019). Atuou como profissional recém-formada bolsista no projeto de extensão: Mapeamento do Legado Cultural Eslovo do Centro-Sul do Paraná:

Relação Interculturais vinculado ao NEES (Núcleo de Estudos Eslavos), da UNICENTRO. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas, Ensino e Aprendizagem de Língua Polonesa como Língua Estrangeira.

ZAMA CAIXETA NASCENTES

Psicanalista. Doutor em Literatura Brasileira pela UFPR (2013). Título da tese: “Magia, religião e ciência em Corpo de baile: sua unidade e sua relação com os romances de Jorge Amado e José Lins do Rego”, orientador professor Dr. Luís Bueno. Mestre em Filosofia pela UFPR (2004). Título da dissertação: “O sumo bem na filosofia prática de Kant”, sob orientação do professor Dr. Vinícius de Figueiredo. Graduado em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2001); em Filosofia, pelas Faculdades Associadas do Ipiranga (1993); em Letras (Português/Inglês) pelo Centro Universitário de Patos de Minas (1990). Na área de Letras, concentra seus estudos em Guimarães Rosa, Psicanálise e Literatura; na área de Filosofia, em Filosofia Moderna, especialmente a questão da moral em Montaigne, Hume e Kant; na área da Comunicação, em Gerenciamento e Comunicação de Crise. Professor da UTFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba. Leciona Comunicação e Gestão de Crise, Psicologia Comunicação no Curso de Bacharelado em Comunicação Organizacional; Psicologia da Educação e Estilística no Curso de Letras.



SYNTAGMA